

**A GUERRA CULTURAL CONSERVADORA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO
E SUA EXPRESSÃO LITERÁRIA**

By

Renato Amado Barreto

A dissertation submitted in partial fulfillment of the requirements for the Degree of
Doctor of Philosophy in the Department of Portuguese and Brazilian Studies

Providence, Rhode Island

October 2023

© Copyright 2023 by Renato Amado Barreto

This dissertation by Renato Amado Barreto is accepted in its present form by
the Department of Portuguese and Brazilian Studies as satisfying the dissertation
requirement for the degree of Doctor of Philosophy.

Date

Luiz Fernando Valente, Advisor

Recommended to the Graduate Council

Date

Leila M. Lhenen, Reader

Date

James N. Green, Reader

Approved by the Graduate Council

Date

Thomas A. Lewis, Dean of the Graduate School

Curriculum Vitae

Renato Amado Barreto formou-se em Direito pela PUC-Rio em agosto de 2005. Exerceu a advocacia por dez anos, de 2006 a 2016, trabalhando em duas companhias estatais: Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS. Em paralelo à carreira jurídica, dedicou-se à literatura e ao cenário cultural carioca, tendo publicado alguns contos, um romance, criado o coletivo multiartístico Caneta, Lente & Pincel, e produzido exposições, saraus multiartísticos e um curta-metragem. Em 2010 fundou a Editora Flâneur, dedicada a literatura e quadrinhos, da qual foi sócio majoritário por dois anos. De volta à academia e ainda em paralelo à advocacia, cursou uma especialização em Literatura Brasileira, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) em 2013. Em 2014 iniciou um mestrado na mesma área e universidade, havendo obtido o título de mestre em março de 2016, com a dissertação *Macunaíma, um Trickster?*. No mês anterior fora aceito no programa de doutorado do *Department of Portuguese and Brazilian Studies*, na Brown University, o que o levou a pedir demissão da PETROBRAS para levar adiante a carreira acadêmica. Em agosto de 2016 iniciou o doutorado na referida instituição, onde lecionou cursos de língua de diversos níveis e criou e ensinou um curso de cultura, história e política do mundo lusófono. Ainda na Brown University, foi curador e produtor do Cine Brasil e do Brazilian Film Series, de 2019 a 2021. Tem publicações nas áreas acadêmica e ficcional. Também já escreveu sobre sugestões culturais, cinema, viagem e eventos para a Folha Carioca e o portal de cultura Ambrosia.

Agradecimentos

Agradeço ao meu orientador, Luiz Fernando Valente, por acompanhar o processo de escrita da tese com sincero interesse. Suas sugestões foram fundamentais para o aperfeiçoamento do texto. O Professor Valente pratica a exata medida entre conceder liberdade ao orientando e ajudá-lo a encontrar soluções dentro do tema e do tempo. Ademais, suas orientações não se limitam à tese, pois ajuda os alunos no desenvolvimento acadêmico e profissional. Some-se a isso a sua grande capacidade didática, que me fez aprender tanto sobre aspectos da cultura e literatura brasileira.

Agradeço também à primeira leitora, Professora Leila M. Lehnem, cujos comentários e indicações de leitura feitos no início da produção da tese me permitiram encontrar a adequada moldura teórica. Além disso, devo agradecer tanto à professora Lehnem quanto aos professores Luiz F. Valente e Jeremy Lehnem por toda a ajuda dada na transição da vida estudantil para a profissional.

Ao Professor James N. Green, segundo leitor, sou particularmente agradecido pelos comentários feitos acerca dos dois primeiros capítulos da tese, que me clarearam a necessidade de criar um fio narrativo e teórico a perpassar toda a tese, dando-lhe a necessária consistência. Agradeço-lhe também por ter sido tão acolhedor logo que me mudei para Providence e no difícil período pandêmico.

Aos demais professores (ainda vinculados ou não) do *Department of Portuguese and Brazilian Studies*, deixo meu muito obrigado, todos foram fundamentais no meu

desenvolvimento acadêmico. Deixo um agradecimento especial à Professora Leonor Simas Almeida, pela sua humanidade. A ela devo grande parte do meu conhecimento sobre literatura e história portuguesa e luso-africana. Também agradeço especialmente às professoras Patricia Sobral, com quem aprendi tantas técnicas de ensino, e Naomi Parker, a quem devo minha forma de corrigir trabalhos e provas.

Agradeço às pessoas que me ajudaram tantas vezes e, pelos últimos anos, permitiram que a engrenagem do POBS girasse: Kate Beall, Mary Ellen Woycik, Alexis Milles, Jennifer Courier e, especialmente, a Armanda Silva, que sempre nos brindava com agradáveis conversas ao entrarmos no Departamento.

Por fim, tenho enorme gratidão aos meus colegas e amigos que permitiram que Providence se tornasse minha casa. Em Providence, amizade é tanto alegria e brincadeira, quanto algo levado a sério. Nos momentos difíceis, os amigos nunca me faltaram e não hesitaram em fazer acomodações e esforços para me ajudar sempre que preciso. Independente de em que parte do mundo estivermos no futuro, sei que estaremos juntos. Sou-lhes eternamente grato por todo o suporte, gargalhadas e escuta. Ainda que arrisque cometer injustiças, já que são tantos amigos queridos e não tenho como citar todos, não posso deixar de mencionar especialmente Pedro Lopes de Almeida e Saket Tiwari, irmãos que Providence me concedeu, detentores de carisma, empatia e disponibilidade fora do comum. Também agradeço a amizade de Mateo Dias, Yashwant Meghare, Graeme Ritchie, Noah Tetenbaum, Andressa Maia, Torin Spangler e Joyce Fernandes. Agradeço, ainda, ao meu *cohort* Jordan Jones, pessoa de incomum boa vontade com o próximo. É difícil imaginar como teria sido minha vida em Providence sem essas pessoas.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
 CAPÍTULO 1: a Guerra Cultural e Seus Elementos	14
1.1 Preliminarmente: Uma Questão de Nomenclatura	14
1.2 Do Conservadorismo.....	17
1.3 Os Diferentes Tipos de Conservadorismo.....	23
1.4 – Da Guerra Cultural	34
1.4.1 – Definição e Origem do Termo.....	34
1.4.2 A Guerra Cultural no Brasil.....	39
1.4.2.1 Elementos da Guerra Cultural Brasileira	42
1.4.2.1.1 Da Crença em uma Hegemonia Progressista	42
1.4.2.1.2 – Do Marxismo Cultural	44
1.4.2.1.2.1 - Conceito	44
1.4.2.1.2.2 – Origem do “Marxismo Cultural”	49
1.4.2.1.2.2.1 – Escola de Frankfurt.....	50
1.4.2.1.2.2.2 - Gramscismo	52
1.4.2.1.2.3 - Escola Sem Partido e “Ideologia de Gênero” ...	57
1.4.2.1.3 – Da Retórica do Inimigo	63
1.4.2.1.3.1 A Doutrina de Segurança Nacional.....	64
1.4.2.1.3.2 - A Retórica do Inimigo em Olavo de Carvalho..	73
1.4.2.1.3.3 - O Orvil	77
1.4.2.1.3.4 - Revisionismo	85
1.5 Conclusão.....	89

CAPÍTULO 2: O Antipetismo em Foco.....	90
2.1 Wunderblogs.com: o Prelúdio da Guerra	95
2.1.1 A Crença na Hegemonia Progressista.....	97
2.1.2 Marxismo Cultural	101
2.1.2.1 Anti-intelectualismo.....	115
2.1.3 Retórica do Inimigo	123
2.1.4 Conclusão.....	126
2.2 O Império do Oprimido	127
2.2.1 Crença em Hegemonia Progressista.....	129
2.2.2 Marxismo Cultural	130
2.2.3 Retórica do inimigo.....	138
2.3 Conclusão.....	151
 CAPÍTULO 3: A Guerra Cultural nos Quadrinhos.....	 153
3.1 A Guerra Cultural no Meio Geek.....	153
3.2 As obras populistas	158
3.2.1 O Doutrinador	160
3.2.2.1 Alterações em <i>O Doutrinador Definitivo</i>	171
3.2.2 O Doutrinador Dark Web	175
3.2.2.1 Alterações em <i>O Doutrinador Definitivo</i>	180
3.3 O “Globalismo” nos Quadrinhos da Editora Super Prumo.....	183
3.3.1 O Doutrinador o Vírus Vermelho.....	193
3.3.1.1 Alt-science e a Guerra Cultural Bolsolavista	198
3.3.2 Destro – o Martelo da Direita	202

3.3.2.1 Breve Digressão Sobre o Antigarantismo Penal.....	203
3.3.2.2 O Controle de Fake News e Discurso de Ódio como Suposta Perseguição a Conservadores	206
3.3.2.3 O Globalismo Atinge Seu Ápice com o Governo Mundial	223
3.4 Conclusão	225
CAPÍTULO 4: Ex-partícipes.....	228
4.1 Considerações Iniciais e um Exemplo	228
4.2 <i>O vício do Amor</i>	233
4.2.1 Crença na Hegemonia Progressista.....	235
4.2.2 Marxismo Cultural	236
4.2.3 Retórica do Inimigo	240
4.2.3.1 O Arco de Renata.....	244
4.2.4 Resposta a uma Provocação do Narrador e dos Autores Empírico e Implícito	249
4.3 <i>Os Dias da Crise</i>	250
4.4 <i>A Tirania do Amor</i>	264
4.4.1 Anti-intelectualismo	264
4.4.2 Daniel Versus Lucila: o Esquerdista Cordial Versus a Liberal Racional.....	268
4.4.3 Últimos Comentários	276
4.5 Conclusão	279
5. CODA	281
5.1 A Formação de um Cenário	281

5.1.1 A Editora Danúbio	288
5.1.1.1 A Exemplar Família de Itamar Halbmann.....	294
5.2 Como Lidar com a Guerra Cultural Conservadora.....	299
5.2.1 Retórica do Inimigo	301
5.2.2 Marxismo Cultural e Crença em Hegemonia Progressista.....	308
5.2.3 O Avanço de Pautas Progressistas.....	310
5.3 Palavra Final	315
 BIBLIOGRAFIA.....	 317

INTRODUÇÃO

A agitação conservadora contemporânea brasileira apresenta diversas pernas. Há um aspecto de militância, tanto virtual quanto nas ruas, formado por pessoas isoladas e grupos que se aglutinaram em redes sociais, bem como movimentos mais organizados como o Movimento Brasil Livre (MBL), o Vem Pra Rua e o 300 do Brasil. Tais grupos representam diferentes correntes do conservadorismo e não necessariamente apoiaram o governo Bolsonaro. Outras duas pernas de parte do movimento conservador contemporâneo são: a ocupação de posições de poder dentro da estrutura burocrática do Estado — sendo a eleição de Jair Bolsonaro o ápice disto —, e a guerra cultural. Esta guerra tem como ponta de lança o bolsolavismo¹. Em verdade, a guerra cultural começou sendo praticada pela novíssima direita (a ser definida no Capítulo 1), muito mais ampla, mas após a eleição de Jair Bolsonaro o bolsolavismo, já fortalecido pelos seus ex-aliados, seguiu sozinho. João Cézar de Castro Rocha chega a dizer que a guerra cultural era o eixo do governo Bolsonaro (citado por Barros). A guerra cultural é entendida como “*conflicts over issues that are rooted in nonnegotiable conceptions of cultural and moral order*” (Zafirovski 188). Para que certo sistema de valores prevaleça vale-se da defesa de seus princípios e do ataque às morais e pessoas discordantes. Isso é feito por meios diversos, como manifestações públicas, publicações e obras

¹ União da prática política bolsonarista com a teoria política alternativa de Olavo de Carvalho. Será explicado em maiores detalhes no Capítulo 1.

de arte. O posfácio da novela gráfica *Destro* deixa claro o espírito que anima a produção cultural bolsolavista:

A libertação do setor cultural brasileiro das mãos da esquerda é, provavelmente, a pauta mais importante da nação na atualidade. Só assim o país será de fato “desesquerdizado”.

A esquerda não liga para resultados econômicos de nenhum governo ou números positivos em qualquer setor do país. Ela só liga para guerra cultural e para manutenção da sua hegemonia nas narrativas. É, através da cultura que a esquerda continua com a implantação da sua pauta de destruição dos valores da sociedade e com a agenda de ativismo político, cooptação de militantes e corrosão dos cérebros de incautos, especialmente nossa juventude.

É necessário homens de coragem, imbuídos de virtude e boa-vontade, dispostos a “combater o bom combate”, para enfrentar o aparelhamento da esquerda, feita no Brasil com precisão cirúrgica desde os anos 70, com a aplicação do gramscianismo que estabeleceu o domínio cultural esquerdista. Por isso, *Destro* é uma obra que já nasce histórica.

Cesar Ranquetat Junior, no seu ótimo livro “Da Direita Moderna à Direita Tradicional” (...) nos diz: “(...) Uma sensibilidade e *uma estratégia de direita, que sobretudo tenha suas próprias referências literárias*, artísticas, filosóficas, históricas, antropológicas e sociológicas, é algo que está muito além de uma redutora exaltação das supostas delícias da economia de mercado e das virtudes do sistema capitalista liberal. Uma cultura de direita que tenha a audácia de opor-se aos mitos progressistas e que, em antítese ao espírito antitradicional imperante no mundo de hoje, estimule e suscite o crescimento de um determinado modo de ser (...)”.

Portanto, caros leitores de *Destro*, entendam algo: *é realmente na área da cultura que atingiremos todo esse novo padrão de comportamento, que pode reformular o brasileiro das próximas gerações, pode fazê-lo ter uma nova percepção da realidade (...).* (Ramos Posfácio, destaques nossos)

Como o bolsolavismo já percebeu, a produção artística tem um papel importante na formação de valores em uma sociedade e a militância conservadora radical vem cada vez mais apostando nela, com a finalidade de formar uma sociedade à sua feição. Faz-se necessário o estudo de sua produção literária, pois a literatura, como uma forma de arte, participa deste processo de construção de modelos mentais e crenças. Nesta tese, buscar-se-á compreender quais são os valores pregados e espalhados por meio dessa arte. Não haverá limitação à forma unicamente textual da literatura, mas será também estudado o formato que inclui gráficos, qual seja, os quadrinhos,

principalmente o fenômeno *O Doutrinador*, que alcançou grande visibilidade, participando, portanto, do jogo de formação de crenças, valores e afetos da sociedade brasileira.

A despeito de haver diversos estudos sobre a novíssima direita ou o movimento conservador e até sobre a produção editorial conservadora de não-ficção², faltam estudos específicos sobre a literatura conservadora contemporânea. Esta tese supre essa lacuna. O estudo da guerra cultural conservadora na literatura permite aprofundar a compreensão desta esfera do pensamento, bem como proporciona um melhor entendimento da sociedade, haja vista que a literatura não é apenas um reflexo do tempo, mas também intervêm sobre o momento histórico, tendo, portanto, um caráter transformativo (LaCapra 4). Estudar a guerra cultural conservadora na literatura é compreender uma das fontes do adensamento conservador ocorrido durante os governos do Partido dos Trabalhadores, uma vez que a literatura participa deste processo de formação de humores sociais e do próprio pensamento conservador. Ademais, é uma maneira de acessar a visão de mundo conservadora e seus métodos na guerra cultural. Maneira esta diversa daquela que se conseguiria por meio de um estudo exclusivamente de obras teóricas, uma vez que a expressão literária dá vazão a afetos e a um tipo de retórica que dialoga com níveis inconscientes que não cabem naquele tipo de texto. Para se saber como agir em relação a um determinado fenômeno é necessário entendê-lo, portanto esta tese contribui para a compreensão da onda conservadora do século XXI, bem como suas estratégias de intervenção na cultura brasileira.

Como visto no posfácio de *Destro*, há uma disputa por hegemonia. Mas o que é hegemonia?

Esse conceito varia de acordo com o momento histórico e autor. Como Laclau e Mouffe ensinam, os social-democratas russos e Rosa Luxemburgo já usavam esta expressão. Para aqueles,

² E.g., os artigos “O Mercado Editorial e a Nova Direita Brasileira”, de Leonardo Nóbrega da Silva; “A Direita que Saiu do Armário: a Cosmovisão dos Formadores de Opinião dos Manifestantes da Direita Brasileiros”, de Débora Messenberg; “Intelectuais da ‘Nova Direita’ Brasileira: Ideias, Retórica e Prática Política”, de Jorge Chalhoub e Fernando Perlato.

falar-se-ia em hegemonia para se referir à relação da classe trabalhadora com atividades que não eram inerentes a esta classe. Como se sabe, o comunismo pressupunha um desenvolvimento capitalista que levaria à democracia burguesa que, por sua vez, seria procedida pela ditadura do proletariado. Contudo, como o capitalismo e a burguesia russa não se desenvolveram, caberia ao proletariado assumir funções que naturalmente seriam da burguesia, para o desenvolvimento da democracia. Essa relação anômala do proletariado com essas tarefas democráticas, que se julgava por natureza caberem à burguesia, eram chamadas de hegemônicas (Laclau e Mouffe 50). Já para o leninismo, hegemonia significaria liderança política em uma aliança de classes que têm, em um determinado momento histórico, um interesse em comum. Mas Gramsci foi o divisor de águas deste conceito, ao introduzir a predominância cultural, intelectual e moral de um grupo como determinante para a construção da hegemonia.

Para Gramsci, o *Estado* é formado por *sociedade civil* mais *sociedade política* (Gramsci, *Volume 2*, 32). A sociedade civil, por sua vez, é composta por grupos privados, como igrejas, sindicatos e outros. Eles tendem a replicar o senso comum, que é uma colagem de valores de diferentes tempos. De acordo com Gramsci, o “traço fundamental e mais característico [do senso comum] é o de ser uma concepção (inclusive nos cérebros individuais) desagregada, incoerente, inconsequente, conforme à posição social e cultural das multidões das quais ele é a filosofia” (*Volume 1*, 114). Trata-se, portanto, de uma crença fluida no que é comum, aceitável e natural.

Já a sociedade política é o aparato burocrático do Estado. Aquele que tem seu controle tem poder de coerção sobre os demais grupos, uma vez que o Estado detém o monopólio da violência.

O *Gramsci Dictionary* explica que “There is no unique meaning attached to ‘hegemony’, but an oscillation between a narrow ‘leadership’ as contrasted with ‘domination’ and a broader one which includes both ‘leadership’ and ‘domination’” (Cospito 17). Essa “*leadership*” se

referiria a quando há um consenso que naturaliza determinadas relações de poder. Já a “*domination*” seria o controle da força coercitiva do Estado. Gramsci oscila, portanto, entre dois conceitos de hegemonia, um que se refere à liderança da sociedade civil, por meio do consenso, de um senso comum favorável (o que o *Gramsci Dictionary* chama de “*leadership*”), e outro que se refere ao controle completo do Estado, ou seja, da sociedade civil e da sociedade política.

A esta hegemonia limitada ao consenso, ou seja, à predominância de certa visão de mundo na sociedade civil, esta tese se referirá como hegemonia stricto sensu. O conceito que engloba uma prevalência nas sociedades civil e política, logo, no Estado como um todo, se denominará hegemonia lato sensu. Quando for usada somente a palavra “hegemonia” sem especificação, deve-se assumir que a referência é à hegemonia stricto sensu, pois é no âmbito desta que guerras culturais ocorrem. Quando Ramos escreve, no prefácio de Destro, que “é realmente na área da cultura que atingiremos todo esse novo padrão de comportamento, que pode reformular o brasileiro das próximas gerações, pode fazê-lo ter uma nova percepção da realidade”, ou quando Olavo de Carvalho afirma que não está preocupado com a política do dia, mas com a “reforma da cultura” e que esta “precisava de mais trinta anos, pelo menos, esse é o objetivo da minha vida” (“Olavo de Carvalho Fala” 8:37-8:43), quer-se dizer que há uma disputa pela hegemonia no sentido de sociedade civil, hegemonia sobre o conteúdo ético de uma determinada sociedade, sobre os valores vigentes, enfim, o senso comum. Analisar-se-á, portanto, a guerra cultural conservadora brasileira à luz desta busca por uma alteração da hegemonia stricto sensu.

Em ambas as modalidades de hegemonia, há prevalência do grupo hegemônico na sociedade civil, logo, em quaisquer dos dois conceitos, é correto afirmar que a classe hegemônica é aquela beneficiada pelo senso comum, que lhe é favorável e compartilhado pelas classes

subalternizadas. Herbert Glauco de Souza, adotando o conceito mais limitado de hegemonia, afirma que:

A hegemonia é uma direção intelectual e moral porque envolve concepções de mundo dos grupos dominantes que as apresentam como se fossem concepções que representam os interesses de todos os grupos sociais (inclusive os subalternos). As concepções dos grupos dominantes geram comportamentos que são o húmus perfeito para a reprodução e manutenção das condições sociais requeridas pelos grupos dominantes. (3)

Como diz Rancière, em entrevista para livro de Paul Bowman e Richard Stamp, há “forms of domination that come to be internalized in the thoughts and practices of speech and of discourse” (Rancière 246).

Se há um consenso compartilhado pelos próprios subalternizados, estes estariam condenados a manter-se eternamente nesta posição? Não, pois é possível a criação de uma nova hegemonia. Os grupos subalternizados, para se liberarem, necessitam romper com o senso comum. Para isso é necessário que saiam de um estado de prevalência de espontaneidade para uma situação de autonomia, ou seja, eles precisam perceber-se dentro do processo histórico como classe (ou grupo). Uma vez que notem que exercem e sofrem determinados papéis e opressões em favor de um senso comum que até então naturalizavam, poderão trabalhar pela alteração desse senso comum, ou seja, da hegemonia *stricto sensu*. Gramsci acredita que, para que o subalternizado se torne hegemônico, ele precisa passar por um “conhece-te a ti mesmo”:

Quando a concepção de mundo não é crítica e coerente, mas ocasional e desagregada, pertencemos simultaneamente a uma multiplicidade de homens-massa, nossa própria personalidade é compósita, de uma maneira bizarra: nela se encontram elementos dos homens das cavernas e princípios das ciências mais modernas e progressistas, preconceitos de todas as fases históricas passadas estreitamente localistas e intuições de uma futura filosofia que será própria do gênero humano mundialmente unificado. Criticar a própria concepção do mundo, portanto, significa torná-la unitária e coerente e elevá-la até o ponto atingido pelo pensamento mundial mais evoluído. Significa também, portanto, criticar toda filosofia até hoje existente, na medida em que ela deixou estratificações consolidadas na filosofia popular. O início da elaboração crítica é a consciência

daquilo que é realmente, isto é, um “conhece-te a ti mesmo” como produto do processo histórico até hoje desenvolvido, que deixou em ti uma infinidade de traços acolhidos sem análise crítica. Deve-se fazer, inicialmente, essa análise. (Gramsci *Volume 1* 94)

Uma vez que compreenda quem é no processo histórico, o sujeito pode desconstruir o senso comum e ressignificar seu papel no jogo social, adaptando sua atuação a essa nova compreensão. Desse modo, uma alteração da hegemonia pressupõe “uma concepção do real que superou o senso comum e tornou-se crítica” (Gramsci *Volume 1* 104). Logo, como se nota, para Gramsci é importante que o subalternizado desenvolva o pensamento crítico. Tal nota é importante, pois é chave para compreender como seu pensamento é distorcido por setores do conservadorismo, como se verá no decorrer desta tese.

Contudo, a tomada de consciência de pouco adianta se for um mero fato individual. É necessário que essa compreensão se dê por uma massa, criando uma nova cultura, permitindo uma configuração da hegemonia *stricto sensu* mais favorável aos grupos subalternizados. Como diz o famoso sardenho:

(...) o fato de que uma multidão de homens seja conduzida a pensar coerentemente e de maneira unitária a realidade presente é um fato ‘filosófico’ bem mais importante e ‘original’ do que a descoberta, por parte de um ‘gênio’ filosófico, de uma nova verdade que permaneça como patrimônio de pequenos grupos intelectuais. (*Volume 1*, 96).

Daí a importância do desenvolvimento de uma “dialética intelectuais-massa” (*Volume 1*, 104). Neste processo, serão de suma importância os intelectuais orgânicos, que são intelectuais oriundos de diferentes grupos sociais, como proletariado, empresários, lavradores, latifundiários, etc, que atuam como influenciadores e organizadores. Quando pertencentes a grupos subalternizados, devem ajudar as massas a saírem de um estado de prevalência de espontaneidade para que desenvolvam pensamento crítico, o que gerará o surgimento de mais intelectuais orgânicos, em um ciclo virtuoso. Uma vez que os subalternizados desenvolvam pensamento

crítico, lutarão por fazer valer uma nova hegemonia *stricto sensu*, ou seja, uma nova cultura, já que a vigente atenderia aos interesses de grupos dominantes e naturalizaria sua subalternização. Por isso, devem difundir seu meio de pensar por publicações como revistas, inserindo novos lugares-comuns na sociedade. Contemporaneamente pode-se pensar em outros meios de influenciar a cultura para além de revistas, como internet, cinema, televisão e afins.

Ressalte-se que o conceito de hegemonia continuou a ser trabalhado após Gramsci, havendo quem fale em pós-hegemonia. Laclau e Mouffe lançaram nos anos 1980 o influente *Hegemony and Socialist Strategy*, que determinou como muitos intelectuais entendem o conceito de hegemonia. Para estes autores, “The general field of the emergence of hegemony is that of articulatory practices, that is, a field where the ‘elements’ have not crystallized into ‘moments’” (134). “Momento” seria uma posição diferencial de um grupo já articulada em um discurso, ou seja, já sedimentada e impermeável.

A definição de hegemonia dos dois autores começa a clarear quando se vê como definem “articulação”: “any practice establishing a relation among elements such that their identity is modified as a result of the articulatory practices” (105). Esta alteração geraria uma nova estrutura, construída relacionalmente, que seria o “discurso”. O sujeito hegemônico, portanto, seria quem articula essa alteração na identidade de elementos. Um grupo, portanto, que consegue influenciar como outro grupo se compreende estaria em uma prática hegemônica. Trata-se de um conceito relacional, em que hegemonia não está ontologicamente localizada em um ponto ou ligada a uma classe. Para Laclau e Mouffe ela é uma prática, que pode ou não se desenvolver em variadas relações sociais. É uma hegemonia mais fragmentada, que não envolve o senso comum de toda uma sociedade, como em Gramsci. Hegemonia, naqueles autores, portanto, se torna “a theory of discursive articulation, dis-articulation, and re-articulation” (Johnson 100). Esta forma de entender

hegemonia levará Lash a interpretá-la como algo ligado ao discurso objetivo, à epistemologia e à semiótica. Em suas palavras: “serious speech acts, or statements” (58). Seria pós-hegemônica uma linguagem que toca mais diretamente o inconsciente, o abstrato, o ser. Para Lash, na hegemonia haveria resistência e um trabalho racional no campo do discurso, ao passo que na pós-hegemonia haveria pura criação, com a invenção substituindo a resistência. Em termos práticos, seriam criações e manifestações em que grupos subalternizados expressam seu ser. Uma resistência pela criação, mais fragmentária, sem uma articulação de classe voltada ao fim de alterar o senso comum. Segundo Lash, é sob esta ótica pós-hegemônica que se deve entender as relações de poder em estudos culturais. Já Johnson afirma ser um equívoco definir esse tipo de movimento como pós-hegemonia, pois tratam-se de produções de cultura e, como afirma, “common sense or the profane everyday, however, was *always* inside the circuits of culture and power, understood in Gramscian way” (101, destaque do original). Portanto, uma prática cultural de um grupo social subalternizado, sendo uma manifestação que vai contra o senso comum, seria, para Johnson, uma prática contra-hegemônica, logo, uma prática que favoreceria a construção de uma nova hegemonia. Ademais, Johnson ressalta que a hegemonia em Gramsci não abre mão de registros de discursos mais indiretos e abstratos, pois o próprio senso comum é algo fluido, pouco determinado e influenciado por percepções inconscientes e afetos. Esta tese adota o entendimento conglobante de hegemonia, usado por Gramsci e Johnson. Por mais que Gramsci fale da importância da articulação para alteração da hegemonia, esta é o resultado do senso comum, que é fragmentário e líquido. Deste modo, mesmo pequenas ações, como a prática de um estilo de vida, são resultado ou confrontam o senso comum, nesta última hipótese fustigando-o, ainda que como uma gota d’água em um incêndio. Portanto, expressões culturais de diversos grupos serão compreendidas como atuantes no campo da hegemonia stricto sensu. E terão relação com a guerra cultural quando estiverem

fortalecendo ou enfraquecendo (ainda que microscopicamente) os valores fundamentais em disputa.

Como se sabe, o senso comum foi alterado durante o século XXI. Piadas racistas, machistas, e ofensas raciais ou por orientação sexual deixaram de ser encarados com normalidade. Casais homoafetivos conseguiram diversos direitos, como de herança e de casamento; cotas sociais e raciais foram instituídas nas universidades brasileiras; casais gays passaram a ter representações em telenovelas e negros obtiveram mais espaço na sociedade. O projeto bolsolavista pretende reverter esse cenário, por isso agregam todas as manifestações por defesas de direitos de grupos subalternizados no malvisto rótulo do “politicamente correto”. Como a maior parte dos avanços destes grupos se deu em governos petistas, tratam o Partido dos Trabalhadores como um grande satã, portanto faz igualmente parte do seu projeto reforçar o antipetismo, transformando-o em um valor nacional.

Ressalte-se que, ao se afirmar que houve uma alteração do senso comum em prol de direitos de grupos subalternizados, não se pretende dizer que há uma hegemonia dos subalternizados, o que seria uma contradição nos próprios termos. Não se pode falar em hegemonia de quem ainda convive com desvantagens no mercado de trabalho, na representação política, e precisa de uma lei para protegê-lo contra ofensas, por tão corriqueiras que são. Se se afirma que não há uma hegemonia das minorias sociais, como se pode argumentar que setores do conservadorismo agem para alterar a hegemonia, em detrimento destes grupos?

Gramsci esclarece que a hegemonia leva em conta os interesses de grupos não dominantes:

O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial (...). (*Volume 3* 48)

O desenrolar do processo histórico responderá se está-se diante de uma acomodação na hegemonia para manutenção do status quo ou se trata-se de um processo de mudança que redundará, no futuro, em uma superação da situação de subalternização de alguns grupos. Até o momento, houve limitadas alterações, e é contra os valores que as permitiram que se insurge o conservadorismo, já que tais ajustes foram feitos em reconhecimento e valorização à pluralidade da sociedade brasileira. Na guerra cultural travada entre progressistas e conservadores, disputam-se valores-base. Progressistas pretendem que *diversidade* e *equidade* sejam compreendidos como fundamentais na sociedade brasileira. Caso tais princípios prevaleçam, há potencial para alterações estruturais. O conservadorismo, por outro lado, reage, pregando uma *homogeneidade* calcada em uma certa compreensão da cultura ocidental e *igualdade formal*. Essa reação, no campo literário, dá-se sobretudo pelo ataque ao campo oposto. Valores que se pretendem fundantes, por serem basilares, não têm sua validade debatida, são apresentados como absolutos, como pressupostos civilizacionais. Portanto, ao atacar o campo oposto, acusando-o de buscar destruir certo valor, sem preocupar-se em esclarecer qual o problema nisto, está-se atribuindo um peso de valor último e incontestável ao princípio supostamente atacado.

Se setores progressistas saírem vencedores, sagrar-se-á o entendimento de que diversidade e equidade são valores fundamentais, o que tende a provocar uma alteração não apenas na hegemonia *stricto sensu*, mas também na *lato sensu*, com a inclusão de grupos diversos em postos de poder. Na guerra cultural, o conservadorismo se previne deste cenário ao mesmo tempo em que mina as limitadas alterações já ocorridas. Caso o cenário de reestruturação ampla ocorra, isso repercutiria em diversos aspectos da vida pública e privada, por isso falas sobre manutenção do estilo de vida são tão comuns em bocas conservadoras.

O modelo mental da sociedade ansiado pelo bolsolavismo é o do período da ditadura, qual seja, o de uma cultura *mainstream* conservadora, sem espaço para minorias, e uma naturalização das desigualdades social, racial e de gênero, além de um esmagamento da população LGBTQIA+. Em outras palavras, uma sociedade ainda mais desigual e hétero-branco-macho-normativa, com mínimas concessões. Saudosistas dos anos de chumbo se valem de revisionismo histórico e de uma retórica que lembra a da guerra fria. Ampliam drasticamente o conceito de comunista, fazem uma associação simplista do comunismo com o mal, e com isso passam a chamar qualquer um vagamente progressista de comunista, transformando-os discursivamente em sujeitos vis. No primeiro capítulo, se compreenderá em detalhes como isso é feito, bem como se estudará o que é conservadorismo, a diferença entre conservadorismo e direita, assim como os tipos de conservadorismo que se apresentam. Explicitar-se-á o que é guerra cultural e quais são os seus elementos na literatura brasileira contemporânea. Também se verá que as fundações da guerra cultural brasileira foram dadas sobretudo por Olavo de Carvalho, mas suas ideias circularam em meios restritos, até tornarem-se pervasivas graças à atuação de outros setores da novíssima direita, o que acabou gerando um clima social que contaminou até alguns direitistas progressistas (conceito que pode soar estranho, mas que se clareará no primeiro capítulo).

No segundo capítulo será demonstrada, por meio de estudo de casos, ou seja, pela análise de duas obras literárias, uma das marcas da guerra cultural conservadora: o antipetismo.

No terceiro capítulo, ver-se-á como há setores culturais que se organizam com o projeto consciente de alterar a cultura, pelo estudo da editora de quadrinhos Super Prumo.

No quarto capítulo, será apontado como alguns setores da direita tradicional, devido ao adensamento conservador ocorrido no século XXI, compuseram a novíssima direita. Ao fazerem isso, tornaram-se aliados do bolsolavismo e, mesmo tendo rompido com este movimento nos

últimos anos, permitiram sua normalização, tendo tido, portanto, papel fundamental na guerra cultural conservadora.

Por fim, na Coda, se verá que a editora Super Prumo é mais um caso dentro de um cenário literário bolsolavista que se organiza, e serão feitas reflexões sobre como lidar com a guerra cultural conservadora.

CAPÍTULO 1:

A Guerra Cultural e Seus Elementos

Esta tese demonstrará que há uma guerra cultural conservadora no Brasil que se realiza sobretudo a partir de três elementos, quais sejam, a crença em uma hegemonia progressista, a tese do marxismo cultural, e a retórica do inimigo. Para compreendê-la é necessário, antes de tudo, definir o que é conservadorismo.

1.1 Preliminarmente: Uma Questão de Nomenclatura

Deve-se, de início, esclarecer que “conservadorismo” e “direita” não são termos sinônimos.

Norberto Bobbio, em seu influente texto *Direita e Esquerda: Razões e Significados de uma Distinção Política* afirma que tal nomenclatura permanece atual, ao contrário de especulações que a dizem ultrapassada. Bobbio ressalta de forma muito prática como tal díade permanece viva, simplesmente pelo fato de ser usada frequentemente na linguagem política. “Todos que as empregam não dão nenhuma impressão de usar palavras irrefletidas, pois se entendem muito bem entre si” (63). Como diz, “quando nos referimos aos políticos, não temos nenhuma hesitação em definir, por exemplo, Occhetto como de esquerda e Berlusconi como de direita” (64). *Mutatis mutandi*, parece-nos que não causaria qualquer controversa afirmar que Guilherme Boulos é de esquerda e Jair Bolsonaro de direita. Os termos, portanto, seguem vivos e em franco uso,

principalmente no Brasil dos últimos anos, quando se declarar de direita deixou de ser motivo de vergonha.

Para o autor italiano, há algumas práticas e ideias que em diferentes tempos e lugares se identificam com direita ou esquerda, portanto, “direita e esquerda não são palavras que designam conteúdos fixados de uma vez para sempre” (92). Citando exemplo de Revelli, fala da “passagem que a esquerda oitocentista fez do movimento liberal para o movimento democrático, e deste para o movimento socialista” (92). Bobbio traz uma lista de temas que, de acordo com a circunstância histórico-geográfica será de esquerda ou direita: militarismo, laicismo, anticomunismo, individualismo, progresso técnico, recurso à violência (82). A título de exemplo, pode-se pensar no militarismo do bolivarianismo venezuelano e do bolsonarismo brasileiro, este tendo como oposição uma esquerda essencialmente antimilitarista.

Se temas essenciais podem ser de direita ou de esquerda em diferentes circunstâncias, o que definiria estes termos? Se são conceitos que “não têm um conteúdo determinado, específico e constante no tempo, deve-se concluir que são caixas vazias passíveis de serem preenchidas com qualquer mercadoria?” (94). A resposta é negativa, pois, em qualquer tempo e lugar, e por quaisquer meios, a esquerda buscará a redução de desigualdades:

O igualitário parte da convicção de que a maior parte das desigualdades que o indignam, e que gostaria de fazer desaparecer, são sociais e, enquanto tal, elimináveis; o inigualitário, ao contrário, parte da convicção oposta, de que as desigualdades são naturais e, enquanto tal, inelimináveis. (105)

O sujeito de direita, portanto, não pautaria sua ação política pelo combate à desigualdade.

Há quem afirme, como de Boaventura de Sousa Santos, que a esquerda é o conjunto de práticas que combateram o capitalismo nos últimos cento e cinquenta anos (citado por Pereira 79), donde conclui-se, a contrário senso, que a direita é a prática que fortalece o capitalismo. Contudo, mesmo Boaventura de Sousa Santos, que dá essa definição, sinaliza “uma esquerda adaptada,

conformada ao capitalismo” (citado por Pereira 79). A luta contra o capitalismo seria por uma sociedade “mais justa” (citado por Pereira 79) e contra o “agravamento das desigualdades sociais” (citado por Pereira 79), logo, ao fim e ao cabo, trata-se de uma luta por maior igualdade.

Fica-se, portanto, com a definição de Bobbio e, para os efeitos desta tese, direita é a prática política que considera as desigualdades naturais, não devendo, portanto, ser combatidas, o que redundaria em uma oposição a políticas de promoção de equidade. Nesse sentido, o puro *laissez-faire* seria de direita.

Bobbio acrescenta, ainda, os conceitos de extremismo e moderantismo. Aquele não valorizaria a liberdade e a democracia, colocando os fins acima dos meios, ao passo que os moderados teriam a liberdade e a democracia como valores fundamentais. Com base nos binômios direita-esquerda e liberdade-autoritarismo, o autor chega aos seguintes quatro grupos:

- a) na extrema-esquerda estão os movimentos simultaneamente igualitários e autoritários, dos quais o jacobinismo é o exemplo histórico mais importante (...);
- b) no centro-esquerda, doutrinas e movimentos simultaneamente igualitários e libertários, para os quais podemos empregar hoje a expressão “socialismo liberal”, nela compreendendo todos os partidos social-democratas, em que pesem suas diferentes práxis políticas;
- c) no centro-direita, doutrinas e movimentos simultaneamente libertários e inigualitários, entre os quais se inserem os partidos conservadores, que se distinguem das direitas reacionárias por sua fidelidade ao método democrático, mas que, com respeito ao ideal da igualdade, se prendem à igualdade diante da lei, que implica unicamente o dever por parte do juiz de aplicar imparcialmente as leis, e à liberdade idêntica, que caracteriza aquilo que chamei de igualitarismo mínimo;
- d) na extrema-direita, doutrinas e movimentos antiliberais e anti-igualitários, dos quais creio ser supérfluo indicar exemplos históricos bem conhecidos como o fascismo e o nazismo. (119)

Conservadorismo e progressismo é uma distinta forma de classificação, embora a interseção que se imagine entre esquerda e progressismo e direita e conservadorismo seja efetivamente grande.

O progressismo é um movimento que acredita que avanços científicos e na organização social levam a uma melhora da condição humana. Está intrínseca, portanto, uma ideia de mudança,

uma progressão rumo a uma situação melhor do que a presente. Contemporaneamente, muitos progressistas acreditam que a participação do Estado é importante para que esse progresso ocorra. Em uma definição curta, pode-se dizer que progressismo é “a social or political movement that aims to represent the interest of ordinary people through political change and the support of government actions” (“Progressivism”). Nota-se, portanto, que ação governamental e mudança são conceitos fundamentais. Contemporaneamente, o progressismo é ligado a ideias de diversidade e equidade. Diversas são as demandas progressistas que, por meio desta, pretende promover aquela, como políticas de cotas. Ademais, a busca por uma linguagem e por espaços mais inclusivos são maneiras de buscar um senso comum em que a diversidade seja aceita com naturalidade. E quanto ao conservadorismo?

1.2 Do Conservadorismo

Edmund Burke é considerado o pai do conservadorismo e citado por virtualmente todos os autores conservadores. Burke é, no universo conservador, um elemento legitimador. Diferentes correntes conservadoras buscam trazer Burke para si, por meio de distintas interpretações sobre sua obra.

Nascido em 1729 em Dublin e morto em 1797 na Inglaterra, Edmund Burke se eternizou pela publicação de *Reflections on the Revolution in France*, livro que originalmente seria uma carta para um “very young gentleman at Paris” (Burke 3), mas que ele decidiu transformar em uma obra robusta, entretanto mantendo o formato de missiva. Nesse volume, o autor apresenta suas reflexões sobre a Revolução Francesa. Ensina Jamerson Murillo Anunciação de Souza:

As Reflexões se estabelecem como o marco da tradição conservadora. Nelas, estão condensados também os ideais culturais e simbólicos das classes sociais golpeadas pela Revolução Francesa, com destaque para a aristocracia feudal.

O texto foi publicado em 1790, imediatamente após o desencadeamento do processo revolucionário jacobino, sendo traduzido e disseminado rapidamente em francês, alemão, italiano e espanhol. Foi bem recebido pelos setores intelectuais ligados e organizados em torno da reação antirrevolucionária, e objeto de crítica dos revolucionários, dos moderados aos radicais. (362)

A obra é, portanto, a pedra fundamental da tradição intelectual conservadora. Nela Burke defende os valores tradicionais europeus. Lamenta que, após o Iluminismo e a Revolução Francesa, “the age of chivalry is gone” (Burke 65), “never more shall we behold that generous loyalty to rank and sex, that proud submission, that dignified obedience, that subordination of the heart, which kept alive, even in servitude itself, the spirit of an exalted freedom” (65). E completa:

This mixed system of opinion and sentiment had its origin in the ancient chivalry (...). It is this which has given its character to modern Europe. It is this which has distinguished it under all its forms of government, and distinguished it to its advantage, from the states of Asia, and possibly from those States which flourished in the most brilliant periods of the antique world. (65)

Como se nota, para o autor, o cavalheirismo ergueu a Europa de seu tempo acima de todas as civilizações do presente e do passado. Contudo, com o Iluminismo iniciou-se uma cultura de contestação e consequente desconstrução e, como consequência:

(...) all the pleasing illusions which made power gentle and obedience liberal, which harmonized the different shades of life, and which, by a bland assimilation, incorporated into politics the sentiments which beautify and soften private society, are to be dissolved by this new conquering empire of light and reason. All the decent drapery of life is to be rudely torn off. All the superadded ideas, furnished from the wardrobe of a moral imagination, which the heart owns, and the understanding ratifies as necessary to cover the defects of our naked, shivering nature, and to raise it to dignity in our own estimation, are to be exploded as a ridiculous, absurd, and antiquated fashion. (66)

Burke é, conforme ensina Jamerson Murillo Anunciação Souza, um dos pioneiros do irracionalismo (376), já que ele se coloca contra qualquer forma de teorização. Para ele, a administração de um Estado é algo que se dá de forma empírica, baseado em costumes e tradições que surgem naturalmente no seio da sociedade. Ideias de alteração da forma como as coisas funcionam são por ele tratadas como teorias abstratas descoladas da realidade que, por terem essa

natureza distante do real, tendem a naufragar, além de não encontrarem limites éticos, pois o que importaria para quem tem um “speculative design” (Burke 54) seria meramente buscar moldar a realidade a este modelo, independente da violência que tenha que ser empregada para tal. Daí ele dizer que o tratamento dado à rainha francesa pelos revolucionários “must be shocking to any but those who are made for accomplishing revolutions” (63).

Para Burke, a sociedade se organiza de uma maneira natural, baseada em prescrição e preconceito, ou seja, em normas consuetudinárias e ideias pré-concebidas de longa data, como heranças culturais sobre as quais as sociedades se erguem. Impor um modelo diferente de sociedade seria romper com a tradição de um povo, portanto, seria uma ação eminentemente autoritária.

O Estado e a sociedade constituem uma ordem natural eterna e divinamente estabelecida – a desigualdade social e a propriedade privada, incluídas. (...) Tal concepção de mundo redundava na naturalização das relações sociais – redundância frequente entre as ideologias conservadoras. A divisão da sociedade em classes e a desigualdade social, portanto, compõem, na visão burkeana, um quadro de hierarquia e ordenamento correspondentes à natureza. Por derivação, tal quadro é interpretado como perene e insuperável. É, pois, um atentado contra a natureza a imposição de um princípio como o da igualdade social. A luta por ela, um atentado contra a ordem divina. (J.M.A. Souza 368-369)

Diz Burke que: “no name, no power, no function, no artificial institution whatsoever, can make the men of whom any system of authority is composed, any other than God, and nature, and education, and their habits of life have made them” (34).

Essa ideia da sociedade determinada pela natureza é o princípio fundamental de Burke, a partir do qual ele legitimará todo o sistema pré-revolução francesa. O autor remete-se a alguns pontos que lhe são particularmente caros, mas bem poderia não o fazer, já que se a ordem social é mandamento da natureza, toda ela estaria legitimada. Dentre esses pontos, destaque-se dois que são valiosos para os conservadores contemporâneos: desigualdade social e o direito à propriedade. Sobre essas questões, Burke afirma: “the levellers therefore only change and pervert the natural

order of things; they load the edifice of Society, by setting up in the air what the solidity of the structure requires to be on the ground” (42). Os privilégios não seriam nada além de prerrogativas da natureza: “the association of tailors and Carpenters that the republic (of Paris, for instance) is composed cannot be equal to the situation into which you try to force them by the worst of usurpations, a usurpation on the prerogatives of nature” (42). Mas, em se tratando de algo tão fundamental para a composição da sociedade desigual que o autor pretende perpetrar, ele não limita a defesa da propriedade ao argumento metafísico de sua naturalidade. Diz também que:

The way property is acquired, combined with the way it is conserved, makes it an *essential* characteristic of property that is not equally distributed. So the great masses that excite envy and tempt robbery must be put out of reach of danger. Then they form a natural rampart surrounding – and protecting – lesser properties of all sizes. That could not be achieved by the same amount of property –as the great fortunes have –divided among many people. Its defensive power is weakened because it is diffused (43, destaque do autor).

Não é óbvio o argumento de Burke de que pequenas propriedades seriam mais difíceis de defender. Nem é um fato dado que por mais que pudesse haver ataques seriam de tal monta a colapsar o sistema social. Por isso, uma das críticas a Burke é a falta de sistematização e desenvolvimento de seus argumentos. Tal é algo intrínseco ao irracionalismo, já que esta linha de pensamento é crítica à teorização e defensora da intuição e do empirismo — “I shall always advise calling in the aid of the farmer and the physician rather than the professor of metaphysics” (Burke 51).

Lukács dirá que Burke, assim como Bonald, De Maistre e outros “combatem a ideologia da Revolução Francesa sem elaborar (...) um método filosófico novo e específico voltado para esse fim” (20). Entende que o irracionalismo é fundamental à filosofia reacionária (9), surgida como consequência da luta de classes, em reação à Revolução Francesa (10). No seu primeiro período de relevo, no final dos setecentos, o irracionalismo se opôs “ao conceito idealista de progresso” (Lukács 12) e posteriormente se oporá ao materialismo histórico (Lukács 12). Para Lukács, o

irracionalismo não apresenta um sistema a partir do qual se possa derivar ideias. Ao contrário, ele se moldará para apresentar respostas reacionárias à luta de classes (14) – ou seja, é uma ideologia da reação —, contudo, o próprio autor indica alguns traços recorrentes em diferentes autores irracionistas, que de fato encontraremos nos ficcionistas e pensadores conservadores que serão apresentados nos capítulos que se seguem: “a depreciação do entendimento e da razão, a glorificação da intuição, a gnosiologia aristocrática, a recusa do progresso sócio-histórico, a criação de mitos” (15). Efetivamente, estes motivos apontados pelo pensador marxista darão a tônica do pensamento conservador.

O caráter de reação que Lukács aponta se confirma por falas dos próprios conservadores, tanto históricos quanto contemporâneos. Senão, vejamos:

Salisbury, três vezes primeiro-ministro da Grã-Bretanha, em 1859: “Hostility to Radicalism, incessant, implacable hostility, is the essential definition of Conservatism. The fear that the Radicals may triumph is the only final cause that the Conservative Party can plead for its own existence” (citado por Robin 20).

George Nash, em 1976, define conservadorismo como “resistance to certain forces perceived to be leftist, revolutionary, and profoundly subversive of what conservatives at the time deemed worth cherishing, defending, and perhaps dying for” (citado por Robin 21).

Russel Kirk, 2010: “But I understand conservatism as a reaction to liberalism. It isn’t a position that one takes up from the beginning but only when one is threatened by people who want to take away or harm things that deserve to be conserved” (citado por Robin 278).

Corey Robin definirá conservadorismo como “the felt experience of having power, seeing it threatened, and trying to win it back” (4). De fato, *Considerations About the French Revolution* é considerado o marco inicial do conservadorismo, ou seja, tal pensamento já nasce como uma

reação a uma reestruturação da sociedade, que retirava poder da aristocracia e ampliava a fatia do terceiro estado. Como visto, Burke se opunha a maior igualdade social ou desconcentração da propriedade. E ele deixa bem claro quem deve deter o poder político:

The occupation of a hair-dresser, or of a working tallow-chandler, cannot be a matter of honor to any person – to say nothing of a number of other more servile employments. Such descriptions of men ought not to suffer oppression from the state; but the state suffers oppression, if such as they, either individually or collectively are permitted to rule. (Burke 42)

De fato, Burke se opõe a que um governo seja eleito ou que seja apeado do poder em caso de má conduta, defendendo a hereditariedade do poder real (Burke 12-15). É inegável, portanto, que há algo de reação na essência do conservadorismo, que se faz mais barulhento quando há movimentos de alteração do status quo. Contudo, não se opõe a qualquer mudança, uma vez que reformas dentro do paradigma da tradição são aceitas, mas somente alterações que não impliquem em um reequilíbrio de forças na sociedade, mitigando a estrutura hierárquica. Isso leva Corey Robin a afirmar que “conservatism is the theoretical voice of this animus against the agency of the subordinate classes” (7). Isso ocorre sobretudo porque mudanças sociais que conferem poder e agência a grupos subalternizados se refletem na esfera privada:

Behind the riot in the street or debate in the Parliament is the maid talking back to her mistress, the worker disobeying her boss. That is why our political arguments – not only about the family but else the welfare state, civil rights, and much else – can be so explosive: they touch upon the most personal relations of power. (Robin 10)

Portanto, “when the conservative looks upon a democratic movement from below, this (and the exercise of agency) is what he sees: a terrible disturbance in the private life of power” (Robin 13). Logo, para manter o estilo de vida doméstico, é importante que grupos subalternizados tenham seu poder limitado na esfera pública, impedindo um distúrbio no estilo de vida do conservador, que ele pretende perpetuar. Como diz Roger Scruton, em *How to be a Conservative*, “conservatism

is the philosophy of attachment. We are attached to the things we love, and wish to protect against decay” (29).

Ecoando isso, vê-se que no Brasil contemporâneo conquistas de grupos historicamente subalternizados é uma causa frequentemente apontada como uma das razões da recente onda conservadora no Brasil. Como diz Messenberg, há uma “revolta particular da classe média brasileira em ter que dividir os espaços sociais habitualmente monopolizados por ela e o medo da perda de seus privilégios” (640), haja vista que, como disse a citada autora em 2017:

Nos últimos 13 anos ocorreram mudanças significativas no padrão de consumo das camadas mais pobres da nossa sociedade. (...) Um novo segmento social com capacidade de consumo de bens duráveis e não duráveis passou a ocupar espaços e a dividir o uso de serviços, nunca antes compartilhados pela classe média nacional com outras camadas mais pobres da população (aeroportos, shoppings, universidades e planos de saúde). Mais do que dividir espaços, as manifestações de ódio da classe média brasileira, durante os protestos de 2015, expressavam o seu pânico em perder privilégios seculares. (640)

Some-se a isso uma dificuldade do conservador de lidar com heterogeneidade, opondo-se a grupos que nos últimos anos ganharam direitos e voz, como negros, mulheres e gays, daí a forte oposição ao casamento entre pessoas do mesmo sexo, ao aborto, à “ideologia de gênero” nas escolas, à expansão do feminismo e a concordância com a cura gay (Messenberg 637). Esta oposição será feita por meio de uma guerra cultural, da qual as obras estudadas nesta tese são parte.

1.3 Os Diferentes Tipos de Conservadorismo

Há distintos tipos de conservadorismo, bem como classificações. Em verdade, existem tantas classificações quanto autores que escreveram sobre o tema. O artigo de Noël O’Sullivan, “Conservatism”, monta um bem-apanhado panorama, definindo os diversos tipos de conservadorismo, quais sejam: o reacionário, o radical, o moderado, e a Nova Direita.

O conservadorismo reacionário defende que a democracia moderna “is a spiritual void created by false optimism about the ability of man to abandon religion and pursue happiness through creative political action” (O’Sullivan 8). Acredita que “no society can survive unless its political institutions are underpinned by a consensus on fundamental religious and moral values” (2). Inspira-se na ideia de um sistema hierarquizado perfeitamente harmônico e se opõe à sociedade de massa, que considera ser controlada por corporações. O mais comum, contudo, tanto na linguagem cotidiana quanto na ciência política, é associar o conceito de reacionarismo a um retorno a um status quo ante. Como dizem MacKay e LaRoche, “reaction is a doctrine of political nostalgia, imagining a past it hopes to recreate” (234).

Já os conservadores radicais não se opõem à sociedade de massa. Ao contrário, pretendem, por meio de um líder que representaria a unidade nacional, influenciar a sociedade em favor dos valores conservadores, que deveriam se tornar hegemônicos. Negando as instituições parlamentares, esperam unir as massas ao redor deste líder, o que levaria à construção de um consenso resultante em uma sociedade menos plural e mais alinhada aos seus valores essenciais (O’Sullivan 6).

O conservadorismo moderado trabalha com um modelo de estado nos moldes da fórmula liberal, ou seja, “a limited state ruled by law, with representative institutions and a constitution that provides for checks on executive power” (O’Sullivan 7). Difere, contudo, em termos teóricos, do liberalismo, pois rejeita o pensamento abstrato racionalista, ou seja, defende o referido modelo de Estado por já ter se tornado uma tradição, e não pretende que sejam feitas grandes alterações sociais com base em ideias. Apenas lentas, graduais, naturais e orgânicas transformações são bem-vindas.

A Nova Direita, nascida na segunda metade do século passado, apresenta diversas tendências. Dentre elas, O'Sullivan destaca uma muito ligada ao senso de lealdade nacional, que é a união da nação por meio da cultura e da religião, tendo a tradição como fundamento para estas (O'Sullivan 10), e outra que coloca o livre mercado como mais importante do que a identidade cultural nacional (O'Sullivan 11). Uma terceira tendência, chamada conservadorismo liberal, faz uma síntese das anteriores, pois une livre mercado a orgulho nacional nos anos 1970 (Wallace e Wallace 84). Efetivamente, o conceito de Nova Direita é comumente usado para referir-se à *união do liberalismo econômico a valores conservadores*. Citam-se, frequentemente, os governos Thatcher e Reagan como casos de concretização deste tipo de conservadorismo, que segue em voga, epitomizado pela frase “liberal na economia, conservador nos costumes”.

Alguns conservadores fazem questão de distanciar-se do reacionarismo, tratando-o como algo diverso do conservadorismo. São autores identificados com o conservadorismo moderno. Explica-se: o conservadorismo encontra raízes, como já dito, na obra de Burke, em reação à Revolução Francesa, que essencialmente institui a modernidade. O reacionarismo identifica-se com este momento da pré-modernidade, com o *ancien régime*. O termo reacionário, contudo, é amplamente empregado para referir-se àquele que não pretende apenas uma manutenção da ordem, mas um retrocesso a um estado anterior.

A burguesia passou a ser o status quo e o conservadorismo *mainstream* deixou de ser antiburguês, transformando-se em um movimento essencialmente burguês, em prol da manutenção das distâncias e hierarquias de classe, avesso a medidas que implicam ascensão das classes dominadas. As posições conservadoras, assim, deixam de ser antiburguesas para serem antiproletárias (J.M.A. Souza 5). Com isso, estes novos conservadores aproximam-se do liberalismo burguês, seus antigos adversários, e se colocam como o bastião do bom senso,

“prudentes defensores do presente democrático (burguês) contra as ‘perigosas e violentas utopias’ (fascismo e comunismo)” (J.M.A. Souza 7). O conservador padrão moderno seria, portanto, aquele que nos pretende resguardar de extremistas à direita (reacionários e totalitários) e à esquerda (revolucionários). Seriam realistas que saberiam dos riscos de se buscar ideais utópicos, o que nos deve conduzir a contentar-nos com o possível, mantendo a sociedade nos termos atuais. Mudanças seriam apenas as estritamente necessárias, sob o marco da tradição. O conservantismo seria o canal prudente para reformas sem movimentos bruscos que poderiam abalar as estruturas sociais. Exemplo de intelectuais nesta linha: João Pereira Coutinho e Luiz Felipe Pondé.

Tem-se, em suma, que conservadores pretendem manter as coisas como estão, com mínimas reformas necessárias, ao passo que reacionários pretendem um retorno a um estado anterior (Torres 2). E há ainda os que Torres chama de “imobilistas”, que não aceitam qualquer tipo de mudança, mesmo tecnológicas, e pretendem congelar o tempo (22). Para efeitos deste estudo, todos serão tratados como modalidades do conservadorismo.

Os conservadores mais moderados, que não se opõem em essência aos valores progressistas, acreditam que tais valores devem emergir “naturalmente”, fruto de ajustes que se dão lentamente na sociedade. Encontram, contudo, uma base comum com os mais radicais, que é a ideia de que há um fluxo natural da sociedade e que movimentos bruscos são ingerências autoritárias de determinados grupos que gestam ideologias e buscam impô-las à sociedade. Os conservadores se declaram contra ideologias e contra o racionalismo. Acreditam que a sociedade deve evoluir de acordo com movimentos naturais intuitivos, baseados na tradição. Como diz Hart, ao comentar a obra de Burke:

prescription, presumption, and prejudice suffice to direct individual conscience (...). If these checks are abolished, only one instrument remains for preventing man from relapsing into that primitive state from which he has crept us so painfully through millennia (...). That surviving instrument is rationality (42).

Contudo, segundo o autor, a razão é fraca e traiçoeira, pois “the mass of mankind, Burke implies, reason hardly at all, in the higher sense, nor even can: deprived of folk-wisdom and folk-law, which are prejudice and prescription, they can do no more than cheer the demagogue, enrich charlatan, and submit to the despot” (42). E estes demagogos seriam, nos tempos atuais, os chamados progressistas, representados sobretudo por intelectuais e, no caso do Brasil, mais ainda pelo Partido dos Trabalhadores (PT), que tentaria manipular as massas, afastando-as de valores e conhecimentos ancestrais, de modo a impor o marxismo cultural, tema que será abordado adiante. Há, portanto, no conservadorismo, a ideia essencial de que havia sociedades pré-ideologias (as ideologias teriam surgido com o racionalismo, no período do Iluminismo) que se organizavam naturalmente. Suas estruturas não seriam fruto de interesses ou guerras de classe ou disputas de qualquer natureza. Alterar tais modelos seria subverter a ordem natural, portanto engenharia social gestada por um pequeno grupo tentando impor-se, logo ação necessariamente autoritária, independente de qual seja o modelo buscado.

Diante do exposto, chega-se à seguinte definição de conservadorismo: crença irracionalista segundo a qual as sociedades se organizam de forma orgânica. Tal organização não seria fruto de disputas, mas apenas um equilíbrio a que se chega de forma natural, gerando tradições, que devem ser respeitadas. Já que há tal equilíbrio, apenas mudanças de pouca monta, realizadas de acordo com a tradição e destinadas a manter o cerne da estrutura, seriam bem-vindas. Reconhece-se, contudo, que o reacionarismo e o imobilismo representam variantes de tal conceito, uma vez que aquele pretende um retorno e este um completo estancamento de qualquer possibilidade de mudança.

Seriam, afinal, os termos “conservador” e “direitista” intercambiáveis? Não. Como bem coloca Pereira: “diferente do conservadorismo, cujas pautas sempre estiveram associadas à direita, as pautas progressistas não se reduziram ao campo da esquerda” (76).

Para ser de direita basta não ser a favor de um Estado e de ações devotados à redução de desigualdades. Isso não significa ser contra mudanças em geral. Nada levaria a direita a ser, ontologicamente, contra a legalização das drogas, por exemplo. Não à toa muitos libertários de direita colocam-se contrariamente à guerra às drogas.

Já conservadores, são resistentes a mudanças. Considerando que quase todas as sociedades são desiguais, virtualmente todo conservador será de direita – já que direitistas tendem a naturalizar a desigualdade —, embora nem todo direitista seja conservador.

Além das citadas por O’Sullivan, existem outras modalidades de conservadorismo e de movimentos de direita, que muitas vezes rivalizam com o conservadorismo *mainstream* com a mesma intensidade que se disputam com setores progressistas. Pense-se, por exemplo, na alt-right, que carrega a palavra “*alt*” em seu nome justamente por se diferenciar do conservadorismo normalmente praticado. Como diz Hawley: “Alt-Right includes anyone with right-wing sensibilities that rejects the mainstream conservative movement” (11). Apesar da definição vaga, o autor reconhece que a preocupação com questões de raça, como supremacia branca e oposição a medidas de equidade, é uma pauta comum a tal segmento da direita. Como diz Richard Spencer, supremacista branco do National Policy Institute e criador do termo alt-right: “Someone who is really alt-right recognizes the reality of race, and the fact that race matters, and that race is an essential component of identity” (“Alt-right”).

Há quem fale, como Boito Jr., na emergência de um movimento neofascista no Brasil. O fascismo seria uma forma de Estado (Boito Jr.) ditatorial capitalista fundado em uma determinada

ideologia e em um partido de massa (Boito Jr.). Embora o Estado brasileiro seja uma democracia burguesa, “é possível admitir que um movimento fascista, movido pela ideologia fascista, chegue ao governo e não implante uma ditadura fascista” (Boito Jr.). Há, portanto, que se diferenciar um modelo de Estado fascista de uma ideologia neofascista. Esta ideologia teria como marca “a designação da esquerda como o inimigo a ser destruído, o culto da violência, um nacionalismo autoritário e conservador e a politização do racismo e do machismo” (Boito Jr.). O neofascismo seria, portanto, uma ideologia calcada em valores reacionários e autoritários como o fascismo, tendo como diferenças essenciais em relação a este as formas de apresentação e organização, como, por exemplo, o movimento de massa ser essencialmente fundado em redes sociais e não em um partido.

Há hoje, no Brasil, um movimento chamado bolsolavismo, que tem seu caráter fascista debatido. Tal discussão soa interminável porque o próprio conceito de fascismo é fluido. Mais do que enquadrá-lo em uma determinada definição, interessa, para os efeitos dessa tese, identificar suas características. Isso dá-se porque a guerra cultural conservadora, em um embalo antipetista, em um primeiro momento, foi promovida por conservadores em geral, inclusive moderados, e até alguns liberais. Entretanto, com a chegada do radical Jair Bolsonaro à presidência, o adversário primordial de liberais³ e conservadores moderados passa a ser o presidente e o movimento que o levou ao poder, qual seja, o bolsolavismo. Como um pêndulo, a partir de 2019, liberais e conservadores moderados mudam de lado na guerra cultural, contudo, haviam lançado as bases para a capilarização do bolsolavismo, que se mantém firme na guerra.

³ Este termo é empregado nesta tese como sinônimo daquele que defende um Estado com repartição de poderes, com freios e contrapesos, e que é favorável a uma participação reduzida do Estado na economia, não vendo este como principal indutor da redução da desigualdade. Valoriza a livre iniciativa e o crescimento econômico com pouca regulação. São, portanto, identificados como de direita, podendo ser progressistas ou conservadores no que tange aos costumes.

Aarão Reis considera o bolsonarismo a face brasileira de um fenômeno mundial que chama de nacionalismo de extrema direita. Indica seis aspectos centrais do fenômeno: “viés visceralmente antidemocrático; o conservadorismo social e religioso; a conquista, obtida através de uma ascensão fulminante, da condição de ator relevante e incontornável da luta política; e, finalmente, a capacidade de confluência de um conjunto de tendências de direita” (4). No Brasil, os principais círculos de apoio que participariam desta confluência, seriam os aparelhos de segurança formais (forças armadas e polícias) e informais (milícias e bancada da bala), as igrejas evangélicas e o capital, com destaque ao agronegócio e aos financistas (8-9), que “imaginavam domesticá-lo, como fizeram com Lula, mas encontraram dificuldades imprevistas para alcançar este objetivo” (9). Com esta impossibilidade de domesticação, durante o mandato de Jair Bolsonaro, parte do capital se desvinculou do movimento. Este contemporâneo nacionalismo extremado de direita, segundo Aarão Reis, explora “as insuficiências e deficiências dos regimes democráticos, instrumentalizando-os quando convém, desfigurando-os ‘por dentro’ e usando intensamente os mecanismos próprios da revolução digital” (3). Promove, portanto, um esgarçamento das democracias liberais, fazendo-as caminhar em direção a um modelo de democracia iliberal.

Yasha Mounk, em *The People vs. Democracy*, fala sobre o caráter cada vez mais antidemocrático que as democracias liberais vêm tomando. Foram-se formando estruturas estatais autônomas, geridas por tecnocratas, independentes dos governantes eleitos (pode-se pensar, por exemplo, nas agências reguladoras). Mais e mais questões são definidas como técnicas, ou seja, deixadas para que sejam cuidadas por especialistas, alheando a população. Isso gerou um Estado estável, que pouco oscila de acordo com as demandas populares.

Tais instituições independentes, junto com a garantia de direitos individuais, forma a essência da democracia liberal. Contudo, tal democracia, com cada vez mais instituições

independentes no bojo do Estado e uma maior institucionalização de modelos, vem se tornando impermeável à população e, portanto, antidemocrática.

O alheamento gerado por este modelo cria nos cidadãos uma vontade de tomar o Estado de volta das mãos dos burocratas, pois “voters have long since concluded that they have little influence on public policy” (Mounk 13). A partir disso surgem os movimentos populistas, que são extremamente democráticos no sentido mais cru da palavra: representam a vontade da maioria. São desconsideradas, contudo, questões como o respeito às instituições e aos direitos humanos e das minorias. O mundo estaria se dividindo, portanto, em dois sistemas: “iliberal democracy, or democracy without rights, and undemocratic liberalism, or rights without democracy” (Mounk 14)⁴.

Faz-se necessário definir-se populismo. Paul Taggart dedica um capítulo do seu livro *Populism* às definições que já foram dadas ao termo. Segundo informa, Shils entende que populismo “exists wherever there is an ideology of popular resentment against the order imposed on society by a long-established, differentiated ruling class which is believed to have a monopoly of power, property, breeding and culture” (citado por Taggart 11). Entre as diversas definições

⁴ A democracia liberal tem por características as instituições de pesos e contrapesos, com divisão e harmonia entre os poderes, uma burocracia estatal, e a garantia de direitos individuais a todos os cidadãos e minorias. Devido ao fato de no Brasil os direitos mais fundamentais de algumas minorias nunca terem sido garantidos, havendo, segundo alguns pesquisadores e ativistas, genocídio da população negra, Esther Solano Gallego, em debate durante uma mesa na terceira conferência da Associação de Brazilianistas Europeus (ABRE), em 21 de setembro de 2021, defendeu que no Brasil não seria possível a ocorrência da transição de democracia liberal para iliberal, pois o país nunca teria conseguido estabelecer uma democracia liberal. A despeito de a intelectual estar correta quanto ao país não ter atingido um dos marcos deste tipo de democracia, violações de direitos humanos ocorrem em praticamente todos os países, como movimentos como Black Lives Matter deixam claro ocorrer nos EUA, por exemplo, país que pratica a pena de morte, e onde não se discute que há uma democracia liberal. Há uma espécie de ideal platônico para cada modelo de Estado e cada país se aproximará mais ou menos deste ideal, portanto, entendemos que o que mais pesa é o modelo de Estado, que sem dúvida é de uma democracia liberal no Brasil, com toda a tecnocracia que isso envolve. Desse modo, nos parece que a lógica da corrosão da democracia liberal em direção a uma democracia iliberal pode aplicar-se ao Brasil.

apresentadas na obra de Taggart, encontra-se frequentemente um caráter de antiestablishment e, muitas vezes, anti-intelectual (Taggart 16). E, como visto acima, Shils também destaca o ressentimento. Trata-se, sem dúvida, de um traço importante do bolsonarismo, como levantado por Catalani:

A liberalização dos costumes, a visibilização de LGBTs, as cotas, as drogas, sindicatos, as universidades públicas, peças de teatro com nudez, ONGs, tudo isso aparece como uma espécie de festa, uma suruba da qual eu fui excluído e que eu quero que acabe. Eu quero que todos sofram como eu: essa a lógica fundamental do ressentimento. A dinâmica deles é: “Matam para que se iguale a eles o que lhes parece vivo”. (da sétima à oitava página. A citação entre aspas é de Adorno)

Uma das formas de “acabar com a putaria” (Catalani, quinta página) é por ameaças (Catalani, quinta página).

Defina-se, portanto, o bolsonarismo como um movimento populista reacionário de *extrema direita nacionalista*, que antagoniza as instituições da democracia liberal. O “extrema”, em diálogo com a definição de Bobbio de extrema direita, refere-se à oposição às instituições. O reacionário dá-se porque há uma constante ideia de retorno a um estado pré-gramscista, como se verá adiante. O gramscismo teria imperado desde os últimos anos da ditadura, fortalecendo-se durante o período democrático, implementando o marxismo cultural. Há, portanto, uma ideia de retorno aos valores do período da ditadura, aliado a um caráter fortemente religioso, o que o faz ser caracterizado como reacionário.

Outro termo constantemente usado é “bolsolavismo”. Como se sabe, Olavo de Carvalho é o guru intelectual do bolsonarismo. Em seu primeiro discurso após eleito, Bolsonaro tinha um livro do ex-astrólogo sobre sua mesa. Seu poder de influência sobre a extrema-direita brasileira, mesmo após sua morte, é notável, tendo “Olavo tem razão” se tornado um mote, presente em diversas manifestações. “Olavo tem razão” também se tornou um tema musical para várias bandas de diferentes gêneros. Até livro de tirinhas já foi feito em homenagem ao autoproclamado filósofo.

Bolsonaro é o herói desta direita contemporânea radicalizada e Carvalho era o seu mentor, que lhes fornecia um verniz de intelectualidade autolegitimadora. Como se verá no decorrer deste estudo, as teses de Carvalho são baseadas essencialmente em teorias da conspiração e marcadas por um forte anti-intelectualismo. Portanto, basta acrescentar as palavras “conspiracionista” e “anti-intelectual” à definição de bolsonarismo que se encontra o bolsolavismo, considerado por João Cézar de Castro Rocha como um sistema de crenças, uma vez que baseado em teorias da conspiração, que têm, invariavelmente, nenhum ou pouco embasamento. Neste estudo, os termos bolsolavismo e extrema direita nacionalista serão usados intercambiavelmente. Ainda que “extrema direita nacionalista” seja expressão que omite os caracteres populista e reacionário deste movimento, Aarão Reis acerta ao afirmar que o bolsonarismo é faceta brasileira da extrema direita nacionalista. Trata-se de termo enxuto o suficiente para que seja usado e engloba algumas das características fundamentais deste movimento.

Mas entre tantas direitas e conservadores, quem promove a guerra cultural?

Não há a menor dúvida de que os bolsolavistas são a ponta de lança desta guerra. Interessa notar, contudo, que há uma recente onda conservadora, conhecida como “nova direita” (termo usado, dentre outros, por Chalhoub e Perlatto, e Messenberg). Tal termo não é adequado, por gerar potencial confusão com a já citada nova direita associada ao tatcherismo. Será, portanto, usado o apodo de novíssima direita. A inspiração para o termo vem de Rosa et al., que fazem referência a uma “novíssima direita conservadora”, que seriam:

grupos conservadores orientados principalmente pela visão de mundo de Olavo de Carvalho e que passaram a se articularem por canais da internet, divulgando informações equivocadas, distorcidas ou mesmo sem uma fonte devida e que operam como digital influencers atuantes no campo das moralizações promovendo racismo de Estado em defesa da sociedade. (174)

Tal definição refere-se a uma tática do bolsolavismo, sem dúvida. Contudo, a novíssima direita, fenômeno amplo, que englobava (até a ascensão de Bolsonaro ao poder) até liberais, é um

mero adensamento (Challoub e Perllato) dos pensamentos conservador e de direita, que ganhou espaço, legitimidade e seguidores na sociedade brasileira. Challoub e Perllatto buscam identificar algumas características em comum em alguns intelectuais da novíssima direita, contudo, alguns dos pensamentos elencados como comuns, em verdade não o são. Portanto, o referido adensamento conservador e de direita, e um engajamento em uma guerra cultural contra a esquerda, é o que define a novíssima direita.

Há setores menos radicalizados, que se opõem ao bolsolavismo, mas que, tomados pela onda antipetista e antiesquerdista que assolou o país a partir da década passada, acabaram por engajar-se na guerra cultural. Como se verá no capítulo 4 desta tese, algumas obras de autores não tão conservadores fazem uma caricatura do sujeito de esquerda, tirando-lhe qualquer profundidade e matando-o simbolicamente. Embora se possa dizer que estes autores dificilmente escreveriam algo semelhante após ascensão de Bolsonaro ao poder, já que o alvo passa a ser os novos ocupantes do poder, mesmo involuntariamente eles colaboraram com a ascensão do bolsolavismo, assim como todos aqueles que participaram da desconstrução da institucionalidade no Brasil, uma vez que o populismo é antiestablishment e se alimenta da descrença no sistema.

A seguir, será exposto o que é guerra cultural e, em seguida, identificados os seus elementos.

1.4 – Da Guerra Cultural

1.4.1 – Definição e Origem do Termo

Frederico Rios C. dos Santos define guerra cultural como o “embate entre duas visões de mundo antagônicas, uma conservadora (também chamada de ortodoxa ou tradicionalista),

associada à direita política, e outra progressista, relacionada, predominantemente, às esquerdas (...)" (181).

Ela corresponde a uma luta pela alma da nação, daí dizer-se que se trata de "conflicts over issues that are rooted in nonnegotiable conceptions of cultural and moral order" (Zafirovski 188). Numa guerra cultural luta-se para se definir a essência de um país. No caso do Brasil, por um lado diz-se que se trata de uma nação essencialmente conservadora, por outro garante-se que se trata de um povo despachado, festivo e carnavalesco. Para alguns, trata-se de um país com valores religiosos fortes, de gente pacífica e respeitadora da ordem; para outros, trata-se de uma nação marcada por revoltas cuja menção é negligenciada nas escolas. Conservadores dirão tratar-se de um país ocidental, fundado por portugueses em valores cristãos. De forma alguma, dirão progressistas, a história brasileira é marcada pela resistência ao invasor e a essência do povo estaria nas lutas dos subalternizados.

Tal disputa não é a ordinária da política cotidiana de qualquer país, pois a definição do que é a essência da nação está em disputa. Em uma guerra cultural, cada contendor pretende que seus valores sejam reconhecidos como princípios nacionais, dando-lhes um ar incontestável, alterando o senso comum, pois este determina o que é "natural", como "as coisas simplesmente são", e o que está fora dele faz parte do terreno do inconcebível. Em uma situação de guerra cultural busca-se que o inaceitável de ontem seja o heroico de hoje, alterando os valores nacionais, gerando princípios, que são compreendidos como bases sólidas do ethos nacional. Até a Constituição, a lei máxima, que seria o elemento fundante de um país, será escrita com base em tais valores. Quando já promulgada, será interpretada à luz desses valores. A guerra cultural, colocando a alma do país em disputa, transforma todas as demais contendas em assuntos secundários. Ao vencedor, o privilégio de dar uma interpretação que soará como definitiva aos símbolos nacionais, de definir

os heróis e o ideário do país. Ganha, ainda, o direito de tratar como herege aquele que se opõe aos princípios nacionais, como se estes emanassem de um tempo mítico, tendo, portanto, valor absoluto e sendo autoevidentes. Não há possibilidade de escuta ao herege e, nas palavras de Eduardo Wolf, “cada lado só pode almejar o silêncio do outro” (citado por Santos 185). No caso brasileiro, a diversidade como identidade e valor nacional ou a homogeneidade ocidental guiarão todas as demais derivações. A própria disputa pela equidade ou igualdade formal é derivada da compreensão da nação como multicultural ou não.

O termo vem do alemão, *Kulturkampf*, em referência ao momento histórico em que liberais e protestantes alemães, liderados por Otto Von Bismarck, travaram uma guerra com católicos pelos corações e mentes alemães, tão logo deu-se a unificação. “On the surface, the dispute pitted Protestants against Catholics over the religious content and character of public education” (J. Hunter XII), mas ia além. Estava em jogo que tipo de país a Alemanha seria, quais seriam seus princípios fundamentais. Por um lado, havia os católicos, lutando por um país mais confessional e mais alinhado com valores pré-iluministas; no espectro oposto estavam liberais e protestantes, que buscavam reforçar na população uma mentalidade mais moderna e iluminista. A guerra não se limitou à disputa sobre os rumos da educação pública, que sem dúvida tinha peso, mas também eram feitas acusações pesadas entre os adversários na esfera pública, valendo-se de jornais e outros meios de comunicação.

Contemporaneamente, o termo *culture war* se popularizou após o famoso caso Rigoberta Menchú, quando a Universidade de Stanford adotou a autobiografia da indígena guatemalteca no curso de literatura ocidental, levando a uma reação conservadora, que afirmava que a incorporação desse tipo de material em tal curso se tratava de uma degeneração da cultura do ocidente (Santos 182-183).

Segundo Hunter, um grupo de estudantes de Stanford demandou a extinção do curso de cultura ocidental, que deveria ser substituído por um curso que enfatizaria o estudo de culturas não dominantes. Após muito debate político e pressão, que tomou um caráter nacional, o curso passou a chamar-se “Culture, Ideas and Values” e incluiu leituras de textos de subalternizados, como o de Rigoberta Menchú. Setores conservadores apontavam um barbarismo nos estudos literários dos EUA e argumentavam que novos livros eram inseridos com finalidade meramente ideológica e não com base na qualidade da leitura (Pratt 33). Isso se deu em um contexto em que a geração dos anos 1960 chegava, no final da década de 1980, a posições de influência, como professores e doutores. Traziam valores como o antirracismo e o feminismo, ao mesmo tempo em que a cultura conservadora, humilhada após o Vietnã, contra-atacava com o governo Reagan e percebia que as universidades eram um campo de combate e que a batalha que ocorria relativa ao curso de Cultura Ocidental em Stanford não podia ser perdida.

A obra de referência sobre guerra cultural é *Culture War*, de James Davison Hunter, publicada em 1991, tratando do embate entre uma visão conservadora e outra progressista de mundo nos EUA. O autor define conflito cultural como “political and social hostility rooted in different systems of moral understanding. The end to which these hostilities tend is the domination of one cultural and moral ethos over all others” (42). Segundo o autor:

(...) the principles and ideals that mark these competing systems of moral understanding are by no means trifling but always have a character of ultimacy to them. They are not merely attitudes that can change on a whim but basic commitments and beliefs that provide a source of identity, purpose, and togetherness for the people who live by them. It is for precisely this reason that political action rooted in these principles and ideals tends to be so passionate (42).

De acordo com Hunter, a guerra cultural que ocorria nos Estados Unidos nas últimas décadas do século XX (e presumivelmente ainda hoje) se daria entre o impulso em direção à ortodoxia e o impulso em direção ao progressismo (43). Aquele envolveria um comprometimento

com uma autoridade externa identificável e transcendente (44). Tal autoridade definiria valores absolutos, nos informando o que é bom, o que é verdade e como deveríamos viver (44). Já no progressismo, a autoridade moral tende a ser definida pelo espírito do tempo moderno, um espírito de racionalismo e subjetivismo (44). A verdade, portanto, tenderia a ser vista como um processo (44). O que o autor definiu como ortodoxia pode ser chamado de conservadorismo. Os conservadores, como visto, são adeptos do irracionalismo, que, segundo Lukács, se baseia na construção de mitos. Há, entre os conservadores, a identificação de um elemento de autoridade, que informará uma verdade. Não necessariamente, mas muitas vezes será Deus. Segundo Burke, a religião é necessária, pois quanto maior for o papel da religião menor será o controle estatal, ou seja, para o pensador irlandês, é necessária alguma força obrigando o ser humano, seja pela moral ou pela espada. Quanto mais religioso o sujeito for, mais a moral será suficiente para controlá-lo e, quanto menos, mais necessária será a repressão estatal. Essa é a razão prática que serve de reforço de argumento na defesa que Burke faz da religião. Mas para ele a questão é um bocado mais profunda do que isso. Para o irlandês “religion is the basis of civil Society, and the source of all good and of all comfort” (77). Há, portanto, um transcendental que é o fundamento de validade de todo o bem. Segundo o autor, “we know, and it is our pride to know, that man is by his constitution a religious animal; that atheism is against, not only our reason, but our instincts; and that it cannot prevail long” (Burke 77).

Para outros conservadores, a autoridade externa será a tradição. Scruton dirá:

The argument of this book is addressed to the reader, regardless of his or her religious convictions, since it is about living in the empirical world, not believing in the transcendental. Whatever our religion and our private convictions, we are the collective inheritors of things both excellent and rare, and political life, for us, ought to have one overriding goal, which is to hold fast to those things, in order to pass them on to our children. (17 *How to Be*)

Note-se que, em sendo o fundamento Deus ou a tradição, há uma verdade pré-determinada e constante. Burke, em famosa passagem, fala em parceria entre os vivos, os mortos e os que ainda estão por nascer (Burke 82), determinando assim a manutenção de uma ordem. A verdade não seria um processo, como no progressismo, mas algo já inscrito em um tempo passado.

Nos EUA, portanto, se considera que o início da guerra cultural se dá no fim dos anos 1980, quando há um embate entre a geração dos anos 1960, já adultos e influentes, com forças conservadoras.

1.4.2 A Guerra Cultural no Brasil

É difícil definir um marco do início da guerra cultural no Brasil. Desde os anos 1980, setores dentre os militares iniciaram uma disputa de narrativa, tratando progressistas como comunistas de discurso amenizado. Muitos militares acreditam estar em guerra contra o comunismo desde a fundação do Partido Comunista Brasileiro. Tal guerra dar-se-ia, em alguns momentos, apenas no campo da disputa de narrativas, e em outros chegaria às vias de fato. De todo modo, ela seria ininterrupta.

Já Olavo de Carvalho escrevia desde os anos 1990 sobre marxismo cultural e tratava progressistas como comunistas e portadores de patologias. Este autor já travava sua guerra, no mínimo, desde aquela época.

Contudo, tais discursos se limitavam a nichos. Como dizem Chalhoub e Perlatto, após a redemocratização não houve, por vários anos, condições para desenvolvimentos de ideias ligadas ao conservadorismo ou à direita, associados à ditadura, o que levou setores mais liberalizantes a se conectarem a tendências sociais-democratas (“Intelectuais” 7). Já no século XXI:

a sequência de mandatos do PT frente ao governo federal contribuiu, entretanto, para impulsionar transformações importantes na configuração do campo político e

intelectual nacional. A vinculação do partido a um imaginário de esquerda (...) deu novo vigor a atores que reivindicavam abertamente um lugar para a direita na esfera pública. Ainda que ancorado em um “reformismo fraco”, nos dizeres de André Singer, o lulismo alterou determinados aspectos da sociedade brasileira, fazendo com que emergisse um discurso de reação, contraposto à esquerda, simbolizada pelo PT, sua ideologia e suas práticas políticas. Em um cenário de adensamento do campo que se representava como direita, vozes outrora isoladas e pouco influentes ganharam força, velhos personagens assumiram renovada *persona* política e novos atores adentraram com estardalhaço no terreno. A direita, através desses intelectuais, passou a dizer o seu nome, a querer se posicionar com maior protagonismo na esfera pública. (Chalhoub, e Fernando Perlatto “Intelectuais” 8).

De acordo com os autores, portanto, o alongado período do PT no poder, somado a alterações que este partido produziu na sociedade brasileira, levaram ao presente adensamento conservador. Algumas das alterações apontadas por pesquisadores são mudanças no padrão de consumo de camadas mais pobre, com mais de vinte milhões de pessoas tendo ultrapassado a linha da pobreza, além de transferência de renda e inclusão social que levou um novo seguimento social “a ocupar espaços e a dividir o uso de serviços, nunca compartilhados pela classe média nacional com outras camadas mais pobres da população (aeroportos, shoppings, universidades e planos de saúde)” (Messenberg 640 “A Direita que Saiu”).

Outras alterações no período petista foram nas pautas dos costumes e raciais. A criação de cotas raciais é alvo constante de ataques de setores conservadores. Ademais, naquele momento histórico houve avanço de pautas LGBTQIA+, com a criação do programa Brasil Sem Homofobia, e a legalização, pelo Supremo Tribunal Federal, do casamento homoafetivo. Também coincidente com os governos petistas são os avanços das pautas dos movimentos feministas.

Todo esse desenvolvimento de pautas progressistas durante um governo percebido como de esquerda facilitou a criação de uma forte oposição conservadora. Particularmente a pauta de costumes seria objeto e gatilho da guerra cultural, pois se relaciona com os valores do país. Para alguns, o brasileiro é tolerante e deve conviver com a diferença. Para outros, o brasileiro é conservador e não quer ser exposto a indecências. Ademais, negar a diversidade é uma forma de

buscar um senso comum intolerante com as demandas de grupos subalternizados, pois um senso comum homogêneo calcado nos valores do grupo dominante leva à supressão de políticas inclusivas de membros de outros grupos.

Foi, portanto, durante o governo PT e com a reação ao avanço das pautas de costume, que se formou a novíssima direita e, com ela, a guerra cultural. Trata-se de um processo e não se pode precisar uma data, mas simbolicamente estabeleça-se o dia 23 de novembro de 2010, quando, no seminário Escola Sem Homofobia foi apresentado material de projeto homônimo (Romancini 94). A reação a essa apresentação foi forte e liderada pelo então deputado Jair Bolsonaro, que criou um pânico moral (Romancini 95) ao fazer, em discursos públicos, diversas distorções sobre o projeto, que tratou como propaganda gay para crianças. O resultado: o governo federal recuou, não levando o projeto adiante, e Bolsonaro, que até então era um deputado de pouca relevância, visto como folclórico e acima de tudo representante de interesses corporativos de militares, pulou de pouco mais de cento e vinte mil votos em 2010 (décimo primeiro deputado mais votado no Rio de Janeiro) para quase meio milhão nas eleições seguintes, quando foi o deputado mais votado. Já Jean Wyllys, deputado do PSOL e então seu principal antagonista, saltou de pouco mais de treze mil votos nas eleições de 2010 para quase cento e quarenta e cinco mil em 2014. Estava lançada e em pleno curso, a guerra cultural. A partir de então, termos do olavismo que já existiam desde os anos noventa, como gramscismo e marxismo cultural, passariam a circular no debate público.

Contudo, para se compreender a guerra cultural conservadora no Brasil, há que se entender duas coisas: o entendimento de que há uma hegemonia progressista no campo intelectual e cultural; a busca da quebra dessa hegemonia pelo avanço conservador. Tal é o primeiro elemento da guerra cultural brasileira.

1.4.2.1 Elementos da Guerra Cultural Brasileira

1.4.2.1.1 Da Crença em uma Hegemonia Progressista

Alguns setores do conservadorismo focarão em uma predominância progressista no meio e na produção artística. Neste caso, não se trataria tecnicamente de hegemonia nem sequer *stricto sensu*, posto que estaria limitada a um determinado setor, não chegando a formar um consenso na sociedade civil.

Outros, entretanto, irão além do meio artístico, afirmando que há uma hegemonia progressistas em grande parte das instituições mais importantes da sociedade civil, como imprensa, universidades e escolas. Tais autores acreditam em uma hegemonia progressistas *stricto sensu*.

Por fim, setores reacionários, como o bolsolavismo, referem-se a uma hegemonia *lato sensu*, ou seja, tanto a sociedade civil, graças ao marxismo cultural, quanto a sociedade política, seriam progressistas.

Sobretudo para os dois últimos entendimentos, o conservadorismo seria uma espécie de contracultura, resistência.

Roberto Schwarz, no ensaio “Cultura e Política, 1964-1969”, escrito em 1969, afirma que *“apesar da ditadura da direita, há relativa hegemonia cultural da esquerda no país”* (62, destaque do autor). Ora, se havia “hegemonia” (não na acepção gramsciana, mas meramente no sentido de predominância no campo artístico) em plena ditadura, ela não teria sido mantida após o fim do período autoritário? João Cezar de Castro Rocha considera que a prevalência progressista, tanto durante quanto após a ditadura, seria meramente relativa, se aplicando somente à cultura independente. Para ele, na área da *indústria* cultural “se verifica o domínio de ideais conservadores, e até de valores francamente de direita” (46). Cita, como exemplo, o crescimento

vertiginoso da Rede Globo no período, sobretudo a criação do Jornal Nacional em 1969, que fornecia uma “poderosa base de divulgação” (45). O autor ressalta também que nas últimas duas décadas houve um declínio da MPB, “importante foco de resistência durante a ditadura militar e gênero musical hegemônico na primeira década da redemocratização” (46). Seu espaço teria sido tomado por gêneros “cujos artistas costumam se aliar a políticos conservadores e, mesmo na eleição de 2018, muitos apoiaram Bolsonaro” (46).

Ademais, como já visto, durante os primeiros governos do Partido dos Trabalhadores, houve um adensamento conservador e da direita, o que leva Vitor Cei a declarar que:

Depois de 13 anos com Presidentes da República do Partido dos Trabalhadores, há relativa hegemonia cultural da direita e ascensão do reacionarismo. Tal hegemonia pode ser vista nas listas de *best-sellers* e nas vitrines de shopping centers, exibindo livros de militantes neoliberais, conservadores ou reacionários. (citado por Rocha 46)

Tem, portanto, pouco fundamento a crença em hegemonia progressista, sobretudo ao se pensar na hegemonia lato sensu. No presidencialismo de coalizão brasileiro há um constante atendimento a demandas de políticos fisiológicos de tendências conservadoras. O mercado segue antipático à esquerda (principal representante do progressismo no Brasil) e a imprensa, particularmente as Organizações Globo, de acordo com estudiosos da mídia brasileira, tem historicamente um viés antipetista. Segundo Júnior e Sassara, há, nas organizações Globo, uma “reiteração do comportamento antipetista já fartamente identificado pela tradição de estudos de mídia e eleições em nosso país” (Júnior e Sassara 57). Não procedem, portanto, as afirmações sobre hegemonia progressista no Brasil, sobretudo quando se pensa em hegemonia lato sensu. Contudo, ao lidar-se com a guerra cultural conservadora brasileira, trata-se com o que João Cezar de Castro Rocha chama de sistema de crenças. Destarte, para os efeitos deste estudo, importa compreender tais crenças, independente de suas correções. Como diz o referido autor, há uma “convicção não apenas na *hegemonia*, mas na *doutrinação de esquerda*, que teria conquistado

corações e mentes” (Rocha 47, destaques do original). Bolsolavistas acreditam que o brasileiro é naturalmente conservador, mas muitos teriam as mentes lavadas por uma estrutura que, por meio da cultura, escolas e universidades, busca criar uma mentalidade marxista cultural em crianças e adultos. Neste momento é preciso chafurdar na gnose conspiracionista bolsolavista.

1.4.2.1.2 – Do Marxismo Cultural

1.4.2.1.2.1 - Conceito

Marxismo Cultural é um termo que começou a surgir na literatura conservadora estadunidense no início dos anos 1990, normalmente em artigos publicados em revistas confidenciais (Jamin 86). Segundo Barbosa, baseando-se em Bianchi, “a expressão ‘marxismo cultural’ foi cunhada em ambientes intelectuais conservadores norte-americanos na década de 1990, difundida por Paul Weyrich, fundador do *think tank* conservador Free Congress Foundation (FCF), e por William Lind, chefe do Centro Para o Conservadorismo Cultural da FCF (...)” (234). Jamin (87) considera que a principal referência sobre o tema é o pequeno livro *Political Correctness: A Short History of an Ideology*, com artigos de diversos autores, e organizado por William S. Lind. Os termos “politicamente correto” e “marxismo cultural” são vistos como sinônimos (Lind 5). O politicamente correto ou marxismo cultural seria “*Marxism translated from economic into cultural terms*” (Lind 5). Acredita-se que, com a derrocada do marxismo econômico e a perda do proletariado para as forças do capital, os marxistas teriam se aliado a minorias como negros, hispânicos, mulheres feministas, gays e outras. O objetivo seria o mesmo do marxismo econômico: a promoção de uma sociedade acentuadamente igualitária, onde não há apenas

igualdade de oportunidades, mas de condições, o que Lind considera que contradiz a natureza humana (Lind 5).

O marxismo cultural seria, portanto, uma variante do marxismo econômico que teria mudado o foco da expropriação dos meios de produção para a promoção da igualdade entre diferentes grupos sociais. Teria trocado a aliança com os proletários pela aliança com minorias. A despeito do diferente modelo de Estado, autores conservadores seguem chamando de marxismo porque entendem que a essência desta ideologia seria “radical egalitarianism enforced by the power of the state” (Lind 6), tendo apenas mudado o meio para promovê-lo. Lind traça cinco paralelos entre as duas modalidades de marxismo (5-6), quais sejam:

1 – ambos seriam ideologias totalitárias. É que ambos buscariam uma sociedade sem classes, ou seja, “a Society not merely of equal opportunity, but equal condition. Since that vision contradicts human nature – because people are different, they end up unequal, regardless of the starting point – society will not accord to it unless forced. So, under both variants of Marxism, it is forced” (5). Esse totalitarismo já teria se imposto nas universidades, onde não haveria mais liberdade de expressão.

2 – Ambas as modalidades de marxismo teriam “single-factor explanations of history” (6). No marxismo clássico, a história seria determinada pela detenção dos meios de produção, ao passo que no marxismo cultural, “history is wholly explained by which groups – defined by sex, race and sexual normality or abnormality – have power over which other groups” (6).

3 – Os dois tipos de marxismo declarariam certos grupos virtuosos e outros maus a priori. Então, no marxismo econômico trabalhadores e camponeses seriam virtuosos e a classe média e donos do capital maus. Já no politicamente correto, negros, hispânicos, mulheres feministas, homossexuais e mais algumas minorias seriam virtuosos e homens heterossexuais brancos vis (6).

4 – Expropriação. Se os marxistas tradicionais, ao obter poder, expropriavam propriedades da burguesia, dando-as ao Estado, os marxistas culturais aplicariam penalidades a homens brancos e dariam privilégios a grupos que privilegiam, por meio de medidas como as ações afirmativas (6). Elas seriam expropriatórias porque tirariam uma vaga de universidade de um candidato ou candidata branca em favor de alguém de uma minoria étnica. Lind entende que o mesmo ocorre em outros setores, como, por exemplo, quando uma companhia de donos brancos é impedida de celebrar um contrato porque tal contrato é exclusivo para empresas de proprietários de minorias. Portanto, ele acredita que ações afirmativas são intrinsecamente expropriatórias (“Bill Lind Discussing” 7:27–8:21)

5 - Por fim, ambas as variedades de marxismo empregariam um método de análise desenhado para demonstrar como suas ideologias estão corretas em qualquer situação. Os marxistas clássicos fariam isso por meio de uma análise econômica, ao passo que os marxistas culturais se valeriam de uma análise linguística, qual seja, o desconstrucionismo. Segundo Lind: “deconstruction essentially takes any text, removes all the meaning from it and then reinserts whatever meaning they desire, so that we find, for example, that all of Shakespeare is about the suppression of women (...)” (“Bill Lind Discussing” 8:37-8:50).

Embora o politicamente correto e marxismo cultural sejam tratados como termos sinônimos, aquele é normalmente empregado para referir-se a restrições à liberdade de expressão. Outros autores consideram que o politicamente correto é uma faceta do marxismo cultural. O politicamente correto imporá um determinado discurso, sufocando ou criminalizando opiniões diversas (Jamin 92). Em ambos os casos, o marxismo cultural é entendido como uma alteração na cultura, promovida por intelectuais, para criar uma ideologia em que valores comunistas de nivelamento social se tornariam predominantes na sociedade. Após terem perdido o proletariado,

assimilado pelo capitalismo, os comunistas estariam investindo em outros grupos, como imigrantes, mulheres, gays e minorias étnicas. O discurso da igualdade lançaria as bases e aos poucos alteraria a estrutura do Estado para uma estrutura comunista. A alteração da estrutura política seria seu ato final. Neste sentido, Pat Buchanan cita Charles Reich, autor de *The Greening of America*, uma espécie de manifesto da contracultura dos anos 1960:

There is a Revolution coming. It will not be like revolutions of the past. It will originate with the individual and with culture, and *it will change the political structure only as its final act*. It will not require violence to succeed, and it cannot be successfully resisted with violence. It is now spreading with amazing rapidity, and already our laws, institutions, and social structure are changed in consequence... (citado por Buchanan 77)

Também neste sentido, Olavo de Carvalho, ao citar os supostos planos de Antonio Gramsci:

(...) amestrar o povo para o socialismo antes de fazer a revolução. Fazer com que todos pensassem, sentissem e agissem como membros de um Estado comunista enquanto ainda vivendo num quadro externo capitalista. Assim, quando viesse o comunismo, as resistências possíveis já estariam neutralizadas de antemão e todo mundo aceitaria o novo regime com a maior naturalidade (O. Carvalho *A Nova Era* 45).

Lind não afirma que haverá expropriação dos meios de produção, como Carvalho e Buchanan dão a entender, contudo, este não é o ponto central. O foco é colocar medidas que buscam compensar desigualdades sob o guarda-chuva do desgastado termo “marxismo”. O importante é manter o estilo de vida, com as devidas hierarquias, pois havendo ou não desapropriação dos meios de produção, dividir poder e espaços com minorias parece ser insuportável, a ponto de Buchanan considerar que a imigração de latinos e asiáticos será capaz de transformar os Estados Unidos em um país de terceiro mundo (3), como se isto dependesse das pessoas que vivem em um país, e não de sua estrutura e desenvolvimento econômico.

Para a implantação do marxismo cultural seria necessário destruir a cultura judaico-cristã-ocidental. Dizendo que cita Lukács, mas colocando Loewy na referência bibliográfica, Buchanan

afirma: “a worldwide overturning of values cannot take place without the annihilation of the old values and the creation of new ones by the revolutionaries” (75), portanto o cristianismo e a cultura ocidental, que seriam o sistema imune do capitalismo, precisariam ser arrancados da alma do homem ocidental (75), que deve ser descristianizado (76). Isso seria feito, dentre outras coisas, pela destruição da família, ao se promover a licenciosidade para mulheres e crianças (75). E os meios para esta destruição da família e promoção de minorias em detrimento do homem branco, levando a uma sociedade igualitária, seriam a cultura e a educação, capazes de efetivar a revolução cultural que transformará a sociedade, fazendo com que “old virtues become sins, and the old sins become virtues” (5). Em suma:

To old Marxists, the enemy was capitalism; to new Marxists, the enemy was Western culture. (...)To new Marxists, the path to power was nonviolent and would require decades of patient labor. Victory would come Only after Christian beliefs had died in the soul of Western Man. And that would happen only after the institutions of culture and education had been captured and conscripted by allies and agents of the revolution. (79)

Para estes teóricos, a cultura e o sistema de ensino tanto nos EUA quanto no Brasil teriam sido tomados por ideias progressistas de marxistas culturais, que alterariam a mentalidade vigente, destruindo a moral ocidental, dando azo a conceitos que promoveriam um igualitarismo antinatural e que demoniza os antigos valores naturais da sociedade, em prol de uma moral promíscua, que destruiria a família, abrindo espaço para que o Estado incuta ideologias nos cidadãos. Isso se daria por meio de uma lavagem cerebral, que ao cabo abriria espaço para a instauração de um governo mundial socialista (em parceria com grandes capitalistas, o que é espantoso, e será explicado no Capítulo 3). Este processo já estaria ocorrendo, com um establishment essencialmente progressista, daí dizer-se que a contracultura hoje é conservadora (Constantino). Não à toa Buchanan entende que as escolas públicas dos EUA já foram efetivamente capturadas pelos marxistas culturais. E com o suporte de grande parte do establishment estatal e cultural, como “the

academic community, the state and federal education (...), while the federal courts shelter their monopoly control” (citado por Jamin 91).

De fato, a questão acadêmica é cara a estes autores, havendo um capítulo da antologia organizada por Lind, de autoria de T. Kenneth Cribb Jr, chamado “Political Correctness in Higher Education”. De acordo com este pensador, “on a growing number of university campus the freedom to articulate and discuss ideas (...) is eroding at an alarming rate” (Cribb 1). Ele denuncia o roubo e as fogueiras públicas feitas a partir de jornais editados por alunos conservadores. Segundo ele, “the perpetrators are rarely disciplined” (Cribb 1). Enfim, o autor acredita que as universidades se tornaram zonas onde não há liberdade, pois “an increasing number of dedicated students and faculty members now live in the fear that their intellectual pursuit of truth will offend the Grand Inquisitors of Political Correctness” (Cribb 1). Em seguida, ele apresenta supostas técnicas do politicamente correto, como: “attacks on the curriculum in the name of multiculturalism, the imposition of restrictive and vaguely-worded ‘speech codes’ and mandatory ‘sensitivity training’ courses for freshman that are little more than systematic efforts at ideological indoctrination” (Cribb 1). A universidade, assim, teria se tornado um local com uma atmosfera de um estado totalitário (Cribb 1). De fato, como se verá nos próximos capítulos, o anti-intelectualismo é uma marca do conservadorismo.

1.4.2.1.2.2 – Origem do “marxismo cultural”

Lind afirma que o politicamente correto data, ao menos, dos anos 1920, nascido dos Diários da Prisão, de Gramsci, e da Escola de Frankfurt. Os autores estadunidenses colocam seu foco sobre esta Escola, ao passo que os bolsolavistas elegeram o marxista italiano como o grande mentor intelectual do plano progressista de lavagem mental.

1.4.2.1.2.2.1 – Escola de Frankfurt

Compreende-se a maior atenção dada à Escola de Frankfurt pelos autores estadunidenses. Com a ascensão do Nazismo, os membros da Escola de Pesquisa Social (nome oficial da Escola de Frankfurt) emigraram para os Estados Unidos e, no entender dos conservadores radicais, teriam se infiltrado nas instituições e seriam os responsáveis pela revolução cultural que mudou os Estados Unidos e que teve o movimento da contracultura dos anos 1960 como sua epítome. Os membros da Escola de Frankfurt teriam sido fundamentais para o surgimento da contracultura dos anos 1960, que se teria tornado hegemônica, pois os jovens de então chegaram a posições de poder, sobretudo como professores universitários, alterando a academia, que teria passado a ter valores antiocidentais. Conservadores radicais afirmam em uníssono que Herbert Marcuse, um dos integrantes da Escola de Frankfurt, teria sido o autor do lema “make love, not war”, embora a autoria seja, na verdade, desconhecida.

A Escola de Frankfurt teria traduzido o marxismo para termos culturais, tendo como foco tudo o que visto na seção anterior: destruição da cultura cristã ocidental e da família, por meio da captura da cultura e da educação. Seus principais aparatos teóricos seriam a *Teoria Crítica*, o *desconstrucionismo* (Lind 5) e o texto de Adorno “Personalidade Autoritária”.

Sobre a *Teoria Crítica*, Buchanan transcreve a definição dada por um suposto estudante do tema, subscrevendo-a:

Essentially destructive criticism of all the main elements of Western culture, including Christianity, capitalism, authority, the family, patriarchy, hierarchy, morality, tradition, sexual restraint, loyalty, patriotism, nationalism, heredity, ethnocentrism, convention and conservatism. (80)

De acordo com Buchanan, usando a Teoria Crítica, o marxista:

(...) repeats and repeats the charge that West is guilty of genocidal crimes against every civilization and culture it has encountered. Under Critical Theory, one repeats and repeats that Western societies are history’s greatest repositories of racism, sexism, nativism, xenophobia, homophobia, anti-Semitism, fascism and Nazism.

Under Critical Theory, the crimes of the West flow from the character of the West, as shaped by Christianity. (...)

Critical Theory eventually induces “cultural pessimism”, a sense of alienation, of hopelessness, of despair where, even though prosperous and free, a people comes to see its society and country as oppressive, evil, and unworthy of its loyalty and love. The new Marxists considered cultural pessimism a necessary precondition of revolutionary change.

Under the impact of Critical Theory, many of the sixties generation, the most privileged in history, convinced themselves that they were living in an intolerable hell. (80-81)

Já o *desconstrucionismo* teria sido criado pelos marxistas como:

(...) a method of [linguistic] analysis designed to show the correctness of their ideology in every situation (...). Deconstruction “proves” that any “text”, past or present, illustrates the oppression of blacks, women, homosexuals, etc., by reading that meaning into words of the text (regardless of their actual meaning) (Lind 6).

A análise do desconstrucionismo feita por Lind se limita ao trecho acima transcrito. Uma característica comum aos autores que tratam do marxismo cultural é não analisar profundamente os textos que indicam como fontes do politicamente correto. Apenas apontam suas intenções e significados (muitas vezes) ocultos, assim como suas consequências. Afirmam mais do que demonstram e são poucas as citações e as referências parentéticas aos marxistas de que tratam. Citações, em geral, são de outros autores com os quais concordam. Não se pode, contudo, negar que tal conduta combina com o espírito empírico do conservadorismo, alheio a teses e abstrações. Não à toa não se encontram textos que defendam a existência do marxismo cultural em revistas universitárias. Costumam constar de sites independentes, artigos em revistas não acadêmicas e livros. Evidentemente, Buchanam, Lind, Atkinson, Olavo de Carvalho e companhia responderiam que isso é uma mera prova de como a academia se tornou um ambiente totalitário, onde só há espaço para o politicamente correto.

Quanto ao estudo da “Personalidade Autoritária”, Atkinson e Buchanan alertam tratar-se de uma cruzada contra a família e o patriarcado em favor de um modelo matriarcal que oprime o homem e transforma “American culture into one dominated by female” (Atkinson 5). Segundo

Atkinson, a Escola de Frankfurt transformou o homem em sinônimo de personalidade autoritária, por ser a cabeça da família patriarcal estadunidense (Atkinson 1). Por consequência, o fascismo teria seu berço na família patriarcal, na cultura tradicional, de modo que Buchanan acredita que, para Adorno, “individuals raised in families dominated by the father, who are flagwaving patriots and follow the old-time religion, are incipiente fascists and potencial Nazis” (82). Disso adviria uma consequência controladora e totalitária: “as a conservative Christian culture breeds fascism, those deeply immersed in such a culture must be closely watched for fascist tendencies” (82). Estas ideias teriam sido internalizadas pela esquerda e, já nos anos 1960, conservadores e figuras de autoridade que se opusessem à revolução do campus seriam rotineiramente taxados de fascista (82).

1.4.2.1.2.2.2 - Gramscismo

Gramsci e a Escola de Frankfurt seriam duas fontes do mesmo movimento. Trata-se de uma questão de eleição de alvo. A extrema direita nacionalista estadunidenses entende que os autores da Escola de Frankfurt foram mais influentes no país do norte, enquanto o bolsolavismo julga que o pensador mediterrâneo obteve maior influência no país sulista. Mas o discurso é essencialmente o mesmo, apenas trocando os nomes. O próprio título de uma das obras de Olavo de Carvalho deixa claro o foco no marxista italiano: *A Nova Era e a Revolução Cultural – Fritjof Capra & Antonio Gramsci*. Para Carvalho, há um culto ao autor italiano no Brasil (*A Nova Era* 56). Segundo afirma, a partir de 1964 os comunistas brasileiros teriam visto grande potencial nas estratégias gramscianas. Contudo, não teriam exercido influência prática imediata devido a uma obsessão pela luta armada.

Seu potencial ficou retido até a derrota da luta armada, que provocou, como não poderia deixar de ser, um retorno generalizado às teses do combate pacífico e

aliancista defendidas pelo PC pró-moscou. O reatamento do romance entre a esquerda armada e a desarmada deu-se, naturalmente, sobre um fundo musical orquestrado pelo maestro Antonio Gramsci. (O. Carvalho *A Nova Era* 76)

O gramscismo, portanto, reinaria entre setores progressistas desde a derrota da luta armada.

Para Carvalho, o Partido dos Trabalhadores segue uma cartilha gramscista (*Nova Era* 86), buscando promover uma revolução passiva “feita pela elite ativista com base no consenso passivo da população. (...) A simples ausência de reação hostil, para não dizer de rebelião, será interpretada como aprovação popular: quem cala consente, em suma” (*Nova Era* 86). A revolução passiva é um conceito gramsciano que se refere à chegada ao poder por um grupo sem rompimento do tecido social, mas ao contrário, aderindo a ele e aos poucos transformando-o. Contudo:

(...) não é só o PT que segue Gramsci: todos os homens de esquerda neste país o fazem há uma década, sem se dar conta. O gramscismo domina a atmosfera por simples ausência de outras propostas e também por uma razão especial: atuando menos no campo do combate ideológico expresso do que no da conquista do subconsciente, ele se propaga por mero contágio de modas e cacoetes mentais, de maneira que põe a seu serviço informal uma legião de pessoas que nunca ouviram falar em Antonio Gramsci.

Eis aí o terceiro fator a que me referi. O gramscismo é menos uma filosofia do que uma estratégia de ação psicológica, destinada a predispor o fundo do “senso comum” a aceitar a nova tábua de critérios proposta pelos comunistas, abandonando, como “burgueses”, valores e princípios milenares. (77)

Neste pequeno trecho encontra-se presente o núcleo do pensamento do bolsolavismo e também da extrema direita nacionalista estadunidense, sendo dele possível extrair derivações e conclusões.

Primeiro, como se nota, gramscismo, em Olavo de Carvalho, é o mesmo que marxismo cultural⁵. Ao dizer que todo homem de esquerda é, ainda que inconscientemente, gramscista, ele afirma que, querendo ou não, todo sujeito progressista é militante de uma feição do marxismo, o

⁵ Na quarta edição, “revisada e muito ampliada” (3) de *A Nova Era e a Revolução Cultural...* o autor abre uma pequena sessão chamada “Do Marxismo Cultural” (159), em que referencia a Escola de Frankfurt e o Desconstrucionismo, seguindo a linha dos autores estadunidenses previamente mencionados. Conceitualmente, entretanto, não difere em nada do que ele chama de “gramscismo”.

marxismo cultural, logo, é comunista. O comunismo é associado, pelo grande público, a Estados totalitários, a confisco de propriedades e, enfim, a regimes fracassados. Com isso, consegue-se colocar todo o pensamento progressista sob um determinado guarda-chuva, que remete a uma palavra que causa arrepios a muitos e que é associada a radicalismo e ao próprio mal, uma vez que “comunista” passou a ser xingamento ou forma de se referir a alguém de um caráter sinistro. Ao dizer que todo homem de esquerda segue o gramscismo sem dar-se conta, Carvalho deslegitima e coloca no campo de um radicalismo inconsciente mesmo os mais moderados progressistas, pois eles teriam seu modelo mental construído dentro de um universo gramscista, ou seja, suas ideias supostamente moderadas seriam vistas como tais por eles, por terem formado seus valores dentro de um senso comum em que o “absurdo” foi normalizado e a “boa moral” destronada. O progressista moderado seria aquele que quer deixar ligeiramente ainda mais imoral uma moral já corrompida pela revolução cultural gramsciana. Por isso, para o autor, se conhecemos poucos gramscistas declarados, é porque o gramscismo realmente venceu:

O número dos adeptos conscientes e declarados do gramscismo é pequeno, mas isto não impede que ele seja dominante. O gramscismo não é um partido político, que necessite de militantes inscritos e eleitores fieis. É um conjunto de atitudes mentais, que pode estar presente em quem jamais ouviu falar de Antonio Gramsci, e que coloca o indivíduo numa posição tal perante o mundo que ele passa a colaborar com a estratégia gramsciana mesmo sem ter disto a menor consciência. (78)

Como se nota, há uma passividade do indivíduo, sujeito a um controle mental, tema sobre o qual o autor tinha fixação. Em *O Jardim das Aflições*, o autor fala de lavagem cerebral. Segundo afirma, tal seria uma técnica empregada pelo regime soviético com base nas teorias do neurofisiologista russo Ivan Pavlov (1849-1936), que levaria a uma transformação na personalidade do sujeito mediante *estimulação incoerente* (60-61). Os primeiros estudos teriam sido feitos em cachorros e logo estendido a prisioneiros:

Programando-os inicialmente para salivar de fome à visão de uma luz vermelha que acendia tão logo lhes era oferecido um bife, Pavlov passou em seguida a lhes

mostrar ora o bife com a luz apagada, ora a luz sem o bife. Eles ficaram completamente atordoados. Quebradas as cadeias dos reflexos condicionados, o cérebro entrava em pane. O mais surpreendente foi o modo pelo qual os cachorros se adaptaram à nova situação: “a inibição prolongada dos reflexos adquiridos— escreve Pavlov—suscita angústia intolerável, da qual o sujeito se livra *mediante reações opostas às suas condutas habituais*. Um cão se afeiçoará ao funcionário do laboratório, que detestava, e tentará atacar o dono, de quem gostava.

A mudança de atitude dos prisioneiros, portanto, não era determinada pelo conteúdo político da doutrinação, mas sim pelo efeito acumulado de estimulações contraditórias, que os levavam ao desespero até que a personalidade, literalmente, virasse do avesso. A doutrinação apenas fornecia o modelo pronto do novo discurso, que completava a transformação. Eis em que consistia a “lavagem cerebral”. (60, destaques do original)

Para chegar ao cenário em que supostamente vivemos desde a derrota dos movimentos guerrilheiros no Brasil, o autor soma à lavagem cerebral a mensagem subliminar:

(...) o psicólogo austríaco Otto Poezl descobriu que estímulos visuais fraquíssimos, imperceptíveis à consciência, eram mais facilmente retidos na memória do que estímulos mais fortes. Logo depois, um publicitário, Hal C. Becker, verificou que a coisa funcionava também com estímulos auditivos. Enxertando na música ambiente de um supermercado uma voz debílimo e imperceptível que repetia: “Sou honesto, não roubarei”, Becker diminuiu em 37 por cento a frequência de roubos cometidos por fregueses. (61)

Para Carvalho, o ser humano moderno é alguém que foi submetido a doses cavalares de estimulação contraditória, de forma subliminar, de modo que “todas as suas cadeias de reflexo foram invertidas ou pervertidas, e agora ele só crê naquilo que seja flagrantemente contrário às evidências” (64), o que abriu caminho para “o pragmatismo, o neopositivismo, o marxismo, a pseudorreligião, a Nova Era” (66).

Como se nota, no universo olavista, tudo é muito sutil e subliminar, mas não por isso menos poderoso. Com a perda da personalidade pelo método da estimulação contraditória, o ser humano fica aberto a doutrinações. Assim, após décadas de infusão subliminar, o gramscismo teria se tornado predominante no Brasil. Por isso, afirma que:

Para a revolução gramsciana vale menos um orador, um agitador notório, do que um jornalista discreto que, sem tomar posição explícita, vá delicadamente mudando o teor do noticiário, ou do que um cineasta cujos filmes, sem qualquer mensagem

política ostensiva, afeiçoem o público a um novo imaginário, gerador de um novo senso comum. Jornalistas, cineastas, músicos, psicólogos, pedagogos infantis e conselheiros familiares representam uma tropa de elite do exército gramsciano. Sua atuação informal penetra fundo nas consciências, sem nenhum intuito político declarado, e deixa nelas as marcas de novos sentimentos, de novas reações, de novas atitudes morais que, no momento propício, se integrarão harmoniosamente na hegemonia comunista.

Milhões de pequenas alterações vão assim sendo introduzidas no senso comum, até que o efeito cumulativo se condense numa repentina mutação global (...). (O. Carvalho *A Nova Era* 64).

Mas quais seriam esses valores subliminarmente infundidos em uma população cuja personalidade foi extinta por estimulação contraditória e que é tábula rasa para as forças comunistas? O politicamente correto. Os beneficiários seriam as minorias historicamente desprivilegiadas que, como diz Lind, teriam ocupado o espaço do proletariado, como aliados de primeira hora dos comunistas contemporâneos. Não à toa, em um livro de curtos ensaios livres (*O Imbecil Coletivo*), Olavo de Carvalho ataca os movimentos negro, gay e feminista. Como se vê, a onda conservadora contemporânea tem uma inegável carga de reação às recentes conquistas de grupos subrepresentados.

Quanto à literatura, o falecido morador da Virgínia afirma:

Já no gramscismo o que interessa é apenas o efeito de conjunto da massa de obras literárias em circulação. Esse efeito de conjunto deve tender à mudança do senso comum desejada pelo Partido, pouco importando que cada obra, tomada isoladamente, nada tenha de marxista ou seja mesmo destituída de qualquer valor propagandístico.

Graças a isto, o julgamento gramsciano de cada obra é muito menos rígido e dogmático que o de outras correntes marxistas – o que muito contribuiu para elevar o seu prestígio entre intelectuais ansioso por conciliar seus ideais marxistas com seu desejo pessoal de liberdade. (O. Carvalho *A Nova Era* 79)

Carvalho constrói uma tese imune a falseabilidade, o que a faz problemática por si. A influência do gramscismo é diluída de tal modo que os que acreditam no marxismo cultural poderão acusar virtualmente qualquer obra de qualquer mídia, seja teórica, artística ou jornalística, de fortalecer o gramscismo, ainda que o autor não tenha consciência de tal. Isso permite uma

espécie de “cancelamento” versão conservadora das obras ou de quem os gurus da extrema direita desejarem. Abre-se espaço para uma caça às bruxas, limpeza do cenário intelectual e cultural, que julgam que deve ser ocupado por pensadores e artistas que se opõem ao marxismo cultural, de modo a recuperar a velha moral, originária, natural, não distorcida. A guerra cultural, portanto, dá-se sobretudo nos campos educacional, artístico e de formação de opinião.

Há o entendimento, portanto, de que valores trazidos pela revolução cultural marxista já são introjetados desde cedo nos futuros adultos. Para Carvalho, o gramscismo dá ênfase à “conquista de mentes infantis – um terreno onde o avanço da esquerda vem causando um dano incalculável a milhões de crianças brasileiras, usadas como cobaias de uma desastrosa experiência gramsciana” (*A Nova Era* 77). Na linha deste entendimento do guru da extrema direita nacionalista, desenvolve-se o Movimento Escola Sem Partido, que se define como “uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior” (Nagib “Sobre Nós”).

1.4.2.1.2.3 - Escola Sem Partido e “Ideologia de Gênero”

Escola Sem Partido e “ideologia de gênero” são, sem dúvida, desdobramentos da tese do marxismo cultural.

O Escola Sem Partido “se trata de um movimento conservador que busca mobilizar princípios religiosos, a defesa da família em moldes tradicionais e a oposição a partidos políticos de esquerda e de origem popular” (Macedo 509). Este movimento separa os conceitos de educação por um lado e ensino/instrução por outro. O primeiro se referiria a valores morais e deveria ser transmitido pela família. À escola caberia apenas fornecer conhecimentos e habilidades (Macedo 516). O Escola Sem Partido acredita que há um pensamento hegemônico de esquerda nas

universidades (Macedo 516) e nas escolas, que seriam mera caixa de ressonância de “grupos e correntes políticas e ideológicas com pretensões claramente hegemônicas” (“Apresentação”). Crê, ainda, que “a imensa maioria dos educadores e das autoridades, quando não promove ou apoia a doutrinação, ignora culposamente o problema ou se recusa a admiti-lo, por cumplicidade, conveniência ou covardia” (“Apresentação”). Tudo isso seria parte de “um projeto de engenharia social, que supõe a implementação de uma nova escala de valores” (“Apresentação”) ou, em outras palavras, gramscismo, marxismo cultural. É, portanto, acreditando que a educação, desde o ensino básico, visa promover uma engenharia social, programando as mentes de estudantes para promover valores progressistas, com vista à implantação de uma hegemonia cultural comunista, que é criado o Movimento Escola Sem Partido.

Uma obsessão do Movimento Escola Sem Partido é o combate à chamada “ideologia de gênero” (Nagib “Quem Deve”).

A atual guerra cultural do bolsolavismo, segundo João Cézar de Castro Rocha, é caracterizada pelo resgate da Doutrina de Segurança Nacional – que tem sua narrativa replicada em obras como o *Orvil* e *A Verdade Sufocada*, de Brilhante Ustra –, pela “adesão náufraga ao sistema de crenças de Olavo de Carvalho e, por fim, a crítica ruidosa a uma imaginária ‘ideologia de gênero’” (Rocha 30, destaque do original).

A ideologia de gênero é, segundo João Cezar de Castro Rocha, “uma distorção completa de uma área de estudos, *gender studies*” (81). Miskolci e Campana identificam “as origens das ideias que sustentam a existência de uma ‘ideologia de gênero’” (724) na Igreja Católica e, “mais especificamente nos textos do então cardeal Joseph Aloisius Ratzinger” (474), que viria a se tornar o Papa Bento XVI. Em 1997, ele escreveu:

Atualmente se considera a mulher como um ser oprimido; assim que a liberação da mulher serve de centro nuclear para qualquer atividade de liberação tanto política

como antropológica com o objetivo de liberar o ser humano de sua biologia. Se distingue então o fenômeno biológico da sexualidade de suas formas históricas, às quais se denomina “gender”, mas a pretendida revolução contra as formas históricas da sexualidade culmina em uma revolução contra os pressupostos biológicos. Já não se admite que a “natureza” tenha algo a dizer, é melhor que o homem possa moldar-se ao seu gosto, tem que se libertar de qualquer pressuposto de seu ser: o ser humano tem que fazer a si mesmo segundo o que queira, apenas desse modo será “livre” e liberado. Tudo isso, no fundo, dissimula uma insurreição do homem contra os limites que leva consigo como ser biológico. Se opõe, em seu extremo último, a ser criatura. O ser humano tem que ser seu próprio criador, versão moderna de aquele “serei como deuses”: tem que ser como Deus. (citado por Miskolci e Campana 142)

Na América Latina, informam Miskolci e Campana, teve grande influência o livro do argentino Jorge Scala, *La Ideologia del Género o el Género como Herramienta de Poder*, que foi traduzido para o português. O combate à suposta ideologia de gênero teria justificado:

(...) manifestações que vão desde movimentos a favor da família tradicional até manifestações contra políticas de governos de esquerda. Iniciada na Argentina e no Brasil, a disseminação da gramática político-moral da noção de ideologia de gênero já alcançou, em 2016, países como o México e a Colômbia, contribuindo, no caso do primeiro para a luta contra a aprovação do “*matrimonio sin discriminación*” e, no último, para a vitória do não à paz no plebiscito que visava referendar o acordo com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc). (Miskolci e Campana 726)

No caso colombiano dizia-se que se fosse assinada a trégua o país sofreria o risco de “*caer bajo una dictadura comunista y la inminente aprobación de la ideologia de género*” (Miskolci e Campana 726). Novamente é insinuada uma suposta aproximação entre comunismo e pautas identitárias; pensamento certamente filhote da extrema direita nacionalista e sua tese sobre o marxismo cultural.

No terreno da Igreja Católica, o tema entra na pauta a partir de 1997, com o texto do futuro Bento XVI. Tratava-se de uma reação à IV Conferência Mundial de Beijing sobre a Mulher, organizada pela ONU em 1995. “Esta quarta conferência caracterizou-se por substituir o termo ‘mulher’ (...) pelo conceito de gênero” (Miskolci e Campana 727) que, como se sabe, causa calafrios em muitos conservadores.

Na América Latina, o termo tornou-se pauta relevante da Igreja Católica a partir da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, realizada em 2007, em Aparecida. Esta conferência gerou o “Documento de Aparecida”, que diz que:

Entre os pressupostos que enfraquecem e menosprezam a vida familiar, encontramos a ideologia de gênero, segundo a qual cada um pode escolher sua orientação sexual, sem levar em consideração as diferenças dadas pela natureza humana. Isso tem provocado modificações legais que ferem gravemente a dignidade do matrimônio, o respeito ao direito à vida e a identidade da família. (Miskolci e Campana 727-728).

A partir desse documento, “a batalha contra a ‘ideologia de gênero’ era declarada em toda a América Latina” (Miskolci e Campana 728). Logo, denominações pentecostais e setores da sociedade civil se uniriam à Igreja Católica na luta contra a “ideologia de gênero”, que foi um dos puxa-carros do movimento Escola Sem Partido. Mas afinal, o que se entende ser a teoria de gênero? Veja-se o que é dito no influente livro de Jorge Scala, *La Ideologia de Género o el Género como Herramienta de Poder*: “Pseudoantropología feminista, con pretensiones de ‘reingeniería social’ planetária” (35). Tratar-se-ia de uma ideologia derivada da terceira onda do feminismo, o feminismo de gênero (termo normalmente usado por autores conservadores), que almeja paridade de poder político entre mulheres e homens. Salvo melhor juízo, o autor considera isso algo problemático. Veja-se suas palavras: “para lograr la igualdad de los sexos no habría bastado con otorgarle derechos políticos y civiles a las mujeres – primer y segundo feminismo —, sería necesario algo más radical: disputar en paridad de condiciones con los varones el poder político” (47). Para isso, teria sido iniciada uma luta contra o homem e a ideologia de gênero seria o instrumento para tal. Por que o autor fala em pseudoantropologia? Em verdade, ele crê que a “ideologia de gênero” destruiria a antropologia, pois negaria a natureza humana. Ao diferenciar sexo de gênero e afirmar que não haveria características além das anatômicas a serem definidas pelo sexo, que homem e mulher seriam conceitos criados culturalmente, haveria uma negação da

natureza humana e o humano, portanto, seria uma massa informe. O autor dá um salto: afirmar-se não haver diferenças essenciais entre os sexos não implica inexistência de natureza humana, até porque essa poderia ser compartilhada por ambos os sexos. Mas note-se, não se está aqui trabalhando com o que dizem os estudos de gênero ou a antropologia, somente com as premissas apresentadas pelo autor. Se o ser humano é uma massa informe, “hay que modelar y dotar de sentido, mediante un proceso ideológico-político de reingeniería social” (37).

Essa reengenharia seria sobretudo por lavagem cerebral. O principal meio de fazê-la: a manipulação da linguagem. Inserir-se-ia um novo termo na linguagem do dia a dia, usando-o como sinônimo de outra palavra. Mas, aos poucos, o significado iria mudando e com isso também alterando-se o significado da palavra original. Exemplo seria a introdução da palavra gênero, que em princípio teria sido usada como sinônimo de sexo, mas “sutil y imperceptiblemente” (32) teria passado a significar “sexo construído socialmente” (32) e, portanto, a palavra sexo passaria a se limitar a algo referente a uma situação anatômica no momento do nascimento.

Assim como em Olavo de Carvalho, ideias como manipulação e lavagem cerebral estão constantemente presentes. O adversário político nunca é simplesmente alguém com ideias diferentes, mas “un manipulador en acto” (24), ou seja, alguém com uma deformação de caráter. Com isso, se barra de partida a ideia e o sujeito, alguém vil, não havendo escuta e debate franco. Há uma interdição típica de guerra cultural. Por isso o uso da expressão “ideologia de gênero”, pois os conservadores carregam a expressão ideologia com uma carga negativa. Scala define ideologia como:

(...) un cuerpo doctrinal cerrado, con pretensiones de dar una explicación de toda la realidad y, por ende, de brindar pautas universales de comportamiento. Parte de una premisa indemostrada e indemostrable – porque es falsa –, y a partir de ella, se van deduciendo las consecuencias, mediante razonamientos rigurosamente lógicos.
(22)

Segundo afirma logo em seguida, quem ingressa no sistema de pensamento de uma ideologia não consegue sair, a menos que se conscientize da falsa premissa. Mas, se se baseiam em premissas falsas, como algumas ideologias conseguiriam convencer tanta gente? Por meio de manipulação, única forma de convencer alguém de algo que é claramente falso, afinal, como diz Scala, “tudo isso é tão absurdo que só pode ser imposto como uma espécie de ‘lavagem cerebral’” (citado por Reis e Eggert 17). E a ideologia seria também uma maneira de supressão da liberdade, pois uma vez tragada pela falsa premissa, a pessoa perde a possibilidade de ver o mundo com clareza e liberdade. Por isso, a “ideologia de gênero” seria totalitária, pois todas as ideologias seriam totalitárias, uma vez que “el ideólogo busca dominar pueblos enteros, a los que previamente convirtió en masa, quitándoles la libertad” (24).

Casa-se então a palavra “ideologia”, hoje com carga tão negativa, a “gênero”, de modo a interditar o discurso sobre questões de gênero, sobretudo em sala de aula. Nota-se: a extrema direita nacionalista entende que o sistema é progressista e que o status quo deve ser derrubado, portanto é-lhe conveniente afirmar que este mesmo status quo está manipulando crianças, levando-as a se afastar dos legítimos valores de antanho, dos valores do seu próprio país. A moral familiar seria anulada por uma moral imposta por um Estado cada vez mais totalitário.

A tal “ideologia de gênero” consideraria lícito e bom, segunda Scala, algumas práticas como relações sexuais entre um adulto e um menor do mesmo ou outro sexo, zoofilia, exibicionismo, necrofilia (49). Já o Cardeal Arcebispo de São Paulo afirmou que: “essa ideologia [de gênero] poderia abrir um caminho perigoso para a legitimação da pedofilia, uma vez que a orientação pedófila também poderia ser considerada um tipo de gênero” (citado por Reis e Eggert 180).

Como se nota, sob o guarda-chuva da ideologia de gênero, se colocam desde práticas que são consideradas abomináveis por virtualmente todas as pessoas da cultura brasileira e de quaisquer outras culturas remotamente similares, até movimentos reivindicatórios de minorias, como o feminismo e movimentos pelos direitos LGBTQIA+. Associam-se ações como pedofilia, necrofilia e zoofilia com feminismo e direitos LGBTQIA+. Diz-se que tudo isso é “ideologia de gênero”. Em reforço, mostram-se documentos legais relacionados a educação com a palavra “gênero” e está pronta a narrativa: vão ensinar zoofilia e pedofilia para as crianças. Assim consegue-se entender como notícias claramente falsas, como a famigerada “mamadeira de piroca”, podem ser aceitas como verdade por milhões de pessoas. Toda essa fantasia criou histeria entre alguns pais.

Associar tais práticas a progressistas compõe o elemento mais onipresente e relevante da guerra cultural conservadora brasileira: a retórica do inimigo.

1.4.2.1.3 – Da Retórica do Inimigo

Em *Esquerda Caviar: a Hipocrisia dos Artistas e Intelectuais Progressistas no Brasil e no Mundo*, o jornalista Rodrigo Constantino lista vinte motivos que levam alguém a ser da esquerda caviar, quais sejam: oportunismo hipócrita; narcisismo; elite culpada; tédio; histeria – em um conceito muito próprio do autor, qual seja: uma postura teatral para expressar seus conflitos psíquicos (46) —; racionalização – encontrar uma forma de explicar as emoções como se fossem resultado de muita reflexão (47) —; preguiça mental; ópio dos intelectuais (comunismo como droga capaz de fornecer fuga para a falta de sentido da vida); alienação; insegurança e covardia; medo; niilismo; síndrome de Estocolmo (que ele descreve como masoquismo, ou seja, quanto mais se bate na sociedade e grupo social do próprio “esquerdista caviar” mais o esquerdista gosta);

ressentimento (busca por um bode expiatório para justificar suas frustrações, como uma classe social, o capital, um povo...); infantilidade; romantismo; desprezo popular; arrogância; sede pelo poder; ignorância.

Como se nota, todos os defeitos listados pertencem a ao menos uma das seguintes macrocaracterísticas: hipocrisia, mau caráter, patologia e ingenuidade. Todas as obras que serão analisadas nesta tese atribuem uma ou mais destas características a sujeitos de esquerda, a progressistas ou a ambos. Há que se entender, contudo, o histórico desta retórica no Brasil e suas consequências.

1.4.2.1.3.1 A Doutrina de Segurança Nacional

A Guerra da Coreia, em 1950, combinada com a Revolução Chinesa, foi um marco da Guerra Fria que ligou o alarme à possibilidade de uma guerra convencional entre Estados Unidos e União Soviética (Fernandes 833). Isso fez com que os EUA aprovassem a Lei de Segurança Mútua, que permitiu uma série de acordos militares bilaterais entre os EUA e países latino-americanos. Informa Martins Filho que o sistema militar de ajuda, em 1950, consistia em:

1) missões militares norte-americanas em dezoito países, com quinhentos e cinquenta e oito assessores de três forças; 2) cerca de oitocentos oficiais americanos na América Latina (sem contar os militares estacionados no Panamá); 3) intenso treinamento de oficiais do Sul em bases no Panamá e nos EUA; 4) amplas vendas de material militar, à vista e a crédito; 5) visitas regulares aos EUA por parte de oficiais latino-americanos; e 6) um comando unificado americano para a América Latina, estabelecido na Zona do Canal: o SOUTHCOM. (citado por Fernandes 832-833).

Nesse cenário:

(...) ao longo da década de 1950, começaram a se constituir os elementos concretos que possibilitariam a disseminação da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), elaborada pelo Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos e difundida através das escolas militares, para a América Latina. As ditaduras que se estabeleceram no Cone Sul tiveram como sustentação ideológica os preceitos dessa doutrina. (Fernandes 834)

No Brasil, coube à Escola Superior de Guerra (ESG) a disseminação dessa doutrina, seguindo os moldes do National War College estadunidense.

Após a Revolução Cubana, a Doutrina de Segurança Nacional estadunidense passa a dar mais ênfase a treinar os países em defesa interna do que em defenderem-se de um potencial invasor externo, ou seja, as forças armadas latino-americanas passam a ser treinadas e a adotar medidas de contra insurgência, com apoio dos EUA e da sociedade civil. A Doutrina de Segurança Nacional (DSN) passa, portanto, a fundamentar-se em uma defesa, em diversas esferas, “dos valores cristãos e democráticos do mundo ocidental, era a resposta ao ‘comunismo ateu’, tendo como base um virulento anticomunismo” (Fernandes 837). São adotados conceitos franceses da guerra colonial, sobretudo na Argélia, onde os colonizados se valiam de atos insurgentes para enfrentar a potência colonial. Roger Trinquier, em *La Guerre Moderne*, lança os conceitos que serão replicados na Lei de Segurança Nacional brasileira de 1967: guerra subversiva (também chamada de guerra insurrecional) e guerra revolucionária. A diferença entre os conceitos é explicada pela própria ESG, em seu manual:

A Guerra Insurrecional – conflito interno em que parte da população armada busca a deposição de um governo, e

A Guerra Revolucionária – conflito, normalmente interno, estimulado ou auxiliado do exterior, inspirado geralmente em uma ideologia, e que visa à conquista do poder pelo controle progressivo da nação (citado em Fernandes 848, destaques do original)

Para a ESG, no contexto da Guerra Fria, a guerra revolucionária comunista se aproveitava de movimentos insurrecionais, valendo-se de seus descontentamentos em relação ao status quo e prometendo-lhes um mundo melhor sob um regime comunista. Forneciam-lhe então apoios de diversos tipos, sobretudo doutrinário. Portanto, sobre os movimentos de independência do século XX, a ESG afirma que “enquadram-se na tipologia da guerra insurrecional. Atualmente, tal tipo

de guerra dificilmente se mantém isento das ações da guerra revolucionária comunista” (citado em Fernandes 849).

A Lei de Segurança Nacional de 1967 ecoa essa doutrina. Diz, o art. 3º, §3º: “A guerra revolucionária é o conflito interno, geralmente inspirado em uma ideologia ou auxiliado do exterior, que visa à conquista subversiva do poder pelo controle progressivo da Nação”. A Lei de Segurança Nacional de 1969 repete o dispositivo legal *ipsis literis* e novamente o faz na versão de 1978, apenas sendo retirada a referência a guerra revolucionária na edição de 1983.

A ESG, em *Complementos da Doutrina*, afirma que a primeira Guerra Revolucionária teria sido a Revolução Americana, por ter havido grande participação popular e ter sido inspirada por ideais. Tal característica se teria repetido na Revolução Francesa, “afetando decisivamente os sentimentos e ações anticolonialistas dos povos latino-americanos, possibilitando o surgimento de novos Estados no hemisfério” (Escola Superior de Guerra *Complementos* 147). Mas, a partir do século XX, segundo a ESG, quase todas as insurgências seriam Guerras Revolucionárias Comunistas. Os cidadãos de fora da URSS seriam “reservas revolucionárias do Exército Vermelho de além-fronteiras da URSS” (Escola Superior de Guerra *Complementos* 148). A União Soviética, portanto, apoiaria povos em lutas por libertação nacional, valendo-se de suas vulnerabilidades e contradições internas, tais como:

(...) desequilíbrios sociais entre classes e regiões; a fome; a baixa cultura em largas camadas da população; os resquícios colonialistas; explosiva estrutura fundiária; (...) os altos índices de desemprego e subemprego (...); a instabilidade política; o isolamento das Forças Armadas relativamente à população; a organização, equipamentos e efetivos militares insuficientes e despreparados para combater a GRC (Escola Superior de Guerra *Complementos* 152).

Para a ESG, tais contradições internas, sobretudo dos países em desenvolvimento, forneceriam o caldo de cultura que a Guerra Revolucionária Comunista (GRC) precisa para se desenvolver (*Complementos* 152).

John Kennedy, que parecia pensar como a ESG, lança a Aliança para o Progresso, que pretendia promover o desenvolvimento da América Latina como forma de frear o comunismo. Seria a outra perna do programa contrainsurgente estadunidense, aliando-se à primeira, qual seja, o apoio sobretudo doutrinário às Forças Armadas do subcontinente para que pudessem combater o inimigo interno (Fernandes 836).

A GRC se valeria de dois tipos de táticas: “as destrutivas da ordem vigente e as construtivas da nova ordem” (Escola Superior de Guerra *Complementos* 150), ambas podendo se valer tanto de ações suasórias quanto violentas. Dentre as ações suasórias destrutivas estariam ações como subversão, greves fabricadas, eliminação moral, destruição de valores. Como se vê, são características de uma guerra cultural, que a ESG entende que devem ser respondidas no mesmo tom ou em tom mais agravado. Já ações destrutivas violentas seriam greves e passeatas violentas, atentados, eliminação física, ações de guerrilha (Escola Superior de Guerra *Complementos* 151). Exemplos de ações construtivas seriam “doutrinação, propaganda, aliciamento de adeptos militares e de inocentes uteis, organização de quadros, formação de comitês e frentes nacionais, grupos armados” (Escola Superior de Guerra *complementos* 151).

Quanto às características da GRC, de acordo com a ESG, ela seria:

- Subversiva, por visar à destruição dos princípios e valores morais em que repousa a sociedade; (...)
- Universal, no entendimento de Stalin, por ter como alvo a conquista de todos os países ainda não-comunistas e a manutenção dos já conquistados;
- Permanente (...) até atingir o comunismo;
- Psicológica, por pretender a conquista da mente por estímulos, técnicas e processos de sugestão, persuasão ou coação, cientificamente planejados, para mudar hábitos, afetar comportamentos e provocar reações atitudinais em pessoas, grupos e coletividades, para fins predominantemente políticos ou militares. (*Complementos* 152).

A ESG trata mais detidamente desta última faceta e de como fazer frente a ela, ao se referir às operações psicológicas (*Complementos* 165), que divide em “ação psicológica” (*Complementos*

166 a 168) e “guerra psicológica” (168 a 170). A ação psicológica “é um trabalho de transação mental que se destina ao universo amigo, com o propósito de promover ‘segurança psicológica’, procurando fortalecer e resguardar o moral da população, evitando que sobre ele possam atuar influências perniciosas” (*Complementos* 166). Visa, portanto, fortalecer modelos mentais já existentes. Já a “guerra psicológica”, que tem a propaganda como sua principal arma, teria “o propósito de mudar atitudes, hábitos, crenças e decisões” (*Complementos* 169).

É dito que “avulta a importância das Operações Psicológicas não só porque as Ações Psicológicas são o importante suporte do Moral Nacional, mas porque o conhecimento da Guerra Psicológica faculta a orientação da contrapropaganda” (*Complementos* 170). Nota-se que a ESG entende que a propaganda seria a arma dos comunistas, ao passo que ela, por meio de mera contrapropaganda e ação psicológica, seria guardiã de uma moral nacional que lhe precede, uma espécie de moral essencial da nação, com base na qual se traça o que chama de Objetivos Nacionais:

Os interesses e aspirações latentes no seio do povo devem ser captados, interpretados e consolidados, cristalizando-se afinal em autênticos e legítimos Objetivos Nacionais.

A responsabilidade de tal processo cabe às elites nacionais (...).

Por outro lado, cumpre às elites nacionais não só o papel de interpretar os interesses e aspirações do povo, para levá-los ao nível de formulação dos Objetivos Nacionais, como o papel inverso de, precisamente em razão de sua presumida maior capacitação, difundir no povo os altos valores da convivência social e trabalhar com ele no sentido de aumentar a percepção de seus autênticos interesses e aspirações. (*Fundamentos* 31)

Como na maioria das doutrinas conservadoras, há uma crença em valores naturais da sociedade, que aos conservadores cabe resguardar. Os que pretendem alterar a ordem das coisas são considerados vilões, pois visam subverter algo orgânico de um povo para imporem suas próprias ideologias.

Deve-se anotar também algumas características do pensamento da ESG, que dá grande importância à defesa interna, que deve ser ativada contra antagonismos e pressões que se manifestam dentro do país. Consideram-se antagonismos e pressões ações que ameacem os Objetivos Nacionais Permanentes (*Fundamentos* 215), que seriam os valores mais essenciais e estáveis da nação, ou seja, os mais relevantes e principiológicos Objetivos Nacionais, segundo interpretação dada pela elite⁶. Tais pressões seriam ações subversivas que buscam “conquistar as populações pela destruição dos princípios morais em que repousa a sociedade nacional” (*Fundamentos* 215). Ao Estado cabe evitar, impedir e eliminar tais ações (*Fundamentos* 216).

A doutrina da ESG fala diversas vezes da importância da democracia e rejeita modelos autocráticos, pois em regimes autocráticos os valores seriam impostos pelo Estado. Na democracia, a elite captaria os valores do povo e estabeleceria os Objetivos Nacionais, sendo legítimo debatê-los, mas os Objetivos Nacionais Permanentes a ESG vê como inatacáveis. Deixados tais objetivos a salvo, entendem haver espaço para debater os Objetivos Nacionais Atuais (maneiras pelas quais se busca a realização dos Objetivos Nacionais Permanentes), devendo haver oposição e mais de um partido político, pois os partidos seriam a esfera por excelência para manifestação de diversos setores da sociedade. Pode-se, sem muita ginástica mental, visualizar a aplicação deste entendimento nas cassações durante a Ditadura Civil-Militar e na criação do MDB. Cassados, banidos, presos, deportados ou mortos aqueles que se opõem aos Objetivos Nacionais Permanentes, mas a democracia estaria garantida, segundo esta retórica, pelo espaço deixado ao debate dos Objetivos Nacionais Atuais no Congresso Nacional e em outras esferas da sociedade.

⁶ Os autores da doutrina da ESG parecem se arvorar à qualidade de elite, pois apresentam uma lista de Objetivos Nacionais Permanentes: integridade territorial, integração nacional, democracia, progresso, paz social e soberania (*Escola Superior de Guerra Manual* 55-56). Talvez alguns conceitos como “democracia” causem estranhamento. Isso será compreendido ao se ver o entendimento que militares e muitos conservadores têm do golpe militar.

Para que não reste dúvida de que a doutrina da ESG guiou o regime militar, veja-se o primeiro capítulo da Lei de Segurança Nacional de 1967, que foi mantido em sua integralidade na Lei de Segurança Nacional de 1969:

CAPÍTULO I

Disposições Preliminares

Art. 1º Toda pessoa natural ou jurídica é responsável pela segurança nacional, nos limites definidos em lei.

Art. 2º A segurança nacional é a garantia da consecução dos objetivos nacionais contra antagonismos, tanto internos como externos.

Art. 3º A segurança nacional compreende, essencialmente, medidas destinadas à preservação da segurança externa e interna, inclusive a prevenção e repressão da guerra psicológica adversa e da guerra revolucionária ou subversiva.

§ 1º A segurança interna, integrada na segurança nacional, diz respeito às ameaças ou pressões antagônicas, de qualquer origem, forma ou natureza, que se manifestem ou produzam efeito no âmbito interno do país.

§ 2º A guerra psicológica adversa é o emprêgo da propaganda, da contrapropaganda e de ações nos campos político, econômico, psicossocial e militar, com a finalidade de influenciar ou provocar opiniões, emoções, atitudes e comportamentos de grupos estrangeiros, inimigos, neutros ou amigos, contra a consecução dos objetivos nacionais.

§ 3º A guerra revolucionária é o conflito interno, geralmente inspirado em uma ideologia ou auxiliado do exterior, que visa à conquista subversiva do poder pelo controle progressivo da Nação.

Art. 4º Na aplicação deste decreto-lei o juiz, ou Tribunal, deverá inspirar-se nos conceitos básicos da segurança nacional definidos nos artigos anteriores.

Como dispõe o art. 4º, neste capítulo estão definidos os conceitos básicos de segurança nacional. Conceito este que resumidos nos parágrafos antecedentes.

A Doutrina da Segurança Nacional não era um pensamento isolado das Forças Armadas. Lembre-se do grande apoio que houve de setores médios da sociedade ao golpe, principalmente do principal partido de direita da época, a UDN, e seus membros mais destacados, quais sejam, o historiador Carlos Lacerda, e o presidente do partido, Bilac Pinto. Este fez uma série de discursos no Congresso Nacional sobre a Guerra Revolucionária Comunista. De acordo com o udenista, haveria um avanço revolucionário comunista com o qual o governo federal seria complacente, que

primeiro domina “as populações, por processos psicológicos ou de terrorismo” (B. Pinto 118), para então iniciar a guerrilha (B. Pinto 118). Afirmar, o ex-congressista:

(...) alguns autores militares, analisando a “guerra revolucionária”, afirmam que ela se desenvolve geralmente em cinco fases.

As duas primeiras são de “gestação”, nelas predominando a guerra psicológica, a preparação e a criação de um ambiente pré-revolucionário.

A terceira fase é a da subversão da ordem, a quarta a da subversão franca e a quinta e última de conquista do poder. (...)

Estudos realizados na Escola Superior de Guerra e nas Escolas de Estado-Maior, por oficiais superiores das nossas Forças Armadas, chegaram à conclusão de que, no Brasil, a “guerra revolucionária” está na terceira fase.

Esta fase é precisamente aquela em que se opera a “obtenção das armas”. (B. Pinto 53)

O autor chega a afirmar, em um de seus discursos no Congresso Nacional, que sindicatos estariam se armando para uma revolução comunista. Tal afirmação é fruto de seu antitrabalhismo, um importante traço a distinguir conservadores-liberais de esquerdistas.

Como udenista, Bilac Pinto se aproxima da nova direita, que viria a se consolidar poucos anos após, na década de 1970, unindo conservadorismo a liberalismo (não confundir com a novíssima direita, fenômeno recente). Contudo, tal liberalismo acaba por ficar restrito, na prática, ao campo econômico, já que a paranoia de que uma revolução comunista estivesse em curso – ele chega a falar em “golpes-de-Estado, tentados pelo Sr. João Goulart” (B. Pinto 55) – o leva a considerar legítima a deposição do presidente e a instauração de um Estado de Exceção em 1964, por ser uma ação que ele define como contrarrevolucionária (B. Pinto 163), “contra a asfixia progressiva e crescente da ordem tradicional” (B. Pinto 163).

Nota-se a persistência do pendor conservador por maior centralização do poder e pelo gosto à autoridade, que vem, no Brasil, desde os conservadores do período imperial (Torres 206). Logo no primeiro discurso transcrito em *Guerra Revolucionária*, Pinto imediatamente aponta a “crise de autoridade” (12) como um problema do governo Jango, pois segundo Bilac, “os Estados modernos (...) exigem de seus dirigentes liderança firme e unívoca” (12). Também deixa

transparecer seu militarismo. Para ele, algumas das estratégias das guerras revolucionárias latino-americanas, que ele aponta como problemáticas para o restante da sociedade, são:

- a) campanhas civilistas, baseadas no argumento de que as forças armadas são antieconômicas (...);
- b) propaganda de paz e desarmamento;
- c) propaganda contra o serviço militar, pela redução deste serviço e dos efetivos das forças armadas;
- d) criação e alimentação de dissensões entre as forças armadas e, no seio delas, entre os escalões e grupos integrantes;
- e) indisposição das forças armadas com a opinião pública;
- f) incentivo do emprego das forças armadas em tarefas inadequadas;
- g) pressão favorável à escolha e promoção dos chefes militares capazes de favorecer os objetivos revolucionários;
- h) má remuneração das forças armadas, particularmente da oficialidade. (143)

Como se percebe, há, historicamente no Brasil, um militarismo por parte de setores conservadores, que se prolonga no tempo e comporá a retórica conservadora na guerra cultural.

Nota-se, portanto, que a Doutrina de Segurança Nacional encontrava abrigo em diversos setores da sociedade civil, o que vai ao encontro do que é afirmado logo no artigo 1º das leis de segurança nacional de 1967 e 1969: “Tôda pessoa natural ou jurídica é responsável pela segurança nacional, nos termos da lei”. Sobre este dispositivo legal, João Cezar de Castro Rocha comenta:

O primeiro artigo sutilmente contagia a LSN [Lei de Segurança Nacional] com o princípio da *guerra total*, de modo a envolver potencialmente todo e qualquer “cidadão de bem”, isto é, os apoiadores da própria ditadura. Este princípio, contudo, implica uma consequência sombria, pois o opositor do regime torna-se, sem mediação alguma, um *antagonista interno*. Em vocabulário mais preciso, um *inimigo*! E, como tal, deve ser *eliminado*. (249, destaques do original)

Tem-se que era necessário garantir os objetivos nacionais permanentes contra antagonismos e pressões, dentre os quais se destaca a Guerra Revolucionária, que teria por características, dentre outras, ser subversiva, buscando alterar a moral vigente, e ser psicológica, “por pretender a conquista da mente por estímulos, técnicas e processos de sugestão, persuasão ou coação, cientificamente planejados, para mudar hábitos, afetar comportamentos e provocar reações atitudinais em pessoas, grupos e coletividades, para fins predominantemente políticos ou militares”

(Escola Superior de Guerra *Complementos* 152). Note-se que simplesmente induzir pessoas a reflexões que as levariam a tomar atitudes com fins políticos era visto como ato de Guerra Revolucionária, portanto, equivalente a um ato de guerra de um inimigo externo do Estado. O guarda-chuva fica, intencionalmente, grande, permitindo abrigar sob o rótulo de comunista/inimigo virtualmente qualquer pessoa que o Estado desejasse, e isso era fundamental para a definição do conceito de inimigo interno e o estabelecimento de um Estado policial. Como diz Fernandes, inspirada em Comblin:

Como bem destacou Comblin, a indefinição de “inimigo interno” é que gera eficiência à doutrina e às medidas repressivas que são adotadas. O inimigo passa a ser visto como sinônimo desde grupos armados de esquerda, partidos democrático-burgueses de oposição, trabalhadores e estudantes, setores progressistas da Igreja, militantes de Direitos Humanos até qualquer cidadão que simplesmente se opusesse ao regime; ou seja, é importante manter o conceito elástico para que haja possibilidade de enquadrar novos grupos como comunistas. (Fernandes 838)

No mesmo sentido, o chefe de Estado-Maior do Exército brasileiro, Breno Borges Fortes, na X Conferência de Comandantes em Chefe de Exércitos americanos, em Caracas, em 1973: “O inimigo é indefinido, serve-se do mimetismo e adapta-se a qualquer ambiente, utilizando todos os meios, lícitos ou ilícitos, para atingir seus objetivos. Mascara-se de padre ou professor, de aluno ou camponês, de vigilante defensor da democracia ou de intelectual avançado” (citado por Fernandes 838). Essa indefinição permite a legitimação de litúgio contra quem quer que seja, inclusive “contragolpes”, como se alega ter havido no Brasil.

1.4.2.1.3.2 - A Retórica do Inimigo em Olavo de Carvalho

É notável a semelhança entre a citação acima da Escola Superior de Guerra sobre a Guerra Revolucionária e a retórica olavista acerca do marxismo cultural. A retórica do inimigo e a tese do marxismo cultural são elementos da guerra cultural frequentemente concatenados, uma vez que se o dito gramscismo se estabelece por processos de lavagem cerebral e não por retórica legítima,

logo, quem o pratica deliberadamente seria alguém com um desvio de caráter. Com um rótulo de “comunista” amplíssimo, em Carvalho há uma indefinição do inimigo semelhante à da Doutrina de Segurança Nacional. Embora o autor afirme que intelectuais são a ponta de lança do gramscismo, abre o leque para englobar inclusive gramscista involuntários, ou seja, comunistas involuntários. E, como coloca Esther Solano Gallego, “o inimigo é o indesejável, o desumanizado, aquele que se deseja aniquilar” (Gallego 96), ou seja, ele “é o não sujeito” (Gallego 96), sendo inclusive matável. Algumas declarações do ex-Presidente Jair Bolsonaro são nesse sentido, como quando disse que quem queria atrapalhar o governo deveria ir para a Ponta da Praia (Amado), em referência a local de desova de cadáveres durante a ditadura, ou sua afirmação em campanha: “vamos fuzilar a petralhada aqui do Acre” (“No Acre”). É de se imaginar que Bolsonaro não pretendia literalmente fuzilar a “petralhada”, tratando-se de retórica eleitoral. Mas ao afirmar isso, além de se valer do ódio e alimentá-lo, o que o então candidato realmente queria dizer? É que petistas (e esquerdistas em geral, que são frequentemente definidos como petistas) não são meros adversários de ideias, mas inimigos. Comunistas são definidos como inimigos desde a Doutrina de Segurança Nacional e, com a tese do gramscismo, pode-se classificar todos os progressistas como comunistas, logo, progressistas seriam inimigos, já que comunistas seriam inimigos. Tal pensamento se enquadra em uma tradição anticomunista existente no Brasil.

Os primórdios do anticomunismo no Brasil remontam aos meses que se seguiram à Revolução de 1917 (Sá Motta “Em Guarda” 16), que gerou reações em todo o mundo capitalista, não tendo sido diferente no país em comento. Contudo, a retórica anticomunista ganha mesmo força no Brasil a partir da década de 1930 (Sá Motta “Anticomunismo” 5), mais especificamente no ano de 1935, após a Intentona Comunista. Como informa Sá Motta:

A “Intentona Comunista” deu origem não somente à construção de um imaginário, mas, ao estabelecimento de uma celebração anticomunista ritualizada e sistemática,

com monumentos e paradas cívicas de caráter marcadamente militar. A violência do episódio e os objetivos dos revolucionários foram exagerados e caricaturados, para aumentar o impacto da propaganda e insuflar o medo. Foram muitas décadas de intensa campanha anticomunista, com destaque para representações negativas sobre a União Soviética e demais países socialistas, apresentados como o inferno na terra, e fortes cargas também sobre figuras nacionais como Luiz Carlos Prestes. (“Anticomunismo” 5)

A partir de então o anticomunismo serviria de justificativa para diversas manifestações de direita e conservadoras. Sá Motta considera que há três matizes anticomunistas no Brasil: cristianismo, nacionalismo e liberalismo (“Anticomunismo” 5).

O anticomunismo cristão seria particularmente visceral, pois vê o comunismo como uma ameaça ao próprio modelo de sociedade, ou seja, o mito cristão seria substituído pelo mito comunista como fundamento moral. Sairia a ética cristã e entraria o materialismo histórico ateu. Essa vertente, portanto, vê o comunismo como corrompedor da moral e dos bons costumes (Sá Motta “Anticomunismo” 6).

A vertente nacionalista afirma que o comunismo é uma importação de uma ideologia alienígena, sendo, portanto, forma de indevida influência estrangeira na sociedade brasileira (Sá Motta “Anticomunismo” 6).

Já liberais se opõem ao comunismo, pois tal sistema atentaria contra as liberdades econômica e política (Sá Motta “Anticomunismo” 7).

O anticomunismo se tornou uma tradição bem enraizada no Brasil, que serviu como justificativa para os golpes de 1937 e 1964 (Sá Motta “Anticomunismo” 7) e atualmente é um dos fundamentos da retórica do inimigo, uma vez que ser anti significa:

(...) os movimentos “anti” recusam-se a tratar seus adversários como forças oponentes que é preciso tolerar, pois os veem como inimigos insuportáveis. Mais do que a mera oposição a ideias ou a pessoas e projetos coletivos, os movimentos “anti” constituem-se em fenômenos de teor mais visceral. Trata-se de uma recusa total, de repulsa sem meio termo, meio tom, nem possibilidade de convivência. Ser “anti” significa combater o inimigo sem trégua, até sua eliminação, que não precisa necessariamente ser física (embora em alguns casos se chegue a tal ponto), mas,

sobretudo, política. Ser anti alguma coisa, portanto, implica adotar atitudes que vão além da simples oposição, com base em recusa integral, uma repulsa que gera estímulos para destruir as ideias oponentes, às vezes também as pessoas que a professam. (“Anticomunismo” 4)

O anticomunismo é uma premissa na retórica conservadora. O comunismo como algo intolerável é um valor que se pretende incontestável, o que, de fato, após o fim da Guerra Fria, tornou-se bastante prevalente no Brasil. Esta retórica anticomunista precisa manter-se viva, uma vez que a invalidação dos progressistas e esquerdistas se dá, na retórica bolsolavista, sob a premissa de que se tratam de comunistas em roupagem pós-moderna.

O papa do gramscismo no Brasil, Olavo de Carvalho, não concede a progressistas a dignidade que se atribui a um inimigo honrado. Ao contrário, os trata como portadores de patologias e sem caráter. Isso ocorre tanto em textos quanto em vídeos. Em uma de suas falas no programa que tinha no YouTube, chamado *True Outspread*, explica por que esquerdistas seriam diferentes de pessoas normais. Afirma que o sujeito de esquerda adota uma segunda personalidade em um quadro psicótico e, diz, o psicótico tem uma violência emocional que outras pessoas não conseguem ter, então só pensam na tomada do poder. Tudo o que um esquerdista fala e diz seria para a tomada do poder; ele não diria o que realmente sente. Isso acabaria englobando toda personalidade do sujeito, que deixaria de ter interesses pessoais, sendo apenas um militante, que só pensa nisso vinte e quatro horas por dia, sem nenhum outro interesse. Ademais, esquerdistas seriam mentirosos compulsivos, de quem não se pode comprar nem um velocípede. Tudo isso seria por conta da personalidade psicótica que atinge todas as mentes revolucionárias, lembrando-se que, para Olavo, todos os progressistas são, conscientemente ou não, revolucionários (“Olavo de Carvalho Explica”) – “A extrema esquerda só se distingue da esquerda por uma questão de grau (ou de pressa relativa), pois ambas visam em última instância o mesmo objetivo” (O. Carvalho *Idiota* 108). Além disso, esquerdistas fariam ameaças como de sequestro de filho, estupro de

esposa, destruição da raça branca e genocídio de judeus. Segundo o autoproclamado filósofo, não um ou dois, mas centenas de esquerdistas diriam isso (“Olavo de Carvalho Explica”). Uma vez que se trata de um inimigo psicótico e sem escrúpulos, não se deve dedicar a ele o tratamento dado a um adversário de ideias em um debate civilizado. Segundo o ex-astrólogo:

Provar que um esquerdista está errado nada significa. Você tem é que demonstrar como ele é mau, perverso, falso, deliberado e maquiavélico por trás de suas aparências de debatedor sincero, polido e civilizado. Faça isso e você fará essa gente chorar de desespero, pois, no fundo, ela se conhece e sabe que não presta. Não lhe dê o consolo de uma camuflagem civilizada tecida com a pele do adversário ingênuo. (O. Carvalho *Idiota* 241)

Não há, portanto, debate, mas ataques ad hominem (alguns autores começam a utilizar a expressão mais inclusiva “ad personam”). Nota-se, facilmente, três das macrocaracterísticas atribuídas ao sujeito de esquerda: hipocrisia, psicopatologia e mau caratismo.

Teoria conspiratória do gramscismo mais lógica do inimigo interno (em parte resquício da Doutrina de Segurança Nacional) tem como produto guerra cultural. Mas por que guerra cultural e não o extermínio do inimigo? Em função dos limites colocados pelo Estado de Direito, que proíbe a eliminação física de alguém, mas não impede sua eliminação simbólica. Deve-se, contudo, ressaltar que em camadas desfavorecidas da sociedade, para as quais o Estado de Direito não se faz presente de maneira tão eficaz, a eliminação física de fato ocorre, sendo notória a alta letalidade policial no Brasil, com 75% das vítimas sendo negras (Barbosa 246).

1.4.2.1.3.3 - O Orvil

Ao lançar a retórica de inimigo interno, a Doutrina da Segurança Nacional gerou filhotes. Estes filhotes, que vêm sendo produzidos desde os anos oitenta, são ao mesmo tempo consequência e fundamento da busca pelo inimigo, pois atualizam o tema e influenciam novas gerações. À medida que as décadas passam, a influência da Doutrina de Segurança Nacional passa a ser cada

vez mais indireta, por meio dos textos que repercutem sua lógica e que foram lançados na última década. O mais antigo e dos mais relevantes filhotes é o *Orvil*.

Desde 1974 os comunistas estariam em sua quarta tentativa de tomada de poder. Assim reza o *Orvil*, livro adorado pela família Bolsonaro, que presenteou Olavo de Carvalho com um exemplar, para regozijo do ex-astrólogo, que o definiu como “material precioso” (“True Outspcak” 2:55).

O *Orvil* usa a lógica do inimigo interno lançada pelo Doutrina de Segurança Nacional para reescrever grande parte da história do século XX. Pouco após o lançamento de *Brasil: Nunca Mais*, foi iniciado o projeto *Orvil*. Como o projeto era secreto, julgou-se sábia ideia que seu nome fosse a palavra livro escrita ao contrário.

O *Orvil* foi pensado em 1984, por um analista do Centro de Informações do Exército (CIE), e proposto ao chefe do CIE. Pretendia trazer uma versão oficial do exército sobre o período da ditadura civil-militar, com considerações que retroagem à fundação do Partido Comunista e avançam para o futuro. O calhamaço traz uma leitura da história recente do país baseada em seguidas tentativas de implantação de um Estado comunista e as reações a essas tentativas. Ocorre que o Comandante do Exército, General Leônidas Pires Gonçalves, não autorizou a sua publicação, pois geraria polarização em um momento em que se buscava conciliação (“A Difusão”)⁷.

O livro ao contrário é uma reação ao fato de que, nos anos oitenta, começavam a ganhar destaque as memórias de militantes antiditadura (Brandão e Leite 303). O estopim foi o lançamento do livro *Brasil: Nunca Mais*, inspirado pelo então Arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo

⁷ Há divergência nas informações. A *Folha de São Paulo* afirma que o projeto foi encomendado pelo General Leônidas e que sua publicação foi barrada pelo Presidente Sarney. Como Priscila Carlos Brandão e Isabela Cristina Leite entrevistaram quem elas afirmam ser o idealizador do projeto, opta-se por se adotar sua versão, segundo a qual o General Leônidas barrou a publicação. Seja como for, o relevante é que o projeto foi elaborado no seio do exército, mas teve sua publicação vetada, não se transformando, portanto, em uma posição institucional oficial, ainda que provavelmente represente o pensamento de grande contingente da caserna.

Arns que, mediante pesquisa no arquivo do Superior Tribunal Militar, trazia denúncias de tortura durante o regime militar. O *Orvil* é, enfim, um projeto de disputa de memória histórica. A princípio, pretendia trazer uma versão diferente da que começava a prevalecer, no crepúsculo da ditadura, sobre o período autoritário. Defendia, em suma, que em 1964 ocorrera um contragolpe que impediu a implantação de uma ditadura comunista. E que os militares que sufocaram os grupos guerrilheiros sobretudo a partir do A.I.5 teriam sido heróis que lutaram contra comunistas que pretendiam, por meio da luta armada, transformar o Brasil em um país comunista e antidemocrático. O “movimento cívico-militar” (expressão que se lê, por exemplo, no pequeno museu do Forte de Copacabana) teria sido um movimento pró-democracia, que impediu que duas tentativas de tomada de poder fossem bem sucedidas. Uma pela via pacífica, cujo ponto culminante seria 1964, quando os comunistas se valeriam do governo Jango para chegar ao poder e então extinguir a democracia; a outra pela luta armada após o “contragolpe” de 1964. O livro, portanto, busca fazer valer esta narrativa contra a versão predominante que fala em golpe militar, autoritarismo, torturas, assassinatos e, enfim, um Estado de Exceção e ilegítimo. Mas o projeto não se limitou a esse período histórico e foi além na reescritura da história do Brasil. A obra trata de quatro supostas tentativas de tomada de poder pelos comunistas.

A primeira parte do livro cuida da primeira tentativa de tomada de poder, que compreenderia o período histórico de 1922 a 1954, ou seja, da fundação do Partido Comunista ao suicídio de Getúlio Vargas, passando pela Intentona Comunista, ou seja, envolvendo tentativa violenta. Com a agitação após o suicídio de Getúlio se iniciaria a segunda tentativa de tomada de poder, pela via democrática, valendo-se de certo caos e instabilidade, sobretudo durante o último ano do governo Jango, em 1964. Esta tentativa teria sido estancada pelo “contragolpe” de 31 de março. Imediatamente em seguida teria sido iniciada a terceira tentativa, afinal, como diz o *Orvil*,

“o fracasso de uma tentativa é sempre uma das causas e o ponto de partida para a tentativa seguinte” (XVII). A terceira empreitada seria de 1964 a 1974, pela luta armada. Novamente derrotados, os resilientes comunistas passariam imediatamente a uma nova tentativa, que se estenderia até os tempos atuais. Nesta nova etapa investiriam no trabalho de massa, “se infiltrando” em associações de trabalhadores, estudantes, mulheres, moradores... além de contar com os setores progressistas da Igreja que levariam adiante ações como as Comunidades Eclesiais de Base. Nesta fase, buscariam convencer a sociedade da validade da narrativa dos derrotados na luta armada, segundo a qual o Brasil estaria sob a égide de uma ditadura fascista e torturadora, o que o *Orvil* nega. Os antigos guerrilheiros teriam feito *mea culpa* e assumido que a luta armada fora um equívoco. Com essa feição mais moderada passariam a ocupar cargos no estamento burocrático e a influenciar imprensa, universidades e afins. Afirmo, o livro ao contrário: “Ao optarem por essa mudança, colocaram-se lado a lado com a esquerda ortodoxa, de que divergiam desde os últimos anos da década de cinquenta, vendo-se perseguindo os mesmos objetivos táticos e valendo-se das mesmas técnicas e processos” (XVII). Nota-se, portanto, que os objetivos dos comunistas seriam os mesmos que os da chamada esquerda ortodoxa. Assim, a esquerda tradicional seria também composta por comunistas disfarçados, que pretenderiam, por meio de um discurso moderado, chegar ao poder e alterar a estrutura do Estado para levá-lo ao comunismo. O *Orvil* afirma que o “objetivo [dos progressistas] é comum às organizações comunistas atuantes no país – a derrocada do sistema capitalista” (870).

João Cezar de Castro Rocha (e Festa) entende que o *Orvil* defende a tese do gramscismo, ainda que não use o termo. Diz, o professor da UERJ: “Muito embora o nome de Antonio Gramsci não apareça no texto do *Orvil*, a descrição do processo antecipa o gramscismo delirante postulado

por Olavo de Carvalho e seus seguidores (...)” (Rocha 277). Veja-se as palavras do livro ao contrário sobre a suposta quarta tentativa de tomada de poder:

Vencidas na forma de luta que escolheram – a luta armada – as organizações da esquerda revolucionária têm buscado transformar a derrota militar que lhes foi imposta, em todos os quadrantes do território nacional, em vitória política.

Após a autocrítica, uma a uma das diferentes organizações envolvidas na luta armada concluíram que foi um erro lançarem-se na aventura militarista, sem antes terem conseguido o apoio de boa parte da população. A partir desse momento, reiniciaram a luta para a tomada do poder, mudando a estratégia – a prioridade agora seria dada ao trabalho de massa.

O trabalho de massa consiste na propagação da ideologia e na utilização das técnicas de agitação, de propaganda, de recrutamento e de infiltração, valendo-se de todos os meios de comunicação social para atuar sobre os diferentes segmentos sociais (...) a fim de conscientizar a massa para a necessidade de fazer a revolução. Objetiva, particularmente, conquistar a população, sobretudo fazendo com que perca a fé nos governantes, no regime e nas instituições, dominar, especialmente por meio da infiltração, as estruturas governamentais; e educar, organizar e orientar os diversos seguimentos sociais para a revolução. (839)

No texto do *Orvil* transparece uma ideia de aliciamento (palavra que compõe o vocabulário orviliano, junto com outras como “infiltração” e “doutrinação”), para que as massas se tornem favoráveis à revolução. Isso não soa a gramscismo. O gramscismo envolve uma mudança de valores de uma maneira um tanto subliminar. Como diz Olavo de Carvalho, mais vale um cineasta ou jornalista que, com um texto que não incute nenhuma mensagem direta, vá mudando aos poucos a feição mental das pessoas, criando um novo imaginário, do que um agitador (O. Carvalho *Nova Era* 64). O gramscismo, pelo entendimento dos conservadores conspiracionista, envolve uma mudança sutil de valores na sociedade, com aceitação tácita da população, inclusive por parte da burguesia, ela mesma passando a crer nos novos valores que levarão à sua derrocada. O *Orvil* não vai tão longe. Ele fala em conscientizar as massas para *fazer* a revolução. O verbo fazer é ativo, ou seja, é um trabalho de recrutamento de revolucionários. Isso vai ao encontro do leninismo. “(...) Lênin deixa claro o mediador, a ‘força externa’ que irá conduzir as massas para a consciência da

luta de classes: o partido revolucionário” (Marques, destaque do original), encaminhando esse sujeito para a revolução (Marques).

No *Orvil*, ainda está muito presente a ideia de arregimentação de massas para a revolução. Algo bem menos sutil do que aquilo que vem sendo entendido por gramscismo desde as publicações de Carvalho nos anos noventa. O fato é que o termo gramscismo, ignorado pelo *Orvil*, foi utilizado na 17ª Conferência dos Exércitos Americanos (CEA), realizada entre 16 e 20 de novembro de 1987 (Rossi *Gramsci* A6). Segundo um relatório secreto de inteligência exarado nesta conferência, mas ao qual a *Folha de São Paulo* teve acesso, Gramsci seria a principal base do Movimento Comunista Internacional àquela altura. Segundo o relatório, que parece mais alinhado com a linha olavista do que com o *Orvil*, “para Gramsci, o método não consistia na conquista ‘revolucionária do poder’, mas em subverter culturalmente a sociedade como passo imediato para alcançar o poder político de forma progressiva, pacífica e perene” (Rossi *Gramsci* A6). O *Orvil*, contemporâneo à conferência que produziu este entendimento, por algum motivo não avançou tão explicitamente sobre o gramscismo.

Segundo Castro Rocha, “a ascensão final da direita, a partir da década de 2010, é incompreensível sem o eixo narrativo propiciado pelo *Orvil*” (267). Festa segue na mesma direção e, ainda mais incisivo, afirma que “essa nova narrativa – a proposta pelo *Orvil* – é precisamente aquela que, no limiar das disputas simbólicas daquela ocasião, viria a forjar, décadas mais tarde, o novo arquétipo da cultura política brasileira” (37). E completa afirmando que “o *Orvil* teria sido a pedra fundamental deste movimento amplo (...)” (37). Interessante cotejar estas afirmações com os dados que indicam o grau de penetração desta obra na sociedade brasileira.

O projeto foi principiado em 1985 e concluído em 1988 (Rocha 254). Contudo, não teve sua divulgação autorizada. Diz-se que circulou à boca pequena, mas apenas em maio de 2000

começou a ter trechos publicados online, no site do grupo Terrorismo Nunca Mais, www.ternuma.com.br, na seção “Recordando a História” (Torres e Mário Magalhães). Em 2007, passou a circular pela internet sua versão na íntegra e, em 2012, foi publicado em versão impressa, quando Olavo de Carvalho recebeu de presente um exemplar da família Bolsonaro.

Pelas regras econômicas que definem que um bem escasso é caro, pode-se concluir que não há muitos exemplares do *Orvil* disponíveis. Em busca feita na plataforma Estante Virtual em 16 de junho de 2021, verificou-se que os valores cobrados por um exemplar usado vão de R\$ 379,99 a R\$ 499,99. Já em Amazon.com.br, na mesma data, um exemplar novo saía por R\$ 980,00. Neste site, o livro conta com apenas doze avaliações de clientes e ocupa a nada cobiçada posição 203.279 na lista de mais vendidos. No site da Livraria Saraiva conta como indisponível. Apenas quatorze pessoas teriam interagido com o produto e sete o avaliado.

Quanto a downloads gratuitos, é difícil saber quantos foram efetuados, já que o livro é facilmente encontrado na internet. Já ao buscar-se “*Orvil* tentativas tomadas poder” no YouTube, o site encontra tão poucas ocorrências que tenta corrigir o critério de busca. Mas caso a sugestão de “correção” apresentada pelo YouTube seja negada, há apenas três ocorrências. Uma delas é no canal do Terrorismo Nunca Mais, o Ternuma, com um vídeo do lançamento da sua versão impressa (1.800 visualizações). O segundo é uma música chamada *Jogar Camaradas*, de Cottardz Mathew, que cita o *Orvil* na letra e canta que jogar comunista de avião é moral, além de defender guerra cultural e o assassinato no passado e no presente de comunistas; no fim da música coloca socialistas e progressistas em pé de igualdade (Cotardz). O último link é para um vídeo do canal da revista *Carta Capital*, em que há uma entrevista com João Cezar de Castro Rocha (dezesesseis mil visualizações). Segundo este professor, o *Orvil* afirma que os comunistas pretendem conquistar corações e mentes e um dia a sociedade brasileira acordará e se descobrirá comunista sem sabê-lo

(“O Livro Secreto do Bolsonarismo”). Contudo, o *Orvil* não foi tão “*avant garde*” no pensamento da extrema direita nacionalista. Ele se aproxima do marxismo cultural, mas não avança tanto. A “conquista de corações e mentes” a que o *Orvil* se refere é para que as pessoas se alinhem a um suposto projeto de uma revolução comunista. Essa ideia de que a esquerda realizará uma revolução passiva é típica do gramscismo/marxismo cultural que se desenvolveria de forma mais significativa a partir dos anos 1990, tendo em Olavo de Carvalho seu grande nome no país. Cabe comparar-se a presença online do *Orvil* com a obra de Carvalho em que o tema do gramscismo é abordado mais diretamente, *A Nova Era e a Revolução Cultural...* Pesquisando-se por *Orvil* no Google, o resultado é, essencialmente, páginas de venda do livro e outros links em que se vê manifestações de João Cezar de Castro Rocha sobre o livro. Já, ao digitar-se a citada obra de Carvalho, o internauta é apresentado a uma grande lista de vídeos sobre o livro, muitos com cerca de cinco mil visualizações, e outros sobre marxismo cultural. Este livro encontra-se na quarta edição, tem mais de quinhentas avaliações no site da Amazon e está em 10.198 na lista geral das vendas. Ademais, Carvalho volta ao tema em outros livros e também o fazia em seus cursos online e vídeos no YouTube. Seu canal tem mais de um milhão de pessoas inscritas e vários dos vídeos contam com centenas de milhares de visualizações. Seu livro mais recente, *Tudo o que Você Precisa Saber para não Ser um Idiota* que, dentre outras coisas, trata de gramscismo, teria vendido mais de cem mil exemplares (Fonseca). Apenas a Editora Record alcançou quinhentas mil vendas somados os diferentes títulos de Carvalho (Araújo “Como Carlos”).

Entretanto, apesar de não ter sido massivamente lido, o *Orvil* é, de fato, a pedra fundamental do pensamento da extrema direita nacionalista. Consolida e lança em mídia escrita a versão de relevantes setores das Forças Armadas quanto à ditadura militar, sendo, portanto, marco zero do revisionismo histórico quanto ao período da ditadura. E esse revisionismo, abraçado na

guerra cultural conservadora, é parte importante tanto da crença na hegemonia progressista, quanto da retórica do inimigo e da tese do marxismo cultural. A infiltração nas instituições como quarta tentativa de tomada de poder foi tese nascida, no mundo dos livros, no *Orvil*. Por mais que isto não seja a tese do gramscismo ainda completa, pois o *Orvil* previa o lançamento de uma revolução em seguida, lança as bases para esta tese que prevê um aliciamento de mentes. Como fala em ocupação de espaços na sociedade civil e no Estado, também é base fundamental para a crença na hegemonia progressista. Por fim, o *Orvil* lança as âncoras do entendimento de que a esquerda atual é uma mera derivação dos supostos comunistas que buscam o poder desde a implantação do partido comunista, apenas sob uma nova base de infiltração nas estruturas do Estado. Atualiza, portanto, a retórica do inimigo, lançada pela Escola Superior de Guerra. O inimigo teria tomado uma roupagem institucional.

Ressalte-se, por fim, que o *Orvil* gerou filhotes, como a obra do general Brilhante Ustra, *A Verdade Sufocada: a História que a Esquerda Não Quer que o Brasil Conheça*, que obteve enorme vendagem e repercussão. Tal obra, a exemplo de outras manifestações revisionistas, como o documentário *1964 – o Brasil Entre Armas e Livros*, da produtora Brasil Paralelo, replica a compreensão alternativa da história recente do Brasil apresentada no *Orvil*. O livro é aberto por uma “homenagem aos companheiros do Projeto Orvil”, texto que teria sido “o farol que me iluminou na redação de inúmeras partes deste meu novo livro” (14).

1.4.2.1.3.4 - Revisionismo

O *Orvil* é a obra inaugural da tradição revisionista do período do regime de exceção que vigorou de 1964 a 1985. Entretanto, Demian Bezerra de Melo identifica o livro *Democracia ou Reformas? Alternativas Democráticas à Crise Política: 1961-1964*, da cientista política Arglina

Cheibub Figueiredo, publicado em 1993, como o trabalho que inicia o revisionismo histórico sobre o golpe de 1964 (62). Data, portanto, posterior ao *Orvil*. Contudo, esta obra teve baixíssima circulação antes do século XXI. Após o livro de Cheibub Figueiredo, a tradição revisionista veio em um crescendo, que teve como ápice os quarenta anos do golpe, em 2006. Conta com obras de jornalistas, historiadores e até filmes – sendo exemplos, respectivamente, a famosa tétrede de Élio Gáspari, *A Ditadura à Brasileira*, de Marco Antônio Villa, e o já citado documentário *1964 – o Brasil Entre Armas e Livros*.

Demian Bezerra de Melo faz um breve resumo do uso do termo revisionismo. A expressão surgiu originalmente em um debate provocado por Eduard Bernstein na socialdemocracia alemã e na Internacional Socialista em fins do século XIX e início do XX (50). Foi novamente conjurado em controvérsias do movimento comunista internacional “ao longo do século XX, tornando-se praticamente sinônimo de ‘traição’” (50). Afirmo o autor, que:

Só após a II Guerra Mundial é que os historiadores introduziram o termo no seu vocabulário, em alguns casos para afirmar o caráter renovador de abordagens, em outros, em tom mais crítico, viradas ético-políticas informadas pela disputa ideológica do presente; na maior parte das vezes uma mistura entre essas duas (50)

Em contextos recentes, o termo tem aparecido com conotação negativa, “como forma de *crítica* a certas abordagens, principalmente em razão de suas tendências apologéticas (e/ou reacionárias)” (Melo 50, destaque do original). No Brasil, no tocante ao regime de exceção que vigorou de 1964 a 1985, o termo aparece para referir-se criticamente a uma historiografia que “relativiza as responsabilidades históricas pelo golpe de Estado e pela ditadura, em leitura que busca fundamentalmente responsabilizar a esquerda” (Melo 61). Ressalta Melo que autores revisionistas sustentam que nos anos 1960 haveria um déficit democrático na sociedade brasileira e que, portanto, “tanto a direita quanto a esquerda seriam igualmente ‘golpistas’” (62). A esquerda, portanto, de resistência ao autoritarismo, é passada para o banco dos réus (62), sendo

corresponsável pelo golpe. Alguns autores defendem que a direita teria dado o golpe como uma reação, assustada com o radicalismo da esquerda (63).

Como visto, esta lógica do golpe como reação é a adotada pelo *Orvil*, contudo esta obra vai além da maior parte da historiografia revisionista, já que o golpe não seria mero fruto de uma radicalização momentânea, mas uma necessidade em resistência à tentativa histórica dos comunistas de tomarem o poder.

O revisionismo cumpre um importante papel na legitimação da violência do regime repressor, pois este, de acordo com a visão revisionista, estaria combatendo comunistas que teriam se tornado, após o fim do período ditatorial, o estamento burocrático.

Ademais, em um cenário de guerra cultural, não se pode deixar de desconstruir a ideia de que seu inimigo teve um papel heroico em um passado relativamente recente. Se a esquerda é inimiga e esteve nas trincheiras contra a ditadura, é necessário desconstruí-la como principal resistência a um regime opressor. Reinaldo Azevedo, em 2008, publicou coluna em *Veja* chamada “Heróis de Fato e Heróis de Ficção”. Defende que o retorno à democracia foi conseguido graças a líderes não identificados com a esquerda, como Ulysses Guimarães, e que os que pegaram em armas queriam a implantação de uma ditadura comunista. Há um debate na historiografia acerca das intenções dos grupos guerrilheiros, tema que foge ao escopo desta tese. Para a compreensão da guerra cultural conservadora, deve-se ter em conta que, além de ser importante retirar do inimigo uma característica heroica, em uma perspectiva bolsolavista, progressistas e comunistas se equiparam. Portanto, se comunistas lutavam para impor uma ditadura, não se deve pensar que progressistas desejam algo distinto. Para os que seguem o *Orvil*, o momento presente trata-se de mera renovação das sucessivas tentativas comunistas de tomada de poder.

Por fim, ressalte-se que o que um sujeito acredita sobre pontos nevrálgicos da história do país compõe sua identidade, desse modo, alterar a memória nacional para que um indivíduo passe a ver o passado de forma distinta muda a própria pessoa. Ao deixar de ver resistentes armados como heróis e as forças armadas como vilãs e inverter a equação, o cidadão passará a identificar-se com os valores destas em detrimento dos daqueles. Existe uma forte tradição anticomunista nas Forças Armadas brasileiras (Teixeira), logo, o sujeito possivelmente abraçará tais valores, tornando-se mais conservador. Como diz Ricoeur, “a memória é incorporada à constituição da identidade por meio da função narrativa” (98). Fundamentando uma certa ideologia, a memória distorcida pelo revisionismo praticado acerca dos Anos de Chumbo passa a ser uma memória ideologizada, sendo certo que a ideologia tem papel relevante na fixação de uma certa configuração da hegemonia *stricto sensu*, ao gerar um sistema de crenças. Portanto, mesmo tratando de fatos passados, o revisionismo alterará o senso comum, até porque, como visto na introdução, Gramsci ensina que o senso comum é uma colagem de valores de diversos tempos. O ser humano se vê como incluído em uma tradição com determinadas verdades que constituem seu caráter atual, portanto a memória sobre um fato passado repercutirá na identidade e crenças do sujeito no presente.

Pelo exposto, conclui-se que o revisionismo existente no Brasil referente à Ditadura Civil-Militar é uma forma do que Ricoeur define como “manipulação da memória”, espécie do gênero ricoeuriano “abuso da memória natural”. Como explica este pensador, “o exercício da memória é o seu uso; ora, o uso comporta a possibilidade de abuso. Entre uso e abuso insinua-se o espectro da ‘mimética’ incorreta. É pelo viés do abuso que o alvo veritativo da memória está maciçamente ameaçado” (72), ou seja, o abuso da memória ocorre quando esta deixa de ser uma mimese do que realmente ocorreu. O revisionismo ao qual aqui se refere, ao buscar uma interpretação da história

que cria uma narrativa que distancia o entendimento que se tem sobre um fato do que efetivamente aconteceu, incorre em abuso da memória. Trata-se, pois, de uma adulteração, uma violação da memória, que serve à retórica do inimigo.

1.5 Conclusão

Neste capítulo apresentou-se no que consiste o conservadorismo e suas diversas modalidades, bem como do que se trata a guerra cultural. Há, sem dúvida, uma guerra cultural promovida por setores do conservadorismo, notadamente o bolsolavismo. Tal guerra, contudo, foi travada por setores mais amplos da sociedade até o início da gestão Bolsonaro. Ademais, tais setores que hoje não mais participam da guerra cultural conservadora, ajudaram o bolsolavismo a ganhar força, capilarizando-o e legitimando-o.

Nos próximos capítulos, com diferentes ênfases, ver-se-á os elementos da guerra cultural conservadora apresentados neste primeiro capítulo se manifestando em diferentes tipos de literatura, de autores de distintos perfis.

CAPÍTULO 2:

O Antipetismo em Foco

Como estudado no capítulo anterior, o conservadorismo é reativo. A partir da ascensão do Partido dos Trabalhadores ao poder houve uma acomodação de algumas demandas de grupos subalternizados na estrutura hegemônica, com repercussões no senso comum. Isso gerou uma reação conservadora, buscando liquidar tal acomodação e evitar maiores avanços que levassem a uma nova configuração hegemônica difícil de ser revertida. Passam a opor-se a diversidade e equidade como valores nacionais, buscando estabelecer um senso comum que entende o Brasil como um país homogêneo, calcado em determinados valores ocidentais, e no qual deve prevalecer a igualdade formal que, em um cenário de desigualdade, impede o desenvolvimento da igualdade material.

O PT é entendido, por conservadores, como o grande responsável e representante institucional das mudanças que estes combatem. O ataque a tal partido, visto como uma espécie de satã, dá força à tradição anticomunista brasileira. O PT seria a organização institucional do que o *Orvil* define como quarta tentativa de tomada de poder pelos comunistas, ou do chamado “marxismo cultural”. Um partido político essencialmente gramscista, que buscaria a implantação do comunismo repaginado pelo marxismo cultural. Tal concepção sobre o referido partido político é condensada de forma intensa no documentário *Congresso Brasil Paralelo Episódio 3: As Raízes do Problema*,

da produtora Brasil Paralelo. Para se impedir a concretização da ameaça comunista quase tudo seria válido.

O anticomunismo tem a capacidade de agregar diferentes forças da direita e conservadoras, por estarem combatendo um inimigo comum. O comunismo é associado a regimes autoritários e fracassados, portanto, associar o petismo ao marxismo leva a uma recusa integral do partido e de seu principal nome, Lula. Alguns personagens, como Olavo de Carvalho, e jornalistas de opinião como Diogo Mainardi, Rodrigo Constantino e, em certo momento, Reinaldo Azevedo, estenderão a retórica anticomunista a toda a esquerda, recusando-a integralmente e tratando a convivência com ela em um ambiente democrático como impossível (Sá Motta “Anticomunismo” 11). A esquerda seria má em essência, por isso dever-se-ia ser impiedoso com ela. Para Carvalho, esquerdistas seriam patifes e deficientes mentais (Sá Motta “Anticomunismo” 11). Mainardi afirma ter “horror às esquerdas” e sentir náuseas “só de ouvir falar em Lula e em lulistas” (citado por Sá Motta “Anticomunismo” 11). Já Azevedo cria neologismos patologizantes, como *esquerdopata*⁸.

A associação com a tradição anticomunista é clara. No lugar de falar-se em União Soviética e no perigo de organizações clandestinas comunistas, atualiza-se para Cuba e Estados bolivarianos, sobretudo Venezuela, realidades que seriam próximas ao Brasil, portanto o PT representaria um perigo real de um governo autoritário de esquerda. Se não se fala mais em Internacional Socialista, tem-se sua suposta versão atualizada e latino-americana, o Foro de São Paulo que, segundo Carvalho, seria uma ação do movimento comunista internacional para compensar as perdas no

⁸ Azevedo é exemplo de personagem que, após a ascensão de Jair Bolsonaro ao poder, se desincompatibilizou da guerra cultural conservadora. Assim como ele, outros o fizeram. Portanto, é inegável que o antipetismo era mais forte antes de 2019, sobretudo durante os governos PT, entretanto, permanece forte, sobretudo entre bolsolavistas, e foi parte fundamental para que a guerra cultural crescesse em proporção, pois permitia que fosse em parte mascarada como combate a um governo corrupto.

leste europeu na década de 1990 (Sá Motta “Anticomunismo” 13) e, por fim, implantar o estado totalitário chamado União das Repúblicas Socialistas da América Latina (URSAL). Para Carvalho, a mera participação de Lula em tal associação seria justificativa para que ele tivesse sido impedido e preso quando era presidente.

Contudo, o fato é que após treze anos no poder o PT não implantou nenhuma política que vagamente lembre o socialismo, e tampouco dá sinais de fazê-lo no terceiro mandato de Lula. Alguns, como Olavo de Carvalho, dirão que se trata de uma estratégia: sob uma moldura capitalista o PT iria mudando a cultura da sociedade via gramscismo. Carvalho também dirá que a aliança de banqueiros a Lula durante seu governo se teria estabelecido porque juntos eles destruiriam valores cristãos, acumulando, o PT e os bancos, ainda mais poder e riqueza. Esta associação entre o grande capital e supostos marxistas do século XXI será esmiuçada no Capítulo 3, ao tratar-se do chamado “globalismo”.

É de se perguntar, contudo, o que faz com que setores significativos da sociedade associem o PT ao comunismo, quando, após quase uma década e meia no poder, o partido adotou o que André Singer definiu como reformismo fraco, e políticas econômicas, sobretudo na primeira Era Lula, bastante ortodoxas, baseadas no tripé macroeconômico. O antipetismo seria fruto de um desejo real de combater o comunismo, ou o combate ao comunismo, assim como em 1937 e 1964, seria uma mera justificativa?

Como diz David Maciel, há uma “perspectiva autocrática das classes burguesas no Brasil, sua incapacidade em aceitar a criação de um espaço político próprio das classes subalternas e de seus representantes políticos, sua aversão a qualquer perspectiva que aponte algum ‘alívio’ para os pobres” (18). Há, portanto, uma recusa da elite brasileira de dividir o poder político, social e geográfico com classes subalternizadas. Pode-se definir isso como elitismo, guerra de classes, ou,

ainda, resguardo do controle da sociedade política, bem como da sociedade civil, pois estando os subalternizados isolados dos espaços políticos e sociais de maior relevância, dificulta-se uma configuração hegemônica mais inclusiva. Tais são algumas das razões do antipetismo. Outra fonte deste sentimento é, sem dúvida, a questão identitária, que exerce importante papel na guerra cultural, uma vez que o petismo é identificado com a recente mudança de valores e vocabulário que, por alguns setores de fora de grupos subalternizados, é definido como “ditadura do politicamente correto”. Contudo, o que se sabe é que os conservadores engajados na guerra cultural adotam um modelo hegemônico sem concessões, até porque estas pressupõem o reconhecimento da situação de subalternização do outro e, por consequência, de privilégio dos grupos dominantes. O que os bolsolavistas sentem é que se abriu a caixa de pandora, pois o reconhecimento de tais desigualdades pode levar a um senso comum que pretende mitigar as diferenças de oportunidades, o que pode levar a ajustes na estrutura do Estado desfavoráveis à manutenção de demasiado privilégio.

É este o entendimento do termo “antipetismo” que este capítulo adotará, ou seja, o sentimento que envolve uma demonização do referido partido, mas também de políticas e práticas que são associadas, por conservadores, ao PT. Exemplo daquelas seriam as políticas de cotas nas universidades, e destas seriam ajustes na linguagem, buscando combater preconceitos e fazê-la mais inclusiva.

Esse antipetismo que se vale de uma atualização do anticomunismo é uma das forças que movimenta o bolsolavismo. O bolsolavismo alimenta-se, em grande parte, da retórica do inimigo, mas, para que se pinte alguém como tal, não basta dizer que age conforme os ditames da democracia, contudo seguindo um alinhamento ideológico que a mina. É preciso, para deslegitimar o outro grupo e tentar expulsá-lo do jogo político, caricaturizá-lo como o mal, o subversor dos

valores básicos compartilhado pela sociedade. Se tal grupo apenas elege e reelege presidente de acordo com os ditames constitucionais, se ele adota uma política econômica liberal, há que se dizer que por trás disso está escondido um grande plano, logo, o conspiracionismo faz-se necessário. E nada mais eficiente, para agregar forças de diferentes espectros, do que usar uma palavra-força mobilizadora, qual seja, “comunista”.

O antipetismo é uma característica marcante da guerra cultural conservadora. Esta guerra encontra diversas manifestações e, todas elas, terão a presença dos elementos da guerra cultural conservadoras apresentados no capítulo anterior, às vezes com predominância de algum sobre os demais. Em alguns casos, somente a retórica do inimigo estará presente, pois é o elemento mais fundamental. Ainda que alguém não acredite no marxismo cultural ou na hegemonia progressista, caso trate progressistas ou esquerdistas como inimigos, provavelmente estará engajado na guerra cultural. No caso de obras marcadamente antipetistas, contudo, os três elementos fazem-se muito presentes. O PT no poder seria a representação e “prova” da hegemonia progressista. Os membros e simpatizantes do partido são vilanizados, em clara retórica do inimigo. Deste modo, as duas obras deste capítulo serão analisadas com subseções, cada uma dedicada a como cada um dos elementos da guerra cultural conservadora nela se expressa.

Compõem este capítulo os livros *Wunderblogs.com* e *O Império do Oprimido*. Tais publicações têm em comum um foco em atacar o Partido dos Trabalhadores e políticas adotadas durante a gestão de tal grupo político, destacadamente as cotas universitárias. Também guardam como característica interseccional o fato de os autores terem relativa aceitação no meio literário. Guilherme Fiuza, autor de *O Império do Oprimido*, não é alguém incluído nas rodas da chamada alta literatura, contudo, é autor do best seller *Meu Nome não é Johnny*, e faz-se ouvir através de meios de comunicação, como a Jovem Pan. Já *Wunderblogs.com* é uma antologia de autores que

eram então aspirantes, e conseguiram certa visibilidade por meio de matérias sobre a antologia no respeitado jornal *Folha de São Paulo*. Um dos autores, Alexandre Soares Silva, de inegável habilidade no manejo da linguagem, publicaria três romances, um livro de ensaios e se tornaria roteirista e colaborador da *Revista Cruzeiro*.

2.1 Wunderblogs.com: o Prelúdio da Guerra

Identificou-se, no primeiro capítulo desta tese, a reação à proposta de educação sexual nas escolas, em novembro de 2010, como o início da guerra cultural. Contudo, trata-se de uma data simbólica. Houve um crescendo para que se chegasse a tal ponto. Desde a chegada do Partido dos Trabalhadores ao poder nota-se o incômodo de alguns setores mais conservadores, que já começavam a replicar ideias olavistas com as quais provavelmente haviam tido contato no final da década de noventa. Nessa toada, já em *Wunderblogs.com*, publicado em 2004, encontram-se vários elementos de guerra cultural e de teorias da conspiração que se tornariam populares anos depois.

A antologia *Wunderblogs.com* foi definida, em artigo da *Folha de São Paulo*, como o primeiro grande exemplo de uma tendência daquela década, qual seja, textos de blogs migrarem para o formato de livros impressos. De fato, a chamada “geração 00 é associada à escrita blogueira, à produção dos autores que começam a publicar seus textos na *internet* através dos *blogs* ou *weblogs*” (L. Azevedo 44, itálicos do original). Escritores que conseguiram espaço no mercado editorial, como João Paulo Cuenca e Joca Reiners Terron, começaram publicando textos em blogs, embora aquele tenha se preocupado, desde aquela época, em não se afirmar como um autor de *internet*, usando seu blog como um diário do making off do livro (L. Azevedo 45). Cuenca entende que não faz sentido republicar em livro o que já está na *internet*. Contudo, o autor abstrai o fator

perenidade que o livro confere a um texto. O domínio wunderblogs.com já não existe, mas os excertos publicados no livro podem ser facilmente encontrados em bibliotecas e estão à venda em diferentes sites.

Wunderblogs.com foi uma plataforma criada inicialmente por um grupo de amigos de São Paulo. Cada autor tinha seu domínio, que era um nome escolhido, seguido por “wunderblogs.com”. A título de exemplo, Daniel Pellizzari, “autor conhecido na cena literária gaúcha” (Vazquez 129), que se juntou ao coletivo em um segundo momento, tinha como endereço de seu blog failbetter.wunderblogs.com (Vazquez 130). Já na versão impressa, cada seção do livro é dedicada aos textos de um autor, sendo encabeçada pelo nome artístico usado no blog, em letra maiúscula e negrito, ladeado pelo endereço do seu blog. Abaixo do nome do autor, lê-se “*Posted by*”, seguido pelo seu nome. Esta antologia recebeu algumas críticas, uma vez que a intelligentsia nacional julgava que era composta por um apanhado de autores direitistas. Em resposta a pergunta da *Folha de São Paulo* sobre o que ele achava de os escritores da coletânea serem muitas vezes chamados de conservadores ou direitistas, o autor Pelizzari disse: “Penso que a loteria da estupidez foi generosa até demais com o Brasil” (Machado “Sou um Esteta”). A despeito da resposta bem-humorada, claramente nota-se que uma das coisas que unia os autores na plataforma Wunderblogs e no livro era seu posicionamento político conservador e/ou economicamente liberal. A *Folha de São Paulo* entrevistou todos os autores, repetindo as mesmas perguntas. À pergunta sobre o conservadorismo dos participantes, Felipe Ortiz deu resposta bastante distinta à de Pelizzari: “penso que de fato somos todos uma cambada de direitistas e conservadores. E a honra de ser o pior de todos, segundo entendo, cabe a mim” (Machado “Somos uma Cambada”). Já Alexandre Soares Silva discorda da afirmação de serem todos de direita, mas diz: “Não há gente de esquerda, que eu saiba, mas também é tão difícil encontrar gente de esquerda na internet que escreva bem...”

(Machado “Alexandre Soares”), uma frase que se coaduna a um clima de guerra cultural. Analisando a obra, encontram-se ao menos traços de conservadorismo em todos os autores, ainda que nem todos adotem uma retórica de guerra cultural. Outras coisas que vários dos membros da antologia apontam que os une, e que de fato está presente em todos, é o humor, normalmente irônico, e certa dose de iconoclastia. Esse caráter iconoclasta está presente no bolsolavismo. Se se acredita que o senso comum é progressista, então é necessário destruir para que se possa construir sobre novos fundamentos. No momento histórico em que *Wunderblogs.com* foi publicado não se podia falar, ainda, em bolsolavismo, mas sem dúvida em olavismo. À pergunta “Existe direita (ou termo equivalente) inteligente aqui ou fora do país hoje em dia? Exemplos?”, feita a dez dos onze autores da coletânea, três citaram Olavo de Carvalho na resposta. Outros expoentes da novíssima direita também foram citados, como Roger Scruton. Como se entende que há uma hegemonia progressista, o conservadorismo é visto como contracultura, um ato de resistência.

2.1.1 A Crença na Hegemonia Progressista

A crença na hegemonia progressista pode dar-se por se acreditar em um predomínio progressista no meio artístico, no senso comum (neste caso, configurando uma hegemonia *stricto sensu*), ou até pela crença em uma hegemonia *lato sensu*, ou seja, o sistema como um todo seria progressista, incluindo as estruturas estatais. Veja-se como isso repercute em *Wunderblogs.com*.

São realizados ataques a consensos, compreendidos como frutos da hegemonia progressista. Neste sentido, veja-se o post de Alexandre Soares Silva, “Fiquem irritados aí”:

(...) qualquer garotinho de onze anos que fique chocado com os avanços sexuais de uma mulher de quarenta é bicha. Me lembro dos meus amigos aos onze – se alguém viesse dizer chorando que uma mulher abusou dele, seria ridicularizado durante anos. Bateríamos nele. Invejaríamos sua sorte. (Silva *Alexandre Soares* 24)

Está subentendido neste trecho que houve uma alteração no senso comum. Quando o narrador (que em grande medida se confunde com o autor empírico nos textos desta obra) tinha onze anos, no entender dele, seria impensável, ou ao menos ridículo, que um menino da mesma idade chorasse por uma mulher ter abusado dele. Este comentário induz ao pensamento de que hoje em dia tal ação seria problematizada. Trata-se de clara postura conservadora, ou até reacionária, pois considera valores do passado como superiores. Novos valores são, em geral, associados ao progressismo. Em verdade, o que o autor faz com o referido comentário é criticar uma determinada configuração hegemônica que imporia uma suposta ditadura do politicamente correto, que buscaria impor valores e normas que vão de encontro à natureza das pessoas. O natural, em seu entendimento, seria um menino de onze anos adorar ser abusado por uma mulher mais velha. Como se nota, há uma naturalização de certas normatividades construídas. Não é por acaso que se fala em um menino sendo abusado por uma mulher, em reforço ao clichê e expectativa de que o homem heterossexual esteja sempre sexualmente disponível. E isso seria fruto da natureza, atuante desde quando os hormônios começam a agir, na puberdade. A mesma cena entre um homem e um menino, ou entre um homem mais velho e uma menina de onze anos, ou, ainda, entre uma mulher e uma menina, provavelmente não seria tratada como normal pelo texto. Nestas hipóteses é de se imaginar que o narrador consideraria haver grave abuso, posto que seriam ações desconforme a normatividade, vista como natural pelo conservador.

O texto carrega certa dose de lamento pela desnaturalização de tal tipo de ação, mas um lamento convolado em ataque. A problematização do assédio é ridicularizada. O natural seria um menino de onze anos gostar dos avanços de uma mulher; não gostar indicaria ser “bicha”, algo que estaria no terreno do não natural ou, ao menos, não comum. A própria escolha da palavra “bicha”, a que mais remete ao ridículo em toda a plêiade vocabular para referir-se a homens gays, é um

holofote que pretendia expor o suposto ridículo da problematização dos avanços de uma mulher sobre um menino de onze anos. O texto pretende dizer: “não problematizem isso, pois apenas bichas ficariam incomodadas”, isto é, o politicamente correto estaria buscando proibir algo que é naturalmente bom para a maioria dos meninos. Ao usar o termo “bicha”, a narrativa não pretende resguardar os direitos de meninos gays não serem abusados por mulheres mais velhas, ao contrário, os invisibiliza ainda mais. Dizer que apenas bichas de onze anos se chocariam com os avanços de uma mulher de quarenta, coloca o foco do argumento sobre o fato de que meninos de onze anos, de maneira geral, gostariam de sofrer tais avanços, ou seja, querer criminalizar tal atitude não faria sentido. O foco é na permissão da ação. Trata-se aqui de associação de alterações no senso comum produzidas nos últimos anos com o progressismo. Tais mudanças seriam vistas como autoritárias, pois imporiam normas de conduta e valores divorciados do natural. Há, enfim, uma crítica ao politicamente correto, termo normalmente usado para se referir à imposição de restrições, portanto, que serve para atacar o progressismo, taxando-o de autoritário. O trecho, enfim, trata o politicamente correto como hegemônico e o ataca, ridicularizando-o. Mais sobre o post adiante, ao cuidar-se da retórica do inimigo em *Wunderblogs.com*.

Daniel Rossi, que adotou o pseudônimo de FDR, em um de seus posts publicados na coletânea, fala do homem ponderado que deseja destruir “o poder arbitrário, a miséria material e as dores físicas” (149), mas que não é um homem de ação, que é:

*a quiet living man,
who prefers to spend the evening in the silence of your room,
who likes an atmosphere as restful as
an undiscovered tomb.
A pensive man are you, of philosophical joys,
who likes to meditate, contemplate,
far for humanities mad inhuman noise. (150)*

Esse homem, ele diz, “se dedica ao estudo. Lê von Mises, Hayek, Campos. Lê Marx, Keynes, Furtado. Pondera” (150). Após refletir, chega à conclusão de que o liberalismo é a melhor

solução para evitar o arbítrio e a miséria, “aliviar a dor e postergar a morte” (150), contudo, toda essa ponderação de um sujeito bem-intencionado redundava em alguém gritando horrorizado: “— Você é de direita! De direita!” (150) e “Pela força mágica dessas três poderosas sílabas, você, um sujeito calmo, bom, preocupado com o bem-estar e a felicidade do mundo, é transformado em um monstro maldito, um canalha egoísta nazista fascista racista sem sentimentos” (150).

Claramente FDR expressa um incômodo com a suposta hegemonia *stricto sensu* de esquerda, que oprimiria não apenas o conservador, mas até o sujeito meramente de direita, ou seja, o liberal. A hegemonia esquerdista seria tal que o direitista seria monstrificado. Essa afirmação de FDR é um registro do tempo em que o livro foi escrito, momento em que a direita era essencialmente identificada com o liberalismo, em que havia um acordo sobre um modelo de Estado de freios e contrapesos e garantias de direitos de minorias (ainda que somente no plano do discurso e que muitos desses direitos não fossem efetivados). A palavra “direita” era associada à ditadura militar, por isso ser de direita era malvisto, e a direita ainda não havia “saído do armário”, como diz Messenberg. Por mais que houvesse, sobretudo na mídia, uma prevalência do discurso liberal, mesmo políticos conservadores e liberais não se declarariam como de direita. Em verdade, *Wunderblogs.com* foi precursor nessa saída do armário da direita, não à toa muitas das perguntas da *Folha de São Paulo* giravam ao redor desse tema, pelo inusitado de um coletivo de escritores ser identificado com ideias conservadoras ou de direita. De fato, é inegável que na cultura (entendida aqui como arte) independente, desde há muito, existia predominância progressista, como levantado por Schwarz há décadas, no famoso artigo “Cultura e política, 1964-1969”. Ao menos na literatura, *Wunderblogs.com* é o primeiro livro deste século de alguma visibilidade de vozes de direita e conservadoras. Por mais que a maioria dos autores neguem ler literatura brasileira contemporânea, seus textos se enquadram no que grande parte da crítica definiria como

boa literatura contemporânea. Seu humor é criativo, a ironia é fina, e a forma “do blog pro livro” era uma tendência, o que confirma esse primeiro esforço coletivo de entrada de um pensamento conservador no sistema literário brasileiro.

2.1.2 Marxismo Cultural

Wunderblogs.com é, provavelmente, a primeira obra literária de alguma repercussão que encampa teorias populares na guerra cultural da extrema direita nacionalista brasileira, como o marxismo cultural. O plano olavista de alterar a cultura colhia seus primeiros frutos. O livre pensar é identificado com o conservadorismo e o progressismo é posto como establishment, ou seja, a hegemonia seria progressista, com seus valores sendo replicados em canais de televisão: “mulheres da sociedade grasmam alto, dão cheques, peidam, tudo em nome do social barbudo. Os moços da voz macia cantam Lou Reed, fazem fofoca, dizem que os Euá é feio, mal, bobo, tudo isso o pai de família aceita pela TV” (Grabriel R 280).

O Partido dos Trabalhadores seria uma das principais forças do marxismo cultural e nomes como Lula e intelectuais ligados ao partido, como a economista Maria da Conceição Tavares, são atacados através do livro. Veja-se a paródia da canção Filhos de Ghandi, de Gilberto Gil, feita por Ruy Goiaba:

O Ilê Ayê Afoxé Filhos de Gramscy

Mao Tse-tung, Pol Pot, Fidel, Xiaoping, todo o pessoal
Manda descer pra ver Filhos de Gramscy
Lenine, Staline, chama Ceausescu e Cau Marques também
Manda descer pra ver Filhos de Gramscy
Ditador cavalheiro de Bagdá
Se o bicho pegar
Manda descer pra ver Filhos de Gramscy
Senhor Ho Chi Minh, faz um favor pra mim
Chama o pessoal
Manda descer pra ver Filhos de Gramscy
Os condenados da terra fazem o Carnaval

Chama o pessoal

Manda descer pra ver Filhos de Gramscy (Goiaba 222, negrito e alterações de grafias em nomes do original)

Gilberto Gil àquela altura era ministro da cultura. Desse modo, por essa paródia, o autor afirma: o establishment é gramscista, tanto a cultura quanto o governo, ou, em referências gramscianas, há hegemonia lato sensu dos progressistas, pois detêm a controle da sociedade civil pelo consenso (hegemonia stricto sensu) e a sociedade política (domínio), ou seja, controlam a inteireza do Estado. O músico-ministro atualizaria essa união de Estado e cultura, em uma estratégia gramscista de hegemonia lato sensu. Como os marxistas culturais se valeriam de uma aliança com minorias e o politicamente correto seria uma forma de impor uma hegemonia destes grupos, o que diz respeito à valorização do popular, a políticas de isonomia, ou a um vocabulário que possa ser visto como relacionado com o politicamente correto, é atacado. Há uma desvalorização do popular nacional e do contemporâneo. O canônico é o lócus da verdade. Por isso, em sites conservadores vê-se em listas de autores conservadores os nomes mais canônicos da literatura russa, ocidental e brasileira. Não raro se vê Machado de Assis e Dostoiévski entre eles. Grande parte do que conforma o cânone ocidental será considerado conservador. Por mais que a Rússia seja um país que se opõe ao que se entende por ocidente, seu cânone cultural foi absorvido pelo ocidente. Tal valorização deste tipo de conteúdo gera uma forte oposição ao antiamericanismo, país que seria a maior representação contemporânea do ocidente e que é visto, por muitos conservadores, como uma espécie de terra prometida (“Congresso Brasil Paralelo Capítulo 5: Propostas” 14:18-27:06).

Um exemplo do referido desgosto em relação à cultura popular brasileira faz-se claramente presente em alguns posts, como neste de Alexandre Soares Silva, chamado “outsider math”:

Noto que agora já não se diz *Arte Primitiva*, nem *Arte Naif*; agora é *Outsider Art*. Ah, certo. Será que existe *Outsider Math*? O molequinho fazendo conta errada, o caboclo na sua casinha, tirando bicho-do-pé com canivete e cavando equações

erradas de segundo grau num pedaço de madeira. “É a matemática do nosso povo, tudo erradinho, que bonito!” O matemático de Cambridge parando na beira da estrada pra ver o vendedor de pamonha que faz *Outsider Math*. (Silva 9)

O paralelo entre arte e matemática implica a ideia de que há um correto absoluto na arte, já que a matemática é, por excelência, o terreno da exatidão, do erro ou acerto. Ao ironizar a arte naif ou outsider art, comparando-a a outsider math, o autor faz pouco da arte produzida fora do cânone, por alguém sem formação acadêmica, o que implica um elitismo e uma crença no valor absoluto da cultura canônica. É evidente que neste post Alexandre Soares se insurge contra uma regulação da linguagem que alguns setores progressistas vêm impondo no século corrente, mas há que se compreender que a linguagem é um terreno de disputa política. Ao se pretender alterar palavras como “primitiva” ou “naif” para “outsider”, claramente se busca retirar o artista popular de uma posição abaixo para colocá-lo ao lado, em uma espécie de linha paralela à arte integrada ao circuito de museus e galerias. Mesmo que este nome não resolva o problema, uma vez que ao definir a arte fora de circuito como *outsider*, o “circuito” se coloca na posição de universal, ainda assim não agrada ao autor, pois ele pretende a manutenção dos termos que propõem a inferioridade. Isso seria uma forma de combater o marxismo cultural, pois este corromperia os valores “naturais” ocidentais por diversos meios, um dos quais seria a infiltração de outras culturas (como setores marginalizados da cultura popular) na hegemonia stricto sensu.

Pode-se estender a mesma lógica às políticas de cotas. Sem pretender-se afirmar que não são bem-vindas, reconhece-se que as cotas colocam os não-beneficiários na posição do universal. Se o grupo “b” deve receber uma compensação por estar em posição de desvantagem em relação ao grupo “c”, logo a posição de vantagem seria aquela do grupo “c”. Afinal, é onde “c” está que “b” quer chegar. Se se fala de cinema indígena como algo positivo é porque o acesso a esta invenção ocidental é considerado desejável. Ao fim e ao cabo, mesmo entre setores progressistas que pregam o decolonialismo há uma busca por inserir os subalternizados na modernidade. Claro

que ao se abrirem portas para que sujeitos subalternizados passem a ter voz, estes passam a poder alterar o status quo, mas sob um registro reformista, ou seja, alterá-lo a partir dos preceitos, padrões e instituições da sociedade ocidental, embora seja possível, no longo prazo, pensar-se em uma revolução passiva, ou seja, alteração gradual por dentro das estruturas do Estado. Esta abertura de portas é incômoda a setores da direita (e, por consequência, conservadores, já que nem todo direitista é conservador, mas todo conservador é direitista, como visto no capítulo anterior), uma vez que, de acordo com Bobbio, uma das características da direita é aceitar a desigualdade como natural. Ademais, há o medo da revolução passiva, que é o que conservadores mais militantes, como bolsolavistas, acreditam ser o objetivo dos marxistas culturais, alterando aos poucos os valores da sociedade até que deixe de ser capitalista-ocidental. Este seria o objetivo do Partido dos Trabalhadores, segundo esta ótica. Por isso, há manifestações de diversos autores de *Wunderblogs.com* contra políticas de cotas estabelecidas em governos petistas, bem como a afirmação de um direito à indiferença. Ainda Alexandre Soares da Silva, em post chamado “Meu Nome é Alexandre e eu Tenho Medo dos Sentimentos Excessivamente Lindos”:

A esquerda é uma contínua competição para ver quem tem os sentimentos mais lindos da sala. Sua concepção de beleza, em termos de sentimento, é nouveau-riche: os sentimentos que brilham mais. Gostam dos espelhos, do ouro e das lantejoulas da alma.

Esses sentimentos excessivamente lindos sempre terminam em ódio a quem tem sentimentos discretos. O homem vestido de oncinha na alma quer matar o homem vestido de cinza. O homem que se baba todo de amor aos pobres quer matar o homem que dá esmola e fica quieto. A esquerda é um ódio à *discrição dos sentimentos*. (29, itálico do original)

Há uma espécie de reclame ao direito à indiferença, a dar a esmola e seguir adiante, à naturalização do pedinte ou, ao menos, a não colocar a ação contra o sofrimento alheio no centro de sua vida.

As questões identitárias são o tipo de tema que gera e participa de uma guerra cultural. Não à toa desperta tantas paixões e um desejo de deslegitimar a opinião alheia ainda mais intenso do que na era de polarização sobre o papel do Estado na economia. As demandas identitárias se relacionam com a moral, a diversidade e permeabilidade do Estado e da sociedade, com a força e voz de determinados grupos sociais e até com a linguagem, uma vez que debatem quais valores serão atribuídos a determinadas palavras, quais vocábulos devem ser excluídos ou incluídos no uso corrente, ou se um novo tipo de gênero (o neutro) deve ser adotado. Afeta, portanto, o dia a dia das pessoas, até a forma como se comunicam. Tais questões passaram a ser pungentes a partir do governo Lula e *Wunderblogs.com*, nas artes, foi pioneiro em se opor a isso, ou seja, em se manifestar a favor da manutenção do status quo. Os ataques vão desde políticas públicas a questões de linguagem; muitas vezes o próprio debate é posto em xeque. Na questão da linguagem, vê-se uma breve ironia em post de Marcelo de Polli, ao inserir o seguinte parêntese após a palavra “neguinho”: “(perdão, indivíduo de ascendência africana e idade e estatura reduzida)” (65), indicando que tal discussão vocabular já começava a vigorar em 2003. Esse debate ganharia tração cerca de um ano depois, quando foi discutida uma cartilha publicada pelo Governo Federal chamada *Politicamente Correto e Direitos Humanos*. A cartilha pede reflexão sobre o uso de diversos termos e expressões, alguns dos quais não geraram controvérsia, por serem indiscutivelmente preconceituosos, como “aleijado” ou “aidético”. Outros, contudo, causaram protestos até entre aqueles que se consideram abarcados pela palavra, como “comunista”, e outras que são de uso comum e corrente, como “Maria vai com as outras”, “ladrão”, e “funcionário público”. Os exageros da cartilha acabaram tornando-a motivo de chacota até em programas humorísticos, como *Caceta* e *Planeta*, mas de todo modo já demonstra como logo no início do governo do Partido dos Trabalhadores se iniciava um movimento de disputa de valores, que incluía

a linguagem, o que levou a um crescendo que foi culminar no evento de 2010 que foi simbolicamente apontado por esta tese como o início da guerra cultural. Mas a questão da linguagem em *Wunderblogs.com* não se limita à ironia quanto à reformulação buscada no século XXI por movimentos progressistas. Vê-se, nesta obra, uma seleção de palavras generalizantes, consideradas politicamente incorretas, que não raro desqualificam um grupo. Veja-se o seguinte trecho de Alexandre Soares Silva:

Também queria cicatrizes no rosto – como os estudantes alemães do século XIX. Sim, eu sei que há quem queira fazê-las de graça. Mas realmente não se pode duelar com pessoas de certas classes. *Not done, don't you know. Bad form.* Quando um membro das classes baixas o ofender, o melhor é chamar cinco ou seis empregados e mandar espancá-lo. Mas esse hábito só poderá ser reintroduzido quando ensinarmos à sociedade que isso é normal e gostoso. Chega de ver o olhar de censura no rostinho lindo das minhas amigas cada vez que mando meus empregados espancarem um mameluco insolente num shopping. (27)

Assim como a maioria dos textos do livro, os textos de Alexandre Soares Silva são carregados de humor e ironia. Particularmente nesta passagem, ele se referia ao seu gosto pelas coisas antigas, pelo tradicional aristocrático. De toda forma, o uso da palavra “mameluco” para referir-se a um sujeito de classe social desprivilegiada em um momento em que se começava a debater a linguagem, é uma afirmação do direito ao politicamente incorreto, à atribuição de determinadas características generalizantes a determinados grupos, no caso, aos mamelucos como pobres.

Neste mesmo post, que é intitulado “O Assunto Gay – uma Posição Dura, mas Necessária”, o autor reclama da própria existência da pauta gay. Questões identitárias buscam promover um reformismo na nação, pela aceitação da diversidade, alteração da linguagem e comportamento. Mexem, por conseguinte, com o senso comum. Contudo, mudanças de comportamentos arraigados são difíceis de serem promovidas, por isso determinados temas precisam estar extremamente presente no debate público, repetidos inúmeras vezes, para que se produza algum resultado

(Gramsci *Volume 1* 110). Posturas machistas, homofóbicas e racistas, sobretudo quando estruturais, não mudarão sem uma conscientização e convencimento de importantes e relevantes setores da sociedade. Alexandre Soares Silva demonstra incômodo com uma suposta cobrança por se posicionar sobre a pauta gay. A menos que seu blog fosse um fenômeno de audiência, não é verossímil que diversas pessoas se dirigissem a ele pedindo que se manifestasse. Ele sentia pressão para abordar o assunto, portanto, em função da dimensão que o tema ganhou na sociedade. Se o tamanho do tópico o fazia sentir-se compelido a abordá-lo e isso o molestava, significa que a mera relevância do assunto o perturbava.

Mas, por ser um fato objetivo, a questão das cotas é o que desperta maior interesse dos autores, com manifestações claras em discordância. Dante Gabriel R., que nomeia a parte que lhe cabe no livro de “Saudade do Presidente Figueiredo”, em post de 2002, declara seu espanto ao perceber que “gente boa, até gente que pensa, defende [as cotas]” (Gabriel R. 273), pois ele achava que “quem defendia cota e outras medidas racistas tinha titica de galinha na cabeça” (Gabriel R. 273). E encerra o post com uma afirmação difícil de compreender, já que as cotas reduziram o número de pessoas de classe média nas universidades públicas, ampliando o número de alunos oriundos das classes menos abastadas: “a vida é um palco da e para as médias classes” (Gabriel R. 273).

Júlia Lemos, a autodenominada Miss Veen, abre sua participação na antologia com o post “he`s got balls”, título que indica uma tendência sexista que se confirmará logo à frente. Este post começa com uma elegia ao principal ideólogo do conservadorismo brasileiro das últimas décadas, Olavo de Carvalho, alguém que, como a autora, “joga no time das harpias venenosas que ousam crucificar o coletivismo e o esquerdismo” (Lemos 157). Feita a homenagem, a escritora prossegue, expondo sua posição quanto às cotas raciais: “uns acham a coisa mais linda do mundo que negro

entre na universidade porque é negro (...). Provas de múltipla escolha não dizem absolutamente nada sobre conhecimento. Marcar questão qualquer pessoa faz, até um macaco faz (...)" (Lemos 157).

Não passa despercebida a inserção das palavras negro e macaco na mesma frase, considerando a longa história de associação entre aquela raça e este animal. De acordo com Richard Dawkins, tal discriminação remonta aos primeiros exploradores brancos da África, que "consideravam chimpanzés e gorilas parentes próximos apenas dos humanos negros e não de si mesmo [sic]. Os grandes primatas foram vistos como humanos negros" (Silva e Pereira 140). De acordo com João Costa Vargas:

(...) a associação entre pessoa negra/macaco é parte de um código social e cultural amplo, hegemônico – é parte da estrutura simbólica com a qual damos sentido ao mundo. Formulamos nossos pensamentos e nossas práticas sociais baseadas no código cultural que naturaliza a abjeção e desumanização de corpos negros". (100)

Ele chega a esta conclusão a partir de um estudo realizado por Goff et al., cujos resultados estão disponíveis no artigo "Not Yet Human", publicado no *Journal of Personality and Social Psychology* em 2008. O experimento expôs cento e vinte e um homens de dezoito a vinte anos a imagens subliminares, ou seja, que eram mostradas por uma fração de segundos insuficiente para a percepção consciente. Um terço do grupo viu imagens de homens negros, um terço de homens brancos e um terço viu uma linha, sem terem consciência do que haviam visualizado: para eles eram meros flashes. Em seguida, foram expostos a imagens de animais. A imagem, a princípio, tinha baixíssima resolução, e aos poucos ia tornando-se mais nítida. A hipótese, confirmada pelo estudo, era de que aqueles que haviam tido contato subliminar com fotografias de homens negros identificariam macacos em menos tempo. Além de confirmada a hipótese, o estudo verificou que aqueles que tinham sido expostos a imagens de homens brancos demoraram mais a identificar macacos do que os que viram linhas. Imagina-se que há uma associação do homem branco com

fatores positivos como inteligência, e que pretos são associados com características negativas. Interessante notar que os resultados não variaram de acordo com a raça dos participantes.

Não há dúvida, portanto, que há uma associação cultural embutida em planos profundos da psique ocidental entre pretos e macacos. Neste contexto, ignorar que Miss Veen, na frase seguinte a se opor a cotas para negros cita macacos, seria virar o rosto a uma realidade que se impõe em uma leitura minimamente atenta e calcada no contexto em que o texto foi escrito. O que a autora diz, em outras palavras, é que o negro entrará na universidade graças a uma lei de cotas, por meio de um exame que um macaco conseguiria fazer. O racismo embutido é claro. Ao contrário do que afirma a autora, provas de múltipla escolha medem conhecimento, caso contrário as cotas não seriam necessárias, já que o acesso à universidade seria aleatório, de modo que estudantes de escolas privadas não teriam vantagem. Segundo ela afirma, “vestibular é para tirar nota, não mede conhecimento” (157). O fato é que historicamente pessoas de origem social mais abastadas tiram maiores notas, certamente porque as pessoas não marcam as respostas em questões de múltipla escolha de forma aleatória, como faria o macaco da autora, mas com base em conhecimento prévio. Há, portanto, um racismo (talvez inconsciente, estrutural) da autora, em casamento com um raciocínio descolado da realidade, que retira do vestibular qualquer fator de aferição de conhecimento. A citação de “macaco” logo após “negro”, além de ser uma externalização de racismo estrutural, também é uma afirmação do direito de seguir expressando-se de forma politicamente incorreta, como no “mameluco” de Alexandre Soares, portanto, trata-se de um combate à alteração na linguagem buscada pelo “marxismo cultural petista”. Miss Veen pode não ter sido deliberadamente racista, e a associação entre macaco e negro ser fruto de racismo estrutural, mas em um momento em que se começava a debater uma nova linguagem mais respeitosa às minorias, sem dúvida o uso da palavra macaco logo após “negro” é deliberado.

Sintoma da guerra cultural que viria a se formar. A disputa pela linguagem que se usaria no século XXI foi um dos primeiros movimentos da atual guerra cultural. Não à toa, a citada cartilha do Governo Federal, que teve má recepção pela maior parte da sociedade, foi apoiada por grupos de direitos humanos e associações de grupos identitários.

Há também, na oposição às cotas, a preocupação pela perda de espaço. Grandes parcelas das classes médias e brancas não querem que o acesso à universidade pública e outros espaços de prestígio fique mais difícil para eles, ou seja, há uma intenção de manutenção do privilégio. Por mais que provas sejam um sistema meritocrático, quando se parte de posições distintas, aquele que partiu na frente e consegue acesso “meritocraticamente” foi beneficiado pela sua situação inicial que, caso não compensada, se constituirá como privilégio. A legitimação da inapetência ao compartilhamento do espaço dá-se pelo argumento da discriminação inversa, que Miss Veen chama de “Hitler às avessas” (158). Vê-se aqui replicada a mesma lógica de Lind e outros autores da coletânea por ele organizada, segundo a qual se quer demonizar tudo que é relativo ao homem branco, em prol dos grupos subalternizados aos quais os marxistas culturais se teriam aliado.

Em se tratando de uma antologia de autores conservadores, em *Wunderblogs.com*, demandas de diferentes minorias sociais, supostos aliados dos “marxistas culturais”, sofrem ataques. Na análise de post de Alexandre se viu isso em relação aos gays. Já as mulheres são atacadas de forma ainda mais direta, até com elevada dose de machismo, por Miss Veen. Veja-se o post “A soberba de Simone de Beauvoir”:

nenhuma mulher (moderna) quer ser uma Sibyl Vane. O destino de toda mulher é ser uma Sibyl Vane. Não descobriram ainda, mas isto está no cromossomo X.

O talento masculino pode dar as mãos à realidade. Mulheres talentosas têm uma agradável surpresa ao enxergar a realidade para além de seu narcisismo tipicamente feminino (às vezes altamente artístico): introvertem-se de vez (caminham na direção oposta) ou aceitam a realidade passivamente, como um cão faminto que fareja (e desconfio que esta seja sua natureza) e – rápida piscada de olhos – o talento

desaparece, deixando a agradável realidade, a insípida tarefa de lavar a mesma louça todos os dias.

Mulheres gostam de encontrar-se ao comer chocolate, costurar botões na blusa favorita, observar de perto a beleza dos próprios cabelos sob a água do chuveiro, pensar na lancheira do filho enquanto passam as marchas do carro.

Perder-se + encontrar-se + aliar isso à realidade + não perder o gênio é uma virtude tipicamente masculina. (Lemos 165).

O trecho acima associa a mulher à posição de cuidado e o homem à capacidade de agência. Aliar seus talentos à realidade sem perder o gênio nada mais é do que capacidade de agência. A mulher, para Miss Veen, é incapaz de agência, pois ao tentar aliar seu talento à realidade introverte-se de vez ou aceita a realidade passivamente. À mulher caberiam funções de cuidado e acolhimento – como quando pensa na lancheira do filho ou costura botões em blusas –, além de se manter bela (pensando na beleza dos próprios cabelos no banho). Miss Veen não hierarquiza as capacidades, mas o post foca nas limitações da mulher e nas capacidades do homem. Não há dúvida que as competências ligadas a agência são as que permitem alcançar maior status social, pois são as que permitem interferir em estruturas sociais. Glick e Fisk chamam a atenção para o seguinte fato: “male dominance results in stereotypes of male superiority on a status-relevant cluster of traits, often labeled in gender research as ‘agency’” (118). A crença, portanto, de que os homens detêm capacidades relacionadas a agência que as mulheres congenitamente não possuem (“isto está no cromossomo X”, segundo Miss Veen) naturaliza o patriarcado. “Research has confirmed that status differences foster beliefs in the relative superiority of high-status groups, *even among members of low-status groups*” (Glick and Fisk 118, destaque nosso). De fato, como já ensinara Gramsci, grupos dominantes estabelecem um senso comum que é compartilhado por todos, inclusive subalternizados. Seria necessário, portanto, o desenvolvimento da consciência de grupo que permitirá o agir autônomo que romperá o véu do senso comum, derrubando crenças sobre grupos subalternizados. Seria, portanto, uma falta de consciência de grupo que aflige Miss Veen,

incapaz de desconstruir as realidades estabelecidas pelo senso comum, levando-a a repetir estereótipos sobre a mulher?

Trata-se de uma autora que claramente tem acesso a leituras densas. Ela cita nomes como Schopenhauer, Proust, Rousseau e Simone de Beauvoir, a quem define como soberba. Não há, portanto, no caso da autora, falta de acessos a ferramentas que a permitam desenvolver o sentimento de grupo, sobretudo com a onda feminista do século XXI. O que a leva a acreditar em limitações não corroboradas por estudos científicos sobre o seu próprio sexo (aqui usa-se a palavra sexo e não gênero deliberadamente, já que ela atribui as limitações ao cromossomo X)? Por que acredita que há limitações que a atingem e que podem gerar uma crença em si e em outros de sua incapacidade de estar em e tomar posições de protagonismo, pois que estas demandam agência e alta capacidade de interrelacionar-se com a realidade? É claro que, ao falar-se de um indivíduo específico, entra-se no terreno da especulação e as variações possíveis em um espaço amostral tão pequeno pode resultar em uma grande margem de erro. Mas pode-se ampliar a questão, usando Miss Veen apenas como uma concretização de um tipo social, qual seja, aquela que, com acesso a debates sobre desigualdade de gênero, deliberadamente adere ao discurso que busca legitimar sua posição como subalternizada por incapacidades intrínsecas.

Glick e Fisk ressaltam que o sexismo se dá em duas frentes: “*hostile sexism* (HS), sexist antipathy toward women, and *benevolent sexism* (BS), subjectively favorable, yet patronizing, beliefs about women” (116, destaques do original). Isso cria um sistema de punição e recompensa, no qual quando uma mulher adota uma postura contra a convenção de gênero ela será punida por HS, ao passo que quando age “de acordo” será beneficiada por BS. Disso conclui-se que aquela que decide romper com os papéis de gênero será muito punida e pouco recompensada nas relações pessoais. Desse modo, o sistema faz com que o indivíduo se acomode nos papéis que dele se

esperam. Caso alguém não esteja disposto ou disposta a enfrentar as consequências desse rompimento, em sendo uma pessoa que se coloca na posição de intelectual, se manifestará de modo a retirar de si qualquer responsabilidade sobre sua inação contra o sistema, pois trata-se de algo inato ao seu grupo social, no caso, sexo. Assim, ela não se sentirá em desvantagem em relação a mulheres que decidiram ter agência mesmo em um sistema que diz que ela é incapaz disso, pois essas mulheres apenas estão sendo soberbas e na verdade buscando algo que não lhes é alcançável. Isso serve também como resignação legitimadora, ou seja, há uma impossibilidade determinada por algo externo ao ego, qual seja, o cromossomo X, que a impede de ter agência, legitimando a zona de conforto.

Leve-se também em conta que as relações de gênero são relevantes demais para que se mexa nelas sem alterar a estrutura social. O discurso conservador alega que as coisas são como são por natureza. Desse modo, defender uma alteração na estrutura das relações de gênero e manutenção de todas as demais estruturas seria difícil de sustentar por argumentos. Ademais, alterações nas estruturas sociais que mitiguem a situação de grupos subalternizados repercutem na esfera privada, que é, ao fim e ao cabo, o que o conservador pretende manter. Portanto, a mulher conservadora, por demais acostumada (e/ou reprimida) com uma determinada dinâmica de punição e recompensa, já sabendo navegar nesse sistema, não deseja uma mudança que lhe tire desse lugar claro, estruturado e mapeado, colocando-a em uma nova posição com a qual ela teria que se adaptar. O que levaria, por exemplo, uma mulher a dizer que lugar de mulher é em casa cuidando dos filhos e do marido, em vez de dizer que ela, particularmente, prefere ficar em casa cuidando do filho e do marido? Por que universalizar e naturalizar essa posição, em vez de abrir um leque de possibilidades, permitindo que cada uma faça sua escolha? Trata-se do medo de que outro estilo de vida seja visto como “correto”, o “natural” naquele momento histórico, o que lhe retiraria

recompensas sociais por agir de acordo com o modelo tradicional, e geraria reprimendas por não ter um trabalho formal e ficar em casa. Para manter o seu estilo de vida sem alterar o sistema de punição e recompensa, ela precisa que toda a sociedade mantenha este estilo de vida. Trata-se, sem dúvida, de um ato de guerra cultural, que pretende reforçar um valor nacional segundo o qual aos homens cabem as posições de comando e às mulheres as de cuidado. Isso é derivação do valor-base homogeneidade, em disputa na guerra cultural, já que com menos mulheres em posições de poder, haverá menos diversidade nessas posições e no senso comum, que terá uma prevalência de valores associados ao masculino.

O conservadorismo, nas questões mais essenciais, vem em pacote. Pois se o objetivo é manter as estruturas essenciais da sociedade e combater a diversidade, é preciso que em vários temas, sobretudo nos que regem as relações entre grupos dominantes e subalternizados, as coisas se mantenham como estão. Por isso, sexismo, incômodo pela pauta gay, por uma adequação da linguagem para que seja menos preconceituosa, e oposição à política de cotas, são temas recorrentes em *Wunderblogs.com* e em outras obras de autores conservadores.

Outra consequência dessa postura de manutenção é a defesa de verdades universais e uma objeção a posturas mais relativizadoras. FDR afirma: “relativismo é filosofia de pessoas relativamente idiotas” (136). Já Aqua Permanens (chama-se a atenção para o nome artístico escolhido) questiona “Onde foram parar as grandes verdades do passado” (63).

A religiosidade também se encontra presente em alguns autores, pois a religião é o terreno último do absoluto e da moral tradicional, em oposição à “nova era” que Carvalho afirma que gramscistas (intelectuais e petistas como ponta de lança) querem sutil e maquiavelicamente impor. Como o cristianismo é a religião primordialmente associada ao ocidente, é esta a religiosidade que recorrentemente se encontrará, pois existe, entre conservadores do ocidente, uma reafirmação

constante dos valores ocidentais. Esta cultura é vista como superior, como o universal. Daí Nagib, o criador do Movimento Escola Sem Partido, ter-se mostrado tão incomodado pelo ensino de cultura africana nas escolas. Na busca pela homogeneidade, é preciso manter sufocada a cultura dos grupos subalternizados, por isso cotas para índios e negros nas universidades tampouco são bem-vindas.

2.1.2.1 Anti-intelectualismo

Se no capítulo anterior foram apresentadas as características essenciais dos três elementos da guerra cultural conservadora, neste e no próximo serão apresentados alguns desdobramentos. Um desdobramento da tese do marxismo cultural é o anti-intelectualismo. Carvalho afirma que os intelectuais “são o verdadeiro exército da revolução gramsciana” (*Nova Era* 59). Aos intelectuais orgânicos, que são pessoas ligadas a determinados grupos sociais e que dão homogeneidade a tais grupos e consciência de suas funções (Gramsci *Volume 2* 15), caberia reformar “o senso comum, organizando-o para que se torne coerente com o interesse de classe respectivo” (O. Carvalho *Nova Era* 60). Haveria a busca já vista no primeiro capítulo por lavar a mente da sociedade em prol de um senso comum favorável aos interesses coletivistas dos marxistas culturais. Aos intelectuais orgânicos caberia fazer surgir outros como ele e organizar estratégias para a alteração do senso comum. Segundo o autor, esta seria a estratégia pregada por Gramsci, quando, em verdade, o marxista italiano defende que o intelectual orgânico ajude a promover a possibilidade do membro de sua classe perceber-se como um sujeito parte de um determinado grupo social, fruto de um processo histórico. Tal consciência permitir-lhe-ia desenvolver autonomia, desnaturalizando o senso comum. A partir daí, sujeitos subalternizados poderiam trabalhar por um senso comum que não normalizasse relações de dominação. Uma vez autônomo, o subalternizado refletiria sobre o

senso comum e buscaria alterá-lo de acordo com sua consciência, não havendo nenhum tipo de manipulação por parte do intelectual para que se adeque a um modelo pré-estabelecido, como propõe Carvalho.

Este anti-intelectualismo encontra-se presente no texto de Miss Veen:

Vocês não amam diploma? Não estamos num país que lambe o rabo de quem tem diploma? Quem faz “pesquisa” na universidade (sobre como fazer filé de borboleta, ou qualquer outra coisa idiota) não é extremamente respeitável? (...) o grande erro dos *soi-disant* cabeças pensantes é encarar a equação “universidade pública = pesquisa séria = educação de qualidade = conhecimento” como verdade absoluta incontestável. (...) Vocês querem “educação de verdade para todos” mas se enraivecem quando certas universidades têm de suprir com a demanda que outras não conseguem, pois estão muito ocupadas com sujeitos que já têm 38, quarenta anos fazendo pesquisa e mestrado sobre as taras do Marquês de Sade ou “Tradução Feminista” – tudo isso, claro, numa universidade “democrática e gratuita” (de graça? que *cazzo* é de graça? é “de graça” porque tá usando o dinheiro do dono da banca de jornal lá embaixo – logo ele, que optou por sair da escola para ajudar a família e não tá nem aí pra diploma, pois sua empresa pequenininha vai muito bem, obrigada). (157-158)

A pesquisa acadêmica é considerada, pela autora, como pertencente ao universo de inutilidades e futilidades. Quando feita por alguém de “38, quarenta anos” com dinheiro público é ainda mais grave. Há nada menos do que um parasita que, algumas horas por semana, dedica-se à sua pseudopesquisa, mera legitimadora para que ele receba dinheiro público em troca de retorno zero para a sociedade. Esse sujeito é diplomado e respeitado. O jornalista é apresentado como seu antônimo, o injustiçado sem reconhecimento, que produz serviços e cuja renda não vem do erário público.

Trata-se de uma visão bastante comum, que foi compartilhada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, segundo a qual a educação válida é aquela capaz de redundar em qualificação para o mercado. Para o ex-mandatário, devem-se ensinar “habilidades, de poder ler, escrever, fazer contas, e depois um ofício que gere renda para a pessoa e bem-estar para a família, que melhore a sociedade em sua volta” (Maia). Segundo ele, deveria ser revertida verba de faculdades que afirma

ser para pessoas de elite, como filosofia e sociologia, para cursos “que geram retorno de fato: Enfermagem, Veterinária, Medicina” (“Oito Polêmicas”). Pesquisa válida, por conseguinte, seria aquela que produz algo de aplicabilidade funcional clara. As humanidades seriam inutilidades, desperdício de verba pública. O que este pensamento não percebe é que a própria ideia do que é relevante ou útil não é algo dado, mas discutido nos parâmetros das humanidades, por meio das construções de valores, que é, novamente, do terreno das humanidades. As próprias reflexões de Miss Veen não pertencem ao campo da matemática, mas às humanidades. Não fora o Iluminismo, que certamente engloba o ramo das humanidades, talvez o Direito Canônico fosse de maior aplicação prática do que pesquisas de infectologia. Contudo, para conservadores, os valores são meros esparramamentos de um natural absoluto, logo, não seriam estabelecidos por pensadores, mas pelas forças orgânicas da sociedade, portanto, não precisariam nem deveriam ser debatidos ou problematizados.

O anti-intelectualismo é fenômeno comum entre conservadores. Como visto no primeiro capítulo, Burke e os primeiros conservadores eram anti-iluministas. O irracionalismo caminha de mãos dadas com o conservadorismo, haja vista que este precisa acreditar que existe um modo de ser natural e o racionalismo tende a problematizar esse modelo. Ocorre que o conservador não deseja pensar nisso, ele não quer que se ergam dúvidas que o tirem da zona de conforto dada por um modelo de mundo que quer incontestado. Baseia esse modelo em algum absoluto que, ao fim e ao cabo, é uma fé. Fé na tradição, em uma religião, ou até, se mais moderno, no jusnaturalismo. A tradição é o argumento mais comum, pois haveria certa sabedoria popular que teria se formado através dos séculos de forma natural e contrariá-la seria uma espécie de soberba e busca de destruição de um tecido social organicamente criado. Contudo, como ensina Hobsbawm em “The Invention of Tradition”, tradições são inventadas, e acreditar que um determinado modelo de

sociedade é o melhor simplesmente porque assim se estabeleceu é algo baseado também em fé, talvez em má-fé, pois ignora os conflitos que existiram até que se chegasse ao modelo presente, tratado como se fosse estável. Contudo, basta estudar história para ver que os modelos mudam. Qual seria o modelo natural, orgânico, da sociedade ocidental? Aquele do período helênico? O da Idade Média, do Renascimento, da Reforma, da Contrarreforma ou da contemporaneidade?

Bruno Antonio Picoli, Samuel Mânica Radaelli e Anderson Luiz Tedesco registram que o anti-intelectualismo está presente como uma corrente da tradição ocidental desde o advento desta cultura. O julgamento de Sócrates teria sido o primeiro grande ato registrado contra um intelectual (50). “Os bons homens da cidade não podiam conviver com alguém que os questionava no íntimo, que os provocava a reconhecer a própria ignorância” (Picoli et al. 50). Esse anseio por não ter seus valores e crenças postos em xeque persiste até hoje, daí Picoli et al. inteligentemente intitularem uma sessão de seu artigo de “Anti-intelectualismo: conforto espiritual e cognitivo do neoconservadorismo” (56). O neoconservador (acrescente-se: e conservadores de diferentes tipos) tem uma crença a priori e busca fundamentá-la. Ele cata “seletivamente fatos excepcionais para fundamentar conclusões estabelecidas previamente, ou seja, a conclusão não como decorrência do pensamento, mas como meta, a qual o percurso argumentativo deve chegar” (56). Essa seleção de excepcionalidades foi particularmente marcante durante a pandemia de coronavírus, quando conservadores se agarraram com afinco a um estudo dinamarquês inconclusivo quanto ao uso de máscaras, ignorando tantos outros favoráveis ao uso. Há um *cherry picking* de fatos e estudos para fundamentarem valores pré-concebidos com base em afetos, dentre os quais se destaca o de manter o estilo de vida. Não é mera coincidência a maioria dos conservadores terem sido negacionistas da pandemia de coronavírus, posto que tendem a ser mais reativos a mudanças na forma de viver.

Mas por que a seleção de “fatos excepcionais para fundamentar conclusões estabelecidas previamente” leva ao anti-intelectualismo? É que:

A constatação da impossibilidade de as coisas serem como parecem se torna asfixiante ao neoconservador: de um lado, a resignação não é mais autorizada, principalmente pelos *coachings*, por outro, a ruptura com as estruturas que estabelecem estas contradições é proibida. Daí parte-se para a negação científica, para a manipulação dos fatos, fazendo a aposta no absurdo que conforta e não acrisola. Ao invés de libertar-se, apertam-se as correntes para que a caverna não deixe de ser a única possibilidade. (56)

Como os intelectuais colocam as coisas em perspectiva, mostrando que às vezes podem não ser como parecem, precisam ser calados, em prol do conforto do conservador, isto é, para que seu universo não se desorganize e ele não caia no abismo. O conservador, portanto, é o oposto do super-homem nietzschiano. Ele não encara o abismo em qualquer momento, ao contrário, se acovarda e não pretende descobrir o que há do lado de fora da caverna. E, em função de sua covardia, é capaz até de se organizar em movimentos como o Escola Sem Partido, para evitar o livre pensar. Mas ele precisa de uma ideia-álibi para atacar o pensamento crítico e não parecer desarrazoado (Picoli et al. 56), então as seleciona como quem escolhe bens de consumo: as que lhe tragam bem-estar pessoal e conforto (Picoli et al 56), que são aquelas que “não provocam o (re)pensar das convicções. Em sentido oposto, nega-se ou combate-se as ideias ‘novas’ que questionam as convicções sedimentadas” (57). E, claro, em um contexto de guerra cultural, as ideias que contrapõem as antigas crenças são consideradas marxismo cultural, legitimando ainda mais que sejam atacadas, pois fariam parte de um maligno plano conspiratório.

Pode-se argumentar que tais idiosincrasias não são exclusivas do conservador, que seres humanos em geral buscam ideias para fundamentar conceitos pré-estabelecidos com base em afetos ou vontade de pertencimento a um determinado grupo social. Tal argumento é irrefutável. Seguramente alguém de esquerda tenderá a seguir as tendências do campo, muitas vezes sem

refletir criticamente. Esse fenômeno engloba a vasta maioria dos seres humanos, não abrindo exceção à academia que, por excelência, deveria ser o campo do livre pensar. Estariam Picoli et al. limitando ao conservador defeitos que se aplicam a pessoas de diferentes espectros políticos? Existe uma diferença essencial: o conservador tem como norte uma moral absoluta, portanto imutável. Admite reformas desde que visem manter a essência da sociedade. Já progressistas seguem uma moral flutuante, de acordo com o espírito do tempo, tendo, portanto, tendências mais relativísticas. Por mais que muitos sigam modas, as modas mudam, e como querem estar antenados às novas tendências, não são anti-intelectuais, pelo contrário. O simples fato de progressistas serem pró-intelectualidade já os permite maior permeabilidade, o que os salva da paralisia intelectual.

Segundo Picoli et al., tais são as características do anti-intelectualismo: “A manipulação de fatos, a negação da ciência e do debate, a recusa em tocar em temas que produzam algum tipo de desconforto, o enquadramento da realidade nos limites de um discurso moralista e simplificador reprodutor de uma ideia preestabelecida de ‘verdade’” (57). Já suas fontes, de acordo com Merkley, seriam, dentre outras: “ideology, populism, religious fundamentalism, and intuitionism” (20). O autor não desenvolve os conceitos. Quando ele afirma “ideology” parece que se refere à negação de consensos científicos e de especialistas com base em ideologias, como negacionismo climático ou pandêmico. Fundamentalismo religioso é termo autoexplicativo. Os fundamentalistas religiosos classicamente enfrentam a ciência, que é parte da intelectualidade, posto que esta pode colocar em xeque verdades que alguns creem absolutas. O intuicionismo é característica clássica do conservadorismo, como visto no primeiro capítulo, em oposição ao racionalismo. Já o populismo, o autor define como “a worldview that sees political conflict as primarily between ordinary citizens and a privileged societal elite” (Merkley abstract). A elite, portanto, controlaria o mundo em prol de seus interesses e em prejuízo da sociedade. Desse modo, as instituições e o

establishment estariam corrompidos. Merkley verificou que onde há maior exposição a populismo há mais rejeição a consensos de especialistas, pois a rejeição à elite afetaria também pesquisadores de forma geral, vistos como porta-vozes da verdade construída pelo sistema corrompido que serve à elite. O discurso de Olavo de Carvalho é claramente populista, daí talvez Miss Veen ser a autora que ataca mais intensamente a intelectualidade em *Wunderblogs.com*, haja vista que além de conservadora, ela é a única que abertamente homenageia o ex-astrólogo, estando, portanto, muito próxima de seu discurso populista.

Como se sabe, para Carvalho tudo é uma grande conspiração envolvendo as elites globais e os intelectuais, ou seja, está presente o elemento populista referido por Merkley, isto é, a dicotomia elite versus povo. Os intelectuais seriam aliados da elite econômica na busca pelo estabelecimento de uma nova ordem global.

Mas não é o mero conforto intelectual apontado por Picoli et al. que leva ao anti-intelectualismo. Como visto, Carvalho ataca os intelectuais como manipuladores, em uma clara distorção da teoria de Gramsci. Como fundo a essa ojeriza à intelectualidade está uma característica que Jason Stanley identifica em movimentos fascistas e que, sem dúvida, se encontra presente em alguns espectros do conservadorismo. Stanley afirma que o fascismo busca a construção de um passado mítico nacional que nega equívocos e opressões praticadas pela nação e prega um passado de pura glorificação. Esse passado mítico, como diz Olavo de Carvalho, seria “uma verdade inicial compactada que, no desenrolar da história, vai desdobrando o seu sentido e florescendo sob a forma de ciência, de leis, de valores, de civilização” (*Idiota* 408). Entende, ainda, que “um mito fundador não é um ‘produto cultural’, pela simples razão de que ele, e só ele, é a semente de toda cultura possível” (408). Como todo conservador, Carvalho encontra o seu

absoluto, que se derrama em forma de cultura, deslegitimando e desnaturalizando qualquer manifestação em desacordo com o mito fundador. Na ideologia fascista, ensina Stanley:

the goal of general education in the schools and universities is to instill pride in the mythic past. (...) For the fascist, schools and universities are there to indoctrinate national or racial pride, conveying for example (where nationalism is racialized) the glorious achievements of the dominant race. (57)

Contudo, enquanto tais vozes não são as dominantes nas instituições de ensino e em outras instituições, afirma Stanley que tais instituições terão sua credibilidade atacada por fascistas (47). Uma das principais acusações seria de hipocrisia por, por exemplo, defenderem a liberdade de opinião, mas não a praticarem. Quando uma obra não é considerada de qualidade suficiente para que seja abordada em sala de aula, seja por trazer informações inexatas ou por atacar direitos humanos, fascistas e a direita radicalizada acusarão instituições de não exercerem pluralidade de ideias e censurarem o pensamento conservador.

Em suma, pode-se dizer que a intelectualidade, por trabalhar com o pensamento livre e desenvolvimento de pensamento crítico, incomoda o conservador por atacar verdades que deseja acreditar por conforto psíquico, mas também porque basilares para o modelo de sociedade que pretendem que exista. Para pensadores como Olavo de Carvalho, toda a cultura deve emanar dos mitos nacionais e movimentos que não se coadunam a tais mitos são por ele classificados como ideologia, que ele define como “um discurso que não compreende a realidade [por não compreender o mito fundador], mas motiva os homens a substituir uma realidade que compreenderam mal por outra da qual não vão compreender nada” (408). Tal mito fundador será aquele decretado por movimentos fascistas ou de extrema direita, embora estes alegarão ser dado pela tradição.

A partir das premissas, pensamentos e opiniões esposados, pode-se compreender o motivo do anti-intelectulismo presente no texto de Miss Veen e de outros autores conservadores, como se verá no decorrer desta tese.

Ressalte-se, ademais, que a intelectualidade é comumente associada com o campo progressista, com o qual o conservadorismo se digladia na guerra cultural contemporânea a fim de evitar um senso comum mais diverso. Para que haja tal diversidade, o progressismo precisa desconstruir algumas “verdades”, pois estas vêm sustentando a homogeneidade de poder na sociedade brasileira através dos séculos. Como ressaltado, os conservadores não querem sair da caverna, até porque esta é historicamente legitimadora de privilégios.

2.1.3 Retórica do Inimigo

No capítulo anterior, foi feita uma longa explanação acerca deste elemento, provavelmente o mais relevante da guerra cultural conservadora. Foram apresentados quatro macrogrupos de características que se busca atribuir ao sujeito de esquerda, quais sejam: mau caráter, psicopatologia, hipocrisia e ingenuidade. Algumas destas macrocaracterísticas fazem-se presentes em *Wunderblogs.com*, na busca de determinados autores por desqualificar o “petista” (entendido em sentido amplo, ou seja, sujeitos de esquerda em geral).

Uma das formas de sua expressão é pela oposição ao antiamericanismo, como forma de fazer oposição à esquerda, que frequentemente é antiestadunidense. Isso fica claro em post de Gabriel R, quando escreve que os “Euá é feio bobo e mau” (280). No mesmo sentido, Alexandre Soares Silva:

Deixamos de acreditar no saci, mas acreditamos nas maldades dos estados unidos. Todos os dias alguém tenta me convencer de que os estados unidos somem com pequenos objetos soltos pela casa, e entram nos estábulos à noite e amarram os rabos dos cavalos. Uma preta velha de beijo grande, chamada Noam Chomsky, me

disse que eles colocam sal no leite assim que lhes viramos as costas. Disse isso com olhões arregalados na carantonha preta. Ela mesma nunca tinha visto isso não senhor, mas a mãe dela, de menina, sempre via os americaninhos correndo pelos campos puxando o rabo da vaca, dando risadinhas cheios de maldade.

- Como era a risadinha, tia Chomsky?

- Assim: nhi nhi nhi nhi nhi nhi nhi nhi. (27)

Além da ridicularização do sujeito de esquerda via infantilização dos seus sentimentos antiamericanos (macrocaracterística “ingenuidade”), neste post também se vê a nomeação desqualificadora feita em relação a Chomsky.

Ruy Goiaba também adere à ridicularização da esquerda pelo ataque ao antiamericanismo. No post “Algumas Verdades sobre o imperialismo americano”, cujo começo e final são suficientes para indicar que se trata de uma ironia, acompanhada por uma infantilização dos críticos ao país do norte. O post é aberto pela frase “em São Paulo, o imperialismo americano provocou alagamentos em onze pontos da cidade e um congestionamento de 157 km às 19h” (Goiaba 218), e encerrado com o seguinte diálogo: “‘Benhê, vamos transar?’ ‘Ah, hoje não, morzinho. Esse imperialismo americano me deu uma dor de cabeça que você nem queira saber’” (Goiaba 219).

Em trecho de FDR, a retórica do inimigo volta-se a todos os não-ocidentais. Se a busca, na guerra cultural conservadora, é por uma hegemonia calcada em valores ocidentais, seria desejável que isso prevalecesse em todo o mundo, o que deixaria pouquíssimo espaço para hegemonias calcadas em diversidade:

Minha opinião é a seguinte: o mundo civilizado não pode mais se dar ao luxo de ignorar governos calhordas e autoritários. A tecnologia evoluiu a tal ponto que mesmo países pobres podem desenvolver armas de destruição em massa. Acredito que a melhor maneira de prevenir atentados como os de um ano atrás, ou piores, é destituir malucos como o Sarney Hussein, impor regimes democráticos e abrir caminho para o progresso colocando esses países nos trilhos do livre mercado. As liberdades econômicas, de voto e de expressão tendem a fazer com que as pessoas *se preocupem com suas próprias vidas e coloquem qualquer ideologia política ou religiosa em segundo plano*. Eles jogam aviões em nós? Jogemos McDonad’s e Blockbusters neles. (132, destaque nosso)

O autor é tão seguro da superioridade ocidental que defende impô-la à força aos países “não-civilizados” – postos no lócus de “outro” e potenciais inimigos –, termo reservado a países pobres e não ocidentais, pois caso bastasse ser pobre o autor não poderia excluir o Brasil do grupo, mas, ao usar a primeira pessoa do plural, ele claramente coloca o Brasil no grupo dos civilizados. Ao usar expressões como civilizado e não-civilizado, legitima-se uma política imperialista de imposição do modelo econômico ocidental, disfarçada pela suposta boa intenção de levar a civilização, conceito que detém, para o grande público, uma carga simbólica positiva. Também se vê, no trecho destacado, a clássica objeção conservadora a ideologias, acompanhada de um individualismo neoliberal, típico da Nova Direita, que alia conservadorismo a livre mercado.

Retorne-se, entretanto, ao trecho de texto de Alexandre Soares Silva, já citado quando da análise da crença na hegemonia progressista. Recite-se o trecho, para melhor compreensão dos comentários que se seguirão:

(...) qualquer garotinho de onze anos que fique chocado com os avanços sexuais de uma mulher de quarenta é bicha. Me lembro dos meus amigos aos onze – se alguém viesse dizer chorando que uma mulher abusou dele, seria ridicularizado durante anos. Bateríamos nele. Invejaríamos sua sorte. (Silva *Alexandre Soares* 24)

Há uma ridicularização daquele que “viesse chorando dizer que uma mulher abusou dele”, que é infantilizado. Essa ridicularização também atinge aqueles que acreditam que uma mulher de quarenta avançar sexualmente sobre um rapaz de onze anos é problemático. Uma opção a ridicularizar tais pessoas seria o autor argumentar que tal ato não deixaria sequelas psicológicas para a criança e que, pelo contrário, atenderia aos seus desejos e lhe daria prazer. Esta é a lógica que está por trás do seu argumento. Trata-se, em verdade, de uma questão técnica. Psicólogos e pessoas que passaram pela situação poderiam opinar com propriedade, contudo, em um ambiente de início de polarização, o autor preferiu desmerecer quem pensa diferente, tratando-os como moralistas. Efetivamente, em um ambiente de guerra cultural, um lado considerará uma situação

problemática por si (e quem demandar explicação sobre o motivo de ser problemática será visto como alguém que potencialmente tem um desvio de caráter) e o outro julgará, por princípio, não problemática, e o mero debate sobre o tema lhe soará como um desvio da sociedade que considera ideal e na qual espera viver. Essa situação deixa pouco espaço para um debate analítico, trazendo a questão para o campo moral. Ao desmerecer por piada os que pensam diferente e afirmar que um menino de onze anos que reclamasse dos avanços de uma mulher de quarenta seria tratado como “bicha”, Alexandre Soares promove um ataque pelo riso de escárnio ao inimigo. O que o autor diz, em sua passagem, é: argumentos que condenam os avanços sexuais de mulheres mais velhas a meninos de onze anos não devem sequer ser levados a sério. Sua crítica cola ao progressista a macrocaracterística “hipocrisia”, pois este buscaria regular um comportamento que, em verdade, seria recebido como uma dádiva pela suposta vítima.

2.1.4 Conclusão

Por tudo o que visto, nota-se que *Wunderblogs.com* tem todos os elementos de uma obra de guerra cultural, ainda que tenha sido lançado antes que essa se iniciasse. É que a guerra cultural não tem um dia em que é declarada, mas é um processo, portanto, esta obra se inscreve em um momento em que as bases estavam sendo lançadas. Com a chegada do Partido dos Trabalhadores ao poder, uma retórica mais progressista chegou ao Palácio do Planalto e grupos subalternizados se sentiram empoderados, passando a buscar com maior intensidade o atendimento às suas pautas. Estes grupos pretendiam a alteração do senso comum, para que este acomodasse algumas de suas demandas, e o governo era claramente simpático a eles, não à toa lançou a *Cartilha do Politicamente Correto*. Desde logo iniciou-se a reação, da qual *Wunderblogs.com* faz parte. Alguns dos autores desta obra creem que há uma hegemonia progressista na cultura nacional.

Acreditam que alguém que se posiciona em desacordo com os ditames da esquerda é considerado um monstro direitista. Constantemente ironizam pautas e sujeitos progressistas, colaborando em um projeto de bloqueio de alterações do senso comum. Diz-se “bloqueio de alterações do senso comum” devido ao momento histórico em que o livro foi lançado, quando o processo de criação de um senso comum mais tolerante e inclusivo ainda estava em seu início. Por mais que não houvesse um plano declarado e consciente dos autores de disputar corações e mentes – até porque a guerra cultural ainda não fora completamente lançada –, mas apenas desejassem se expressar, certamente este livro participa da disputa pela configuração do senso comum, colaborando por uma hegemonia menos diversa e receptiva a demandas de grupos subalternizados. Ainda que seu antipetismo seja explícito apenas em alguns pontos, o fato de ter sido publicado pouco depois da ascensão do partido dos trabalhadores indica uma oposição ao próprio Partido e aos valores que este representaria.

2.2. *O Império do Oprimido*

Este romance foi publicado em 2016 pelo jornalista Guilherme Fiuza. Em *O Império do Oprimido*, o leitor é apresentado a Luana – filha idealista de um grande capitalista – que se encanta com a vitória do Guia (Lula), candidato do partido POP (PT) nas eleições presidenciais, e adversário de seu pai. No momento do discurso de posse do Guia, as divergências políticas entre pai e filha se agudizam, culminando com a saída de Luana de casa. Embora ainda vivendo em São Paulo com seus pais, ela fazia um mestrado no Rio de Janeiro, onde ia semanalmente para as aulas, retornando em seguida a São Paulo. Mas após abandonar a casa dos pais vai viver no Rio de Janeiro, na casa de um casal de amigos chamados Pedro e Clara. Logo após a mudança, Beto, seu professor no mestrado, a convida a trabalhar na sua ONG, Resgate. Ela aceita o convite e se

envolve não apenas com a ONG, mas também com Beto. Ainda no início do governo do Guia, a Resgate passa a receber financiamento público voltado a projetos sociais alardeados pela propaganda estatal. Parte da verba, contudo, é repassada para o POP, e os próprios projetos são elaborados com base em distorção de dados ou narrativas fantasiosas, muitas vezes com o intento de destruir inimigos políticos, como o pai de Luana, Bob Maxwell. Luana não sabe dos desvios de verbas e ao perceber dados incongruentes fala com funcionários da ONG, que tratam de tentar convencê-la de que não há erro. A protagonista, ainda acreditando na boa fé de todos ligados à máquina estatal, fica confusa e deposita o tema em um canto de sua mente.

O universo a que o leitor é apresentado é maniqueísta. Os personagens ligados ao POP ou da esquerda em geral, buscam interesses pessoais, sobretudo sexuais. Luana, uma mulher bonita, é objeto de desejo de vários dos homens mais influentes da república, que são capazes de manobras literalmente federais para dormir com ela. Beto é obrigado a deitar-se com uma ministra (que claramente representa Martha Suplicy) para conseguir verba para um projeto da Resgate. O judiciário (exemplo: Fiuza *O Império* 56), os meios de comunicação e as universidades são controlados pelo POP ou estão sob domínio de sua ideologia progressista, que é exagerada e distorcida. Um exemplo é a passagem em que o deputado Wally Salvador (Jean Wyllys) “apresenta na Câmara um projeto de lei instituindo a educação homossexual no ensino básico” (Fiuza *O Império* 73), deixando clara a adesão do autor à tese da chamada “ideologia de gênero”, que buscaria, dentre outras coisas, converter crianças a comportamentos distintos do hétero-cis-normativo, compreendido como o natural. O governo cria grandes programas para destruir adversários e ampliar seu poder, e chega a matar uma jornalista que o investigava e um menino em situação de rua que poderia prejudicar uma determinada narrativa que o POP buscava construir. Apresenta-se, portanto, um Estado totalitário, em que um progressismo estereotipado é

hegemônico, a imprensa e a burocracia estatal dos três poderes estão sob controle do Executivo federal, e críticas ao sistema podem custar a vida. As diversas referências à realidade, por mais que distorcidas ou exageradas, bem como o fato de vários personagens serem óbvias representações de figuras reais, como os já citados, além de outros como José Dirceu, Marcos Valério, Marcelo Freixo, Paulo Francis (um dos poucos jornalistas críticos ao governo; acaba tendo que se exilar), deixam claro o diálogo com a realidade que a obra pretende travar. Uma das funções da arte é jogar luz sobre algo que estava lá e não se percebia. É o que esta obra pretende fazer. Contudo, divorcia-se da realidade ao sugerir que durante os governos PT viveu-se sob um Estado totalitário, em que o Judiciário e a imprensa eram controlados e em que os poucos jornalistas que divergiam colocavam suas vidas em risco.

2.2.1 Crença em Hegemonia Progressista

No Brasil da obra de Fiuza há não apenas hegemonia progressista lato senso, mas um estado totalitário. Os três poderes e a imprensa refletiriam a hegemonia progressista, que beneficiaria não apenas o POP, mas a esquerda em geral. O partido PESSOAL, paródia do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) — que na realidade foi oposição à esquerda aos governos PT das duas primeiras décadas do século XX —, é apresentado como aliado incondicional do POP e tem seus projetos patrocinados pelo governo.

Quanto à suposta hegemonia no universo artístico, veja-se o seguinte trecho, em que os participantes do diálogo se referem a Laurinda Serafim, personagem que claramente "é inspirada" na atriz Elisa Lucinda:

- Que é isso? Ela tá fantasiada de empregada?

Luana não gostou do comentário:

- É um estilo, Pedro. Deixa de ser preconceituoso. A Laurinha Serafim é uma das maiores atrizes do país, se veste como ela quiser.

- Uma das maiores atrizes pelo sistema de cotas, né?

A colega não entendeu a provocação. Clara traduziu: Pedro estava citando o jornalista de política e cultura Paulo França, que afirmava haver uma casta de artistas de esquerda pendurada numa rede de privilégios. França dizia haver uma “federação de panelinhas” dominando o mercado e as instituições burguesas que eles mesmos viviam de condenar: eram os “gigolôs da bondade”, na expressão criada pelo jornalista. (89)

A citada “federação de panelinhas” dominaria as instituições burguesas. Há o entendimento, portanto, de que a partir do controle da cultura alcança-se a hegemonia, subsumindo as instituições do Estado burguês, como a imprensa. Como exemplo, o seguinte trecho:

O superministro aproveitou para perguntar por que Villa Konder ainda não fizera a matéria sobre a suspeita de lavagem de dinheiro contra Bob Maxwell.

Sander informou que o jornalista “estava apurando”.

– Apurando é o cacete! – reagiu Juvenal. – A fonte dessa porra somos nós! Com quem esse animal tá apurando?

A notícia sobre a suposta fraude financeira de Maxwell envolvendo os eventos de MMA só saíra no blog de Walter Andorinha. JJ sabia que era importante ir além da imprensa auxiliar, para dar credibilidade. Perguntou quem mais na lista de imprensa dele poderia topar a pauta. (120-121)

A crença é, portanto, de inicial predominância no meio artístico que estendeu-se por todos os campos, passando, inclusive, de hegemonia *stricto sensu* para hegemonia *lato sensu*, com um completo aparelhamento do Estado, que se torna totalitário. Por isso, junto com intelectuais, os artistas são os mais atacados por bolsolavistas. Eles seriam os principais responsáveis pela predominância progressista na cultura e fundamentais no suposto projeto gramscista de espalhar a cultura marxista sutilmente pela sociedade.

2.2.2 Marxismo Cultural

O Império do Oprimido narra a história de um governo progressista que chega ao poder e implanta um Estado totalitário. De acordo com os adeptos da tese do marxismo cultural, o totalitarismo seria a etapa final. Como diz Rahen, na antologia organizada por Lind: “Political Correctness is Marxism, with all that implies: loss of freedom of expression, thought control,

inversion of the traditional social order and, ultimately, a totalitarian state” (5). Lembre-se que, para os autores da antologia organizada por Lind, *politicamente correto e marxismo cultural* são expressões sinônimas. No mesmo diapasão, para o autor implícito de *O Império do Oprimido*, o Partido dos Trabalhadores teria construído um regime totalitário por meio do marxismo cultural. Tal é a progressão: um domínio na cultura e na imprensa que culmina com a tomada do governo ou, em termos gramscianos, um domínio da sociedade civil, tanto do senso comum, quanto de suas instituições; estas replicam e fortalecem o senso comum, o que tem por consequência a eleição de Lula, levando o PT, após controlar a sociedade civil pelo consenso, ao domínio da sociedade política, atingindo a hegemonia *lato sensu*. Esta culminância com o controle da sociedade política dá-se por uma guerra de posição, ou seja, uma guerra que não se dá pelo confronto direto com as forças coercitivas do Estado, mas pela busca de se ganhar posições na sociedade civil (i.e., o controle de instituições civis, como ordens profissionais, imprensa, criação de *think tanks*, etc), aos poucos alterando o senso comum, o que levaria, por consequência, a um controle da sociedade política, pois esta não poderia resistir por muito tempo a uma sociedade civil que segue um senso comum que não legitima determinado grupo no poder político.

Uma vez vencidas as eleições, o POP, partido predominante no campo progressista no romance, com um controle cada vez mais consolidado do Estado (que, em perspectiva gramsciana, engloba não apenas o aparato burocrático, mas também a sociedade civil), aos poucos vai aprovando leis que silenciam os oponentes, aumentam o poder do Estado, e institucionalizam o politicamente correto, tomado, nesta obra, como o senso comum exclusivo do meio progressista.

Políticas de cotas são exageradas no romance, como forma de ridicularizar tal tipo de medida. Fala-se em cota gay no mercado de trabalho (199); também no mercado de trabalho, é criado um “sistema de cotas pra vítimas de regimes autoritários, do nazismo pra cá” (337). Junto

a isso, o livro também narra como o POP montou uma farsa para dizer que a área onde ficava um dos hotéis de Bob Maxwell, pai de Luana e rival do governo, era de quilombolas. Armou-se um evento com ares de inauguração de grande obra no dia da desapropriação do imóvel para “reocupação” por supostos quilombolas. Os pseudoquilombolas eram haitianos recrutados pelo governo.

Fica evidente uma oposição a políticas de equidade. Karine Pereira Goss, no artigo “Retóricas em Disputa: o Debate Intelectual Sobre as Políticas de Ação Afirmativa para Estudantes Negros no Brasil”, usa a retórica de Hirschman para analisar as posições tomadas por alguns intelectuais contra ações afirmativas. Hirschman afirma que conservadores se opõem a políticas progressistas utilizando três tipos de argumento: perversidade, futilidade e ameaça. O argumento da perversidade apresenta-se quando se entende que certa medida causaria efeito oposto ao desejado. No caso das cotas raciais, a consequência seria o fortalecimento do racismo. Quanto à tese da futilidade, argumenta-se que o problema da educação no Brasil estaria no ensino básico, logo as cotas não surtiriam efeito. Por fim, a ameaça seria a uma identidade nacional mestiça e híbrida, ou seja, à suposta paz interracial, lançando o ovo da serpente para que o país passe a ser dividido por raças, incentivando futuros conflitos étnicos (Goss 119-120). A obra de Guilherme Fiuza se filia a algum desses entendimentos?

Tal política é ironizada no romance pelo estabelecimento de cotas absurdas, indicando uma banalização. Se há cotas para todos, afinal, não há para ninguém, pois virtualmente toda a sociedade estaria abarcada por alguma cota, inviabilizando a reserva de vagas. Isso aponta para o argumento da futilidade, ou seja, as cotas seriam sem efeito, quando não desnecessárias. O “dar-se bem” é constantemente insinuado no livro, o que leva à conclusão de que, para o autor implícito, medidas compensatórias não seriam uma compensação, mas uma vantagem e um ataque à

meritocracia. É, portanto, também sugerido o argumento de perversidade, pois em vez de compensar injustiças, as medidas de equidade promoveriam o seu efeito inverso, ou seja, injustiças contra os não favorecidos por tais ações. Isso fica claro no caso da desapropriação do hotel de Bob Maxwell, cujo único efeito foi prejudicar um inimigo político do governo. Neste caso, o autor implícito vai além. Ele nega a existência de quilombolas. Quiçá da população preta, já que o POP se vê obrigado a buscar imigrantes haitianos para fingirem ser quilombolas. Por trás disso está o mito das três raças. Não haveria sequer um brasileiro tão “puramente” preto, devido à miscigenação. Se são todos misturados, ninguém é parte de um grupo tão específico como quilombolas, não haveria tamanho isolamento social e étnico. Ao fazer isso, o autor implícito dilui grupos subalternizados no cadinho brasileiro. São negadas especificidades culturais e diferentes grupos étnicos são dissolvidos no caldeirão das três raças, formando o grupo homogêneo do brasileiro. Ao ignorar-se, entretanto, que a cultura branca-ocidental se impôs sobre as demais, pregar a homogeneidade é determinar que aquela deve prevalecer.

Faz-se presente a retórica da ameaça, pois em ações compensatórias que envolvem reconhecimentos de identidades étnicas específicas “toca-se, especialmente, em uma imagem da nação até então considerada altamente positiva. (...) implica colocar em dúvida o discurso harmonioso sobre a formação do Brasil” (Gross 120). Ao se definir etnias específicas, seria desconstruído o hibridismo que abarcaria todos os brasileiros, cada um com sua tonalidade, mas todos parte do mesmo caldeirão. Seriam criadas etnias estanques, gerando conflitos que conservadores entendem que não haveria anteriormente.

Como a obra em análise adere à tese do gramscismo, o hotel de Bob Maxwell não foi simplesmente desapropriado para falso assentamento de pseudoquilombolas. Houve um apoio da televisão e da classe artística para que a opinião pública se colocasse a favor:

O processo judicial sobre a área quilombola se aproximava do fim, e na TV estreava uma minissérie intitulada “Quilombo moderno”.

Era a história de uma dama da sociedade paulistana que transformava seu luxuoso apartamento no Morumbi em uma “embaixada social”. Vivida pela atriz Laurinha Serafim, a protagonista transferia a propriedade do imóvel para uma ONG defensora dos direitos dos afrodescendentes. Assim afrontava a elite branca do bairro, impondo-lhe a convivência com os novos vizinhos provenientes da periferia – que promoviam ali festas, eventos contra o racismo e pregavam a “reforma agrária da consciência”. (...)

- (...) O que eu sei é que Laurinha Serafim dá pro João Juvenal.

- Ah... Entendi.

- E que foi o João Juvenal quem mandou o marido de Laurinha escrever essa bosta” (177-178).

João Juvenal é o braço direito do presidente, o homem forte do governo, enfim, José Dirceu. Note-se a equação apresentada: o governo manda um roteirista escrever uma série de televisão, a atriz que encarna a protagonista tem um caso com o homem forte do governo, o canal de televisão não tem problema em atender à demanda e o Judiciário não se incomoda em proceder à desapropriação descabida. Está estabelecida a hegemonia *lato sensu*, com controle das sociedades civil e política.

Logo após a elucidação do jogo de influências que levou “Quilombo Moderno” ao ar, fica confirmado que o autor implícito adere ao argumento da perversidade em termos de políticas étnicas compensatórios, pois o jornalista Paulo França que, em grande medida, representa a voz dos autores implícito e empírico, afirma que: “Essa série demagógica fomenta o preconceito e divide a sociedade pela cor da pele” (178), ou seja, as medidas étnicas compensatórias gerariam efeito inverso, qual seja, o fomento do preconceito. Há, igualmente, um diálogo com o argumento da ameaça, pois existe o pressuposto de que a sociedade não estaria dividida pelo tom da pele no cadinho brasileiro antes das medidas compensatórias, que passam a ameaçar esta estrutura. O próprio autor empírico deixa claro o nível de ameaça que considera que tais medidas representam, em coluna que escreveu para a Revista Época: “Os politicamente corretos não descansarão enquanto pretos e brancos, ricos e pobres, gays e héteros não entrarem definitivamente em guerra”

(Fiuza “Dia do Orgulho Hétero”). O pressuposto está claro: afirmar que existem grupos que sofrem opressões gera antagonismos que exacerbam ânimos, podendo causar caos social. É como se não existissem opressões e a sociedade vivesse em harmonia, até que surgiram os movimentos identitários, causando cisões. O senso comum deve, por conseguinte, retornar ao momento pré-demandas identitárias, restaurando o equilíbrio e harmonia sociais que haveria na compreensão homogênea da sociedade brasileira.

Vê-se, em *O Império do Oprimido*, um crescendo: o progressismo é predominante na classe artística e na imprensa, que se aliam ao governo, que aparelha o Judiciário e o Legislativo, chegando, então, ao objetivo final do marxismo cultural, que é o totalitarismo. A situação é clareada por um dos personagens: “– Que investigações, Luana?! – exasperou-se Pedro. – A Justiça tá aparelhada! A polícia, o Congresso... Tá tudo dirigido, porra! Não é possível que você não veja isso” (262). A última frase também é dirigida ao leitor.

Aproximando-se do final do romance, o leitor é surpreendido por uma epidemia de ácaros aquáticos, causada por uma crise hídrica. Em função de uma seca, tais seres migraram para as pessoas, consumindo a água dos seus corpos. Ácaro é um ser que aparece desde o início da história. A protagonista Luana tem alucinações nas quais vê indivíduos ligados ao governo transformarem-se neste micróbio. Isso dura enquanto ela é uma idealista que acredita nas boas intenções dessas pessoas, antes de perceber que são meros interesseiros corruptos e libertinos. Uma espécie de intuição. Portanto, resta claro que os ácaros da epidemia representam o governo e seus aliados progressistas. Uma epidemia causada por um ser microscópico é uma alegoria do chamado marxismo cultural. Algo que entra nos cidadãos sem que se deem conta e que vai se espalhando, passando de indivíduo a indivíduo, até que ocorra uma alteração da hegemonia, primeiro stricto

sensu, depois lato sensu, culminando na implantação de um Estado igualitário, logo comunista. Não se pode deixar de registrar, contudo, uma ironia.

No romance, o governo combate a pandemia com alt-science, importando pílulas de vinagre do Irã e recomendando que não se fume cigarro. O autor implícito pretende criticar as medidas antitabagismo tomadas durante o governo Lula e o posicionamento geopolítico do país naquela época. Também insinua que todas as decisões do lulismo são tomadas com base em ideologia, sem respeito a técnica ou ciência. Curiosamente, e aí reside a ironia, o autor empírico, alguns anos depois, seria um defensor da alt-science durante a pandemia de coronavírus, tomando posições contra o consenso científico e de acordo com as escolhas de seus aliados ideológicos. Neste diapasão, se opôs a medidas de isolamento, a vacinas, e defendeu o uso de hidroxicloroquina.

Por fim, diga-se que o romance, em um dos seus últimos parágrafos, demonstra uma inconsistência. Luana denuncia um esquema de corrupção e tais são as consequências:

João Juvenal, Galdino Silva e Marivaldo Valadares receberam as sentenças mais pesadas, imputados por meia dúzia de crimes cada um. Foram cumprir pena no presídio da papuda, em Brasília.

George Carmelo, o Sombra, foi indiciado no caso do assassinato de Clara Maria – processo inconcluso ao qual ele permaneceu respondendo em liberdade.

Luiz de Carvalho, o Luizinho Sete-Quedas, condenado por associação criminosa, ficou preso apenas seis meses, graças ao brilhante trabalho do advogado Luiz Octavio Nogueira Bastos.

Nogueira Bastos, o Tatá, conseguiu escapar de diversos processos com manobras jurídicas magistras, mas veio a falecer em decorrência de problemas pulmonares. Ele não era fumante.

Luana Maxwell foi presa e condenada por corrupção passiva, falsidade ideológica e formação de quadrilha.

O Guia se safou por falta de provas e conseguiu eleger Irany Schuster presidente, usando a tecnologia do “bônus eleitoral” sugerida por Malabares – a invenção da “propina por dentro” (346).

Como se nota, Luana, que denunciou o esquema, foi uma das que sofreu mais graves consequências, e o sistema, apesar do abalo com a prisão de alguns, não foi desfeito, permitindo que o Guia elege-se sua sucessora; afinal, se está tudo aparelhado e imprensa e Judiciário são

aliados do governo, meras denúncias de corrupção têm efeito limitado. Contudo, logo depois da informação sobre a eleição da sucessora, vem a seguinte frase: “Mas Irandy acabou afastada da Presidência por fraudes fiscais” (346). Irandy, a sucessora do Guja, Dilma, sucessora de Lula. Nesse momento, fica ainda mais claro que o livro pretende mostrar um Brasil real, jogar luz sobre o que teria sido a primeira Era PT. Portanto, o Estado totalitário apresentado não parece ser um exagero para o autor, mas o que ele realmente crê que houve. Entretanto, como explicar a queda de Irandy/Dilma em um contexto de marxismo cultural totalitário já implementado? O que se viu foi, em verdade, instituições estatais atuando contra os interesses do Partido dos Trabalhadores. A lista é grande: condenações no processo do mensalão; impeachment de Dilma Rousseff; foco no Partido dos Trabalhadores por parte da operação Lava-jato; prisão de Lula em processo que correu em velocidade incomum, evitando que ele concorresse às eleições presidenciais. Seguramente, tais coisas não ocorreriam em um Estado totalitário controlado pelo Partido dos Trabalhadores, a menos que houvesse uma revolução ou uma mudança muito gradual. A tese, portanto, de que o Partido dos Trabalhadores encabeça um projeto totalitário ficou empiricamente demonstrada como incorreta, sobretudo se considerado que tal atuação institucional contra o partido deu-se depois de o PT ter estado no poder por período extenso o suficiente para que eventual aparelhamento tivesse ocorrido.

Ressalte-se que o entendimento acima esposado não é isolado do autor do livro, mas do bolsolavismo em geral. No documentário *Congresso Brasil Paralelo Capítulo 3: As Raízes do Problema - Como chegamos aqui?*, que por anos esteve hospedado no canal de YouTube “Brasil Paralelo” – que conta com quase três milhões e meio de inscritos e que teve uma de suas séries documentais, a *Última Cruzada*, exibida no canal de televisão Brasil Escola, subordinado ao Ministério da Educação —, nomes como Olavo de Carvalho e o filósofo Luiz Felipe Pondé, falam

da implantação dos valores socialistas no Brasil. Segundo Pondé, “o socialismo, o comunismo, o marxismo, perdeu em tudo, só não perdeu na cultura” (“Congresso Brasil Paralelo Capítulo 3” 17:18-17:24). Logo após esta declaração do ideólogo da extrema direita nacionalista, é exibida uma manifestação do jornalista Diego Casagrande, na qual afirma que existem grupos que há décadas visam implementar a revolução cultural no Brasil, um país onde entende haver historicamente uma cultura relativista, sem instituições fortes, que formaria “o caldo perfeito para o surgimento de ideologias totalitárias. E elas vêm vindo, essa ideologia totalitária chegou no Brasil...” (17:56-18:24). Há um corte e então vê-se Chico Buarque e outros artistas e anônimos entoando o clássico jingle “Lula-lá”. Segue-se uma voz em off que afirma que para Gramsci uma ditadura sem hegemonia cultural (sem hegemonia *stricto sensu*, portanto) não resistiria por muito tempo. Simultaneamente a tal áudio, o vídeo passa de imagens da campanha presidencial de Lula para vídeos antigos, que parecem ser da União Soviética stalinista. A tese está posta: Stalin falhou por não realizar a revolução cultural. No Brasil, tal revolução está em curso há décadas e o Estado é totalitário e socialista, comandado pelo Partido dos Trabalhadores, que tem condições mais favoráveis do que Stalin para se perpetuar no poder, uma vez que alterou o senso comum antes de tornar-se o estamento burocrático.

Os fatos demonstraram que a tese é equivocada.

2.2.3 Retórica do inimigo

Preliminarmente, comente-se que a construção do inimigo muitas vezes dá-se pelo contraste com o sujeito ideal. Em *O Império do Oprimido*, assim como em outras obras, como na novela *Panaceia...*, de Rodrigo Constantino, há um sujeito praticamente perfeito, que é um homem branco, heterossexual, casado e com filhos, educado, empresário ponderado, que enriquece como

fruto de seu trabalho duro e honesto. Este homem, em *O Império do Oprimido*, é Bob Maxwell, inimigo número um do governo, que resiste com grande dignidade a diversas injustiças. Ele é uma espécie de *pater familias*, como deixa clara a seguinte frase: “O empresário não esperava ouvir da filha uma crítica tão ácida ao lar que ele passara décadas construindo” (10). O homem construtor, o que ergue e mantém o lar, a figura central da família. Isso fica claro até pelo papel secundário que cumpre a sua esposa, personagem de pouquíssima relevância na trama. O romance inicia-se com Luana assistindo ao pronunciamento do Guia logo após ser eleito pela primeira vez. Seu pai muda de canal e a partir daí começa a se desenhar uma situação que redundará em grave entrevero. Luana vai jantar de má vontade pelo pai ter mudado a estação televisiva e, como vingança, come em silêncio. Isadora Maxwell, sua mãe, incomodada pelo gelo, tenta puxar assunto à mesa, perguntando a Luana o que ela achava que mudaria com o novo governo. A filha responde agressivamente, dizendo que mudaria tudo, “mesmo que nada disso te interesse realmente” (7). “Isadora fez menção de repreendê-la pela agressividade, mas Bob se antecipou” (7) e fez um comentário ponderado, buscando baixar o tom. Contudo, a raivosa esquerdista Luana ignora a bandeira branca e chama o pai de hipócrita. A briga entre pai e filha vai escalando, enquanto a mãe participa como espectadora. O ponto culminante é quando a filha afirma não querer nada deles, despe-se da roupa que ganhara dos progenitores, deixa o pai paralisado pela sua beleza nua e leva a mãe aos prantos. Poucos minutos depois, ela sai de casa de calça jeans, camiseta e mochila, e se muda de São Paulo para o Rio de Janeiro. Luana deixa o celular em casa e desaparece, seus pais ficam sem notícias dela por grandes períodos. Seu pai fica sabendo por um conhecido que ela teria passado um período hospedada pelo casal Pedro e Clara. Como Pedro trabalha em um escritório de advocacia que atende à rede hoteleira de Bob, ele poderia perguntar-lhe sobre Clara, mas sua envergadura ética é tal que “explicou que fazer-lhe esse tipo de consulta figuraria abuso” (105).

Essa beatificação da figura do empresário, além de valorizar a figura do liberal, sempre apresentado como ponderado, tem um motivo: Lula é o Guia, o líder do PT, que é o maior de todos os inimigos. Lula é sindicalista e a encarnação do mal. O empresário seria, portanto, o oposto do sindicalista. Se o romance tem a maioria dos personagens como membros ou aliados do POP, todos com um vasto *pout pourri* de qualidades negativas, é necessário apontar o modelo para que se demonstre o quão distante eles estão deste ideal. Adicione-se que o homem ideal Bob Maxwell é o maior inimigo do POP, o que aumenta ainda mais a carga maligna deste partido.

Uma das fontes do antipetismo é a demofobia. O autor empírico é parte da elite, logo, Bob Maxwell é representante do seu grupo. Parte dos membros do POP seriam pessoas do povo que ascenderam, tornando-se uma espécie de elite ilegítima, que ocupa um lugar que não seria seu por natureza. Outros, que tiveram berço de ouro, seriam pseudoaliados do povo. Diz-se pseudoaliados, pois sua fidelidade não seria ao povo, mas a grupos organizados que afirmam representar diferentes estratos e que normalmente são vistos por conservadores como não representativos de tais grupos, de modo que sindicatos não representariam a voz do trabalhador médio, o movimento gay militaria por valores distintos dos da maioria dos gays, etc.

Como se vê em estudo realizado por Strickler, em uma situação de polarização, a desvalorização de outros grupos caminha de mãos dadas com uma maior valorização do próprio grupo. Algumas atitudes desenvolvidas por indivíduos com forte identificação de grupo seriam:

- engaging in self-stereotyping by adopting ingroup attitudes and behavioral norms (...),
- exaggerating ingroup similarity and outgroup difference (...),
- favoring the ingroup and prejudice toward the outgroup (...), and
- positive ingroup emotions (such as pride; Suhay 2015) and negative outgroup emotions (such as anger; Macke, Devos, and Smith 2000). (6)

Portanto, a criação do inimigo passa por um maior sentimento de identidade e de valorização do seu próprio grupo. No caso, o próprio grupo é aquele ao qual pertence o autor

empírico, o homem branco, hétero, de classe abastada. Suas antíteses estão representadas de forma desfavorável no romance: o político ativista gay, o presidente sindicalista, a feminista...

Como visto no primeiro capítulo desta tese, o conceito de inimigo é deliberadamente amplo. A guerra cultural bolsolavista inclui progressistas em geral, mas o grande inimigo no romance em análise é o Partido dos Trabalhadores, alvo preferencial, como dizem Chalhoub e Perlatto, da novíssima direita (chamada pelos autores de “nova direita”). O PT seria incompatível com a democracia:

O PT, nesse discurso, não apenas retoma velhos vícios do passado, representante maior do comunismo em terras nacionais, como produz graves problemas para o futuro, já que não vige no Brasil uma democracia, mas uma ditadura que silencia as vozes da direita e ilegitimamente lega o poder à esquerda. A plena deslegitimação do sistema democrático, presente no discurso de Olavo de Carvalho, encontra versões mais amenas em outros intelectuais. Permanece, entretanto, a chave que pinta o predomínio da esquerda, escancarada pelos governos petistas, como incompatível com a democracia representativa. Não basta derrotar essa esquerda nas urnas, mas é necessário apagar seus vestígios do cenário político brasileiro, já que não há eleições democráticas com a atual situação, que artificialmente transforma minorias ineptas em majorias. (Chalhoub e Fernando Perlatto “A Nova”)

É sob este signo, de que o PT é incompatível com a democracia e sua própria existência não é legítima, que se deve compreender a guerra cultural brasileira e *O Império do Oprimido*. O PT seria um agente do comunismo, o que serve como ótima propaganda para a retórica antipetista. O antipetismo deve, portanto, ser lido como a manifestação contemporânea da tradição anticomunista brasileira. Ressalte-se que o “anti” é aquele que se opõe. O antipetista e o anticomunista são seres totalmente distintos do não petista e do não comunista. Convém citar novamente afirmação de Sá Motta constante do Capítulo 1:

(...) os movimentos “anti” recusam-se a tratar seus adversários como forças oponentes que é preciso tolerar, pois os veem como inimigos insuportáveis. Mais do que a mera oposição a ideias ou a pessoas e projetos coletivos, os movimentos “anti” constituem-se em fenômenos de teor mais visceral. Trata-se de uma recusa total, de repulsa sem meio termo, meio tom, nem possibilidade de convivência. Ser “anti” significa combater o inimigo sem trégua, até sua eliminação, que não precisa

necessariamente ser física (embora em alguns casos se chegue a tal ponto), mas, sobretudo, política. Ser anti alguma coisa, portanto, implica adotar atitudes que vão além da simples oposição, com base em recusa integral, uma repulsa que gera estímulos para destruir as ideias oponentes, às vezes também as pessoas que a professam. (Anticomunismo 4)

Tendo isso em mente, pode-se entender o romance de Guilherme Fiuza.

“A causa da humanidade serve apenas como pretexto para seus ‘roubos éticos’” (R. Azevedo “De Homicidas a Ladrões”). Esta frase, publicada em coluna de Reinaldo Azevedo na revista *Veja* retrata o espírito do livro de Fiuza. Sob a justificativa do social, diversas ilegalidades são perpetradas com vista ao enriquecimento do partido ou pessoal, além de perpetuação no poder e aparelhamento do Estado. A esquerda de *O Império do Oprimido* é patologizada, sociopata, lasciva, interesseira, autoritária e incompatível com um Estado democrático. Presentes, portanto, as seguintes macrocaracterísticas: psicopatologia e mau caráter. A hipocrisia também se faz presente, como forma de viabilizar planos escusos, portanto como derivação da falta de caráter e da psicopatia. Um exemplo desta dá-se pela forma como alguns personagens reagem a um atentado terrorista que ocorre em Londres. Um ajudante do deputado Fred Fraga (este, claramente, uma encarnação de Marcelo Freixo) chamado Sheik – uma espécie de capataz, ogro de batalha que quebra agências bancárias e provoca a polícia – vem, com grande excitação, contar a Fred sobre um atentado em Londres: “Mais de cem mortos, Fraga! Londres! Passaram fogo geral! A vitrine do Ocidente tá caindo, porra!” (70). Cabe a Fraga redigir a nota do PESSOAL (PSOL), seu partido, sobre o atentado:

O PESSOAL lamentava a perda de vidas humanas no atentado, mas ressaltava que a origem do terrorismo estava no modelo social injusto que os países ricos insistiam em semear. “Quem semeia opressão colhe violência”, concluía a nota.

– Mas vocês são a favor do atentado? – quis saber Luana.

– Claro! – trovejou Sheik, embaraçando o deputado.

Ante o espanto de Luana, entrou em ação o Fraga intelectual, ex-professor de História e mestre em relativização. Explicou primeiro o ímpeto de Sheik: o gigante era uma espécie de guerrilheiro moderno, treinado para confrontar a polícia e

demais estruturas opressoras do sistema. Sobre a nota do partido, a posição era clara:

– Nós somos pela paz, naturalmente. Mas, atenção: não confundir pacifismo com passividade. Um progressista passivo é praticamente um conservador (72).

Não resta dúvida de que os membros do PESSOAL, aqui representando a esquerda em geral, estavam felizes com o atentado, contudo, buscam esconder isso, já que também detêm a macrocaracterística “hipocrisia”. Aliás, não há diferença entre POP (PT) e PESSOAL (PSOL), tudo é esquerda, tudo é hipocrisia, patologia e mau caratismo. O grau de descompromisso com a coisa pública é tal que a destinação de verbas frequentemente ocorre baseada em quem está dormindo com quem.

Para conseguir valores milionários para a sua ONG, a Resgate, o professor de mestrado de Luana, Beto, tem um caso com a ministra Maria Rosa (Marta Suplicy), ainda que não tivesse interesse sexual ou amoroso por ela. Em paralelo, ele mantém um relacionamento com Luana, atraído por sua beleza. Enquanto isso, tem que mentir para Marivaldo Valadares (Marcos Valério) sobre Luana, pois este também a desejava, e fora Marivaldo quem convencera o Presidente a destinar verbas à Resgate através do ministério presidido por Maria Rosa. Marivaldo, contudo, estava acumulando muito poder e alguns setores do governo decidem esvaziá-lo. Há, portanto, uma reestruturação e resolve-se que o numerário que iria para a ONG de Beto seria aplicado de outra maneira. Mas Marivaldo comenta, em tom ameaçador, que está pensando em publicar sua biografia. Isso serve como uma mensagem para que o governo não lhe retire poder. Luana, após flagrar Beto na cama com Cristal, uma funcionária da Resgate, inicia um caso com Marivaldo que, com seu poder fortalecido após a ameaça da biografia, volta a irrigar a ONG com vultosas quantias. Luana decide concorrer a presidente da organização não governamental e promete, ao conselho diretor, que até então não era remunerado, um pagamento de cinquenta mil reais mensais, verba que viria do governo pelas manobras de Marivaldo (apelidado de Malabares). Dinheiro, sexo e

poder movem os esquerdistas desta obra. Só há uma exceção: Luana, que sofre da macrocaracterística ingenuidade, até que percebe o que move as pessoas que ela costumava admirar.

A bem-intencionada protagonista mantém seu apoio à esquerda enquanto está na ignorância. Logo no início do livro apaixona-se por Beto, seu professor canastrão. Acredita nas boas intenções da esquerda e de sua ONG. Mesmo após a má explicação de Fraga segue achando que o PESSOAL é contra o atentado em Londres. É vítima da lábia de Fraga, em um esquema montado por ele e Cristal, para que ele dormisse com Luana. Cristal mentira para ela ao dizer que a casa de Fraga estaria vazia e que ela poderia dormir lá. Mas ao chegar, depara-se com Fraga. A princípio, ela desconfia do estratagema, mas basta Fraga cozinhar um risoto e dizer algumas coisas para que ela amoleça e celebre estar na presença de “um protagonista do mundo autêntico que sonhava conhecer” (69). Trata-se, entretanto, de um mundo falso, baseado em interesses pessoais, e onde não há empatia, o que Luana acaba por perceber na parte final do livro. Consciente das más intenções do POP e seus aliados, ela utiliza os mesmos tipos de manobras que os demais membros do governo (sobretudo sedução, eventualmente dormindo com pessoas por interesse) para ganhar poder e, com isso, juntar provas contra o governo e denunciá-lo. O recado do livro é, portanto, claro: esquerdista é mau-caráter, sociopata, hipócrita ou ingênuo.

Uma das formas de denunciar a suposta hipocrisia da esquerda é o argumento “esquerda caviar”. Por isso, os progressistas são apresentados, na obra de Fiuza, como fúteis, viciados em botox e em vinho de qualidade, sobretudo Romané Conti, em referência a famoso episódio em que Lula, durante a campanha de 2002, após um debate televisivo, tomou este caro vinho, orçado à época em seis mil reais, como presente de seu marqueteiro Duda Mendonça. Renato Bittencourt define com acuidade o que se entende por esquerda caviar:

O caviar foi assimilado pelo jargão político da sociedade moderna para se referir depreciativamente aos adeptos de concepções do espectro político da esquerda que na verdade manteriam um padrão de vida associado ao ideário burguês, considerando ainda que suas diatribes contra a ordem mercadológica do sistema capitalista nada mais são do que retórica populista para agradar a parcela progressista da sociedade que adere aos discursos libertários. Nesse contexto, muitos artistas, intelectuais e celebridades axiologicamente conexas aos princípios da esquerda, defensores da agenda defensora dos direitos humanos, do empoderamento feminino, das causas trabalhistas, dentre outras, são rotulados como membros desse eixo chamado esquerda caviar, pois seus discursos politicamente engajados em pautas progressistas não resultariam em um compromisso social autêntico. (49)

O argumento da hipocrisia é a forma mais simples de se deslegitimar alguém, pois apontando-se a diferença entre o discurso e a prática, fica claro que nem o emissor da mensagem realmente acredita nela, reproduzindo-a apenas por composição de persona, o que esvazia seu discurso. Essa visão preconceituosa contra a esquerda que consome itens de certo luxo ignora o fato de que há um:

Mito estúpido (...) de que um partidário de um projeto político de esquerda é extremamente refratário ao uso dos produtos tecnológicos de ponto [*sic!*] ou aos bens de consumo mais sofisticados. Na verdade, a pessoa associada aos paradigmas da esquerda é contra a privatização seletiva do acesso aos recursos tecnológicos que propicia para apenas uma distinta parcela social dos “cidadãos de bens” o acesso a tais recursos. (Bittencourt 50)

Afundado no referido mito, Rodrigo Constantino chega a dedicar todo um livro à chamada esquerda caviar. Para este autor “os marxistas inteligentes são patifes; os marxistas honestos são burros; e os inteligentes e honestos nunca são marxistas” (20). Além dos patifes e burros, há ainda os sociopatas, que talvez sejam modalidades de patifes. Para Constantino, os progressistas têm uma obsessão por controle, o que seria forma de sociopatia (122).

Interessante perceber como, entre autores conservadores contemporâneos vinculados à guerra cultural, os valores progressistas são frequentemente associados a autoritarismo. Para Constantino, uma espécie de ódio a si próprio e angústia por falta de contato verdadeiro com a sociedade, levam “o intelectual e o artista à defesa de ideologias e regimes coletivistas totalitários

que pregam a destruição de sua própria sociedade” (82). De fato, para o bolsolavismo e setores mais radicalizados do conservadorismo, o marxismo cultural tem como consequência final o totalitarismo. É interessante notar que é feita uma transferência, ou seja, acusa-se progressistas de fazer exatamente aquilo que é feito por conservadores, como “dizer como todo mundo devia agir” (“Congresso Brasil Paralelo Capítulo 3” 19:50 – 19:56). Como se sabe, o conservadorismo pretende que haja um certo modelo de comportamento a ser mantido, não sendo simpático à diversidade. Mas bolsolavistas associam esquerda e progressismo a comunismo, marxismo ou socialismo, e a partir disso propõem o viés autoritário. No livro de Constantino sobre esquerda caviar há centenas de ocorrências para palavras como comunista, socialista, marxista. A equação é simples: progressistas são marxistas culturais, marxismo é autoritário, como demonstrariam as experiências ocorridas no mundo, logo, progressistas e esquerdistas são autoritários. Note-se que a maioria dos autores não faz diferença clara entre esquerdismo e progressismo, de modo que essas palavras são tratadas como sinônimas.

A despeito de ter havido e ainda haver experiências autoritárias na esquerda, não se deve associar esquerdismo ou progressismo com autoritarismo. De fato, os Estados que seguiram o modelo marxista adotaram modelos autoritários, contudo tais sistemas não comprazem a totalidade do pensamento de esquerda ou progressista, embora o bolsolavismo tente nos convencer do contrário, de modo a associar progressistas a autoritarismo. Contudo, a própria literatura conservadora histórica brasileira associa esquerda/progressismo a maior liberdade e conservadorismo a autoritarismo. Gustavo Corção (autor de meados do século XX), por exemplo, ao apresentar em uma tabela de duas colunas os valores comumente associados à esquerda e à direita, coloca a liberdade como um valor de esquerda e a autoridade como um valor de direita (79) e chega a afirmar que “como todos os chamados homens de esquerda, João Goulart imagina

que a ofensa ao princípio de autoridade agrada aos pobres” (37). Em verdade, o pendor autoritário do conservadorismo nacional remonta ao período do Império. Um dos ideais conservadores no Império era a monarquia. De acordo com Torres, “a Monarquia, apoiada no Partido Conservador, fez a unidade nacional” (200). O Partido Conservador acreditava que a liberdade, para ser devidamente protegida, deveria encontrar o apoio de uma autoridade forte e imparcial (10). Como ensina José Murilo de Carvalho, “Os conservadores defendiam fortalecimento do poder central, o controle centralizado da magistratura e da polícia, o fortalecimento do poder moderador” (206). Quanto mais atribuições algumas autoridades acumulam, maior a tendência a um regime com menos liberdade, uma vez que quando as decisões cabem a um grupo limitado de pessoas, o arbítrio surge mais facilmente do que quando há uma descentralização do poder, como defendia o Partido Liberal (J.M. Carvalho 206). Findo o Império, a tradição autoritária seguiu forte no conservadorismo do século XX, em homens como Plínio Salgado, Francisco Campos, Carlos Lacerda, Gustavo Corção, Bilac Pinto e na doutrina da Escola Superior de Guerra. No século XXI, viu-se o ex-presidente Jair Bolsonaro flertando frequentemente com o golpismo, o que culminou em seus apoiadores fazendo campanha por uma ditadura militar após a derrota eleitoral, e na invasão às sedes dos três poderes em 8 de janeiro de 2023, com vista a incentivar as forças armadas a levarem a cabo um golpe de Estado. Intelectuais de extrema direita seguem a mesma linha. Os próprios Guilherme Fiuza e Rodrigo Constantino tiveram suas contas em redes sociais suspensas pelo ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, por incentivarem retórica e prática antidemocráticas (“Moraes Vai Pra Cima”).

Por fim, como visto, esquerdistas, quando não são hipócritas, são maus-caracteres, ingênuos ou portadores de alguma psicopatologia. Há um caso especial, contudo, de alguém que, nos olhos dos bolsolavistas, concentra grande parte de todas essas macrocaracterísticas (sem

dúvida, não ingenuidade, contudo), sendo como um demônio feito gente: Lula. Chamado de Guia em *O Império do Oprimido*, ele é o grande líder da organização criminosa que é o POP. Traveste de preocupação com justiça social o seu interesse em obter dinheiro e poder e aparelhar o Estado. Ele é, contudo, uma espécie de líder simbólico, pois os principais operadores são Juvenal (José Dirceu), Marivaldo (Marcos Valério) e o advogado Tatá (que se supõe ser referência ao falecido advogado Márcio Tomás Bastos ou uma espécie de junção deste com o famoso criminalista Antônio Carlos de Almeida Castro, mais conhecido como Kakay). Esta terceirização da organização do Estado certamente dá-se por conta da limitação intelectual do Guia, avesso a resumos longos (56). Outro momento em que se ironiza sua inteligência ocorre quando Clara o vê se transformando em ácaro. Ela também enxerga outros indivíduos da esquerda sofrerem tal transmutação, todavia, especificamente na descrição da mutação do Guia, ressalta-se a característica do ácaro de ter a cabeça desproporcionalmente pequena. Essa associação de Lula com limitações cognitivas é recorrente. Outras vezes é apresentado como grosseiro, impulsivo, um tanto tosco e autocentrado, como em *Panacéia...*, de Rodrigo Constantino. Críticas à sua maneira de falar também são comuns, inclusive na imprensa. Como ressalta Carlos Piovezani, “Um dos efeitos mais nefastos dessas condenações ao desempenho oratório de Lula é justamente a discriminação e deslegitimação da voz e da escuta populares” (18). É que Lula, com seu jeito de falar, simboliza setores populares ocupando espaços que a elite entende que não lhes cabe. A fala popular é folclorizada e deve existir enquanto inofensiva, pois:

O período que se inicia em 1985 é frequentemente chamado de “abertura democrática”, o que acarretava a ideia de que desde então não havia mais os limites e censuras explícitas à liberdade de expressão. Isso não significava, porém que o espaço público estivesse pronto a acolher sem restrições e discriminações à própria voz do povo ou à fala daquele que então se apresentava como seu porta-voz. Foi, antes, o inverso que se produziu: a visibilidade, a importância de alcance nacional adquiridas por alguém oriundo de uma classe socioeconômica miserável e que não havia as credenciais e o nível de educação formal requeridos para o postulante a

um tal cargo, acrescentadas à possibilidade crescente de seu sucesso eleitoral, radicalizaram os discursos e as atitudes discriminatórias. (Piovezani 15-16)

Atacar Lula por sua maneira de falar e supostas limitações intelectuais equivale a deslegitimar a presença de classes menos abastadas no poder, sendo, portanto, ação de guerra de classe, a despeito de autores conservadores normalmente negarem existir tal embate. Para eles, falar em guerra de classe é colocar os grupos uns contra os outros, ação que seria, para esta retórica, típica da esquerda.

Lula também é apontado como uma pessoa de duas caras, o que confirma a tendência de conservadores de considerar progressistas como hipócritas. Veja-se o curioso texto publicado por Gilberto de Mello Kujawski em *O Estado de S. Paulo*:

Fica evidente que Lula, por mais populista que quisesse ser, nunca poderia adotar, na íntegra, nem a língua caipira, nem a do sertanejo, nem a de Adoniran Barbosa, sem cair no ridículo atros. Lula não é “doutor”, mas também não é caipira, nem sertanejo, e há muito tempo deixou de ser o pau-de-arara, emigrado do Nordeste. Seu perfil mais autêntico é o de membro da elite metalúrgica do ABC, camada diferenciada de trabalhadores, da qual saem os grandes líderes sindicais, que se recusam a falar errado (Paulinho, Marinho, Feijó e outros).

Então, o que faz Lula? A fim de parecer homem do povo, ele se limita a maltratar a língua, engolindo os esses, violentando a sintaxe, forçando os erros de concordância, como se isso bastasse para “falar gostoso o português do Brasil”. Em suma, Lula forja um arremedo da língua popular, distante tanto dos padrões da linguagem formal, como dos usos legítimos da fala popular (caipira, sertaneja ou periférica). O discurso de Lula degenera num Frankenstein assustador. (...)

O povo também estropia a língua, mas com inocência. Na fala estropiada de Lula há de tudo, menos inocência. (citado por Piovezani 20)

Como se nota, Lula seria falso até na sua maneira de se expressar. Apesar de tão criticado pela baixa escolaridade, ele forçaria sua fala, afinal pertence à “elite metalúrgica” – conceito intrigante. A literatura conservadora que promove guerra cultural replica este entendimento que grassa nas elites de que Lula é limitado, com simplismo de ideias, avesso a resumos longos, e hipócrita. Haveria o Lula do exterior, do “tudo pelo social”, da simplicidade, e o Lula real, da ganância, do Romané Conti, da fala errada calculada. Lula é tratado como a encarnação de todos

os males do progressismo. Além de ser o principal nome da esquerda brasileira, sem dúvida demofobia e a ascensão de classes subalternizadas a posições de poder (algo que Lula representa) gera um medo no conservador, medo de que os subalternizados passem a dividir poder e riquezas. Basta reparar na reação de setores da elite brasileira à Emenda Constitucional das empregadas domésticas, que concedeu a estas trabalhadoras direitos que eram, há várias décadas, garantidos a outros tipos de trabalhadores. Alegações de desemprego em massa por elevação dos custos do trabalho doméstico foram comuns, além de manifestações preconceituosas. Com Lula, homem de origem subalternizada, no poder, ocorreram mudanças que foram se refletir na esfera privada — com maior empoderamento de grupos como as empregadas domésticas —, o que é o maior medo dos conservadores, como diz Corey Robin, daí a reação forte à referida Emenda Constitucional.

Lula também é representado como um sujeito tosco. Se gosta de consumir produtos caros, ao mesmo tempo lhe falta a finesse que lhe concederia legitimidade para tal. Em *O Império do Oprimido* é dado a palavrões, sobretudo quando está descontraído, momento em que também fuma charuto e bebe. Seria o que alguns membros da elite chamariam de desqualificado. Em *Panaceia...*, de Rodrigo Constantino, não é diferente. O personagem que representa Lula é impulsivo, radical, bronco, enfim, tosco e vaidoso, em busca de sua glória pessoal, embora travista tal ambição como um desejo sincero de livrar seu país de uma pandemia. Graças a essa representação de Lula como tosco:

o enunciador pode criar a distância e a distinção social entre si mesmo e seu enunciatário, isto é, seu grupo de distintos, por um lado, e Lula e os sujeitos de classes populares, com suas expressões e costumes equivocadas, ridículos ou grosseiros, por outro, sem a gravidade dos ataques explícitos. (Piovezani 19)

No trecho citado, Piovezani se referia a colunas de jornal que ridicularizam Lula em textos humorísticos. A literatura é, sem dúvida, outra forma para atingir o mesmo efeito. Cria-se um personagem que tem ações equivocadas, ridículas, grosseiras, para usar os termos de Piovezani,

sem afirmar que assim as são, pois as sugestões ficam implícitas pela construção literária. Assim como não é abertamente declarado que tal personagem é Lula e, menos ainda, que seu caráter rude e bronco é por conta de um preconceito de classe – afinal, pode-se sempre alegar que o problema é a pessoa Luiz Inácio Lula da Silva, que não representaria o homem do povo, posto que está mais preocupado com seus interesses pessoais e de seu partido. O autor, portanto, nada teria contra indivíduos de classe baixa, o problema seria especificamente Lula. Bate-se na maneira de ser de Lula por classismo sob a manta de tratar-se de crítica a uma pessoa de caráter desviado.

Restou, portanto, demonstrado que *O Império do Oprimido* se baseia, em grande parte, na retórica do inimigo, demonizando o sujeito de esquerda, com grande destaque ao antipetismo. Valendo-se de exemplos trazidos de fora deste romance, esclareceu-se que se trata de uma tendência de setores mais radicalizados do conservadorismo, que buscam negar a possibilidade de convivência democrática com esquerdistas e progressistas (e em particular com o PT e Lula), em um claro ato de guerra cultural. Se o progressista é um ser ingênuo, mau-caráter, hipócrita ou patológico, suas ideias podem ser ignoradas sem serem debatidas, logo, quaisquer alterações provocadas no senso comum por sua influência são graves equívocos e devem ser revertidas. Assim, busca-se retornar à já citada hegemonia sem concessões.

2.3 Conclusão

Doze anos separam as datas de publicação das obras analisadas neste capítulo. Nota-se, em *O Império do Oprimido*, uma intensificação do antipetismo já presente em *Wunderblogs.com*. Se nesta obra há críticas a Lula, às políticas de cotas, e o “gramscismo” já é referido, no romance de Fiuza, o Partido dos Trabalhadores estabelece um estado totalitário, ou seja, há “gramscismo” levado às últimas consequências. Pelo momento histórico em que as obras foram publicadas, em

O Império do Oprimido há uma militância antipetista e antiprogressista mais marcada que em *Wunderblogs.com*. Neste livro nota-se que os autores se sentem sufocados por uma suposta hegemonia progressista, a qual atacam. Simultaneamente, dão voz aos seus valores conservadores, efetivamente pouco presentes na literatura nacional àquela altura. Portanto, nesta obra há algum espaço para um conservadorismo mais atemporal, como se nota por trechos já destacados que valorizam o ocidente, valores aristocráticos, ou o machismo. Já *O Império do Oprimido* é uma obra envolvida com a política do dia, que abusa de referências a personagens reais e ao governo Lula e, ainda que de passagem, à eleição e deposição de Dilma Rousseff. Ao seu modo, ambos os livros colaboram pela alteração da hegemonia, por uma sociedade sem políticas de equidade, portanto mais homogênea, sem respeito aos progressistas, com famílias em moldes tradicionais, e marcadamente antipetista.

CAPÍTULO 3:

A Guerra Cultural nos Quadrinhos

Neste capítulo se demonstrará que a guerra cultural se desenvolve a pleno vapor no meio geek. Serão analisadas as obras de maior relevo publicadas pela editora Super Prumo, uma casa editorial bolsolavista dedicada a quadrinhos e que tem alcançado grande repercussão no Brasil e no mundo.

Os três elementos da guerra cultural conservadora brasileira se farão novamente presentes. Não apenas em suas formas tradicionais, mas também em novos aspectos e desdobramentos, como se verá no decorrer do capítulo.

3.1 A Guerra Cultural no Meio Geek

Dois selos editoriais, criados em 2020, hospedados no mesmo site, e sem diferença clara entre eles, dedicam-se a publicar quadrinhos conservadores. São destes selos as obras que serão aqui analisadas. Chamam-se Super Prumo e Opção C. Até início de 2022, ficavam hospedados em superprumo.com.br, site que saiu do ar, dando lugar a uma página bem mais simples, focada na loja virtual, em <https://linktr.ee/novossuperprumo>. Na sua loja virtual há quadrinhos, romances e livros de não-ficção traduzidos para o português ou de autores brasileiros, tanto dos referidos selos como de outras editoras. Entre textos de não-ficção estão alguns de pensadores conservadores de sucesso como Roger Scruton. Já o catálogo de ficção, além de obras recentíssimas de autores

nacionais, traz alguns clássicos que sites conservadores costumam considerar bibliografia conservadora, como *1984*, de George Orwell.

Quando superprumo.com.br estava no ar, ao clicar-se no logotipo do selo Opção C, o visitante do site deparava-se com a seguinte apresentação aos dois selos editoriais:

Desde as "Jornadas de Junho", no já longínquo 2013, o mercado editorial brasileiro foi sacudido por uma "onda conservadora". Nos anos seguintes, com as manifestações pacíficas vestidas de verde e amarelo, a "onda" se confirmou e vários títulos de autores conservadores e liberais ganharam as prateleiras e se tornaram best sellers. Nenhum deles, porém, pode ganhar o rótulo de geek ou pop.

Os selos Super Prumo e Opção C chegam para provar que existe uma multidão de consumidores geeks de direita, ávidos por conteúdo geek/pop conservador, onde eles possam ler, se divertir e colecionar títulos alinhados com aquilo que acreditam e defendem.

É nesse contexto que produzimos conteúdo pop de qualidade, na contramão do progressismo que domina o cenário cultural brasileiro. Nossos valores e convicções são outros. E viemos para ficar. (Opção C)

Para arrematar eventuais dúvidas sobre o alinhamento político da editora, ao lado deste texto havia um desenho de Olavo de Carvalho, com traços semelhantes aos de *True Outstrip*, obra que consiste numa coleção de tirinhas nas quais o autoproclamado filósofo é apresentado como um velhinho simpático e sábio, publicada pela editora Super Prumo, e de Gadu Ananauê, um personagem também de comics que é uma sátira aos universitários de humanas esquerdistas e que tem tirinhas regularmente postadas em página homônima no Facebook.

Os editores estão corretos quando falam do potencial público de direita e conservador ávido por conteúdo geek. Há diversos estudos que identificam manifestações de masculinidade tóxica (Falcão et al.), de suporte ao neoliberalismo, de simpatia a Bolsonaro e Donald Trump (Marques et al.), e prática de ações típicas de haters associadas à alt-right (Falcão et al. 272) no ambiente dos gamers, que é composto, essencialmente, pelo público geek, que também consome quadrinhos. O ambiente nerd/geek (termos que serão tomador por sinônimos, assim como fazem Falcão et al.) configura-se a partir do consumo de material cultural relativo ao meio (livros, quadrinhos,

videogames, jogos de tabuleiro, bonecos, etc) e é essencialmente branco, masculino, de classe média e cis-heterossexual (Falcão et al. 256), além de antiestado, sobretudo no Brasil, onde a redução de impostos sobre games é o grande objetivo político de grande parte da comunidade. Há, portanto, uma mentalidade essencialmente neoliberal (Marques et al. 4). Os meios geeks são, frequentemente, *safe spaces* para a expressão de uma masculinidade tóxica. A hipermasculinidade física é substituída por uma masculinidade baseada em “uma performance de racionalidade e positivismo” (Falcão et al.). A cultura geek lida tradicionalmente com produtos de valorização do masculino, nos quais a mulher ocupa o lugar de prêmio e desejo, a princesa a ser salva. Contudo, recentemente, em função de influxos de movimentos de grupos subrepresentados, surgiram produtos culturais que quebram este paradigma, com super-heróis gays, destaque a super-heroínas que abordam questões feministas... Enfim, uma visibilização de elementos não masculinos e não cis-heterossexuais. Isso foi entendido, por setores mais conservadores da comunidade nerd, como uma invasão. Seu *safe space* estaria sendo alvo de guerra cultural e essas manifestações de minorias seriam vistas como políticas, o que fez surgir o movimento “Quadrinhos Sem Política” (havendo até sites que fazem listas de quadrinhos sem política, como pode-se ver, por exemplo, em <https://maisdeoitomil.wordpress.com/2019/11/12/4-mangas-totalmente-sem-politica-para-voce-ler-despreocupadamente/>), em reação aos “Quadrinistas Antifascistas”. Sem política, entenda-se, reproduzindo tradicionais papéis de gênero, raça e sexualidade, sem espaço para personagens queers ou questionamentos da falo-heteronormatividade. A política é vista como o terreno onde a hegemonia tradicional é questionada e onde cobram-se impostos dos produtos consumidos pelos geeks. Ela seria a interferência na liberdade de compra e no exercício da masculinidade tóxica. Os posicionamentos reacionário, conservador e neoliberal seriam apolíticos, pois pugnar pela redução de taxaço seria uma trivialidade ligada às finanças pessoais, e não

questionar práticas opressivas seria uma inação qualquer, como infinitas outras que um sujeito pode exercer. Desse modo, o canal YouTube Central, dedicado a games, sente-se à vontade para associar Bolsonaro à não-taxação, apoiando-o indiretamente, e considerando-se isento e essencialmente não político (Marques et al.).

A título de exemplo da misoginia do meio nerd, veja-se o seguinte episódio:

Em 2016, uma foto publicada nas redes sociais por uma das roteiristas da Marvel mostrava uma equipe composta integralmente por mulheres. Fãs norte-americanos de quadrinhos se revoltaram, afirmando que as produtoras estariam sendo cooptadas por pautas progressistas e perdendo seu foco em verdadeiras boas histórias. O episódio evoluiu: desenhistas e críticos se juntaram ao movimento de guinada conservadora, o que ficou conhecido como #comicgate. (Fantini)

“Verdadeiras boas histórias” seriam aquelas que não questionam o status quo, e, portanto, não trazem personagens gays, mulheres empoderadas, negros em posição de poder. Ser apolítico, de acordo com este entendimento, é reproduzir a branco-cis-hétero-falo-normatividade de classe média.

A hashtag comicgate certamente surgiu por influência da #gamergate, que movimentou o mundo dos games, logo, geek, apenas dois anos antes. Após um desenvolvedor de jogos fazer um post no qual acusava a sua ex-namorada, também desenvolvedora, de trai-lo com críticos de jogos para conseguir resenhas favoráveis ao seu novo jogo, surgiu a hashtag gamergate, dedicada a atacar pessoas relacionadas ao universo gamer, sobretudo mulheres, de visão progressista. Na definição de Goulart e Henrique Nard foi “um ataque coletivo organizado contra mulheres e outras personalidades que advogavam por uma cultura de jogos digitais mais inclusiva e diversa” (252). Foram expostas informações pessoais como endereços dos alvos e seus parentes e feitas ameaças de morte e de estupro. O Gamergate foi “principalmente misógino, mas também homofóbico, transfóbico e racista a trabalhadoras/es da indústria, crítica a demais membros da cultura de jogos

digitais” (Goulart e Nard 255), com o objetivo de manter o meio um *safe space* para a falo-heteronormatividade tóxica.

Matt Lees, em artigo publicado no *The Guardian* intitulado “What Gamergate Should Have Taught Us About the 'Alt-right'”, identifica o Gamergate com as práticas da alt-right, sendo um precursor do discurso que viria a ser adotado por Donald Trump. Também afirma que muitos homens foram atraídos para o discurso de ódio por aquele movimento, que seria precursor em ataques a obras da cultura pop consideradas demasiadamente progressistas, o que depois teria se ampliado para os quadrinhos e cinema (Lees). Ademais, algumas figuras que se tornariam agitadores da alt-right teriam “iniciado suas carreiras” com o Gamergate. Lees chega a dizer que ali teria começado a guerra cultural em que hoje vivem os Estados Unidos, alegação, sem dúvida, bastante contestável, haja vista que tal se iniciou em momento bastante anterior, como visto no primeiro capítulo, tendo, talvez, se intensificado mais recentemente, aí sim, possivelmente contando com um impulso do Gamergate. De todo modo, como afirma a NBC News, gamers facilitaram o avanço da alt-right, tendo, o Gamergate, ajudado a aglutiná-la. Memes usados na campanha pró-Trump usavam a estética de videogame e replicavam práticas da Gamergate (“How Gamers”).

Diante de um cenário tão explícito de guerra cultural e conservadorismo (quando não reacionarismo) no meio geek, em meio à onda bolsolavista que tomou o Brasil, é evidente que se abre espaço para quadrinhos conservadores. Não à toa, já em 2020, Marcos Fantini, em matéria para a *Tab Uol*, identifica a consolidação dos quadrinhos conservadores como nicho no Brasil (Fantini). Portanto, está correto o diagnóstico dos editores de Super Prumo e Opção C, de que “existe uma multidão de consumidores geeks de direita, ávidos por conteúdo geek/pop

conservador” (Opção C). Em seguida, serão analisadas as principais publicações destes selos, ambos da editora Super Prumo.

A análise será dividida em duas seções (cada uma, com subseções). Uma delas se dedicará às obras que têm o populismo como elemento mais marcante. A outra cuidará dos quadrinhos que repercutem de forma mais intensa uma influente teoria conspiratória chamada “globalismo”.

3.2 As obras populistas

O populismo é um fenômeno anti-establishment, que entende que as elites (política, intelectual e financeira) agem contra o interesse do povo. O líder populista seria aquele que representa os interesses do povo contra essa elite corrompida. Uma vez que chegue ao poder, com frequência transformará o sistema político de democracias liberais em democracias iliberais, regime em que o sistema de pesos e contrapesos e garantias a minorias é enfraquecido em favor de uma concentração de poder no chefe do poder Executivo, que seria o legítimo representante da vontade popular contra o sistema corrompido. É, portanto, fenômeno que tende ao autoritarismo.

Em seu viés conservador, acredita que o establishment é progressista e, ao afirmar que este estaria corrompido, fortalece a retórica do inimigo (os progressistas estão no poder e sequestraram o Estado, as instituições em geral, inclusive a imprensa, e, com isso, as mentes). O líder populista seria a solução para o problema. Ao lançar um líder, o populismo é a forma pela qual o conservadorismo avança para além da retórica. O líder populista busca ganhar a simpatia das massas e alterar seus valores, em busca da hegemonia stricto sensu, mas também visa o poder, em busca da conquista do domínio, ou seja, controle da sociedade política. O bolsolavismo é exemplo de movimento populista, uma vez que a retórica da hegemonia progressista combinada com a tese do marxismo cultural indica que haveria uma hegemonia progressista construída artificialmente,

por meio de manipulação das massas. A vontade popular teria sido sequestrada, mas o líder populista seria o próprio povo, logo, portaria a vontade real e natural do povo, não contaminada pela ideologia progressista, que promoveria engenharia social⁹. Desse modo, suas ações em busca da hegemonia (lato e stricto sensu) seriam em nome do povo e, caso as instituições da democracia liberal tentem colocar-lhes limites, estariam agindo contra a vontade popular. Como disse Cristian Lynch em entrevista ao canal Meio:

Você vende Bolsonaro como se ele não tivesse partido, porque o demagogo, o populista, ele se vende como se não tivesse partido nenhum. Todo caudilho se vende assim (...). Ele não tem partido, o partido dele é o povo. Ele não é uma facção, ele representa a totalidade. (...) Quem é o inimigo do povo? (...) As instituições que não são eleitas, aquelas que servem de obstáculo à livre manifestação do povo encarnada pelo caudilho (“Conversas” 19:25 – 20:15).

Portanto, o líder popular que chegue ao poder tenderá a ter um comportamento antissistêmico e autoritário, por mover-se acreditando ser o próprio povo atualizado em um ser humano contra um sistema pseudodemocrático, já que sequestrado. Nada diferente disso se viu quando o bolsolavismo chegou à Presidência da República, com a retórica golpista tornando-se definitivamente explícita a partir da derrota eleitoral em 2022, acompanhada por pedidos e atos favoráveis a um golpe militar que manteria o “capitão” no poder ou, ao menos, alçaria algum outro

⁹ Impossível aqui não se lembrar da doutrina da Escola Superior de Guerra (ESG), que prevê a existência dos objetivos nacionais, que seriam captados e traduzidos pela elite, a partir de uma observação da cultura popular. Veja-se a seguinte passagem:

Os interesses e aspirações latentes no seio do povo devem ser captados, interpretados e consolidados, cristalizando-se afinal em autênticos e legítimos Objetivos Nacionais.

A responsabilidade de tal processo cabe às elites nacionais (...).

Por outro lado, cumpre às elites nacionais não só o papel de interpretar os interesses e aspirações do povo, para levá-los ao nível de formulação dos Objetivos Nacionais, como o papel inverso de, precisamente em razão de sua presumida maior capacitação, difundir no povo os altos valores da convivência social e trabalhar com ele no sentido de aumentar a percepção de seus autênticos interesses e aspirações. (Fundamentos 31)

O bolsolavismo, com seu tom populista, não afirma ser uma elite que percebe anseios do povo que este não nota. Ao contrário, seria o próprio povo. Em comum com a ESG, a pretensão de carregar a verdade sobre a vontade popular.

militar, representante da vontade popular, à condução do país, sem as amarras da democracia liberal, com suas instituições supostamente antipopulares. Christian Lynch, na mesma entrevista, explicita por que a atuação das Forças Armadas, neste registro, seria compreendida como democrática e legítima:

Você usar as Forças Armadas para jogá-las contra o Supremo Tribunal Federal ou o Congresso é totalmente “democrático” nessa chave. (...) O caudilho representa o povo, o Exército, as Forças Armadas estão do lado do povo, né? Aí o que acontece, o Supremo Tribunal Federal é uma oligarquia de pessoas que querem o mal do povo e impedem o governo do povo pelo povo, encarnado no caudilho, então nada mais democrático do que você botar abaixo essa gente e não respeitá-los. (“Conversas” 20:22 – 20:59)

Veja-se, a seguir, como o populismo se manifesta e é incentivado nos dois primeiros volumes da série de novelas gráficas *O Doutrinador*, e como isso fortalece a guerra cultural conservadora.

3.2.1 *O Doutrinador*

O Doutrinador é, sem dúvida, o mais bem sucedido super-herói brasileiro na história recente ou, quiçá, da história dos quadrinhos daquele país. O personagem foi criado em 2008 (“#Opiniãooar” 7:00; Cunha *Definitivo*¹⁰; Cherini 42), por Luciano Cunha, contudo, foi negado por editoras, segundo o autor, pelo personagem matar em vez de prender corruptos (“#Opiniãooar” 7:58-9:25). O projeto foi, por conseguinte, engavetado, sendo lançado via posts

¹⁰Infelizmente, dentre todos os quadrinhos que serão estudados nesta seção, apenas *O Doutrinador* e a versão original de *O Doutrinador Dark Web*, publicada pelo selo Redbox, têm numeração de página. *O Doutrinador Definitivo*, com as três republicações que traz em seu bojo, *O Doutrinador o Vírus Vermelho*, *Destro* e *Destro 2* não possuem numeração de página, de modo que as citações parentéticas, no caso destas publicações, trarão somente a referência à publicação. Quando já for claro o texto ao qual pertence o enxerto transcrito, a citação parentética será omitida. Quanto a *O Doutrinador Dark Web*, a principal referência é a versão mais recente, constante de *O Doutrinador Definitivo*, portanto, tampouco tem numeração de página. Apenas em um momento será usada a publicação original da Redbox, para efeito de comparação com a nova versão. Neste caso, haverá citação parentética de página.

na *timeline* do autor, no Facebook, apenas em março de 2013. Posteriormente, Cunha criou uma página para o Doutrinador na referida rede social (Cherini 42), aumentando sua visibilidade. No mesmo ano, teve sua primeira edição impressa. Apesar de a novela gráfica ter sido publicada antes das manifestações de junho de 2013, sem dúvida o discurso anticorrupção que começava a se formar contribuiu para a alavancagem do personagem. Desde então, foram lançados vários volumes: *O Doutrinador Dark Web*, *O Doutrinador Apocalypse BSB* e, mais recentemente, *O Doutrinador o Vírus Vermelho* e *O Doutrinador Definitivo*, que republica em versão editorialmente mais luxuosa, os três primeiros volumes da série. Não é informado, mas nesta republicação são feitas sutis, porém relevantes alterações nas obras republicadas.

O Doutrinador foi traduzido para diversos idiomas e virou filme (que foi dublado para o inglês) e série. De acordo com Luciano Cunha, apenas nos EUA, este autor atingiu mais de duzentos mil leitores, somadas as obras *O Doutrinador*, *Destro* e *Garra Cinzenta* na plataforma Arkhaven (“#OpiniãoNoAr” 22:24 – 22:30). De fato, ao acessar-se Arkhaven.com e buscar-se por Luciano Cunha, é possível ver a enorme quantidade de visualizações que as obras de Cunha obtiveram. Em 15 de agosto de 2022, apenas os dois primeiros títulos somavam 312.467 visualizações. Ressalte-se, entretanto, que as visualizações se dão por trechos, chamados de episódios, de cada história, portanto, para ler, por exemplo, tudo que há disponível de *O Doutrinador* no site, um leitor terá que visualizar cinquenta diferentes episódios, ou seja, o número a que se tem acesso na plataforma refere-se à quantidade de visualizações, certamente muitíssimo maior do que o número de leitores.

O Doutrinador é um personagem moralizante que decide assassinar políticos corruptos e alguns empresários mancomunados com esquemas ilícitos. O homem que encarna tal personagem, “No passado, foi soldado do Exército brasileiro e recebeu treinamento de elite, o que o transformou

em um ‘supersoldado’ com habilidades de guerrilha” (Cherini 29), conhecido como Agente Sete. Durante a ditadura, sofreu um trauma. Ao combater a Guerrilha do Araguaia, se apaixonou por uma das guerrilheiras, Maria. Segundo o protagonista, “Maria era uma mulher única em todos os sentidos... Com apenas 18 anos tinha formado um grupo para discutir política na faculdade... Cinco anos depois estava na luta armada. Aos 24 era a única mulher a chefiar um grupo no Araguaia” (Cunha *O Doutrinador* 49). Ao desmantelarem o destacamento guerrilheiro, a força e liderança de Maria teriam chamado a atenção do Agente Sete (49). O Agente Nove, ao saber que eles se envolveram, decidiu caçá-la e matá-la, pois o Agente Sete decidira ter uma vida, o que iria contra “o livro” que eles tinham que seguir, que se supõe serem as regras referentes a tais superagentes. Tal fato foi um grande trauma para o Agente Sete, transformando o Agente Nove em seu arqui-inimigo. Por isso, a presidenta e os generais que a assessoram, contratam o Agente Nove para rastrear e matar o Doutrinador. O assassinato da amada, segundo Cherini, teria sido o primeiro evento estopim da transformação psicológica de Agente Sete. O segundo seria quando:

O Agente foi encarregado de vigiar e torturar um homem preso por acusação de comunismo e envolvimento no atentado a um show de música popular. Nas várias conversas com esse prisioneiro, impressiona-lhe o ponto de vista cético do sujeito acerca das instituições políticas e de qualquer forma de governo. Enfático, em certa ocasião, o homem declara-lhe: “garoto eu não acredito em política, acredito em gente ajudando gente”. Após esses eventos, o militar revolta-se com o exército, abandona a farda e vive anos como um outsider, um “lobo solitário”, até o momento em que tem o insight da sua grande missão. Cansado de ver o seu país assolado por uma “máfia” de políticos corruptos e a população empobrecida pelo desvio de recursos, ele decide, por conseguinte, tornar-se um exemplar “filho da pátria” e, com um gesto de continência à bandeira, compromete-se a lutar sem qualquer escrúpulo para “salvar a nação”. O ex-soldado transforma-se, então, no Doutrinador, um anti-herói “justiceiro”, matador de políticos e empresários corruptos. (29)

Esse segundo momento, importante na transformação psicológica do personagem, foi suprimido da versão mais recente, *O Doutrinador Definitivo*, que compila as três primeiras histórias. Adiante se verá o motivo desta e outras omissões, bem como de alterações no texto.

O Doutrinador nasce, portanto, encarnando a antipolítica. Como afirma o próprio autor na “palavra do autor”, em *O Doutrinador Definitivo*:

Há 35 anos, desde que a redemocratização fundou no país o período chamado de ‘Nova República’, nosso gigante continental vem sendo usado, roubado, vilipendiado e destruído por uma elite política que se entranhou nos três poderes da República e asfixia o país sugando seu sangue até a última gota.

Nota-se presente, portanto, um elemento essencial da retórica populista: a percepção de que o establishment foi sequestrado.

Em *O Doutrinador*, a antipolítica manifesta-se, principalmente, como anticorrupção, estratégia historicamente usada para defender interesses de oposição (Cherini 68). Desse modo, atinge sobretudo o grupo político que está no poder, ainda que o Doutrinador assassine membros do establishment político como um todo. Na primeira publicação da série, um personagem que claramente representa José Sarney é uma das vítimas do herói, após ser surpreendido em uma praia no Maranhão, onde o Doutrinador chega fazendo mergulho subaquático, pois era o “único espaço aqui que não pertence à família do Senador Antero Borges...” (Cunha *O Doutrinador* 11). José Serra também é sua vítima (Cunha *O Doutrinador* 23). Apesar de não ser dito o nome, a referência fica clara pela semelhança física do personagem desenhado, a referência a banco antimendigos (Cintra) e ao famoso episódio da bolinha de papel, quando o então presidenciável teria sido atingido por uma bolinha de papel ou rolê de fita adesiva aparentemente atirado por um militante petista.

A história tem como pano de fundo uma arte de tons sóbrios e escuros, dos quais sobressaem luzes e detalhes vermelhos, facilmente associáveis a sangue. Essa mesma cor emana dos olhos do protagonista, como uma lanterna sinistra constantemente acesa. Os cenários remetem a Gotham City, perfeito contexto para se retratar escândalos de corrupção (a maioria referências a fatos reais), normalmente envolvendo autoridades públicas. A consequência é sempre a mesma: o

justiceiro assassinando os envolvidos. Os grandes antagonistas são, contudo, além do Agente Nove, a Presidente da República e um homem conhecido como Chefe, personagens que referenciam respectivamente Dilma Rousseff e Lula. Contudo, mascarada de obra anticorrupção, *O Doutrinador* não foi recebida como arte conservadora. Em verdade, debatia-se seu alinhamento político, pois alguns o consideravam de esquerda por criticar as privatizações (Cherini 60) e se preocupar com a alienação de recursos naturais ao capital estrangeiro (Cherini 33). O primeiro volume, antes da publicação editorial, foi todo postado em uma página do Facebook, curtida, acompanhada e admirada por pessoas de diferentes orientações políticas. Inclusive, o argumento e roteiro do segundo volume, *Doutrinador Dark Web*, teve participação de Marcelo Yuka, músico que se identificava como de esquerda, já tendo sido candidato a vice-prefeito do Rio de Janeiro pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Cunha, quando questionado, afirmava que o personagem era apolítico e que ia atrás de todos, independente do espectro ideológico (Cherini 65). A utilização do pretérito imperfeito na frase anterior não é casual, uma vez que posteriormente o autor se tornou um militante do bolsolavismo. Veja-se as duas últimas frases da “Palavra do Autor” em *O Doutrinador Definitivo*, publicado em 2021: “Lutar contra o politicamente correto, o progressismo e suas amarras, é a nova contracultura na sociedade moderna. Estar deste lado é estar do lado do Ocidente, do lado da luz”.

Se o primeiro doutrinador é de 2013, e o autor afirmava que o personagem era apolítico, por que se comenta este livro, em vez de versões mais recentes, sobretudo *O Doutrinador o Vírus Vermelho*, quando o alinhamento à extrema direita nacionalista é escancarado? A antipolítica foi essencial para a ascensão do bolsolavismo e segue sendo de crucial importância para este movimento. Se há a crença de que o establishment é progressista e de esquerda, um ataque a ele

seria um ataque à esquerda. Tal mentalidade explica, em parte, a invasão das sedes dos três poderes em 8 de janeiro de 2023 por golpistas de extrema-direita.

O livro foi escrito em 2008 e publicado somente em 2013, após quatorze recusas editoriais (“#OpiniãoNoAr” 7:47). Embora o autor afirme que em 2013 tinha a possibilidade de publicar no *Facebook*, o que não seria possível em 2008 (“#OpiniãoNoAr” 9:32 – 9:38), sabe-se que tal rede social, desde 2006, já estava disponível para qualquer pessoa maior de treze anos, e em 2013 já havia ganhado tração há alguns anos, contando com 500 milhões de usuário em 2010 (Wauters) e um bilhão em 2012 (Smith et al.). Por evidente, o clima anticorrupção que se instalava no país mesmo antes das Jornadas de Junho gerou momento para a publicação de *O Doutrinador*. Lembre-se que no fim de 2011 já houve protesto anticorrupção de baixa adesão (Bruno et al.), com maior corpo em 2012 (“Brasileiros Fazem”). Havia, portanto, um crescendo, do qual *O Doutrinador* fez parte.

O Doutrinador é um herói populista. Ele canalizaria o interesse do povo, sendo seu legítimo representante, pois seria um deles. O próprio Doutrinador se apresenta como mais um do povo, alguém que estaria ajudando a que despertemos, pois seríamos todos como ele (tal obra, em inglês, foi traduzida como *The Awakener*). Em certa página de *O Doutrinador*, o herói aparece em diferentes situações de homem simples: fazendo malabares no semáforo; em um metrô repleto; sentado em um chão sujo de um hospital lotado com uma ampola de soro ou outra substância inserida em seu braço (Cunha *O Doutrinador* 23). No terceiro número da série, *O Doutrinador Apocalypse BSB*, novamente vê-se o personagem nesse tipo de situação. O anti-herói é retratado em um trem lotado; com boias frias (portando um facão como se fosse um deles); com pele pintada e cocar junto a indígenas; e junto a sertanejos, vestindo trajes típicos. Esse terceiro volume traz histórias muito curtas. A que retrata o Doutrinador com o povo chama-se “Contra nós”. Quem

estava “contra nós” era Inácio Henrique, que é uma espécie de avatar de Lula. O Doutrinador realmente se confunde com o povo ao afirmar que “em todos os lugares onde estive, você estava contra mim. Estava contra nós”. Pretende-se um apagamento cada vez maior da distância entre “mim”, o Doutrinador, e “nós”, o povo. A primeira pessoa do plural é usada várias vezes, em frases como “Por que ficamos confortavelmente entorpecidos” ou “Quando foi que perdemos a capacidade de reagir”. O bordão “eu sou a urgência das ruas” é repetido diversas vezes e, na última página de “Contra Nós”, vê-se o doutrinador em frente ao Congresso Nacional, com um rifle de sniper, e o referido bordão é precedido por “De tempos em tempos, um único homem com coragem se torna a maioria”. Presente, portanto, a “solução” para o sistema corrompido, qual seja, a presença de um líder que encarna a vontade popular. O Doutrinador é o povo, portanto, se ele mata corrupto, o faz em nome deste povo, e sua atuação é, por conseguinte, legítima e democrática, e recebe o apoio da população. A título de exemplo do apoio popular, vê-se em uma página da história original, um rapaz caminhando em uma passarela com uma camiseta escrito “Matem Todos”; em um retângulo lê-se: “Grife carioca lança coleção inspirada nos recentes ataques contra políticos e já é *sucesso absoluto de vendas...*” (30, destaque nosso). Abaixo do mesmo quadrinho, apresenta-se a reação do sistema político, antagonista da vontade popular: “Parlamentares do Rio querem proibir a comercialização das peças” (30). Com o sistema sequestrado, não haveria possibilidade de punição dos corruptos e limpeza do sistema por uma ação endógena. O herói é, portanto, antissistêmico, pois o sistema estaria corroído para atender aos interesses de um pequeno grupo de privilegiados. Tal tipo de mentalidade é fomentada por *O Doutrinador* desde sua primeira publicação. Para conservadores que entendem que o establishment é progressista, manifestações antissistêmicas servem à sua causa.

A negação da política e a imputação de podridão ao sistema ajudam no surgimento da retórica e de líderes populistas. A princípio, nada indica que um movimento antissistêmico favoreça o populismo de direita ou conservador, contudo, o discurso anticorrupção, quando vem à baila, normalmente serve para atacar o grupo político que está no poder. Seguiu-se às Jornadas de Junho de 2013 e ao Doutrinador a operação Lava Jato, que processou criminalmente diversos políticos e empresários ligados ao governo, além de apontar escândalos de corrupção na principal estatal do país. O sentimento antissistêmico canalizou-se em antipetismo, favorecendo a retórica bolsolavista e abrindo espaço para sua capilarização. Se o bolsolavismo argumenta que há uma hegemonia progressista, ou seja, que o establishment é progressista, uma retórica antissistêmica pode ser facilmente capturada por este grupo, sobretudo quando há um partido progressista no poder há mais de dez anos.

Não restam dúvidas de que Bolsonaro foi beneficiado por e reproduziu uma retórica antissistêmica. Lopes et al. transcrevem uma fala da narradora da propaganda eleitoral do então candidato à presidência: “Só elegendo um presidente forte, independente, que não tem compromisso com a indicação política e *não tem medo de enfrentar o sistema*, teremos a esperança de virar essa triste página de nossa história” (387, destaque nosso). Em *O Doutrinador Dark Web*, quando um aliado lhe diz que ele luta sozinho contra centenas, milhares de corruptos, o Doutrinador responde: “Não, amigo. Eu não me sinto assim. (...) Não... Eu sou milhões. Um país inteiro está comigo”. O Doutrinador é o povo contra o sistema corrupto; Bolsonaro se apresenta como o candidato anticorrupção (Lopes et al. 387). Em suma: o sistema é corrompido e progressista, necessita-se de alguém antissistêmico e antiprogressista (conservador) para liderar o combate.

Por mais que, a princípio, Luciano Cunha postulasse a neutralidade política do seu personagem, o clímax da história original ocorre quando este se suicida para matar a cúpula política do país. É noticiado na televisão que “a presidente confirmou que estará no leilão de Almerim, além de toda a cúpula de seu partido...” (Cunha *O Doutrinador* 47). O Doutrinador decide que aquele era o momento para a sua obra prima. Ele adentra o belo teatro onde ocorrerá o leilão e onde está a presidente com toda a cúpula do seu partido. Seu arquirrival, Agente Nove, previra que ele lá estaria. Iniciam um combate corpo a corpo. Após o Doutrinador causar uma fratura exposta na perna de seu inimigo, soldados atiram contra ele, mas seu corpo estava carregando enorme quantidade de explosivos que detonam, destruindo o teatro, a presidente e os principais nomes do seu partido. Eis as últimas palavras do Doutrinador: “e esse era meu maior sonho... Livrar o país dessa escória. Lançar chamas para iluminar as trevas... Eis a minha cota a pagar, amigos. O restante é com vocês” (Cunha *O Doutrinador* 67). Apesar de ter exterminado políticos de diversos partidos, a obra final foi o assassinato dos principais nomes do PT e da Presidente e, quando isso ocorreu, o Doutrinador considerou ter livrado o país da escória, cabendo o resto “a vocês”, ou seja, ao povo, que deve ocupar o poder após o vácuo deixado pelo extermínio dos líderes petistas, que representavam o núcleo do sistema corrompido. Apenas com a ação externa, de um herói antissistêmico e populista, abriu-se espaço no sistema para que o povo pudesse ocupá-lo.

O final da história, e a identificação de Dilma e Lula como os principais inimigos dentro do sistema político, deixa claro que, ainda que Luciano Cunha inicialmente dissesse que a obra era apolítica, seu alvo preferencial era o Partido dos Trabalhadores, tratado como o principal pilar do sistema político. Desse modo, o primeiro volume de *O Doutrinador* adere à tese da hegemonia progressista. Mas não apenas expõe esta suposta hegemonia, como, por meio do populismo, reage a ela e incentiva um levante popular contra o sistema político. Uma obra antissistêmica, quando

há um grupo político há vários anos no poder, tende a ser particularmente deletéria a tal grupo. *O Doutrinador*, portanto, é uma obra antissistêmica, mas, particularmente, antipetista.

Ainda que o PT seja visto como de esquerda e progressista, o progressismo como um todo não é atacado pela obra. Na versão original, não há uma crítica à suposta hegemonia cultural progressista. Caetano Veloso, Chico Buarque, Barão Vermelho e outros medalhões da música brasileira são citados como exemplos dos bons tempos da cultura brasileira, até que o popular teria sido confundido com o popularesco e a cultura de baixa qualidade teria ganhado espaço, o que favoreceria a alienação da população (18). Evidentemente, as referências a esses ícones da música popular saíram da versão atualizada, sem dúvida por serem considerados demasiadamente progressistas, logo, comunistas, em uma perspectiva olavista. Portanto, se o progressismo não era atacado na versão original, na versão atualizada, em *O Doutrinador Definitivo*, é abertamente combatido na “palavra do autor” e, de forma indireta, pela citada alteração no texto. A obra, portanto, serve ao bolsolavismo por dois motivos. Primeiro, por sua retórica antissistêmica, que crê em uma hegemonia petista, uma variação do elemento da guerra cultural “crença em hegemonia progressista”. Como se sabe, o bolsolavismo vê o Partido dos Trabalhadores como a organização que chegou ao poder para levar adiante, como estamento burocrático, o marxismo cultural, logo, a hegemonia petista seria uma consequência da hegemonia progressista. Segundo, sua retórica antissistêmica e o protagonismo de um herói populista favorece ao populismo e, particularmente, ao populismo de direita, já que no momento da publicação original do livro, a esquerda estava no poder.

Não basta, entretanto, demonstrar a hegemonia, esta precisa ser problematizada. A hegemonia política do Partido dos Trabalhadores é, portanto, criminalizada, pois não haveria *múnus público* em suas ações. “Eles são os rostos sorridentes na sua tv... Mas quando se olham no

espelho, o reflexo mente” (58). Claramente presente a retórica do inimigo, macrocaracterística hipocrisia. São a retórica do inimigo e a tese do marxismo cultural que garantem a deslegitimação da suposta hegemonia progressista. As citadas frases da página 58 são divididas em dois quadrinhos, que têm como fundo as silhuetas de Dilma Rousseff e Lula, seguidas de uma terceira pessoa, indo cumprimentar uma quarta silhueta. O doutrinador completa: “usam bolsa esmola para, assim como o flautista de Hamelin, conduzir os ratos até as urnas...” (58). Trata-se, portanto, de uma fraude. Há uma hegemonia baseada em manipulação que se perpetua ilegítimamente. O bolsa família não seria uma política legítima para redução da desigualdade e da miséria, mas uma maneira de enganar a população, de modo a que votem em um grupo político que apenas finge atender seus interesses. Presente também a macrocaracterística mau caratismo.

Ainda sobre a retórica do inimigo, as vítimas do Doutrinador são personagens planos, em busca de dinheiro, poder e um estilo de vida *bon vivant*, o que atingem por meio de manobras inescrupulosas e desvio de verbas. O establishment político estaria essencialmente tomado por hipócritas luxuriosos. Alguns personagens são retratados em orgias ou ilhas paradisíacas, tomando sol e bebendo um drink. Resta claro, em um tom moralista, que o Estado está tomado por vilões.

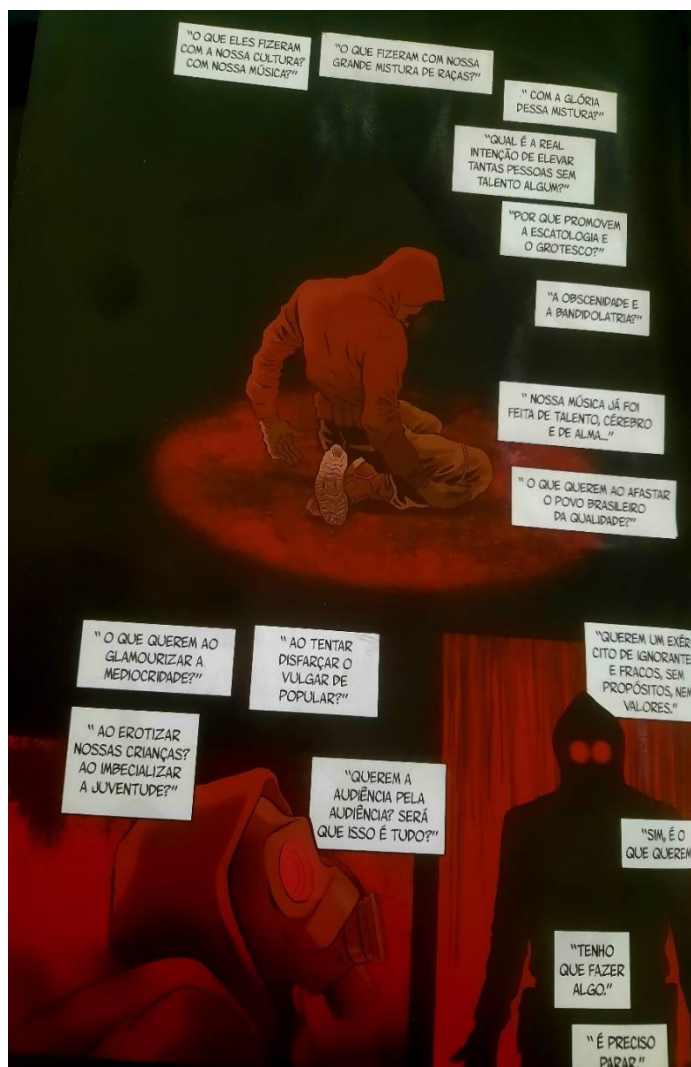
Não é difícil compreender o êxito de público de *O Doutrinador* e da Operação Lava Jato no mesmo período histórico. Tanto o herói-juiz quanto o herói-exterminador são vistos como elementos externos à política, que vêm salvá-la. Não haveria salvação dentro do sistema político, portanto, era necessário que alguém visto como de fora surgisse como esperança. Bolsonaro conseguiu comunicar ser essa pessoa, ainda que fosse deputado havia décadas.

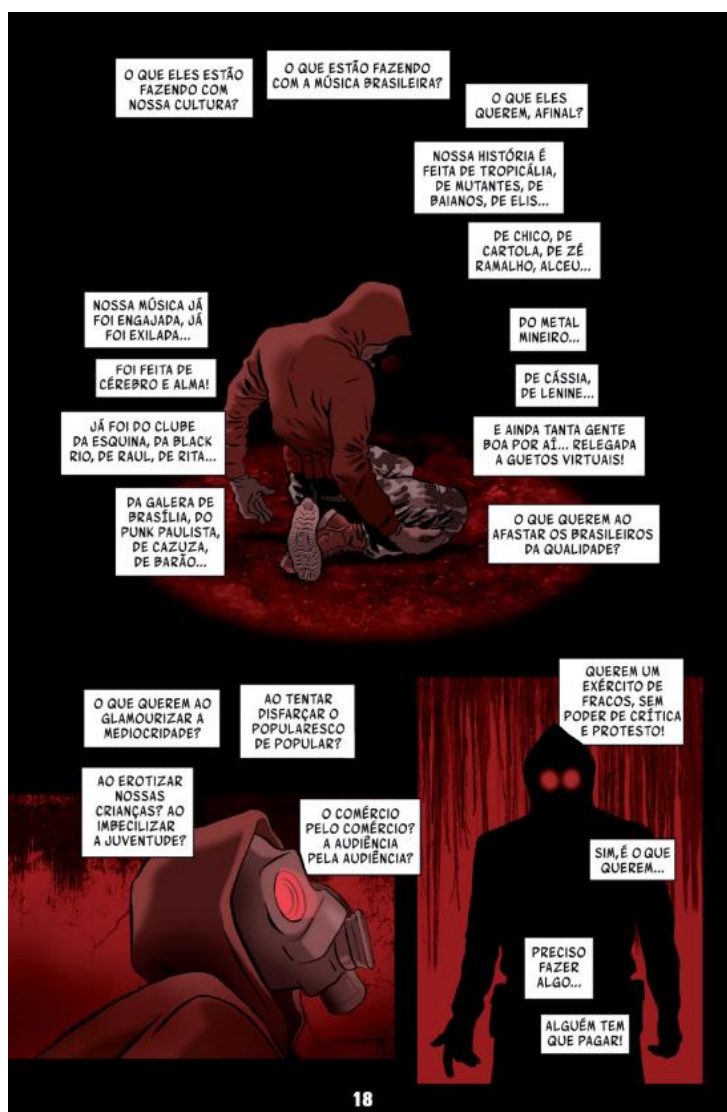
Pode-se argumentar que *O Doutrinador* não atenderia ao bolsolavismo, pois o protagonista se apaixonou por uma guerrilheira do Araguaia, artistas progressistas são exaltados, e é feita uma referência ao atentado do Rio Centro. Na obra de Cunha, quando deste atentado, um homem foi

preso e torturado pelo Exército Brasileiro, como bode expiatório (Doutrinador 43). Isso não estaria de acordo com o revisionismo pró-ditadura da extrema direita nacionalista.

3.2.1.1 Alterações em *O Doutrinador Definitivo*

De fato, nos pontos apresentados no parágrafo acima, *O Doutrinador* se afasta do bolsolavismo. Contudo, o autor foi virando à direita com a passagem dos anos, mas ainda se dizia apolítico quando das primeiras publicações. Por isso, a republicação da história original em *O Doutrinador Definitivo*, que traz em um só volume as três primeiras edições, “corrigiu” esse ponto. Compare-se as duas páginas abaixo (a primeira é a nova versão):





Note-se que, além de outros detalhes, desaparecem as referências a artistas progressistas e é acrescentada uma palavra-força da extrema direita nacionalista: bandidolatria. A referência a poder de crítica e protesto é trocada por “propósitos e valores”.

Diversos ajustes são feitos no decorrer do texto desta nova edição, dentre os quais chama mais atenção a adequação à retórica revisionista do bolsolavismo. O encontro com o homem injustamente preso e torturado pelo atentado ao Rio Centro desaparece.

Já Maria, a comunista por quem Agente Sete se apaixonara, deixa de ser “a única mulher a liderar um grupo no Araguaia” (49) e passa a ser “a única mulher a liderar um grupo”, retirando-

se a referência à Guerrilha do Araguaia, evitando-se romantizar tal movimento. Logo no quadrinho seguinte, na versão original, lê-se: “Quando desmantelamos seu destacamento, também delatado por camponeses da região, sua força e liderança me chamaram a atenção” (49). Na versão de 2021 consta: “Ela também foi delatada por camponeses da região e nós a pegamos. Durante meus turnos conversávamos muito e percebi o quão genuinamente arrependida ela estava”. No quadrinho seguinte, na versão antiga: “Maria não temia os soldados nem a tortura... Minha admiração fez com que eu a protegesse como podia...” (49). Já na nova versão: “Como ela percebeu que a guerrilha não lutava para criar um governo democrático, mas uma ditadura... A ditadura do proletariado”. Ainda na mesma imagem, que toma quase toda a página, há mais dois quadrinhos. Na versão original, já se nota que o autor não aprovava a luta armada, embora sem aderir à retórica revisionista: “Conversávamos muito à noite, e via a mentalidade confusa que levava aquela bela mulher a estar ali, imunda e sozinha, no meio do mato...” (49). Na versão de 2021: “Ali, no meio do mato, imunda e sozinha aquela bela mulher percebeu como sua mente e sua vontade tinham sido sequestradas...”. Portanto, se ela era esquerdista, mas também o grande amor do herói da saga, é necessário designar a Maria a mais leve das macrocaracterísticas que se pode atribuir a alguém de esquerda na guerra cultural: ingenuidade. Ela tivera sua vontade capturada, pois, pela retórica do inimigo, uma boa pessoa só pode ser de esquerda ou progressista se for ingênua. A adesão recente à retórica revisionista fica particularmente clara no quadrinho em que é afirmado que lutavam não por um governo democrático, mas para implantar a ditadura do proletariado. É legitimada, portanto, a narrativa do *Orvil*, de que teria havido um contragolpe, uma vez que haveria a intenção de implantação de uma ditadura comunista pela esquerda. A Maria se aplica a macrocaracterística ingenuidade, mas aos guerrilheiros sequestradores da vontade há, ao menos,

as macrocaracterísticas hipocrisia e mau caráter, pois pretendiam implantar uma ditadura, fingindo tratar-se de uma luta pela democracia.

Outra alteração importante feita na versão recente diz respeito à retirada de qualquer menção a eclesiásticos evangélicos, a fim de não atacar aliados na guerra cultural. Enquanto no original um pastor estuprador é crucificado pelo doutrinador e comparado ao demônio (17), cena seguida por comentários como “um povo sem educação e cultura aceita facilmente que precifiquem sua fé...” (17), na versão recente o religioso é convertido em um genérico “político poderoso” que “pode comprar juízes com seu dinheiro”. No penúltimo quadrinho desta página via-se o pastor transformado em demônio e, em três balões de pensamento do Doutrinador: “Eu o vejo como ele é...”, “Por dentro” e “E já que ele falou tanto em Jesus na TV, vamos ver como ele se sente...” (17). No último quadrinho da página, um apresentador de telejornal refere-se a pastor encontrado crucificado em igreja. Na nova versão, o penúltimo quadrinho desaparece e no último o apresentador diz: “Senador encontrado morto em São Paulo. Logo após o intervalo”.

Estas e outras alterações sutis demonstram a curva feita pelo autor em direção a uma mentalidade cada vez mais conservadora, o que é afirmado pelo próprio em entrevista (“Conservadorismo e CULTURA” 5:36 - 12:40). Contudo, não se trata de um processo meramente individual. Como se verá no final desta tese, há uma leva de obras recentes que repercutem de forma consciente a retórica olavista, com o objetivo de fazer o que seu guru desejava: mudar a cultura.

A diferença entre as primeiras publicações de Cunha e as mais recentes refletem o movimento feito por setores da sociedade nos últimos anos. Se em 2013 faixas em protestos com os dizeres “Olavo tem razão” não eram comuns, passaram a ser bastante presentes a partir de 2015. Já a produção cultural, seja de literatura, música ou cinema, abertamente aderente ao bolsolavismo,

passou a ser mais frequente e não há indicações de que cessará. O projeto de alteração da cultura está lançado e o primeiro volume de *O Doutrinador* se destaca pelo alcance conquistado e por se valer da crença em hegemonia petista para alimentar uma retórica antissistêmica, baseada em retórica do inimigo de marcado traço populista, pois se o sistema deve ser atacado é porque estaria tomado por uma elite corrompida e inimiga do povo.

3.2.2 O Doutrinador Dark Web

Em *O Doutrinador Dark Web*, segundo volume da série, o governo brasileiro passa a arquitetar planos pela deep web. Alia-se a um narcoguerrilheiro colombiano conhecido como El Coyote, que faz tráfico de armas para o Brasil. Fala-se em um golpe de estado sem tanques nas ruas, embora não fique claro como se daria. O que chama mais a atenção em *Dark Web* é que o país, diferentemente do primeiro *O Doutrinador*, já vive, no mínimo, em uma autocracia. Não há liberdade de imprensa e existe censura. Protestos e reuniões populares são, por lei, equiparados a atos terroristas e, ademais, há uma inflação superior a cem por cento ao ano. O comandante disso tudo é o Presidente, um novo avatar de Lula. Desta vez ele chama-se Barros e “ficou conhecido por sua liderança e luta no chão das fábricas, nos já distantes anos 70”. Com a morte da cúpula do partido dominante, ocorrida no atentado promovido pelo primeiro doutrinador e registrado no primeiro volume da série, abriu-se um espaço vazio e Barros, que “tentou se eleger a vários cargos no executivo, inclusive à presidência, sempre sem sucesso”, ficou com o caminho livre. Portanto, após a morte de um personagem que representava Lula, uma outra versão do ex-presidente assumiu o controle do país; igualmente corrupto e devotado a interesses pessoais. O povo não conseguiu ocupar o vácuo deixado pelo assassinato da cúpula petista; “Lula”, como representante máximo do sistema corrompido e inimigo da vontade popular, o fez. Em *Dark Web*, a retórica do inimigo

se fortalece com um foco ainda maior no PT, haja vista que agora tal partido não apenas executa tramoias como os demais, mas estabeleceu um governo autoritário, pretende dar um golpe, e tirou a economia dos eixos. Vê-se, portanto, a saga do Doutrinador mais próxima do bolsolavismo neste segundo volume.

Agora a hegemonia progressista é mais ampla e já atinge os meios de comunicação. Logo na segunda página da “Parte 2” de *Dark Web* o leitor é informado que: “Nos últimos meses, a ZL TV, principal emissora brasileira, se mostrou incapaz de manter a confiança na imparcialidade do noticiário”. Abaixo vê-se um quadrinho que reproduz uma tela de um streaming ao vivo, com os dizeres “não odeie a mídia seja a mídia”, acompanhada pelo logo “TV Outra Mídia”. Em seguida, um homem passa a dar notícias desfavoráveis ao governo. Restou à mídia alternativa online romper a hegemonia progressista. Note-se, ainda, que diversas páginas da HQ têm um molusco ao fundo que, ao mesmo tempo em que reforça a associação entre Barros e Lula, também traz a ideia de tentáculos que vão dominando posições nas sociedades política e civil. Mas, evidentemente, o Doutrinador salva o dia. Interessante notar seus principais aliados nessa saga.

Quem descobre os esquemas do governo na deep web é um jovem nerd chamado Guto. Com o meio geek sendo disputado por forças progressistas e conservadoras, este personagem ajuda tal grupo a identificar-se com o conservadorismo.

O contato com Guto é estabelecido por Paulo Dantão, um jornalista (facilmente associável a Arnaldo Jabor) que no primeiro volume da série teceu elogios aos homicídios cometidos pelo homem mascarado e deu-lhe a alcunha de Doutrinador. Por conta dos seus comentários, foi demitido. Desempregado, espera revelar a história narrada por Guto e ganhar o prêmio Pulitzer. No entanto, para isso, precisa da ajuda do Doutrinador. Dantão vai à Itália encontrar a máfia calabresa, com a qual o Doutrinador tinha contatos, onde obtém algumas informações que não são

reveladas ao leitor. Enquanto isso, o Doutrinador invade um galpão onde o principal assessor do Presidente da República e alguns colaboradores armazenavam maconha. Ele rende o assessor e determina que copie os arquivos de seu computador para um HD externo. Depois de matar mais alguns corruptos, o anti-herói adentra a residência do presidente (sempre com grande facilidade) e trava um breve diálogo antes de matá-lo. Barros diz que depois dele outro tomará seu lugar e nada mudará e, quando já rendido, tergiversa com “desculpas de como não pode evitar a corrupção, o sistema...”. Em seguida ao assassinato, o doutrinador diz a Dantão que está lhe enviando um áudio e que este finalmente tem sua matéria, dando a entender que ele gravou a conversa com o Chefe do Executivo Federal e que as coisas que este disse seriam poderosas confissões.

Quanto ao novo Doutrinador (já que o primeiro morrera no primeiro volume da série, ao enrolar-se em bombas e explodir um teatro com a cúpula petista), chama-se Sérgio Ferraz, um homem que, ainda ao tempo do primeiro Doutrinador, se vestira como o herói em uma manifestação e fora preso por engano, pois imaginaram se tratar do verdadeiro Doutrinador. No final do primeiro volume, políticos em conchavo falam em lançá-lo candidato a senador, claramente querendo assimilá-lo ao sistema. Mas Sérgio Ferraz mostra-se um idealista e se torna o segundo Doutrinador. Após Dantão revelar os esquemas do governo com traficantes colombianos, o novo Doutrinador candidata-se a presidente e diz que lidera com grande margem nas pesquisas, enquanto é rodeado por populares. Logo em seguida, na última página, um comentarista político faz-lhe acusações, afirmando que “me parece muito grave o país ser liderado por alguém que agia como um vigilante... Prefiro aguardar o resultado das investigações”. Novamente o sistema ataca. Agora o Doutrinador é presidente, por conseguinte a presidência da república é ocupada por um inimigo do sistema, que tenta derrubá-lo. Tal retórica é espelho daquela do bolsolavismo. Como acredita-se em uma hegemonia progressista e necessita-se de uma

populista retórica do inimigo, é necessário dizer que apenas a presidência da república está ocupada por um conservador, mas o sistema segue progressista, e as instituições da democracia liberal “servem de obstáculo à livre manifestação do povo encarnada pelo caudilho”, como disse Lynch (“Conversas” 20:09 – 20:15).

Na retórica bolsolavista, o gramscismo se impõe por subterfúgios, controle mental e mensagem subliminar. O sistema progressista é, portanto, ilegítimo, pois se teria estabelecido mediante a supressão da livre vontade, transformando as pessoas em espécies de zumbis incapazes de questionamento. O tema da alienação popular como programa do establishment perpassa a série *O Doutrinador*. O povo é sempre aquele que não percebe, que é mantido na ignorância pela falta de educação de qualidade e por uma propagação de cultura de baixa qualidade. Assim que tiverem um *awakener* o seguirão, pois se trata de um deles que apenas despertou antes. Quando desperto, o povo virá junto com o *awakener*, pois são, na verdade, a mesma coisa, com os mesmos interesses, contra o sistema que quer se locupletar. Por isso, no final de *O Doutrinador Dark Web*, um Sérgio Ferraz praticamente aclamado presidente já no primeiro turno, comenta que terá que resistir a empresas e pessoas corruptas que tentarão continuar no poder, e na última página é atacado por um cientista político¹¹. É o caudilho citado por Lynch que, suposto representante do povo, tenta resistir aos não-eleitos que querem derrotá-lo, portanto, derrotar o próprio povo, e entre estes inimigos do povo encontram-se os intelectuais, representados pelo cientista político, portanto, presente o clássico anti-intelectualismo conservador. O *Doutrinador*, conclui-se, alimenta o discurso populista, pois como visto no Capítulo 2, o populismo é “a worldview that sees political conflict as primarily between ordinary citizens and a privileged societal elite” (Merkley 24). A

¹¹ Esta página final com o ataque pelo cientista político foi inserida quando da republicação pela Editora Super Prumo, não constando da publicação original pela Editora Redbox.

elite controlaria o mundo em prol de seus interesses e em prejuízo da sociedade como um todo. Desse modo, as instituições e o establishment estariam corrompidos.

Mutatis mutandi, o Doutrinador é o caudilho, representa o povo tanto quanto este, e chega, de fato, a ser eleito presidente. Quem se opõe ao assassino de corruptos luta contra o povo e a favor de uma oligarquia. *O Doutrinador*, portanto, fortalece o discurso populista. E, como já visto, sendo obra antipetista é, por consequência, antiprogressista, já que o petismo é usualmente vinculado ao progressismo.

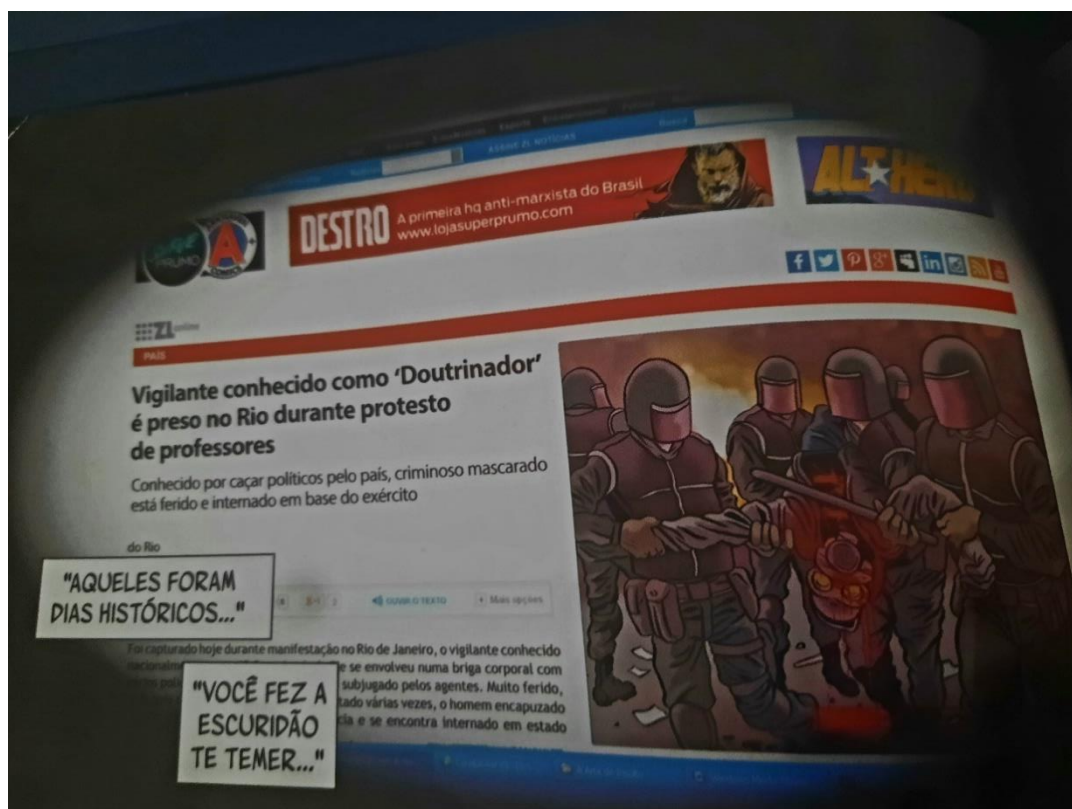
Se tal história em quadrinhos fortalece um populismo antissistêmico e sugere que o sistema é progressista, ele fortalece a construção de um ideário populista conservador e, em alguma medida, enfraquece o progressismo. Como se sabe, o progressismo, no século XXI, tem como valores fundamentais o fortalecimento da diversidade e da equidade, enquanto o conservadorismo pretende manter papéis tradicionais e a direita vê a desigualdade como natural. Ao considerar o progressismo hegemônico e pugnar por um ataque ao sistema, *O Doutrinador* está participando da guerra cultural bolsolavista. A contribuição principal de *O Doutrinador*, se não é por atacar temas caros ao progressismo como políticas de cotas ou um vocabulário mais inclusivo, é pela sua retórica legitimadora de um líder populista e autoritário, com todas as consequências que isso causa na configuração da hegemonia e na democracia liberal. *O Doutrinador* adota, sobretudo nas edições mais recentes, uma lógica de crença em hegemonia progressista, que seria formada por pessoas de caráter duvidoso (retórica do inimigo), devendo ser combatida por um líder que representa o povo. Com isso, fortalece o populismo que pretende transformar democracias liberais em democracias iliberais, baseadas na vontade popular majoritária (ou, o que os líderes populistas entendem que esta seja), com enfraquecimento das instituições que garantem os pesos e contrapesos e o respeito aos direitos de minorias.

3.2.2.1 Alterações em *O Doutrinador Definitivo*

Também em *Dark Web* foram feitas algumas alterações quando da sua republicação em *O Doutrinador Definitivo*, para deixar a obra mais alinhada ao bolsolavismo. Ressalte-se a gravidade do ato, uma vez que o autor do argumento e da ideia já estava falecido e defendia ideologia diametralmente oposta à do bolsolavismo, ainda que, provavelmente inconformado com os escândalos de corrupção do governo PT, tenha involuntariamente contribuído na guerra cultural conservadora ao ser coautor de *Dark Web*.

As alterações desta vez foram mais sutis, embora em volume considerável. Além da já citada em nota de rodapé, vê-se, por exemplo, na página em que Sérgio Ferraz é aclamado pelo povo às vésperas das eleições presidenciais, as cores verde e amarelo, tão caras ao bolsonarismo, substituírem o laranja da publicação original.

O apagamento da participação de Marcelo Yuka na obra não se dá somente pela exclusão do seu nome como um dos autores, mas ocorre também dentro do texto. Um balão em que constava a frase “porque também morre quem atira” (70), trecho de música da banda O Rappa, da qual Yuka fez parte, é substituído por “pau que dá em Chico também dá em Francisco”. Em um outro momento, compare-se:



(Yuka e Luciano Cunha 30)

A alteração mais significativa é a retirada da referência ao financiamento coletivo do então novo álbum do progressista Marcelo Yuka para a inserção de uma propaganda de *Destro*, HQ bolsolavista da editora de Luciano Cunha, a Super Prumo. Isso, sem dúvida, é para que a obra não fortaleça artistas e valores progressistas, pois estes seriam inimigos na guerra cultural.

Em reafirmação de que o bolsolavismo pretende um mundo menos diverso e não tolera ativismo étnico, além de negar o racismo estrutural, Cunha retira uma referência ao ativista sul-africano antiapartheid Steve Biko (56) e, em outro momento, logo após comentar que um homem havia sido preso, em um balão onde se lia “negro e pobre, foi confundido com marginais...” (31) passa-se a ler “Junto com a UNE, carregava explosivos”. O personagem, portanto, passou de vítima do racismo estrutural a alguém de alta periculosidade que carregava explosivos junto com a União Nacional dos Estudantes, transformada, neste episódio, em entidade prototerrorista, em clara manifestação da retórica do inimigo.

Por fim, embora o revisionismo quanto à ditadura não esteja presente no texto de *Dark Web* diretamente, passa a estar de forma indireta quando se compara um trecho da publicação original com a nova edição da editora Super Prumo. No original, o próprio Doutrinador, o Senador Sérgio Ferraz (àquela altura com sua identidade ainda não revelada) faz um protesto contra uma nova lei sancionada pelo Presidente que transforma reuniões e protestos populares em atos terroristas. O protesto consiste em prender ao pescoço um tecido esticado e se ajoelhar, emulando a famosa foto de Vladimir Herzog morto. Essa lei, diz um comentarista político, “nos coloca de volta ao 13 de dezembro de 1968... É uma tragédia!” (21). A lei chama-se Ato 5, em mais uma referência ao A.I. 5. Na nova versão, a comparação com o A.I. 5 desaparece e a imagem de Sérgio Ferraz simulando o enforcamento de Herzog é substituída por um mapa da Colômbia e da Venezuela, reforçando a ligação do governo brasileiro com narcoguerrilheiros e com o

bolivarianismo. Trata-se de mais uma manifestação da retórica do inimigo, uma vez que, como visto no Capítulo 1, não se pode legitimar progressistas, os atuais inimigos, como heróis do passado.

Em se tratando de uma guerra cultural, Cunha faz questão de suprimir qualquer referência a preconceitos estruturais (tal conceito seria tipicamente progressista) ou mesmo a personagens associados à esquerda, como Steve Biko. Aliados, como os militares ou os evangélicos, não podem, em hipótese alguma, ser criticados. Além disso, não se pode enfraquecer a narrativa revisionista, deve-se vilanizar a resistência, suposto verdadeiro vilão dos Anos de Chumbo. As alterações feitas entre a versão original e as versão atual, algumas vezes de forma explícita, mas muitas vezes de forma implícita, aliam a obra populista ao revisionismo e à retórica do inimigo em geral, além de fazê-la crítica à retórica progressista.

3.3 O “Globalismo” nos Quadrinhos da Editora Super Prumo

Nesta seção, serão analisadas obras em que o chamado globalismo se destaca como elemento central. O dito globalismo é um aspecto internacionalizante da teoria do marxismo cultural. Ademais, pressupõe a crença na hegemonia progressista e tem por consequência um reforço à retórica do inimigo.

Os que acreditam no globalismo defendem que há uma aliança entre comunistas e o grande capital. Diz, Olavo de Carvalho, que destruídas as bases das culturas tradicionais, a economia passaria a ser o único instrumento de regulação das relações humanas (“Globalismo: Bastidores” 1:01:05 – 1:01:25). Segundo o autoproclamado filósofo, os movimentos a favor de minorias e a relativização cultural iniciada em maio de 1968 (processos que fariam parte do chamado marxismo cultural) teriam um efeito de destruição das culturas nacionais, deixando às relações econômicas

regular as relações humanas. Este seria um dos fundamentos do suposto casamento entre grandes capitalistas e progressistas (como exemplo deste “fato”, cita o financiamento de George Soros a alguns grupos com pautas progressistas). “Ideologia de gênero”, direitos humanos, tráfico de drogas, controle de armas. Todas estas coisas seriam elementos deste projeto globalista de relativização cultural, pois tudo seriam fatos ou ideologias que corromperiam a cultura tradicional, abrindo o espaço necessário para a entrada da economia como reguladora das relações humanas. Nota-se, portanto, que o globalismo seria uma das consequências do marxismo cultural, responsável pelo suposto enfraquecimento de valores. Simultaneamente, o globalismo fortalece a retórica do inimigo, posto que coloca progressistas e esquerdistas como aliados de grandes capitalistas, o que denunciaria em muitos casos hipocrisia (sobretudo no caso dos esquerdistas) e ganância, posto que as suas ações seriam em troca de poder conquistado pela aliança com os grandes bilionários (macrocaracterística mau caratismo).

Carvalho, contudo, distorce a realidade, pois os grupos que questionam a cultura dominante não pretendem destruir as culturas locais, mas apenas fazê-las mais inclusivas e diversas, o que pressupõe uma alteração do senso comum, ou seja, não significa um apagamento, abrindo um vácuo cultural que será ocupado por grandes capitalistas; pelo contrário, muitas vezes estes movimentos pressupõem a valorização de grupos culturais que tiveram tradições apagadas pelo grupo dominante. Mas, para a extrema direita nacionalista, a suposta relativização cultural abriria um *gap* na cultura, e seria um dos aspectos do globalismo.

Há diferentes entendimentos sobre esta palavra que, segundo Rosa, Rezende e Martins, teria sido lançada pelo televangelista estadunidense Pat Robertson, no livro *The New World Order*, publicado em 1991. Outros conservadores dos Estados Unidos, como William Lind, Pat Buchanan e Paul Weyrich também lançaram obras sobre o tema (Pena 376). Como ressalta Pena, “A palavra

globalismo possui diversos significados, e nenhum é tido como o significado especialmente correto” (174), sendo, portanto, “um termo de significado vago” (Pena 374), o que permite que seja facilmente apropriado pelo discurso político, como foi feito por Donald Trump e Jair Bolsonaro.

O *New York Times* informa que “Far-right groups in the United States began to refer to globalism at the end of the Cold War, when it replaced communism as an idea that was an ever-present danger to the nation” (Stack). Há variações nos detalhes da definição, mas a ideia central é de que há um plano de instituição de um governo global, que passa pela destruição das culturas nacionais, abrindo espaço para uma sociedade regulada pelas relações econômicas, com fim das fronteiras nacionais, levando à livre circulação de pessoas e bens. Com isso, os grandes conglomerados econômicos conseguiriam ter acesso a mão de obra barata e penetrar os mercados locais, até porque o conceito de “local” deixaria de existir. Assim, os pequenos comerciantes seriam destruídos pelas grandes corporações, que seguiriam acumulando capital. Olavo de Carvalho desenvolve sua própria teoria sobre o tema em *Os EUA e a Nova Ordem Mundial: um Debate Entre Alexandre Dugin e Olavo de Carvalho*, obra em que o autor brasileiro debate com o referido fascista russo. O tema será desenvolvido a partir da perspectiva olavista por ser, sem dúvida, a de maior influência no Brasil, já que, como já visto, Carvalho é o grande responsável pela divulgação de ideias da extrema direita nacionalista no citado país.

Carvalho defende que há, contemporaneamente, “três projetos de dominação global” (45), que ele denomina de: russo-chinês, ocidental e islâmico (45). Afirma, o autor:

Os agentes que hoje os personificam são respectivamente:

1. A elite governante da Rússia e da China, especialmente os serviços secretos desses dois países.
2. A elite financeira ocidental (...).
3. A Fraternidade Islâmica, as lideranças religiosas de vários países islâmicos e também alguns governos de países muçulmanos. (45-46)

Apenas o primeiro destes três grupos representaria interesses nacionais bem definidos, ou seja, seria um projeto comandado pelos governos dos referidos países. O segundo, que é essencialmente ocidental, iria contra os interesses dos próprios países ocidentais. É a este segundo grupo que os quadrinhos da editora Super Prumo se referem. Carvalho acredita que é este segmento que “está mais avançado na consecução de seus planos de governo mundial” (45). Para ele, o primeiro projeto privilegiaria o aspecto militar, o segundo, o mercantil, e o terceiro, o econômico. “Assim, pela primeira vez na história do mundo, as três modalidades essenciais de poder – político-militar, econômico e religioso – se encontram personificadas em blocos supranacionais distintos, cada qual com seus planos de dominação mundial e seus modos de ação peculiares” (47), portanto, “o mundo hoje é objeto de uma disputa entre militares, banqueiros e pregadores” (47).

Os metacapitalistas seriam as cabeças do projeto globalista ocidental. Eles formam o que Carvalho define como “Consórcio”, tradução livre para “*syndicate*”. Segundo explicado por Ricardo Almeida, em trecho introdutório de *Os EUA e a Nova Ordem Mundial...*, em que apresentam uma fração do pensamento de Carvalho:

O metacapitalismo aparece quando as condições históricas possibilitam exercer uma ação sobre o curso do mundo capaz de conter as flutuações do mercado, de modo duradouro. Contidas estas flutuações, é natural que as grandes fortunas não se dispersem. O acúmulo de capital em poucas famílias, cujo poder prolonga-se ao longo do tempo, as transforma em agentes históricos de primeiro plano. (23)

Trata-se de um conceito muito similar ao de *illuminati*. Talvez Carvalho tenha trocado as palavras apenas para que sua tese soasse mais crível, preocupação não compartilhada pelos autores dos quadrinhos neste capítulo analisados, como se verá adiante. Seja qual for o termo usado, ressalta-se do conceito a ideia de um grupo limitado de famílias que detém poder global através dos tempos, buscando sempre ampliá-lo. Em resumo, os metacapitalistas teriam encontrado uma forma de manter grande parte do capital mundial acumulado em suas mãos. Fá-lo-iam com a ajuda

dos socialistas. Carvalho “esclarece” qual seria o motivo e como funcionaria essa aliança improvável. Segundo este autor, os socialistas teriam percebido que um socialismo completo é inviável:

(...) a estatização completa dos meios de produção mostrou-se inviável, não só na prática, como até na teoria. Em 1922 o economista Ludwig von Mises explicou que, eliminado o livre mercado, todos os preços teriam de ser determinados pelo Estado. Mas, de um lado, o número de produtos em circulação a qualquer momento era grande demais para que um órgão estatal pudesse calcular seus preços antecipadamente. De outro lado, para controlar os preços o governo precisaria também ter o conhecimento antecipado de todos os recursos financeiros à disposição do público em cada momento. Em suma: o controle dos preços subentendia o controle total da economia, que por sua vez tinha de começar pelo controle dos preços. Só uma inteligência divina poderia superar esse círculo vicioso. Sendo impossível o controle dos preços, não havia controle geral da economia, portanto não havia socialismo nenhum. O máximo que se conseguiria fazer seria um socialismo nominal, com uma vasta liberdade residual de mercado que não poderia ser extinta nunca. (85)

A consequência disso, segundo o guru da extrema direita nacionalista brasileira, foi que, notando que o socialismo não seria possível, deixou-se de tentar um Estado socialista em prol de um “socialismo socializante” (89), que consiste em aproximar-se cada vez mais do socialismo sem jamais alcançá-lo (85). Isso seria feito por meio de crescentes controles estatais sobre as empresas privadas, buscando regular ao máximo a economia. Tais controles se teriam tornado tão vastos e complexos que:

(...) as pequenas empresas não tinham recursos financeiros para atendê-los e acabavam falindo ou sendo vendidas a empresas maiores – cada vez maiores. Resultado: o socialismo tornou-se a mera aliança entre o governo e o grande capital, num processo de centralização do poder econômico que favorece a ambos os sócios e não arrisca jamais desembocar na completa estatização dos meios de produção.

Os grandes beneficiários dessa situação são, de um lado, as elites intelectuais e políticas de esquerda; de outro, aqueles a quem chamei “metacapitalistas” – capitalistas que enriqueceram de tal modo no regime de liberdade econômica que já não podem continuar se submetendo às flutuações de mercado:

(...) Querem controlá-lo, e os instrumentos para isso são três: o domínio do Estado, para a implantação das políticas estatistas necessárias à eternização do oligopólio; o estímulo aos movimentos socialistas e comunistas que invariavelmente favorecem o crescimento do poder estatal; e a arregimentação de

um exército de intelectuais que preparem a opinião pública para dizer adeus às liberdades burguesas e entrar alegremente num mundo de repressão onipresente e obsediante (estendendo-se até aos últimos detalhes da vida privada e da linguagem cotidiana) (...). (88)

Por fim, conclui o ex-astrólogo: “Já não são megacapitalistas: são metacapitalistas – a classe que transcendeu o capitalismo e o transformou no único socialismo que algum dia existiu ou existirá: o socialismo dos grão-senhores e dos engenheiros sociais a seu serviço” (89). Nesse diapasão, afirma Cabo Anselmo em sua autobiografia, prefaciada e influenciada por Carvalho: “o comunismo, como o nazismo, foram experiências financiadas pelos maiores capitalistas e financistas do planeta” (70-71).

A tese olavista é claramente problemática. Para o ex-colaborador da revista esotérica *Planeta*, as regulações tornam inviável a prática da atividade econômica por companhias menores. Efetivamente, em uma revisão da literatura sobre o peso regulatório sobre pequenos negócios, os professores Chittenden, Kauser e Poutziouris, da University of Manchester, chegaram à conclusão de que o *compliance* necessário para lidar com as regulações estatais gera um custo pelo menos 35% maior para companhias com até vinte empregados do que para companhias com mais de quinhentos funcionários (4). Kitching, por sua vez, contesta essa espécie de consenso de que as regulações são prejudiciais às pequenas sociedades empresariais, uma vez que tais conclusões são tiradas com base em pesquisas quantitativas que não medem, por exemplo, como as regulações incentivam os empresários a adaptarem seu negócio, gerando inovações. Abstraem o fato de que por mandamento legal concessionárias que fornecem infraestrutura, como eletricidade, são obrigadas a tomar ações que permitem uma ampliação do serviço que prestam, viabilizando e estimulando diversos negócios. Outras vantagens para os empresários advindas da regulação citadas por Kitching são: haver um mercado de atores que agem com certa previsibilidade, uma vez que necessitam seguir regulações; gerar direitos para as empresas, permitindo demandar

inclusive judicialmente aqueles que não cumprirem contratos ou, por exemplo, cobrar juros por pagamentos atrasados de clientes (Kitching 801). A regulação de mercado seria, portanto, “a *necessary condition of sustaining an advanced market economy*” (Kitching 800, destaque do original).

Ressalte-se, ainda, que uma das regulações de mercado existente é para evitar a criação de monopólios. No Brasil, existe o Conselho Administrativo de Defesa Econômica, mais conhecido como CADE, que “tem como missão zelar pela livre concorrência no mercado” (Conselho Administrativo). O CADE analisa operações como fusões e aquisições de empresa, determinando medidas que evitem a criação de monopólios. Sem regulação, é possível que grandes conglomerados econômicos comprem ou destruam por incapacidade de concorrência, sociedades de menor estatura, gerando um cenário de concentração de capital nas mãos de poucos grandes capitalistas.

Regulação é, portanto, um termo bastante vasto, que Kitching define como:

the legal and administrative rules created, applied, and enforced by state institutions – at local, national, and supranational levels – that both mandate and prohibit actions by individuals and organizations, with infringements to criminal, civil, and administrative penalties. (801)

Algum nível de regulação é, portanto, necessário. Para Carvalho, contudo, se for excessiva, impedirá o desenvolvimento das pequenas empresas. Por mais que pareça estar demonstrado que as regulações geram um custo de *compliance* maior para pequenos negócios, a regulação em parte determina a forma pela qual um dado mercado se organizará. Desse modo, por exemplo, regulações ambientais podem gerar oportunidades para startups relacionadas a energia limpa. Ademais, as medidas de regulação – além das necessárias ao bom funcionamento da burocracia estatal, como as relacionadas ao sistema tributário – definem o tipo de sociedade em que vivemos. Carvalho fala em pressões criadas por grupos comunistas e socialistas a favor de maiores

regulações, fundamentando aí a ligação destes com os ditos “metacapitalistas”. Ressalte-se, contudo, que regulações que geram debates na academia e na sociedade não são meras burocracias. Ao contrário, normalmente são questões que lidam com interesses difusos ou de grupos subalternizados. Dificilmente se verá uma pressão de grupos progressistas por uma mudança que aumente a burocracia na forma de pagamento de algum tributo. Contudo, certamente haverá no que tange a garantias trabalhistas, combate ao trabalho escravo, emissão de poluentes, etc. São questões que definem os valores e a configuração do mundo presente e futuro e que vão muito além de interesses de supostos metacapitalistas. O combate ao trabalho em condição análoga à de escravo, por exemplo, interessa de forma direta e clara aos trabalhadores submetidos a tais condições. Afirmar que comunistas (lembrando que, na lógica bolsolavista, desde o advento do “gramscismo”, comunistas e progressistas são essencialmente a mesma coisa. O termo socialista também é usado, de forma intercambiável com “comunista”) apoiam, e.g., regulamentações nesta questão em prol de um aumento do custo da mão de obra, o que inviabilizaria pequenos negócios, gerando maior concentração de capital nas mãos dos grandes capitalistas, é uma inferência que não encontra respaldo na realidade. Poder-se-ia argumentar que esta causa é obviamente justa e que todos seriam a favor dela. Contudo, o que se nota é que progressistas pressionam pela regulação da atividade econômica exclusivamente quando há causas que prejudicam grupos subalternizados ou interesses difusos. Não há o que Carvalho propõe, um suposto engajamento progressista em favor de um aumento indiscriminado da regulação. As regulações pedidas são derivações de alguma causa que existe aprioristicamente. Regular, por exemplo, as condições de trabalho para que não sejam sub-humanas, deriva do combate ao escravismo.

Mas não se deixe passar despercebida a afirmação do ex-amigo do cantor Lobão, de que “um exército de intelectuais que preparam a opinião pública para dizer adeus às liberdades

burguesas e entrar alegremente num mundo de repressão onipresente e obsediante (estendendo-se até aos últimos detalhes da vida privada e da linguagem cotidiana) (...)” (O. Carvalho “A Natureza” 88). A afirmação sobre repressão às liberdades burguesas simplesmente não é demonstrada. Em verdade, como já foi informado no capítulo anterior, historicamente no Brasil o conservadorismo privilegia a autoridade, em prol de maior ordem, enquanto o progressismo tende a dar maior peso à liberdade. Contemporaneamente, igualmente vê-se pautas progressistas ligadas a liberdades individuais, ao mesmo tempo em que conservadores buscam determinar certos estilos de vida que devem ser seguidos por todos, algo claramente autoritário. Exemplos: uniões homoafetivas, aborto, regulamentação do uso de drogas... Todas essas são pautas caras ao progressismo, conferem maior liberdade ao indivíduo, e enfrentam oposição de conservadores. O que Olavo de Carvalho faz é criar uma retórica que associa progressistas a comunistas, uma vez que estes já são associados a repressão, devido às experiências socialistas que existiram até o momento terem redundado em Estados autoritários. Esta associação de esquerda ou progressismo a comunismo, logo a autoritarismo, embora distante da realidade e da história do pensamento progressista brasileiro, é tão pervasiva que levou o apresentador Marcelo Tas, que parece ter um posicionamento centrista, a fazer a seguinte colocação ao humorista Marcelo Adnet, no programa Roda Viva, após este afirmar ser progressista e de esquerda: “quando você fala que você é um humorista de esquerda, você nunca reparou que, por exemplo, em Cuba não existe humorista, ou na China não existe humorista?” (“VEJA: Marcelo Tas” 8:00 – 8:21). Tal encadeamento de ideias talvez não ocorresse há alguns anos, antes da influência que o bolsolavismo provocou em setores mais moderados da direita e do conservadorismo (possivelmente, sem que tenham consciência de tal influência). Isso ocorre porque o bolsolavismo já alterou a cultura. Se houve, no início deste século, uma guinada progressista, que permitiu um senso comum mais inclusivo, a reação conservadora tem sido

eficiente e ideias de radicais como Carvalho acharam caminhos para chegarem, ainda que diluídas, ao senso comum. Como ensina Gramsci, o senso comum é caótico e fragmentário. Marcelo Tas não precisa ter lido Carvalho ou mesmo concordar com ele para que seja acertado por influências bolsolavistas, pois o bolsolavismo alterou o senso comum no qual Tas e todos os brasileiros estão imersos. Quando nomes de uma direita mais moderada, como Reinaldo Azevedo, publicam colunas em *Veja* falando dos perigos do Foro de São Paulo (R. Azevedo “Se Sou Maluco”), está em curso a alteração da cultura.

Volte-se, contudo, à citação de Carvalho sobre o exército de intelectuais. Diminua-se ainda mais o recorte, deixando-se somente o que é dito entre parênteses: “(estendendo-se até aos últimos detalhes da vida privada e da linguagem cotidiana)” (88). Está claro aqui o ataque ao vulgarmente chamado “politicamente correto”. Como diz Corey Robin, o conservador pretende defender sua esfera privada, pois quando as relações entre subalternizados e dominantes mudam, isso repercute dentro de casa (10). Esse efeito é intolerável aos conservadores, como Carvalho deixa claro, por isso os considera atos autoritários. O estilo de vida conservador é classificado como natural e qualquer mudança é considerada engenharia social e autoritarismo, e isso inclui a busca por uma linguagem e um senso comum mais inclusivos. O entendimento é que comunistas e progressistas (que, como já visto, o bolsolavismo entende ser essencialmente a mesma coisa) pretendem, na melhor das hipóteses, destruir toda a tradição ocidental; na pior, o objetivo é destruir “os alicerces de um modelo institucional que sintetizava as conquistas e malogros, o saber e as crenças, toda uma história de evolução da humanidade, desde a barbárie até a civilização, conquistas (...) que o revolucionário tinha a missão de destruir” (Anselmo 130-131).

Novamente, o que ocorre no “globalismo” é a repetição da estratégia de invalidar o interlocutor. Se os intelectuais agem em prol de metacapitalistas que pretendem dominar o mundo

“on the back of everybody else” (“What is a Globalist” 3:50), logo suas reais intenções divergem daquelas que declaram (macrocaracterística “hipocrisia”). Aliás, os intelectuais (ao usar esse termo, sem dúvida Carvalho se refere aos intelectuais progressistas, que são a maioria e os que mais frequentemente emitem opiniões contrárias à sua visão de mundo), na visão de mundo de Cunha e Carvalho, são um tipo de comunista. Na luta pelo retorno a um senso comum da ditadura ou até anterior a este, nada melhor do que questionar o caráter (macrocaracterística “mau caratismo”) e as intenções de quem julgam ser ponta de lança da mudança da configuração da hegemonia nas últimas décadas.

Veja-se como isto se apresenta nas obras *O Doutrinador o Vírus Vermelho* e os dois volumes de *Destro*.

3.3.1 *O Doutrinador o Vírus Vermelho*

Esta obra foi publicada em dezembro de 2021 e tem como tema central teorias da conspiração envolvendo a pandemia de coronavírus e as vacinas.

Neste quarto volume de *O Doutrinador*, outra vez uma nova pessoa encarna o herói. Esta substituição do sujeito por trás da máscara reforça a ideia de que ele representa as aspirações da maioria, não sendo obra de um lunático isolado. De fato, logo na primeira página, lê-se: “Pensaram que ele era um único homem contra um sistema podre. Único? Não! Ele era milhões”, fortalecendo a retórica populista. Sérgio Ferraz se afasta da arena pública por conta de acusações, que não são esclarecidas, dando a entender que era alguma desculpa vazia do sistema para livrar-se dele. O novo doutrinador é um “superagente especial” (provavelmente do Exército, mas isso não é esclarecido) que se revolta após seu filho ser morto para retirada e venda de seus órgãos, depois de ter o atestado de óbito falsificado, para indicar que ele fora contaminado pelo Vírus V, o que

levaria a um enterro com caixão lacrado, para evitar contaminação dos presentes; assim não se notariam os cortes no corpo da criança, feitos para extração de órgãos. Evidentemente, o herói se vinga e retalha o responsável com uma serra elétrica. Dessa vez o doutrinador, em algumas cenas de ação e, sobretudo nesta, é apresentado como uma montanha de músculos, reforçando o seu caráter heroico, já que agora deixa de caçar corruptos locais e representa o povo mundial contra uma conspiração das mais poderosas pessoas do mundo.

O vírus V teria sido criado em laboratório por chineses e liberado em Wuhan. A certa altura, alguém chamado Secretário, que se imagina ser o secretário geral do Partido Comunista Chinês (chefe do poder Executivo naquele país), pede, em 2012, a um cientista, a criação de um vírus de contágio rápido. O objetivo não fica claro. Após dizer que pretende abolir os limites para o mandato presidencial, o que, segundo o cientista, transformaria o Secretário em um ditador, ele determina que se crie o vírus, mesmo que tenha letalidade, pois “temos que nos preparar para o mínimo solar”. O mínimo solar nada mais é do que um momento de menor atividade do sol no seu ciclo de onze anos. Nesse período, há uma estabilização da fotosfera solar e desaparecimento de manchas solares, sem maiores consequências. Contudo, algumas revistas que propagam pseudociência afirmaram, em 2018, que haveria uma mini era do gelo (“Novo Ciclo”). Não resta claro como a criação de um vírus ajudaria na preparação para isso, e a citação soa ser fruto da ansiedade do autor por inserir o máximo de teoria conspiratória possível, mas nota-se que o objetivo da criação do vírus é o controle da população. Algumas páginas adiante, uma médica chamada Doutora Chandra afirma que o vírus já está inerte, que basta luz UVC e água e sabão para matá-lo. O mundo teria parado por conta de uma gripe. Sobre isso, a doutora afirma: “A influenza mata meio milhão de pessoas por ano. Vírus não são brincadeira. Mas vocês ainda não entenderam? Não é por saúde. É por **controle**! Foi tudo planejado!” (negrito do original).

Perguntam-lhe quem teria planejado. A resposta é dada na página seguinte, com uma imagem perturbadora de cinco homens e uma mulher em volta de um tabuleiro de um jogo que lembra Banco Imobiliário (que em inglês tem nome mais impactante: Monopoly) e que também serve de mesa. Sobre esta mesa-tabuleiro veem-se tubos de ensaio, velas, barras de ouro, notas de dinheiro, uma caveira, um globo terrestre. Ela é sustentada por quatro homens nus, todos em quatro apoios. De um deles sai um tubo que retira-lhe sangue. Um dos homens sentado à mesa bebe um líquido vermelho em um cálice, provavelmente o sangue recém extraído. Ao fundo, uma imagem de uma pirâmide que remete ao símbolo dos illuminati e atrás da pirâmide um demônio, que se refere à tese de que os illuminati seriam satanistas ou adoradores de Baphomet. Também compõem a imagem alguns espectros, que provavelmente são illuminati do passado, indicando a antiguidade e continuidade da dominação global por poucas pessoas e famílias. Tais iluminati teriam encomendado o vírus ao governo chinês. O roteiro é confuso e mal cerzido, não fica claro qual é exatamente a relação do governo chinês com os iluminati, mas o fato é que ambos os lados ganhariam com o vírus. Quando a Doutora Chandra, ao ser perguntada o que a China ganha com isso, afirma: “Não é só a China. São os donos do mundo. Eles querem redefinir o capitalismo em escala planetária. **Querem estabelecer um governo global**” (negrito do original). No balão de fala seguinte, ela completa: “Parece que eles usam 1984 como guia. Criaram a pandemia para controlar o planeta. E as redes sociais são o ministério da verdade...”. Na mal tecida trama do pior roteiro da série *O Doutrinador*, diversos elementos ligados à teoria da conspiração do globalismo são atirados ao leitor sem uma adequada costura. O que importa é apresentar aqueles que o bolsolavismo identifica como antagonistas em escala global agindo contra os interesses da população mundial. De fato, a obra daria conta de dois dos três planos globalistas acima apresentados: o ocidental e o que Carvalho define como russo-chinês, embora o lado russo tenha

sido deixado de lado. O globalismo ocidental é considerado o mais avançado e levado a sério pela extrema direita nacionalista de diferentes partes do globo. Dentro de uma lógica em que metacapitalistas buscariam instaurar uma ditadura socialista, não soa estranho que tenham interesse, junto com os chineses, em um plano de governo global socialista. Como Carvalho usa a palavra “Consórcio” (com cê maiúsculo, como nome próprio) para definir “a organização de grandes capitalistas e banqueiros internacionais, empenhados em instaurar uma ditadura mundial socialista” (*Os EUA* 79), Cunha faz questão de marcar essa palavra em negrito na obra em análise, deixando clara sua adesão ao sistema de crenças olavista, pouco importando se o termo é usado em contexto um pouco diferente. O termo consórcio é usado, na obra de Cunha, no sentido de cooperação entre países, para fins escusos (vender “respirador, remédio, a porra toda”, mas não entregá-los). Por mais que o sentido seja diverso do dado por Carvalho, ao usar uma palavra “técnica” das teorias da conspiração olavista e destacá-la, o autor carrega o termo de conteúdo conspiracionista olavista, reforçando que a história gráfica é um panfleto da tese do globalismo. Ademais, é negacionista e pretende atribuir a pandemia de Covid-19 a um vírus criado por chineses em conluio com o “Consórcio”, com o fim de controlar a população global e vender medicamentos, respiradores, vacina em escala global. Vacina que, registra a obra, precisaria “de anos até garantir que ela seja segura”, e que teria causado a “morte do jovem catarinense Bruno Graf, supostamente vítima das reações da vacina contra o Vírus V”. Interessante notar que o balão com esta informação traz o logo da TV Outra Mídia, plataforma de mídia alternativa apresentada em *O Doutrinador Dark Web*, o que propõe que tal morte teria sido abafada pelo sistema. A referência é a um caso verídico, posto que o advogado Bruno Graf, de 28 anos, morreu poucos dias após receber uma dose de AstraZeneca. Segundo a “Diretoria de Vigilância Epidemiológica (DIVE), vinculada à Superintendência de Vigilância em Saúde de Santa Catarina, pertencente à Secretaria Estadual da

Saúde” (Costa), tal morte teria ocorrido em função da vacina. A mãe do jovem tornou-se uma ativista antivacina aclamada pelo bolsolavismo.

A busca por controle e lucro por meio de uma epidemia planejada perpassa a obra. Logo no início, é feita referência a um campo de estadia indefinida para infectados pelo Vírus V, criado na Austrália, e ao estudo da possibilidade de uso de tornozeleiras eletrônicas na Holanda por não vacinados. Apesar de ser dito que a economia do planeta fantasma (devido aos lockdowns) ruiu, o lucro se faz presente pelo interesse das grandes farmacêuticas, ao criarem vacinas e drogas que precisam ser consumidas pelo planeta inteiro. Portanto, em resumo: os chineses criaram, também em benefício dos illuminati (os metacapitalistas do “Consórcio” de Carvalho), um vírus que permite controle das populações, o que de alguma forma ajuda na instituição do governo global, e que permitirá que farmacêuticas obtenham lucros estratosféricos. Contudo, assim como em *Dark Web*, o jornalista Dantão, o Doutrinador e um jovem nerd hacker salvam o dia, revelando ao mundo a conspiração global. A tônica é a mesma daquela obra: as populações, que estavam “doutrinadas desde criança a acreditar em tudo o que vê[em] na tv ou lê[em] na internet” (*O Doutrinador o Vírus Vermelho*) são despertadas pelo Doutrinador (lembre-se: *Awakener*, na versão em língua inglesa), tomam as ruas e se revoltam contra os governos de todo o mundo, que defendiam interesses privados e antagônicos aos do povo. Na penúltima página, há dois doutrinadores sobre um ônibus onde está escrita a palavra “Doutrinador” e onde há uma imagem de sua máscara gravada sobre o para-brisa, diante de uma multidão inflamada, o que sugere que se multiplicam os doutrinadores, vindos do povo, agora desperto. O povo é o Doutrinador. A fusão entre o herói e o povo, já sugerida em histórias anteriores, aqui se completa. Há neste volume, portanto, a afirmação da hegemonia progressista, desta vez em escala mundial, graças ao globalismo. Não satisfeito em apresentar a hegemonia progressista, o autor novamente aponta que deve haver uma insurreição

contra ela. Contudo, desta vez, devido ao globalismo, este movimento deve ser mundial, pois o progressismo avançaria globalmente, sem respeitar soberanias nacionais.

Pela análise das obras deste capítulo, se pode verificar algumas das funções que cumpre a tese do globalismo. Serve para deslegitimar medidas e regulamentações de organismos internacionais ou de relevantes companhias transnacionais que refletem valores incompatíveis com os da extrema direita nacionalista. Acusando-se atores internacionais de uma grande conspiração dedicada aos próprios interesses e à destruição dos valores nacionais para que o capital ocupe o espaço e amplie a concentração de poder, busca-se deslegitimar regulações internacionais voltadas a direitos humanos, proteção do meio ambiente ou políticas antipandêmicas via retórica do inimigo. O globalismo, portanto, afirma que há hegemonia progressista *lato sensu* em escala global. Por meio do marxismo cultural, transformariam o globo em uma grande nação socialista.

3.3.1.1 Alt-science e a Guerra Cultural Bolsolavista

A alt-science é uma derivação do populismo. Como especialistas são vistos como parte do establishment, cria-se um ceticismo em relação a eles, pois seriam porta-vozes do sistema corrompido. Cientistas são, evidentemente, abarcados por isso. Como dizem Guilherme Casarões e David Magalhães, “such an idea of the elite also encompasses the scientific community, universities, prestigious research institutes, the pharmaceutical industry, and even public health officials” (200). Estes autores, criadores do termo alt-science, o definem como “a loose movement of alleged truth-seekers who publicly advance scientific claims at a crossroads between partial evidence, pseudo-science, and conspiracy theories” (199), que é composto por “maverick scientists, wealthy donors, flat-earthers, anti-vaxxers, and climate deniers, all united by their distrust of governments and mainstream science” (199). A alt-science pratica o que é conhecido

como populismo médico. Ao atribuir os problemas de saúde pública e as soluções apontadas aos interesses do establishment, abre-se espaço para teorias alternativas lançadas por líderes, influenciadores e organizações populistas. Tais teorias, baseadas em “ciência” produzida por aqueles que não estariam corrompidos pelo sistema, seriam a solução verdadeira, que atende aos interesses do povo, reforçando a retórica antiestablishment. Os citados “flat-earhters, anti-vaxxers and climate deniers” costumam ser ligados à extrema direita, de modo que uma retórica antiestablishment entoada por este grupo é uma retórica antiprogressista, já que creem que o establishment é progressista, portanto, a alt-science é uma retórica populista, antissistêmica e antiprogressista. Ademais, flerta com o globalismo, já que no caso do coronavírus, ao crer que o establishment apresenta falsas soluções, é porque de alguma maneira governos e superricos estariam se beneficiando com a pandemia e agindo em conjunto.

Nada mais propício do que uma pandemia, com um vírus novo e, portanto, pouco estudado, em que a ciência é discutida, testada, e quase imediatamente implementada em escala global, para que um movimento que se baseia em encruzilhadas e teorias da conspiração floresça. As teorias da conspiração foram várias e são notoriamente conhecidas, como o vírus ter sido produzido e espalhado propositalmente, as vacinas gerarem graves efeitos colaterais e conterem micro-chips, o vírus ter função de controle social... À exceção do chip, todas essas foram adotadas em *O Doutrinador o Vírus Vermelho*, obra que dá, definitivamente, um caráter globalista à alt-science, ao atribuir a pandemia aos interesses do “Consórcio”. A conspiração envolvendo microchips não está, todavia, ausente do portfólio conspiracionista da editora Super Prumo, pois consta em uma graphic novel que publicaram e que tem Luciano Cunha como um dos autores, chamada *Garra Cinzenta*. Mas por que defender tais teses conspiracionistas em relação à epidemia de coronavírus

ajudaria na guerra cultural bolsolavista e no seu plano de alteração da configuração hegemônica, por um mundo menos diverso?

Se o sistema é progressista e é capaz de fazer barbáries como implantar chips para controle dos cidadãos, criar vírus para contaminação proposital da população, promover desvios milionários de verba e afins, a retórica do inimigo é fortalecida. Os progressistas seriam capazes de qualquer coisa para manterem-se no controle, o que os aproximaria de sociopatas. Contudo, é interessante notar que em *O Doutrinador o Vírus Vermelho* não se identifica uma figura antagonística forte. O inimigo é o sistema, já tão bem estabelecido e automatizado que não depende da existência de um líder, já que a elite que supostamente sequestrou o poder é desidentificada com a população, não a representando, então não há que se falar em líder, no máximo em alguém com bastante poder. Em toda a série *O Doutrinador*, à exceção de Sérgio Ferraz (o Doutrinador que é eleito presidente em *O Doutrinador Dark Web*), não se vê qualquer líder político em situação de liderança ou cercado por populares, mesmo quando este líder é um personagem que representa Lula. Os políticos são alheios ao povo. O máximo de concepção que fazem é criar o que é definido como “bolsa esmola” para ganhar votos.

Se o marxismo cultural cominaria em totalitarismo, como se crê, esta realidade já está em pleno desenvolvimento em *O Doutrinador o Vírus Vermelho*. Os quadrinhos atacam o progressismo sobretudo sob o viés de supostamente tratar-se de uma ideologia autoritária e globalista. Neste estudo, já se viu essa associação de autoritarismo com progressismo ao menos em Lind, Constantino e Fiuza. Nos quadrinhos, assim como em Fiuza, é o foco da história. Em palavras diferentes, a lógica passa sempre pelo mesmo lugar: existe uma maneira natural de ser e, ao buscar encaminhar a sociedade em outra direção, os progressistas estão buscando impor uma maneira de ser e de pensar, promovendo engenharia social, logo, seriam autoritários. Veja-se, por

exemplo, o que dizem Constantino e Lind. Aquele: “O autoritarismo leva muita gente para a esquerda. O desejo de controlar vidas alheias, de decidir como os outros devem viver (...)” (118).

Este:

Cultural Marxism, or Political Correctness, shares with classical Marxism the vision of a “classless society” i.e., a society not merely of equal opportunity, but equal condition. Since that vision contradicts human nature – because people are different, they end up unequal, regardless of the starting point – society will not accord with it unless forced. So, under both variants of Marxism, it is forced. This is the first major parallel between classical and cultural Marxism: both are totalitarian ideologies. (5)

O progressismo é posto, portanto, neste lugar de criador e moldador de realidades, enquanto o conservadorismo seria a livre expansão orgânica da sociedade.

Em uma situação pandêmica, que exige drásticas alterações no estilo de vida, de acordo com decisões tomadas por autoridades científicas e políticas, conhecendo-se o pensamento conservador, e mais ainda o populismo da extrema direita nacionalista, o negacionismo e o surgimento de teorias da conspiração soam como uma obviedade. Conservadores são resistentes a alterações no estilo de vida e a ajustes promovidos a partir de ideias gestadas por um grupo. A pandemia é a epítome disso, de forma intensa e imediata. Contudo, o que talvez não percebam, é que as alterações no estilo de vida foram feitas para que o mundo retornasse ao normal o mais rápido possível. Caso um conservador seja adepto da retórica populista, será irresistível afirmar que se trata, mais uma vez, do sistema contra o povo. Fortalecer a alt-science é reforçar a desconfiança em especialistas, vistos como parte da elite corrompida. E, ademais, como as medidas de emergência sanitárias são implementadas por políticos, ainda que aconselhados por cientistas, acabam por ser uma oportunidade para atacar o sistema (vale lembrar: sempre visto como progressista) e reforçar a tese do autoritarismo progressista. Esta narrativa ganha ainda mais força quando há um embate entre políticos populistas conservadores e instituições do sistema da

democracia liberal, como ocorreu em países como Brasil e EUA: mais uma vez o líder que representa o povo estaria sendo podado e enfrentado por aqueles que pretendem controlar a população e manter seus privilégios. Para ignorar o consenso científico e escolher estudos específicos que vagamente sustentam suas teses, os conservadores precisam apenas manter seu padrão de comportamento, pois, como visto ao se tratar do anti-intelectualismo, o conservador escolhe “seletivamente fatos excepcionais para fundamentar conclusões estabelecidas previamente, ou seja, a conclusão não como decorrência do pensamento, mas como meta, a qual o percurso argumentativo deve chegar” (Picoli et al. 56). Portanto, quaisquer elementos que possam ser usados para demonstrar autoritarismo por parte dos governos mundiais e riscos envolvendo a vacinação, são usados e amplificados em *O Doutrinador o Vírus Vermelho*, obra que une o globalismo ao populismo. A união do globalismo com o populismo, em verdade, é inevitável, pois o globalismo é forma universal de aplicação da retórica populista “elite corrompida versus povo”.

O recado do quadrinho analisado está, portanto, claro: caso a situação assim se mantenha, viveremos em breve em um mundo totalitário, controlado por metacapitalistas. A conclusão óbvia e necessária é enfrentar o establishment e os valores progressistas, portanto, uma hegemonia que pugna por diversidade e equidade deve ser combatida, ou cairemos no totalitarismo.

3.3.2 Destro – o Martelo da Direita

Também obra de Luciano Cunha, em companhia de Michel Gomes, *Destro – o Martelo da Direita* –, publicada originalmente por crowdfunding que tinha por meta arrecadar dez mil reais e terminou por conseguir mais de quarenta e oito mil em contribuições, assim como *O Doutrinador o Vírus Vermelho*, apresenta ao leitor um cenário distópico. A maior parte da história se passa em São Paulo em 2045, onde João Destro busca sobreviver e combater o governo mundial, controlado

por metacapitalistas socialistas, que teria submetido toda a humanidade a este tipo de sistema. É dado grande destaque, sobretudo, às chamadas big techs. Em certo momento, um personagem que claramente referencia Mark Zuckerberg exclama “por Ulianov!”, último sobrenome de alguém que entrou para a história com o pseudônimo de Lenin.

Assim como dois dos três doutrinadores, Destro foi um militar de extraordinárias capacidades de combate, que teve um ente querido assassinado, qual seja, sua esposa, com quem tinha uma filha.

3.3.2.1 Breve Digressão Sobre o Antigarentismo Penal

A morte do ente do herói é sempre atribuída ao sistema (que é considerado progressista, logo, ao progressismo). Em *O Doutrinador o Vírus Vermelho* falsificavam-se atestados de óbito, para que a morte constasse como sendo causada pelo Vírus V, criado pelos illuminati e pelo governo chinês, fazendo com que o enterro fosse com o caixão lacrado, o que permitia a extração de órgãos para venda sem que se percebesse o corte. No *Doutrinador* original, quando Luciano Cunha ainda não havia completado sua guinada para o bolsolavismo, a amada do herói foi morta por militares que estavam a serviço do governo. Tal versão, contudo, foi ajustada na republicação mais recente, registrando o equívoco e o arrependimento de Maria por lutar em grupo de esquerda. Já a esposa de Destro foi morta por um assaltante. Ainda assim, a culpa é atribuída ao Estado e ao progressismo: “O quê [sic] eu sei é que o filho da puta tinha treze passagens pela polícia. O marxismo não está só nas universidades. Está também nas cortes e tribunais. Também a bandidolatria e o garantismo penal puxaram aquele gatilho”. O Estado progressista seria, portanto, autoritário e controlador em relação ao cidadão ordeiro (chegando ao extremo de ter uma polícia do pensamento), contudo leniente com os criminosos. A tese é que o marxismo cultural (também

referido pela extrema direita nacionalista como “gramscismo”) teria infectado o Judiciário, parte do establishment progressista, e as doutrinas de segurança pública aplicadas pelos governos considerados progressistas. Buscar-se-ia “minimizar o papel das instituições de distribuição de justiça, mormente aquelas que exercem o poder de polícia, pois poderiam impor dificuldades no avançar das pretensões revolucionárias” (Lopes e Nazareno Marcineiro 82). A intelectualidade, que seria majoritariamente “de cariz marxista-gramsciano-garantista” (Lopes e Nazareno Marcineiro 93) entenderia que as forças de segurança seriam um braço armado do Estado, que serve para sustentar as elites e para a “manutenção da ordem social burguesa” (Lopes e Nazareno Marcineiro 93). Se a ideia é promover uma revolução marxista, interessaria enfraquecer essas instituições, daí derivaria o garantismo penal e “o dedo acusador ao que caracterizam discursivamente como violência policial” (Lopes e Nazareno Marcineiro 93). Como afirma Destro: “E a esquerda precisa do caos. No caos, é mais fácil tomar as estruturas e subvertê-las. Redesenhar a sociedade”. A tese encontra, contudo, uma contradição. Lopes e Marcineiro afirmam que há uma hegemonia da ideologia gramscista (84) e que ela seria seguida também por partidos que estiveram no poder, sendo que tanto PT quanto PSDB são associados a tal ideologia. Seriam, portanto, quase vinte anos de governos gramscistas. Se há hegemonia gramscista *stricto sensu*, se o garantismo penal, que os autores consideram como uma espécie de “bandidolatria” também é hegemônico (83), e se os gramscistas estiveram no poder por tanto tempo, por que não teriam implantado uma hegemonia *lato sensu*? Se o senso comum já seria no sentido de direito penal mínimo em prol de uma sociedade marxista, e se os marxistas estiveram no poder, por que as forças repressoras do Estado ainda serviriam à ordem burguesa e não ao marxismo? Os autores não respondem.

O criticado garantismo penal apenas prevê que todas as garantias penais processuais sejam preservadas, sem que nenhuma delas seja desrespeitada em prol da condenação, o que geraria um

populismo jurídico. Ele não é “bandidolatria”, mas somente a garantia do devido processo legal, portanto, da própria democracia ao evitar excessos por parte do Estado. Incomoda porque, como diz Ferrajoli, criador da expressão, “A Jurisdição é uma instituição antimajoritária. Sua legitimidade não reside no caráter popular do juiz, mas no cumprimento de todas as garantias criminais e processuais necessárias para minimizar a possibilidade de condenação de pessoas inocentes” (Lucena). A jurisdição, portanto, é uma atividade do Estado por vezes impopular. Sendo impopular, não é difícil compreender como sua crítica se encaixa no populismo bolsolavista.

Tem-se, no populismo, que há uma elite que atende somente aos seus interesses, e que controla o sistema. O Estado faz parte do establishment e o Poder Judiciário é parte do Estado, logo também estaria corrompido por interesses espúrios. Os adeptos do garantismo penal apoiariam uma prática do Judiciário que é alheia aos anseios do povo, que serviria ao gramscismo praticado por uma elite intelectual e política. Portanto, em um cenário de extrema violência que assola o país, os progressistas contribuiriam para a impunidade que resulta do garantismo penal praticado pelo Poder Judiciário. Trata-se, portanto, de uma luta pela hegemonia em que se ataca progressistas como corresponsáveis por assassinatos em função da “bandidolatria”, termo pejorativo para garantismo penal, como é feito em *Destro*, fortalecendo a retórica do inimigo.

Ressalte-se que narrativas de criminalização de determinados sujeitos são fortalecidas em cenários em que tais indivíduos são submetidos a processos judiciais sem garantias processuais e levados ao cárcere. O discurso antigarantista foi fundamental para viabilizar a operação Lava Jato, que por sua vez teve importante papel na guerra cultural, ao criminalizar o principal partido identificado como progressista no país, o que acabou por respingar na esquerda como um todo, que amargou resultados eleitorais desfavoráveis nas eleições seguintes. Tal operação também retirou do pleito presidencial, em um processo judicial nada garantista, o candidato líder nas

pesquisas, abrindo espaço para a eleição de Bolsonaro e o início da implantação do projeto bolsolavista nas estruturas de poder. O discurso antigarantista, portanto, permite um avanço conservador tanto na hegemonia *stricto sensu* quanto no domínio.

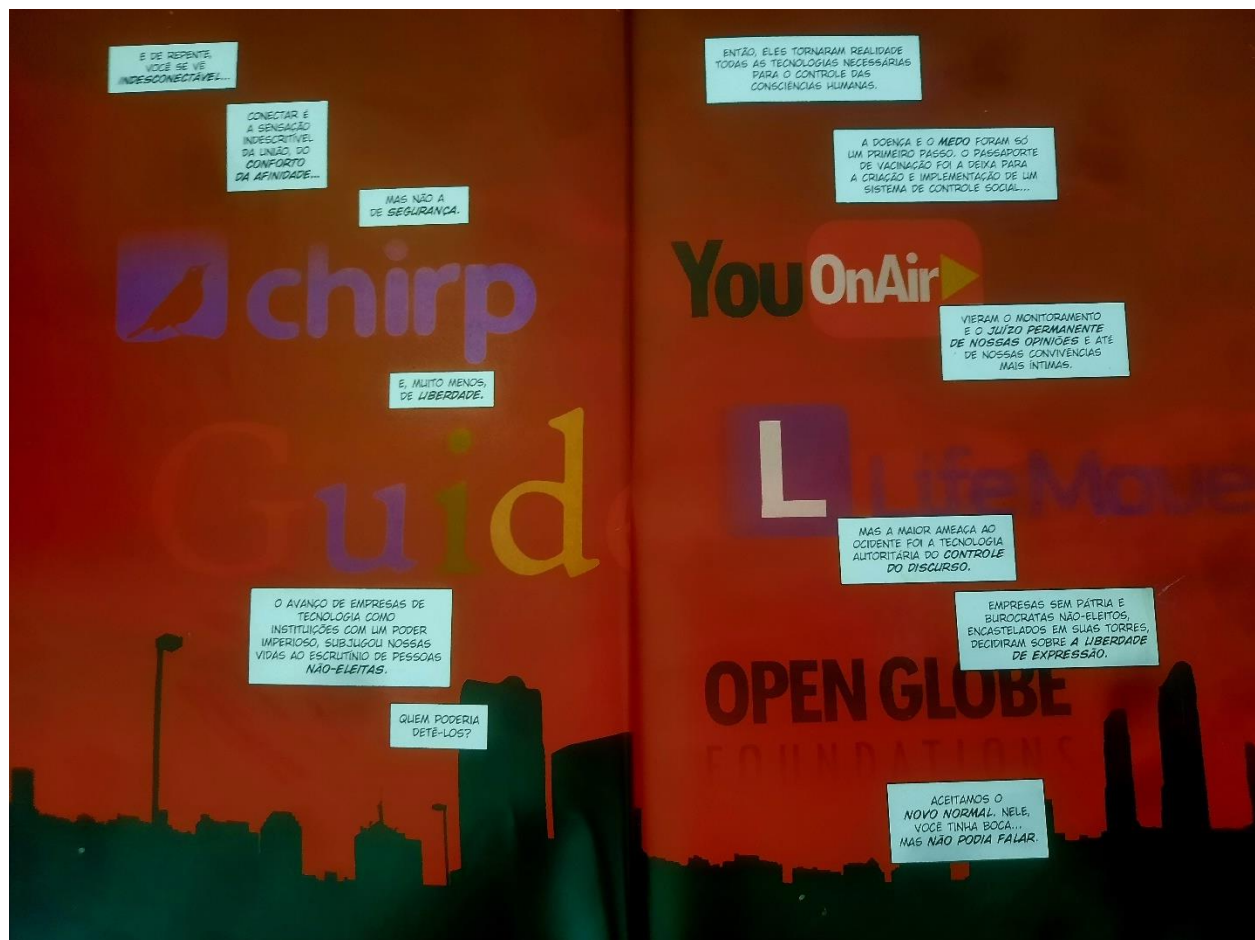
Não apenas *Destro* repercute este discurso no pequeno trecho citado, mas toda a série *O Doutrinador* nada mais é do que a negação última do garantismo. Afinal, aqueles identificados como inimigos, muitas vezes com base em acusações publicadas na imprensa, são mortos pelo Doutrinador, que age no vácuo do Poder Judiciário, causado, em grande parte, pelo garantismo que geraria lentidão e impunidade.

A “bandidolatria” seria exercida por qualquer pessoa e instituição que pugna por limites à atividade persecutória, legal ou ilegal, dos Estados nacionais. Um dos limites estabelecidos tanto em âmbito nacional quanto internacional são os direitos humanos, daí haver uma grande oposição por setores conservadores a pessoas e instituições que buscam defendê-lo. As instituições internacionais de Direitos Humanos, portanto, seriam meras ferramentas do globalismo para a implantação do socialismo.

3.3.2.2 O Controle de Fake News e Discurso de Ódio como Suposta Perseguição a Conservadores

Uma das maneiras de o “Consórcio” exercer seu plano de implantação de um governo mundial socialista seria pelo controle da liberdade expressão exercido pelas big techs. Segundo Destro, as “Big Tech subverteram a civilização ocidental e frearam o avanço conservador”. Seriam, portanto, arma fundamental do “Consórcio” para a implementação do socialismo em escala global. Um personagem que claramente representa Mark Zuckerberg é a cabeça da Polícia do Pensamento, responsável por reprimir e converter subversores da ordem socialista global. A

escolha deste personagem não é à toa. Neste sentido, emblemáticas duas páginas de *Destro 2*, apresentadas na obra lado a lado:



Cinco marcas são representadas, sendo quatro delas big techs; dentre estas, duas são redes sociais. Chirp é claramente uma referência ao Twitter, YouOnAir ao YouTube, Guide ao Google, LifeMoves ao Facebook e Open Globe Foundations à Open Society Foundations, de George Soros, um dos bilionários mais alvejados pela extrema direita nacionalista de diferentes partes do globo, pois realiza investimentos pelo mundo em causas progressistas por intermédio da Open Society Foundations, engrossando o caldo das teorias conspiracionistas envolvendo metacapitalistas comunistas. O texto das páginas acima é significativo. As empresas de tecnologia teriam controlado o discurso e deliberado sobre a liberdade de expressão. É evidente o diálogo com uma

das pautas da atual extrema direita nacionalista, que se incomoda com as medidas tomadas sobretudo por redes sociais para colocar limites ao discurso de ódio e fake news. As manifestações de membros destes setores, assim como de ultraliberais contra tais limites à expressão são diversas. Cite-se, a título de exemplo, o texto de Brittney Hunter publicado em mises.org.br contra o que ela chama de “censura às supostas ‘fake News’” (B. Hunter), o pedido do jornalista Alexandre Garcia de “dar um basta à censura nas redes sociais” (Garcia), e a opinião do comentarista político da Jovem Pan, Adrilles Jorge, que afirma:

Se você tem donos de high techs [sic] como o Zuckerberg, o Dorsey¹² e outros que são eminentemente progressistas, pessoas de esquerda, é lógico que vai ter uma tendenciosidade a eliminar aquilo que não se coaduna ao que ele acha que é discurso de ódio ou incitação à violência, ou seja, existe uma premissa ideológica de uma coisa que seria uma praça pública (...). Esses donos das high techs [sic] estão agindo como verdadeiros editores de conteúdo, banindo quem eles acham que faz discurso de ódio, que não se coaduna à sua ideologia, e deixando outras pessoas, como o Ali Khamenei, o Nicolas Maduro e outros radicais de esquerda falarem o que bem entenderem, ou seja, existem os termos de uso (...), mas esses termos de uso são subjetivamente julgados por juízes virtuais que têm uma premissa ideológica clara e uma preferência ideológica clara e que censuram quem não se coadunam [sic] a eles. (“Redes Sociais” 11:30 – 12:33)

Em sentido semelhante, há diversas outras manifestações de conservadores e de anarcocapitalistas, como o famoso podcaster conhecido como Monark. A premissa, como já se sabe, é que os metacapitalistas são progressistas, e não seria diferente em relação aos proprietários das grandes redes sociais. Em se tratando de premissa, não precisa ser demonstrada, portanto aqueles que acreditam em tal censura não se preocupam em provar o suposto alinhamento progressista dos controladores das big techs. Vale a pena, contudo, citar um artigo de Sergio Amadeu da Silveira, submetido à revista *História, Ciências, Saúde* em 2014 e aprovado para publicação em 2015, portanto em data anterior à extrema popularização do discurso de ódio e

¹² Fundador do Twitter

propagação em massa de fake news. Tal estudo debruçou-se sobre os dez casos de limitação à liberdade de expressão no Facebook de maior repercussão no Brasil em 2013. O autor os resume:

Caso 1: *Post* do jornal *Folha de S. Paulo* com imagem de manifestantes nus na Câmara Municipal de Porto Alegre (19 jul. 2013). A publicação feita na página oficial no Facebook do jornal *Folha de S. Paulo* que trazia uma imagem de manifestantes nus na Câmara Municipal de Porto Alegre foi apagada pela rede social. Além disso, o jornalista responsável pela postagem teve a conta na rede social suspensa por 24 horas.

Caso 2: Ilustração de Alexandre de Maio para a revista *Carta Capital* que mostra mulher nua sendo revistada (25 jul. 2013). O desenho que ilustrava uma reportagem sobre revistas íntimas em mulheres e crianças para entrar em presídios foi apagado da página da revista.

Caso 3: “Dilma Bolada”, e a piada sobre o senador Aécio Neves (Partido da Social Democracia Brasileira, PSDB-MG) (29 de maio 2013). (...) Um texto relatando que o senador Aécio Neves (PSDB) mentia foi apagado do Facebook sem autorização do criador da página (...).

Caso 4: Página do presidente do PT do Paraná apagada por críticas a político do PSDB (9 jul. 2013). (...) O Facebook tirou a página (...) do ar.

Caso 5: O jornal suíço *Tribune de Genève* (19 out. 2012) foi bloqueado após ter publicado um artigo ilustrado com a imagem do quadro *A origem do mundo*, do pintor francês Gustave Coubert. (...)

Caso 6: Grupo feminista ucraniano Femen (25 jun. 2013). (...) É comum as postagens do movimento no Facebook serem retiradas do ar. Em junho de 2013, duas páginas do movimento foram bloqueadas e, horas depois, uma delas voltou ao ar, mas com a imagem dos seios de suas integrantes borrada.

Caso 7: Fotos da “Marcha das Vadias”, ocorrida em várias cidades do Brasil nos dias 26 e 27 de maio de 2012. (...) No evento, algumas mulheres deixam os seios à mostra e publicam fotos no Facebook. Diversos usuários que postaram conteúdos da Marcha na rede social tiveram a conta bloqueada.

Caso 8: (...) O proprietário de um estúdio de tatuadores canadense publicou a imagem de um livro que mostrava uma mulher com o peito tatuado após passar por uma mastectomia dupla. O Facebook retirou a imagem do ar (...).

Caso 9: (...) Nelson Rabello é uma figura conhecido em Curitiba como Oilman, ele costuma passar óleo bronzeador no corpo e andar de bicicleta pela cidade usando sunga e tênis. Ocorreu uma bicicletada em homenagem a ele, e os participantes se vestiram como o personagem. A imagem do evento publicada por um jornalista em sua página no Facebook foi deletada.

Caso 10: (...) Sob o título “Por que *Charlie Hebdo* brinca com o fogo?”, a revista *Le Point* postou em sua página do Facebook uma das polêmicas charges em que Maomé aparece nu em uma cama diante de uma câmera, perguntando se o diretor gosta de suas nádegas (...). A imagem foi deletada. (1640-1641)

Os casos apresentados demonstram que não há uma predileção pela censura de conteúdo conservador. O autor do artigo conclui que o Facebook pretende estabelecer um padrão de comunicação do qual a nudez não faça parte, tratando-se de uma modalidade de bioestética (1648). Tal rede social teria “a finalidade de condução ou modulação dos indivíduos conectados conforme uma perspectiva de vida conservadora” (1648). Tem-se claro que o Facebook, ao contrário da afirmação de Adrilles Jorge, não tem uma postura progressista ou edita o material postado para que a plataforma tenha um viés esquerdista. Em verdade, Zuckerberg, em audiência no Congresso Estadunidense, em 2018, após o célebre escândalo Cambridge Analítica, desculpou-se, afirmando não ter tomado medidas para evitar fake news, interferência estrangeira em eleições ou discurso de ódio (Turner). Portanto, até ser pressionado, Zuckerberg e seu Facebook, se tinham algum tipo de controle de conteúdo, era em favor de uma narrativa conservadora, como destaca Silveira, o que desconstrói alegações de se tratar de uma rede de viés progressista. Em verdade, a ascensão conservadora se vale das redes sociais no Brasil e alhures. César Calejon aponta cinco fatores essenciais que conduziram Bolsonaro à presidência, dentre eles, “o uso de novas ferramentas e estratégias de comunicação, tais como WhatsApp, Facebook, Twitter, Instagram, e a disseminação de notícias falsas e de discursos de medo ou de ódio” (146). Como afirma Liriam Sponholz:

A ascensão da extrema direita em vários países, na Índia em 2014, nos Estados Unidos e na Inglaterra em 2016, na Alemanha e na Áustria em 2017, assim como no Brasil em 2018, está intrinsecamente ligada a dois fenômenos de comunicação: As mídias digitais (Krämer, 20017; Alvares; Dahlgren, 2016) e os discursos de ódio (Wodak, 2015). (221)

A autora define discurso de ódio como:

a comunicação pública que degrada simbolicamente grupos historicamente oprimidos ou sistematicamente discriminados (Stone, 2000; Matsuda, 1989; Delgado; Sefancic, 2004; Gelber, 2019). Trata-se de uma forma consciente e/ou intencional de gerar simbolicamente iniquidade entre pessoas por conta de uma categoria coletiva como origem, cor da pele, gênero, religião, orientação sexual, entre outros (221).

Tais registros discursivos são capazes de atrair atenção da mídia pela polêmica criada, inclusive para políticos do chamado baixo clero (Sponholz 228), como era o caso de Jair Bolsonaro, que alcançou visibilidade e influência sobre a agenda pública ao lançar debates deste jaez na mídia (228), a despeito de tratarem-se de pautas historicamente diversas dos temas abordados em seus discursos parlamentares, normalmente relacionados a apologia à ditadura civil-militar e aos direitos dos militares (Sponholz 228).

Os temas trazidos por Bolsonaro foram objeto de debate na imprensa. Tal tratamento ao discurso de ódio como mais um tópico e não como um desvio de conduta, sujeito, portanto, ao mercado de ideias como qualquer outro, acabou por legitimá-lo, independentemente da posição contrária ou favorável do meio de comunicação que visibilizava suas posições (Sponholz 228).

O discurso de ódio serve também para aglutinar apoio e votos na medida em que se trata de uma pauta, isto é, um tema que pode ser apresentado de forma avulsa, sem necessariamente fazer parte de uma orientação ideológica ou partidária. Pode-se fazer, portanto, um leque de combinações de pautas, que atrairão diferentes eleitores. “Com isso, abre-se a possibilidade de conquistar [por exemplo] os votos daqueles que se preocupam com a criminalidade, apesar do discurso de ódio homofóbico do candidato. Este discurso não precisa ser necessariamente aprovado ou rejeitado, basta ser considerado menos relevante” (Sponholz 229). Em caso de candidatos de extremidades do espectro político, como Jair Bolsonaro, as pautas tornam-se ainda mais relevante, já que lhe permite obter apoio de atores tão diversos quanto ultraliberais e fundamentalistas religiosos (Sponholz 229), que não abraçariam a ideologia bolsonarista como um todo.

Com relação às mídias sociais, as pautas de ódio despertam sentimentos como raiva, o que aumenta a interação. “Destas interações resultam métricas de mídias sociais, como o número de

curtidas, compartilhamentos e comentários, que por sua vez determinam a relevância deste conteúdo dentro de uma plataforma” (Sponholz 233). Portanto, mesmo as argumentações contrárias a conteúdo de ódio em redes sociais aumentam a relevância daquele conteúdo e sua visibilidade (Sponholz 229).

Tais interações são de curto prazo, o que serve perfeitamente ao cenário de disputa política baseada em pautas e não em afinidade ideológica, pois assumem formas de narrativas individualizadas (Sponholz 233). Em outras palavras, é mais fácil convencer uma pessoa a apoiar somente uma pauta de ódio do que convertê-la a toda uma ideologia que se liga com estrutura de Estado, questões macroeconômicas e afins.

Outra questão relevante a se tratar envolvendo a ascensão bolsolavista são as fake news e as redes sociais. Como demonstra Eugênio Bucci, conservadores são mais propícios a acreditarem e fazerem uso de fake news, teorias da conspiração e junk news (conceito que engloba fake news, teorias conspiratórias e discurso de ódio) em geral. Em estudo realizado pelo Oxford Internet Institute verificou-se que, em uma classificação de zero (nenhuma interação com junk news) a cem (interações exclusivamente com junk news):

os perfis de extrema direita nas redes sociais tiveram nota 89, a mais alta de todas. A direita tradicional, como o Partido Republicano, ficou com 83. As páginas ligadas a causas classificadas como progressistas – grupos feministas ou defensores do direito ao aborto, por exemplo – receberam nota 49. A esquerda institucional, de oposição a Trump, teve nota 24. Por fim, sites jornalísticos marcaram 20 pontos. (Bucci 22)

No Brasil, a extrema direita tem sido a principal fonte de propagação de fake news (Ciarelli). Apesar de, segundo estudo do Oxford Internet Institute, durante as eleições de 2018, apoiadores do PT terem divulgado mais vezes tweets com junk news, respondendo por 65% do volume (o que seria indicativo do uso de bots), trata-se de maior reprodução de menos notícias, pois 81% das junk news que circularam foram compartilhadas por apoiadores de Bolsonaro, de

modo que estes reproduzem, com folgas, um maior espectro de junk news (Bulla). Vale ressaltar, ainda, que as agências de fact checking Lupa e Aos Fatos, no projeto “Fato ou *Fake*”, do Grupo Globo, desmentiram cento e vinte e três notícias fraudulentas muito compartilhadas. “Dessas, 104 eram contra Haddad e o PT, e apenas 19 eram prejudiciais a Bolsonaro e seus aliados”, afirma Macedo (citado por Bucci 26). O dano ao processo democrático fica claro quando se tem contato com dados de estudo efetivado pela organização Avaaz, apontando que 98,21% dos eleitores de Jair Bolsonaro nas eleições de 2018 foram expostos a uma ou mais notícias falsas, com 89,77% acreditando que os fatos eram verdadeiros (Calejon 196). O mesmo estudo aponta que 85,2% dos eleitores do ex-presidente leram uma notícia segundo a qual Fernando Haddad teria implementado o “kit gay” nas escolas; 83,7% dos eleitores de Jair Bolsonaro teriam acreditado na história (Calejon 196).

Jen Schradie, em *The Revolution That Wasn't: How Digital Activism Favors Conservatives* expõe que os conservadores tendem a obter maior vantagens do ativismo digital (incluindo, evidentemente, as junk news), por serem mais hierarquizados, lançarem mão de mais recursos e usarem mensagens simplificadas, que são eficazes para seu público (citado por Bucci 24).

Cite-se a aprofundada pesquisa de João Pedro Baptista. Ainda que focada em Portugal, identifica tendências que não há de se crer que seriam limitadas àquele país:

São os inquiridos de direita que mais tendem a acreditar em *fake news* que favorecem a direita, apresentando médias de crença mais altas do que os restantes indivíduos, distribuídos pelas diferentes ideologias políticas. Além disso, são os inquiridos de esquerda, posicionados num campo político oposto, que apresentam um índice de crença mais reduzido em relação às FND [fake news pró-direita].

Quanto à crença em *fake news* pró-esquerda (FNE), os resultados permitem-nos observar apenas diferenças estatisticamente significativas ($p=0,002$) relativamente às pessoas de esquerda e direita. Contrariando a teoria do viés de confirmação, são os indivíduos ideologicamente de direita, que têm uma maior propensão em acreditar em fake news que favorecem a esquerda. (130-131)

Conservadores são, portanto, mais suscetíveis a fake news. Sendo, este espectro ideológico, também mais tendente a compartilhar fake news, inclusive as que favoreçam a esquerda (Baptista 131).

Já é consolidada a compreensão de que a emoção tem importante papel na decisão de compartilhar uma fake news. Histórias que despertem sentimentos fortes têm maior tendência a serem compartilhadas, sobretudo se envolverem casos bizarros, surpreendentes ou controversos (Baptista 73). Discursos de ódio despertam emoções, portanto fake news e discurso de ódio é uma combinação com alto potencial de engajamento e compartilhamento e, por óbvio, o conteúdo de ódio será compartilhado mais frequentemente pelo espectro político que pretende reduzir a diversidade e a equidade, qual seja, o conservador. As fake news constituem de forma tão essencial o projeto da extrema direita nacionalista brasileira, que Ian Martin Vargas (Vargas 2) e Marcos Ianoni (Ianoni) dirão que é fundamental em um processo de busca de implantação de uma hegemonia de ideário ultraconservador.

Mas, se as redes sociais tiveram papel tão fundamental para a ascensão da novíssima direita, por que se vê tamanha ojeriza às big techs nos quadrinhos analisados? Ressalte-se que não é apenas em *Destro* que estas companhias são referidas. Os quadrinhos distópicos do selo Super Prumo se repetem. Os cenários e anos são distintos, mas em todas as publicações mais recentes há uma distopia de dominação socialista global. Interessante notar que o Doutrinador faz pequenas aparições em outras novelas gráficas. Quando Destro despenca de grande altura e cai inconsciente no Subterrâneo é o Doutrinador que o carrega para uma espécie de quartel general da resistência. Em *Garra Cinzenta*, além de estar presente em um poster na parede do protagonista, este personagem também aparece em um pequeno quadrinho. Novamente aliado da resistência contra o Estado socialista totalitário, sua participação se limita a comentar que o protagonista tem um

dom natural para o arco e flecha e que por isso ele foi uma excelente escolha para aderir à resistência. Estas aparições do Doutrinador em histórias em quadrinhos em que o cenário é mais alinhado com o conspiracionismo bolsolavista, além de confirmar o perfil de extrema direita nacionalista que este personagem tomou, reafirma o contato da distopia com o mundo atual, já que as histórias do Doutrinador se passam no presente, ao contrário de *Garra Cinzenta* e *Destro*. Essa costura entre todas as histórias propõe a existência de um universo comum, apenas retratado em distintos aspectos pelas diferentes revistas. Mas não apenas o Doutrinador circula por mais de uma história. As referidas empresas que ironizam as big techs também. A LifeMoves é a empresa onde trabalha o protagonista de *Garra Cinzenta*. Neste futuro distópico, ninguém pode ter dispositivos físicos para armazenar conteúdo digital, como hard disks. Tudo o que um civil filma ou fotografa vai direto para a “nébula” (nuvem) e tudo o que cai na nébula pode ser acessado pela LifeMoves, que destrói as informações que quiser. Logo no início da história, sua sede brasileira sofre um atentado do Garra Cinzenta (um herói antitotalitarismo, que utiliza uma máscara com um desenho de caveira), que comenta que esta é a sede que ele mais odeia. Olhando-se o desenho, vê-se alguma semelhança com o Edifício Sede da Petrobras, o que sugeriria uma ligação entre o Estado totalitário e as big techs, em uma aliança dos metacapitalistas com o Estado socialista retratado nas histórias da Super Prumo.

Nos últimos anos, as redes sociais vêm adotando certas práticas e cuidados com relação a junk news. O Facebook, por exemplo, em 2018 contratou empresas de fact checking, que se somam a outras medidas adotadas pela rede social para o combate a fake news (“Sobre a Verificação”). Ressalte-se que mesmo antes da contratação das agências de fact checking, setores conservadores fizeram acusações prévias de controle de conteúdo em prol de um viés progressista que teriam as referidas agências (“Facebook Contrata”), o que afirmam com o vago argumento de que as pessoas

que compõem essas agências seriam de esquerda. O alegado, todavia, não é demonstrado. Ignoram, inclusive, que as agências de fact checking contratadas pelo Facebook necessitam ser filiadas à International Fact-Checking Network (IFCN) (“Sobre a Verificação”). Trata-se de uma série de princípios às quais as agências de fact checking devem aderir. Suas atuações são verificadas por jornalistas ao redor do mundo e pelo próprio público. Embora não seja uma garantia absoluta de imparcialidade, o Facebook e suas contratadas trazem mais argumentos para sustentar sua imparcialidade do que os seus adversários para acusar suposta parcialidade. Luciano Ayan, ex-membro do Movimento Brasil Livre (MBL), em apresentação na Câmara dos Deputados (“CIÊNCIA E TECNOLOGIA” 2:06:00 – 2:15:09), afirma que haveria distorções por parte dos *fact checkers* em relação ao que foi dito por pessoas de centro ou de direita, para classificar a informação como falsa. Poucos exemplos são apresentados e a hipótese da distorção não é demonstrada. Posteriormente, ele se arrependeu de sua aliança com a extrema direita nacionalista, fez uma confissão de culpa e trabalha na publicação de um livro em que categoriza diversos tipos de fake news (Araujo “Exclusivo”). Afirma, ainda, referindo-se ao processo eleitoral de 2018: “Essas eleições claramente foram afetadas por fake news e, lamentavelmente, principalmente pelo lado da extrema direita” (Araujo “Me arrependo”).

Ressalte-se, ainda, que as medidas adotadas pelo Facebook contra fake news não incluem qualquer tipo de edição, mas uma redução da visibilidade do post e um aviso sobre a falsidade do conteúdo, além de algumas medidas extras contra infratores recorrentes (“Sobre a Verificação”). Em outros casos, contudo, como discurso de ódio ou apoio a organizações violentas ou ameaça, o conteúdo é apagado (“Discurso de Ódio”).

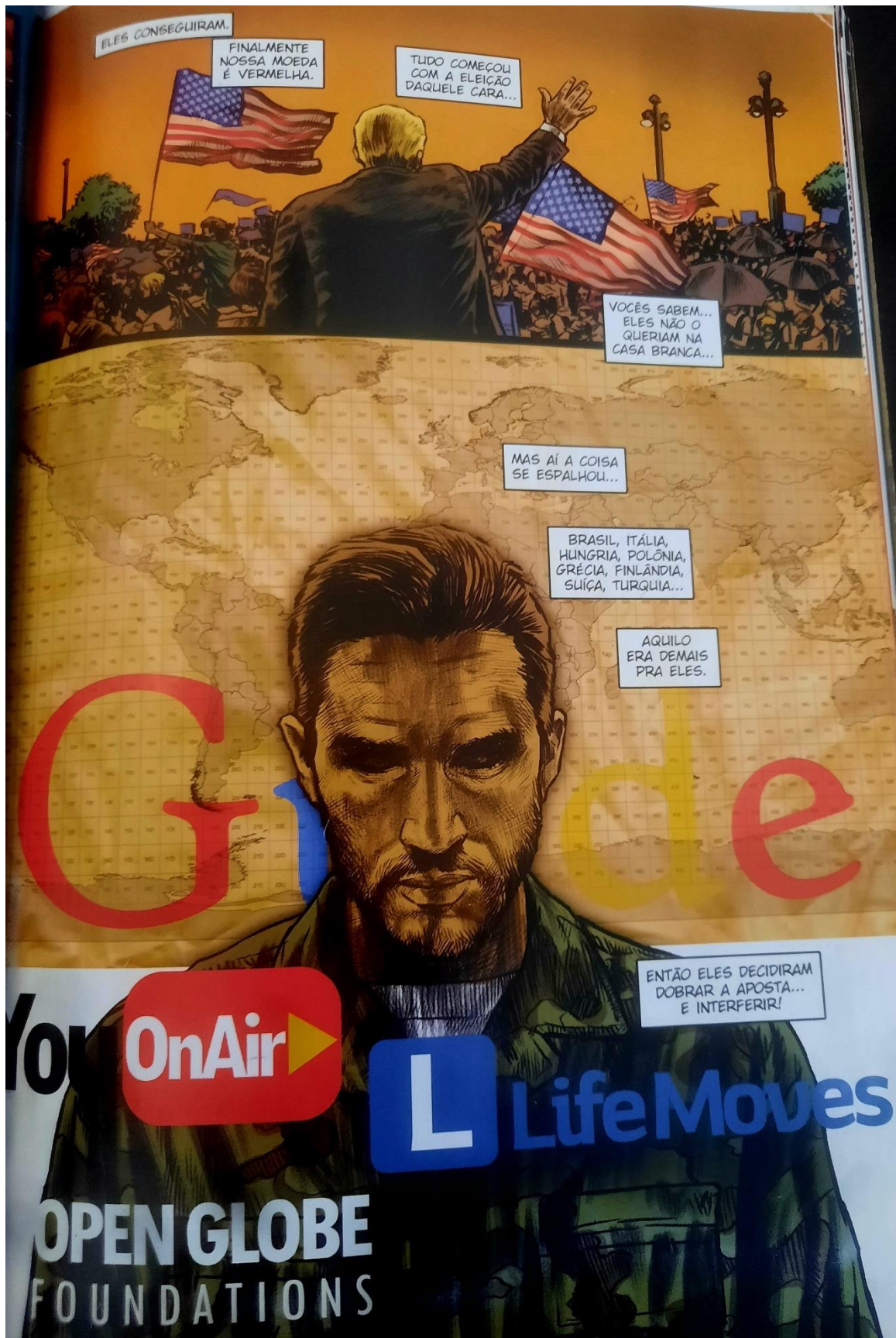
No Twitter, em 2019 e 2020, perfis mais à direita superaram em quatro vezes os perfis mais à esquerda em número de bloqueados no Brasil (Arcanjo et al.). O Twitter não informa o motivo

de cada suspensão, contudo, em extenso estudo relativo às eleições dos EUA de 2020, envolvendo vinte e um milhões de usuários, notou-se que os que foram suspensos naquele país violam as normas do Twitter significativamente mais do que os demais usuários, mormente no que tange a “hate speech, offensiveness, spamming, and civic integrity” (Chowdhury et al. 607). Não é de se imaginar que seja muito diferente no Brasil.

Tem-se, portanto, que as redes sociais, nos últimos anos, vêm adotando medidas para controlar junk news em suas diversas modalidades e que, desde o primeiro momento, setores conservadores se insurgiram contra isso. Mesmo antes da contratação de agências de fact checking, já afirmavam que haveria uma censura ideológica, que afetaria conteúdo conservador. Certamente, tal se dá em função de fake news e discurso de ódio terem sido tão importantes para a ascensão do bolsolavismo e constituírem parte relevante de sua retórica. Como se sabe, a retórica do inimigo é um dos elementos da guerra cultural conservadora brasileira. Desde, ao menos, a Doutrina de Segurança Nacional, da Escola Superior de Guerra, trabalha-se com o conceito de inimigo interno, aos quais não deveria sequer se aplicar os direitos garantidos na Convenção de Genebra, pois não se trataria de guerra, mas de combate a terrorista (Ustra 318). Acredita-se que se está diante de mais uma tentativa de tomada de poder, via marxismo cultural, pelos mesmos “terroristas” do século passado e seus herdeiros. Lida-se, portanto, com inimigos, e não meros adversários de ideias. Como disse o ex-presidente Jair Bolsonaro: “O nosso inimigo não é externo, é interno. Não é uma luta da esquerda contra direita, é uma luta do bem contra o mal” (“Bolsonaro: Não é luta”). Encontra-se viva, portanto, e esteve na presidência até o final de 2022, a mentalidade reinante nos Anos de Chumbo, de que há um inimigo interno. Em se tratando de uma luta contra o mal, poucos seriam os limites éticos, pois o outro é um inimigo e, como tal, é desumanizado. Nesse contexto, fake news passariam a ser armas legítimas para a vitória do bem sobre o mal.

Ao afirmarem que as redes sociais são parciais e exercem controle de conteúdo com viés progressista e levantarem dúvidas sobre as agências de fact checking, os bolsolavistas buscam uma espécie de carta branca para junk news. Se os sistemas de controle destas notícias estão viciados, quando uma informação ou afirmação é classificada como discurso de ódio ou fake news, não significa que efetivamente o seja, ao contrário, apenas demonstraria o viés ideológico das redes sociais e agências de fact checking, que pretenderiam prejudicar conservadores. Assim, cada golpe recebido deporia contra quem golpeia. Cada perfil conservador bloqueado no Twitter não o seria por espalhar conteúdo falso ou de ódio; ao contrário, seria mais uma prova de como o autoritário sistema progressista global pretende calar as vozes conservadoras. Assim, cada influenciador punido pelas redes sociais ou pelo sistema judiciário torna-se mais um mártir conservador. Tal visão cabe como uma luva na narrativa populista do líder contra o sistema. O líder não é apenas Bolsonaro, mas os principais influenciadores conservadores.

Luciano Cunha, em *Destro*, apresenta a sua versão das medidas adotadas nos últimos anos pelas redes sociais. Não se trataria de controle de discurso de ódio e fake news, mas de mera reação à ascensão conservadora:



E, logo na página seguinte, lê-se:

Eles já dominavam a cultura, artes, mídia... Sim, um pequeno grupo de pessoas dita em quem você vai votar, em que causas acreditar... Quais alimentos são saudáveis, qual floresta não pode queimar... Um grupo menor ainda finge te informar e promover intimidade... enquanto te distrai em sua tática de conquistar o mundo. E eles são todos de esquerda. Não porque querem salvar o planeta. Nada disso. Eles só odeiam concorrência em seu caminho para o poder.

A tese, portanto, está clara: há tempo existiria uma hegemonia progressista (“eles já dominavam a cultura, artes, mídia...”). Os metacapitalistas (“um pequeno grupo de pessoas”) ditam em quem votar, em que acreditar, etc. Contudo, ainda assim, Trump conseguiu se eleger e isso influenciou o mundo, promovendo uma onda conservadora. As big techs (o referido “grupo menor ainda” que finge informar e promover intimidade), em reação, tomaram medidas não para evitar a desinformação e o discurso de ódio, mas para frear a escalada conservadora. E os donos do “pequeno grupo” e do “grupo menor ainda” são de esquerda, pois atrapalhando a livre iniciativa manteriam a concentração de capital e poder nas suas mãos. Há, ainda, a presença de um tema que vez por outra se apresenta na guerra cultural conservadora brasileira, que é o negacionismo das mudanças climáticas, expressado implicitamente e de passagem no trecho “quais florestas podemos queimar”. Não tão presente na literatura ficcional brasileira conservadora contemporânea, a negação da agenda climática é um tema importante para a extrema direita nacionalista global. Como diz Hoffman, usar um carro que emita excessivos poluentes em Michigan contribui para potencialmente afetar a vida de populações pobres em Bangladesh (33). Desse modo, a questão climática demanda um ajuste no estilo de vida dos indivíduos, que devem poluir menos, bem como demanda uma governança global impositiva (Hoffman 33). Mudanças no estilo de vida desagradam a conservadores, assim como imposições de organizações internacionais estão em desacordo com sentimentos nacionalistas. Evidentemente, por demandarem uma governança global, as questões climáticas são vistas como mais uma armadilha do

“Consórcio” em seu plano de controlar as populações de todo o mundo e destruir a economia (ao colocar limites a formas de produção e consumo), mantendo a concentração de capital.

Note-se, portanto, que todo o discurso de *Destro* é calcado em retórica do inimigo, fundamental para a construção de uma hegemonia que vai contra os valores progressistas, portanto, menos diversa e inclusiva. Isso fica ainda mais claro quando pautas progressistas são diretamente vinculadas às big techs. Os “Eles” da citação anterior também “mudaram a linguagem. Você sabe, linguagem é tudo. A linguagem é o poder”. E então as palavras teriam perdido seu real sentido, a sociedade teria entrado em colapso, permitindo à esquerda redesenhá-la.

É por isso que eles dividem pessoas, etnias e culturas. É por isso que as big tech subverteram a civilização ocidental e frearam o avanço conservador. E assim, criando o caos e pregando a pseudo-diversidade, que a esquerda destrói o que mais importa: a unidade entre nós. Divididos, vem a dominação. Te forçando a se curvar. Mas eu me recuso a dobrar os joelhos.

Destrinche-se a linha argumentativa.

Passo 1 (constante da página reproduzida acima): as big techs interferiram na liberdade de expressão para brechar o avanço conservador. Essa seria a real motivação de medidas mascaradas como combate a fake news e discurso de ódio.

Passo 2, constante da página seguinte à aqui reproduzida: as big techs são de esquerda, pois impedindo a sociedade capitalista de se desenvolver, os metacapitalistas ficam sem concorrência, mantendo suas posições de dominação.

Passo 3: lançam-se expressões identificadas com o progressismo, ainda que as distorcendo, como “mudança da linguagem”, e aplica-se a retórica de Hirschman para desacreditar posturas progressistas. Lembre-se que os três eixos desta retórica são a futilidade, a perversidade e a ameaça, estando presentes as duas últimas. Como se sabe, o progressismo atualmente é muito ligado a políticas identitárias, buscando maior inclusão e diversidade. Para viabilizar tais objetivos

é necessário reconhecer os grupos marginalizados para que, por políticas de equidade, sejam incluídos. Pela retórica da perversidade diz-se que ocorrerá o contrário, portanto os progressistas “dividem pessoas, etnias e culturas” e é “pregando a pseudo-diversidade, que a esquerda destrói o que mais importa: a unidade entre nós”. Cunha também se vale da retórica da ameaça, já que seria perdida uma suposta unidade, que é o que mais importa, segundo ele. Frise-se que tal não seria fruto de um efeito accidental. Tratar-se-ia, ao revés, de um plano para destruição do tecido social, de modo a brear o desenvolvimento da economia, salvaguardando a dominação dos metacapitalistas de eventual concorrência que poderia despontar. Toda a esquerda estaria aliada aos metacapitalistas. Não é esclarecido o motivo, mas presume-se que muitos por ingenuidade. Outros talvez estejam mancomunados e teriam algum ganho. A linguagem de quadrinhos tende a ser simplificadora e menos nuançada que a expressão exclusivamente escrita da literatura. Os balões de texto são curtos, com pílulas de informação de uma história que precisa se desenrolar. O leitor, ao menos neste tipo de HQ, espera ver tiros e ações heroicas. Valendo-se dessa velocidade dos quadrinhos, Cunha deixa de explicar ao leitor por que pessoas de menor poder apoiariam os metacapitalistas esquerdistas, se isso só levaria a concentração de poder e caos. A conclusão dá-se pela leitura de outras obras bolsolavistas. Imagina-se que alguns sejam manipulados, enquanto outros, como mídia, intelectuais e artistas seriam beneficiados pelos governos, que são controlados pelos metacapitalistas. A ligação com o governo é um curinga deslegitimador. Acusa-se o governo de atender a determinados interesses (como de metacapitalistas), então basta ligar instituições ou pessoas ao governo para desacreditá-las. Intelectuais normalmente trabalham para universidades públicas, a mídia reproduz propaganda estatal, artistas usam a Lei Rouanet, e grandes empresas conseguem renúncia fiscal por essa mesma lei, além de, algumas delas, participarem de licitações.

3.3.2.3 O Globalismo Atinge Seu Ápice com o Governo Mundial

Destro promove uma espécie de dissolução de governos pelo “Consórcio”. Os metacapitalistas tornam-se o governo. Logo no início da história gráfica há uma notícia, em forma de recorte de jornal, que diz que pesquisador descobre como Guide (Google) pode influir nas eleições. Logo acima, algo mais direto: “Executiva do Guide é flagrada em vídeo alegando que o gigante da Internet trabalha para alterar as eleições de 2020 nos EUA”. Portanto, em 2020 as eleições teriam sido fraudadas nos EUA, com ajuda das big tech. Mas *Destro* passa-se em 2045. As notícias seguintes são uma espécie de *timeline* que indicam o que aconteceu pós-2020 para que se chegasse à situação retratada em 2045. Entre as notícias, vê-se: blogueiros pró-governo (Bolsonaro) serem presos pelo STF; Trump sofrer impeachment; a Open Globe anunciar chip cutâneos; o islã dominando a Europa; campanha pela vacinação contra a covid-23, com pedido de denúncia de aglomerações; notícia de países caindo para o governo global; gigantes de tecnologia inaugurando centro de negócios em Pequim, o que denunciaria seu alinhamento com o comunismo; decretação de lei marcial nos EUA, em matéria ilustrada com foto da famosa estátua de Abraham Lincoln em Washington DC, com uma foice e um martelo pintados na parede atrás; Open Globe enviando apoio a soldados em guerras nacionais e, por fim, uma notícia informando que 83% do mundo já acata o governo global, com a ONU liderando as mudanças. Segue-se a isso um excerto de 1984, de George Orwell, e então começa a história propriamente dita.

Percebe-se, apenas na citada introdução, uma crescente dissolução de tudo que diga respeito a cultura ocidental, liberdade, Estados nacionais e conservadorismo, como se fossem valores do bem, atacados pelo progressismo. Nota-se, pelas notícias, que as big techs e a Open Globe primeiro promovem uma adulteração da democracia, participando de fraudes eleitorais, e terminam por enviar apoio em guerras nacionais. Na última notícia, os governos nacionais já estão

tão fracos que a vasta maioria do mundo acata o governo global liderando pela ONU. Mas essa liderança da ONU é uma mera etapa. Quando a história começa, não fica clara a estrutura do governo global, mas se nota que a Open Globe tem grande ingerência, assim como o personagem inspirado em Mark Zuckerberg. Entende-se, portanto, que os metacapitalistas tornaram-se o governo global, sob a liderança das big techs. Como diz Cunha, em entrevista, trata-se de uma “ditadura marxista digital” (“Conservadorismo e Cultura” 34:32).

A tese, portanto, está posta: o establishment é progressista; o progressismo está alinhado aos metacapitalistas; estes desejam o caos para impedir o desenvolvimento econômico e brechar a concorrência; os governos são seus aliados e lhe passarão cada vez mais o poder, até que governem um Estado mundial. As teses progressistas, portanto, de inclusão e diversidade, na verdade só nos dividiriam em grupos, retirando nossa unidade, gerando convulsão social e desestruturando a sociedade, como desejariam os metacapitalistas em seus planos de médio prazo para totalitarismo global. A retórica progressista seria a raiz de todo o mal, nos dividiria ainda que acreditemos estar apoiando boas causas. Como patos, cairíamos nas garras dos metacapitalistas, que nos retirarão toda liberdade e nos jogarão na mais absoluta miséria, caso não despertemos, talvez com a ajuda de pessoas como Olavo de Carvalho e Luciano Cunha.

Trata-se de retórica eficaz na guerra cultural e na luta pela hegemonia, uma vez que aponta as graves consequências de ações que à primeira vista podem parecer inofensivas ou até inclusivas. O leitor, portanto, não precisaria ser contra pautas específicas do movimento negro ou LGBTQIA+, por exemplo, mas deveria ver a *big picture* e compreender que o progressismo é uma ameaça que pretende estabelecer uma nova ordem mundial baseada em caos, miséria, totalitarismo e governo global por metacapitalistas. Lutar contra esse progressismo é estar do lado do Ocidente e da luz, como diz Cunha na palavra do autor, em *O Doutrinador Definitivo*.

Este autor demonstra haver se arvorado à função de *awakener*, comum aos adeptos de teorias de conspiração, pois acreditam ter percebido uma realidade para a qual os demais ainda não despertaram. De fato, ele afirma que está em uma missão didática para desmascarar o marxismo. Mas ele não tem pressa, pois espera que a obra passe de geração em geração e celebra particularmente adultos que presenteiam filhos e sobrinhos, regozijando-se pelo menino Lorenzo, de nove anos, que “devorou os quadrinhos em vinte e cinco minutos” e, então, “aquela alma já estava salva”, pois o que ele pretende é “salvar a nossa juventude dessa influência progressista que com certeza eles têm em praticamente todas as salas de aula de nosso país” (“Conservadorismo e Cultura” 38:55 - 40:14). Assim como Olavo de Carvalho, o projeto da vida de Cunha parece ser mudar a cultura do país. Diferentemente do autoproclamado filósofo, Cunha está vivo e é relativamente jovem, com cerca de cinquenta anos, e seu selo Super Prumo e suas obras seguem em franca ascensão.

3.4 Conclusão

A importância do meio geek restou demonstrada na primeira seção deste capítulo, tendo, os gamers, criado uma linguagem usada em memes que ajudou a eleger políticos populistas de extrema direita, como Donald Trump. Ademais, o mercado geek envolve milhões de pessoas e apresenta faturamentos bilionários. No Brasil, em 2021, somente com a venda de produtos licenciados, faturou-se 21,5 bilhões de reais (L.A.I. Souza). O setor de vídeo games teve lucro de 2,3 bilhões de reais (L.A.I. Souza), e o mercado tem crescido de cinco a dez por cento ao ano (L.A.I. Souza). Em pesquisa da Omelete Company realizada em 2021 com mais de seis mil pessoas que se consideram geeks, 95% declararam ler dois livros ou quadrinhos por mês (Rodrigues). Trata-se de meio importante na guerra cultural brasileira. Basta lembrar que o Flow Podcast, o

maior podcast do Brasil, que tem mais de cinco milhões de inscritos em sua página no YouTube e que entrevistou diversas personalidades do mundo das celebridades e político, incluindo os quatro candidatos mais votados nas eleições presidenciais de 2022, foi criado por dois gamers, e referências ao mundo geek são comuns nas entrevistas, assim como vários dos convidados são ligados a esse mundo. Não à toa, reconhecendo a importância deste grupo, enquanto era presidente, Jair Bolsonaro reduziu o imposto sobre games quatro vezes (“Bolsonaro Reduz”). O meio geek é um importante campo de batalha da guerra cultural, daí o surgimento dos já citados movimentos “Quadrinistas Antifascistas” e seu opositor, “Quadrinhos Sem Política”. Ademais, via tirinhas em jornais, parte da produção do meio geek chega àquele que não consome material geek.

Neste capítulo, focou-se na principal editora de conteúdo conservador, cujos títulos têm encontrado êxito nacional e internacionalmente. Demonstrou-se que se tratam de obras bolsolavistas e, portanto, populistas, que se baseiam em uma crença em hegemonia progressista e reforçam a retórica do inimigo, ao propor que o Estado teria sido sequestrado por progressistas que visariam se locupletar. Ademais, tais quadrinhos, perigosamente, fortaleceriam a retórica capaz de levar líderes populistas autoritários ao poder, já que estes portariam a voz do povo contra instituições capturadas por pessoas cuja preocupação não seria o bem público. Já a tese do globalismo também acredita na hegemonia progressista, desta vez em um nível global. Outrossim, fortalece a retórica do inimigo, e apresenta uma variante internacional do marxismo cultural.

Os quadrinhos analisados não atacam diretamente medidas de equidade e diversidade, como fazem obras como *Wundeblogs.com* ou *O Império do Oprimido*, optando por focar no caráter supostamente autoritário do progressismo, contudo, o convite a combater o progressismo é claro, e se equidade e diversidade são valores-base do progressismo hoje, combatê-las será uma consequência do ódio e do medo ao progressismo que tais obras incutem no leitor

A editora Super Prumo é uma organização do bolsolavismo pela alteração da hegemonia, para que prevaleçam valores do passado, com uma sociedade impermeável a demandas de grupos subrepresentados, já que convencida de sua homogeneidade. Isso levaria à negação da existência de grupos diversos, o que seria uma maneira de aniquilação cultural. Suas publicações contam com arte e acabamento editorial cada vez mais refinados. Seu proprietário e autor ou coautor de todas as obras aqui visitadas, Luciano Cunha, empenhado na alteração do senso comum, também pretende criar símbolos conservadores, por isso seus heróis não se limitam a uma revista. Eles retornam, seja em novos volumes, seja visitando as publicações uns dos outros (aparições do Doutrinador em *Destro* e *Garra Cinzenta*), as capas ficam mais bonitas, com maior gramatura e verniz, tornando o livro físico um objeto artístico em si. Quem paga um pouco mais ao adquirir *Destro* ganha junto um Rubro, a moeda do mundo distópico. Nesse diapasão, Cunha tem o projeto de criar uma iconografia de direita, que considera praticamente inexistente quando comparada à iconografia progressista, por isso tem feito, pela sua editora, broches de ícones conservadores, como Churchill e Von Mises (“Conservadorismo e CULTURA” 1:25:00 – 1:29:28). Ele, portanto, está totalmente dedicado à guerra cultural, em um projeto consciente e aberto de alteração da estrutura hegemônica, e obtendo grande sucesso de vendas, além de exportar sua produção para outras mídias e países. A ascensão de sua influência no meio geek nos próximos anos é muito provável. Muito do que se torna mainstream, como blockbusters de super-heróis e outros produtos culturais, é gestado pelos geeks. Este meio não pode ser negligenciado na guerra cultural, o que o bolsolavismo já percebeu.

CAPÍTULO 4:

Ex-partícipes

4.1 Considerações Iniciais e um Exemplo

Nesse capítulo, veremos obras de autores de inserção no sistema literário que atualmente se opõem ao bolsolavismo, mas que foram partícipes de sua guerra cultural. Considera-se que contribuirá para a guerra cultural conservadora aquele que, voluntariamente ou não, ajudar na configuração de um senso comum mais homogêneo e favorável à igualdade formal, que tem por consequência a meritocracia em lugar da equidade. Tal disputa dá-se contra alguém visto como um inimigo. Portanto, dos elementos da guerra cultural conservadora brasileira, sem dúvida a retórica do inimigo é o mais indispensável deles, levando o debate para fora da arena da cotidiana disputa política. Já a teoria do marxismo cultural pressupõe a retórica do inimigo, uma vez que prevê que a busca do poder por progressistas se dá por meio de uma ardil lavagem cerebral. Quanto à suposta hegemonia progressista, muitos consideram que ela existe graças ao avançado estágio do marxismo cultural. Portanto, os elementos se entrelaçam e normalmente estarão todos presentes em obras que participam da guerra cultural.

Alguns liberais e conservadores moderados, no momento do adensamento conservador que deu origem à novíssima direita, em parte da segunda década do século XXI, normalizaram Olavo de Carvalho e até replicaram suas teses, fazendo-as atingirem o grande público, até chegar-se a um

ponto em que liberais que pouco haviam ouvido falar de Carvalho repercutiam sua teoria da conspiração sobre o Foro de São Paulo. O referido ex-astrólogo logrou inserir muitas ideias extremistas e conspiracionistas no senso comum, fazendo-as, desse modo, soarem razoáveis e plausíveis, de modo a alterar a configuração da hegemonia. Hoje, muitos dos que, conscientemente ou não, replicaram suas teses, são seus ferrenhos críticos; contudo, ajudaram a que suas ideias se capilarizassem. Veja-se, por exemplo, a conversa entre os acadêmicos Bolívar Lamounier, Luis Felipe Pondé, e o jornalista Reinaldo de Azevedo, mediada por William Waack, todos hoje críticos do bolsolavismo, ocorrida no canal de televisão Globo News em vinte e oito de dezembro de 2013.

O debate, atração do programa Globo News Pânico, tem o título de “Esquerda e Direita no Brasil”. Nele, os participantes, com um megafone, trouxeram para o terreno da normalidade as teses da extrema direita nacionalista.

Reinaldo de Azevedo replica o discurso gestado no Orvil e elaborado por Carvalho e outros, de que a esquerda, após perder a disputa armada durante a ditadura, passou a ocupar posições no Estado e na sociedade civil para alterar a cultura. Azevedo chega a citar o gramscismo como estratégia para uma alteração sutil da sociedade até que se torne marxista sem dar-se conta (“Esquerda e Direita” 6:10-6:49). O gramscismo estaria tão desenvolvido no Brasil que não haveria divergência ideológica no debate público, posto que toda a sociedade estaria ideologicamente alinhada à esquerda, incluindo o empresariado. Segundo William Waack, o monopólio gramscista seria tal que sequer deixaria espaço para o debate de valores (8:53-8:59), com o que Bolívar Lamounier concorda (9:00-9:02). Para Luis Felipe Pondé, liberais não estariam conseguindo sequer entrar nas grandes universidades (31:48-31:52) e nem fazer pesquisa (31:52-31:43), pois mesmo banqueiros e empresários financiariam somente pesquisas, revistas, intelectuais, manifestações e centros culturais de esquerda (31:58-32:10). Pequenas instituições

que gostariam de fazer colóquios e seminários de perfil liberal não o conseguiriam, por falta de financiamento, espaço e institucionalização (32:10-32:25), já que “o próprio empresariado investe na esquerda” (32:30-32:33), ou seja, como afirma William Waack, “tá tudo dominado” (36:13). E este domínio seria tal que, segundo Lamounier, a reeleição de Lula equivaleu a quase uma censura do debate público (9:02-9:15). A guerra cultural gramsciana teria sido tão bem-sucedida que se teria estabelecido uma hegemonia progressista tão dominante que, em “qualquer lugar que você for, nos jornais” e nas universidades praticamente não se poderia discutir, pois todo mundo seria petista (9:16-9:23). Nota-se, portanto, que a crença na hegemonia progressista e no marxismo cultural se faz presente entre esses intelectuais liberais. Pondé acredita que há uma guerra cultural recém-iniciada (lembre-se que isso foi dito em 2013) e, pelo que expõe, não há dúvida quanto ao seu lado.

Quanto à retórica do inimigo, surge diversas vezes, por iniciativa de diferentes debatedores. Azevedo apresenta uma definição própria e peculiar do que seja direita e esquerda. Depois de discordar do conceito de Bobbio, afirma que a distinção entre direita e esquerda reside no fato de que “a direita democrática, ela respeita as instituições e quer justiça social igualmente” (12:05-12:10), ao passo que “a esquerda acha que solapando instituições consegue fazer justiça e, portanto, isso é positivo [no entender da esquerda]” (12:13-12:19). O objetivo da direita e da esquerda seria, portanto, o mesmo: a justiça social. A diferença residiria no meio para tal. Enquanto aquela faria isso conservando as instituições, esta as atacaria. Assim, reveste-se a esquerda de ilegitimidade em uma ordem constitucional e cultural que pressupõe o Estado Democrático de Direito, nos moldes liberais. Se a esquerda é antidemocrática, como poderia ser tolerada em uma democracia? A retórica do inimigo está estabelecida.

Bolívar Lamounier fortalece tal compreensão ao opinar que a esquerda, ao se dizer democrática, profere uma meia verdade, pois ela “é anti-institucional. Qualquer partido de esquerda que se leve a sério ou meio a sério é anti-institucional” (17:55-18:05). Acredita que a esquerda teria por objetivo de longuíssimo prazo uma sociedade sem classes, o que seria incompatível com a institucionalidade, pois para que tal modelo de sociedade fosse estabelecido teria que haver uma espécie de escatologia social em algum momento, uma vez que as instituições existiriam para uma ordem existente, não para a ordem futura que a esquerda buscaria (18:09-18:33). Já que este seria o objetivo da esquerda, a diferença entre extrema esquerda e esquerdistas moderados, para Azevedo, seria meramente de grau, ou seja, ambos acreditam que o Partido deve moldar a sociedade, divergiriam somente quanto à velocidade e brutalidade com que isso deve ser imposto (o uso desta palavra não é casual) (37:29-37:44). Todos os esquerdistas seriam, assim, antidemocráticos. Ressalte-se que no primeiro capítulo foi citada frase praticamente idêntica de Olavo de Carvalho.

O que se nota é que, por meio de diferentes argumentos, afirma-se aquilo que Carvalho sugere: se é de esquerda, apoia engenharia social e é antidemocrático. Combater a esquerda é defender a ordem democrática e o atual modelo de Estado. Sujeitos de esquerda sequer tolerariam diferenças, segundo afirma Pondé (40:23-40:27), ignorando o fato de que a essência do progressismo (palavra normalmente tomada de forma equivocada como sinônimo de esquerdismo) no século XXI é a busca por maior diversidade.

Ainda dentro da retórica do inimigo, Lamounier abre um novo ponto. Para ele, não se deveria falar em direita e esquerda no Brasil, posto que o real embate seria entre liberais e antiliberais. Estes seriam contra a democracia. Interessante notar como este intelectual abstrai a diferença entre liberalismo econômico e liberalismo como modelo de Estado, pois trata o

antiliberalismo econômico como contrário ao Estado liberal. Seguramente porque considera que a esquerda é contra este modelo de Estado. Contudo, chama a atenção que William Wack afirma, com o consentimento dos demais, que pela leitura da Constituição de 1988 chega-se à conclusão de que há um consenso no país que exclui a possibilidade do surgimento de agrupamentos políticos grandes de direita (ele crê que não existiam partidos de direita no Brasil àquela altura) (30:52-31:09). Juntando-se os argumentos apresentados, tratar-se-ia de um caso peculiar em que um modelo de Estado liberal, na sua própria constituição, não deixa espaço para o liberalismo (“liberalismo” e “direita”, ou “direita democrática”, são termos usados indistintamente durante o debate). Retorne-se, entretanto, ao ponto de Lamounier. Se o real embate é entre liberais e antiliberais e a esquerda é entendida como parte do segundo grupo, então a esquerda e a extrema direita estariam do mesmo lado. Trata-se do conservador estilo João Pereira Coutinho, ou seja, aquele que se considera um ponderado que nos mantém a uma distância segura de reacionários e totalitários de esquerda. Mas, registre-se, pela retórica do inimigo construída pelos intelectuais do debate, todo esquerdista é antidemocrático e equivale ao totalitário.

Repita-se que todos os debatedores e o mediador hoje se opõem ao bolsolavismo, embora em 2013 repercutissem teorias da conspiração olavistas. Eles e outros influenciadores liberais ou conservadores moderados participaram da guerra cultural conservadora, ajudaram a capilarizar as teses olavistas, reforçaram os elementos da guerra cultural, sobretudo a retórica do inimigo. A consequência foi uma alteração do senso comum tão grande que viabilizou, pela primeira vez na história do país, a eleição de um extremista de direita para a Presidência da República. Com ajuda do Poder Judiciário, que prendeu seu principal oponente, pode-se dizer; contudo, a atuação de tal Poder foi fortemente influenciada pelo novo senso comum surgido por conta da guerra cultural conservadora.

Posteriormente, assustados pela ascensão da radicalidade iliberal bolsonarista, se afastaram das teses olavistas, contudo, tais leituras da realidade já haviam sido capilarizadas por eles próprios. Portanto, parte da intelectualidade liberal e conservadora foi fundamental para que o olavismo ganhasse aderência e alterasse o senso comum, ao se alinharem a ele na novíssima direita, abrindo espaço para a narrativa de que o Partido dos Trabalhadores, boa parte da esquerda e até partidos normalmente identificados como de centro ou de centro-direita, como o Partido Social-Democrata Brasileiro (PSDB), fossem considerados comunistas. Como diz Pondé no debate analisado, o PT é comunista e sempre que um partido com tal orientação chega ao poder há casos de corrupção, pois esta seria um meio para atingir os objetivos da causa (26:40-27:22). Induz-se, desse modo, o pânico do comunismo no país, o que permite ataques mais agressivos às forças progressistas, que passaram a ser identificadas como corruptas e um perigo à liberdade. Não à toa, no citado debate, identifica-se ser de direita, dentre outras coisas, com ser favorável à liberdade de imprensa (2:32-2:40).

Nesse diapasão, serão analisadas, neste capítulo, obras que compõem o sistema literário brasileiro e que contêm um ou mais elementos da guerra cultural conservadora, ainda que seus autores não sejam identificados com o bolsolavismo.

4.2 O vício do Amor

Trata-se de obra do escritor e jornalista Mário Sabino, autor já laureado com o um Prêmio Clarice Lispector, da Biblioteca Nacional, ex-editor chefe da Revista *Veja* e um dos atuais proprietários do portal *O Antagonista*, de perfil liberal, marcadamente antipetista e antibolsonarista. O romance foi publicado em 2011, portanto no ano seguinte ao início simbólico da guerra cultural.

O Vício do Amor trata do tema expresso no título, ou seja, da necessidade humana de amar. Com foco no amor romântico, o narrador-protagonista, cujo nome ele altera três vezes, sendo um deles Mário Sabino, que ele afirma ser pseudônimo, foca a narrativa na sua história amorosa com três mulheres. Note-se que o livro traz traços de um conservadorismo clássico e reacionário, o que ajuda a que o leitor se situe quanto ao posicionamento do autor implícito. O romance se coloca abertamente contra a ética protestante, identificada com o capitalismo e o acúmulo de capital. Isso vai ao encontro do reacionarismo, ligado ao conservadorismo pós-revolução francesa, que era antimodernidade. Afirma, o narrador-protagonista: “Trabalho é blow job. Ponto. (...) A lorota de que se trata de algo dignificante é um prosseguimento brutalmente lógico da ética protestante que nos colocou a todos no inferno: católicos, judeus, xintoístas, animistas, o diabo a quatro (31)”. Citando Weber que, por sua vez, se referia a Richard Baxter, o narrador resume, em tom crítico, a ética protestante:

“(...) ‘o tempo é infinitamente valioso porque cada hora perdida é trabalho subtraído ao serviço da glória de Deus. Sem valor também é a contemplação inativa, ao menos quando feita às custas do trabalho profissional. Pois ela é menos agradável a Deus do que o exercício de Sua vontade na vocação profissional.’ E, assim, o blow job adquiriu um ritmo frenético” (74).

Tal ética levaria a uma mecanização do ser humano, “desprovido de valores morais mais arraigados” (74), que obteria prazer sem ter coração, portanto o ser humano moderno seria um nada que “imagina ter chegado a um grau de humanidade nunca antes alcançado” (74). Mas o narrador, em certa altura da vida, herdou uma fortuna, o que o permite, “na contramão da história” (75), ser “Um judeu ocioso no centro da cristandade¹³, a uma distância prudente da ética protestante” (75).

¹³ Ele vive em Roma.

Apresentada a moldura reacionária do livro, o que o coloca em choque com os valores atuais, sendo por conseguinte partidário de uma destruição para um retorno a uma ética pré-modernidade, veja-se como os elementos da guerra cultural brasileira se manifestam.

4.2.1 Crença na hegemonia progressista

Tal elemento da guerra cultural conservadora faz-se pouco presente de forma direta. Ressalte-se um pequeno trecho, em que o narrador afirma que, quando ainda trabalhava em seu país natal (claramente o Brasil), era funcionário de um jornal que tomou proporção exagerada após a “ascensão de um governo de esquerda, popular e corrupto” (191). Tal se deu porque “o dono da publicação e seus diretores decidiram que continuaríamos a fazer reportagens, o que implicava denunciar escândalos dos novos e insaciáveis poderosos quase que diariamente” (191), o que levou o jornal a ser alvo de campanhas difamatórias.

Está implícito na afirmação que a imprensa em geral parara de fazer reportagens investigativas de qualidade, para não denunciar o governo, ou seja, a imprensa seria chapa branca. Não só a imprensa, como o país em geral, porque, por trabalhar para o referido meio de comunicação, o narrador passou a ter fama de fascista, palavra que, no seu país, “é um coquetel molotov gramatical facilímo de ser lançado contra quem discorda de quem concorda com tudo” (191). Nota-se, portanto, que na versão de Brasil do narrador há uma hegemonia progressista, posto que o senso comum estaria de acordo com a retórica do governo, que seria a mesma da sociedade, o “tudo” com que todos concordam. O conservador e o liberal, nessa versão de país, seriam os que nadam contra a corrente, que é favorável ao governo e progressista. Neste Brasil, o mesmo em que viviam em 2013 Luis Felipe Pondé, William Waack, Bolívar Lamounier e Reinaldo Azevedo, “todos os políticos, todos os professores. Até os empresários são de esquerda (...)” (46). O motivo

de tamanha hegemonia não é esclarecido pelo personagem. Uma razão em que se poderia pensar é o marxismo cultural, que já estaria em etapa avançada.

4.2.2 Marxismo Cultural

Os gramscistas teriam conseguido lavar as mentes para que quase toda a sociedade fosse de esquerda. Tal fato não é diretamente afirmado pelo narrador. Entretanto, vê-se presente uma retórica que, em diversos pontos, se alinha aos que acreditam no marxismo cultural. Veja-se as primeiras palavras da obra:

Comecei a tomar antidepressivo depois de descobrir que, enquanto eu a esperava em Berlim, ela chupava um judeu, num hotelzinho sórdido de um buraco qualquer do estado alemão de Hesse. De toda a frase, você deve ter se escandalizado com o livre uso da palavra “judeu”. Mas o que eu posso fazer se ele era judeu? (15)

Tem-se presente a reiterada contestação à pauta progressista de adequação da linguagem, já abordada quando esta tese tratou de Jorge Scala (primeiro capítulo), *Wunderblogs.com* (segundo capítulo) e *Destro* (terceiro capítulo). O narrador demonstra incômodo com a reformulação da linguagem proposta mais recentemente por setores progressistas, em busca de um vocabulário mais inclusivo. Não se discute aqui se tal se aplica ao termo “judeu”. Em verdade, em se tratando de palavra sobre a qual paira pouca controvérsia, é uma ironia do autor a afirmação de que o uso de tal termo incomodaria; assim, pela hipérbole chama a atenção para uma suposta regulação do linguajar. Isso se repete em outros momentos do texto, quando, por exemplo, o narrador declara: “Chamo judeu de judeu, patrão de patrão, comunista de comunista e empregado de empregado” (29). Ou, quando teoriza:

Me recuso a trancafiar as palavras num Lager e esperar que morram à míngua. Elas são o que são, refiram-se a vítimas ou a carrascos, e as acepções que adquiriram em séculos, positivas ou negativas, não podem ser canceladas com o silêncio, têm de conviver com o significado original. Do contrário, precisaríamos deixar de chamar alemão de alemão, turco de turco e japonês de japonês. Também pode soar ofensivo

a um alemão, a um turco e a um japonês serem designados por sua nacionalidade em determinadas circunstâncias (...). (53)

Há uma contradição na afirmação. Ou tem-se que conviver com o significado original das palavras ou elas são o que são de acordo com os significados recebidos através dos séculos. Se o narrador-protagonista entende que estão presas ao significado original, o personagem teria de concordar com a afirmação de que a palavra “denegrir”, por exemplo, é ofensiva. Contudo, afirma que os significantes não podem ser cancelados com o silêncio, de modo que, por “significado original” parece referir-se à concepção que os vocábulos adquirem à medida que atravessam os séculos. Em suma, aliando-se a um discurso tipicamente conservador, o narrador se opõe a que novos sentidos sejam dados a significantes a partir de ativismo e movimentos sociais, pois assim como tudo o mais em uma lógica conservadora, importa o que foi estabelecido pela tradição através da história. O valor das palavras deveria, portanto, ser indisputado.

Cabe, outrossim, perguntar-se por que este tema da linguagem é tão recorrente entre conservadores. Não seria tão presente e não geraria tanto incômodo fosse um mero desdobramento da máxima conservadora de que não se deve alterar o senso comum por meio de ideias gestadas em gabinetes. Entretanto, disse Luciano Cunha em *Destro*: “linguagem é tudo. Linguagem é poder”. Já Jorge Scala acredita que o progressismo, por meio da chamada ideologia de gênero, produz uma reengenharia social, valendo-se, sobretudo, de lavagem cerebral, que tem a readequação da linguagem como sua principal arma. Mudar-se-ia a linguagem em prol da alteração e da inserção de conceitos. Como visto no primeiro capítulo, Scala usa a introdução no vocabulário corrente da palavra “gênero” e a mudança do significado do vocábulo “sexo” como principal exemplo (32). Portanto, a despeito de ser sugerido em *Vício do Amor* que as palavras simplesmente são o que são, ou seja, que seriam imanentes, estando à parte das disputas sociais, o próprio conservadorismo tem noção do poder político da linguagem. Conforme Yaguello, a fala e a

linguagem sempre envolvem “conflitos, relações de dominação, adaptação ou resistência à hierarquia ou utilização da língua pela classe dominante para reforçar seu poder” (citado por Corrêa e Diogo Gurgel 53). A mesma autora dirá que “a palavra é a arena onde se confrontam os valores sociais contraditórios; os conflitos da língua refletem os conflitos de classe no interior do mesmo sistema” (Yaguello 15). Bakhtin desenvolve o ponto ainda mais. É que diferentes classes compartilham o mesmo sistema de signos, portanto “O signo se torna a arena onde se desenvolve a luta de classes” (Bakhtin 45). Em verdade, para este autor, é a própria luta pelo signo que o mantém vivo, pois “O signo, se subtraído às tensões da luta social, se posto à margem da luta de classes, irá infalivelmente debilitar-se” (46), restando vivo tão somente por trabalhos de filólogos e historiadores (46). O significante refrata o ser, ou seja, ele altera o significado e o que determina essa mudança é o confronto de distintos interesses sociais dentro de uma só comunidade semiótica (45). Pela teoria de Bakhtin, portanto, a classe dominante, para proteger-se dessa refração causada pelo signo sobre o ser, ou seja, dessa alteração da realidade pela própria mobilidade do signo, “tende a conferir ao signo ideológico um caráter intangível e acima das diferenças de classe, a fim de abafar ou de ocultar a luta dos índices sociais de valor que aí se trava, a fim de tornar o signo monovalente” (46). “As palavras são o que são”, nos dizeres do narrador de *O Vício do Amor*. Portanto, autores conservadores, como Mário Sabino, fazem precisamente o que aponta Bakhtin, buscam retirar os signos da disputa social, dando-lhes o referido caráter inatingível. Recolocá-los na disputa para ressignificá-los seria engenharia social. Sempre presente, pois, a ideia de que buscar alterar a sociedade seria algo maquiavélico. Como conservadores negam que as relações de poder moldam as dinâmicas sociais, corriqueiramente afirmam que progressistas pretendem colocar compatriotas uns contra os outros. Os progressistas realçam as opressões para que possam ser desconstruídas. Para olhos conservadores, contudo, estariam apenas criando conflitos onde não

há. Ocorre que, conforme alerta Bakhtin, a “dialética interna do signo não se revela inteiramente a não ser nas épocas de crise social e de comoção revolucionária” (46). Destarte, a readequação da linguagem buscada por grupos progressistas está sempre presente, apenas ficando mais explícita em momento de guerra cultural, pois a disputa pelo signo é onipresente. Como diz Possenti:

o próprio fato de que ela [a discussão] se dê através da imprensa ajuda a esclarecer sua relevância, já que a discussão caracteriza-se como um caso em que forças sociais que agem com e sobre a linguagem explicitam suas posições, apelam para argumentos de várias ordens, alguns supostamente científicos, tentando produzir efeitos sobre a linguagem de forma mais ou menos consciente e organizada – ao contrário do movimento em geral imperceptível das forças envolvidas classicamente nos processos de variação e de mudança linguísticas, que são perceptíveis, quando o são, para especialistas munidos de instrumentos de observação não disponíveis para falantes comuns, embora as forças sejam fundamentalmente as mesmas. (130)

É claro que isso não significa que todas as alterações da linguagem buscadas por grupos progressistas façam sentido, ou seja, ajudem a reduzir a opressão sem empobrecer a linguagem. Possenti critica, por exemplo, o etimologismo, que buscará cancelar algumas palavras de acordo com o seu significado original, o que é uma negação da mutabilidade do signo. Trata, por exemplo, da controvérsia sobre a origem da palavra “mulato”, que poderia vir de “mula” ou da palavra árabe “mohalát”, que significa “mestiço” (130). No caso da primeira corrente estar correta não seria aceitável o uso do significante, mas seria caso o segundo entendimento prove sua correção. A autora afirma, com razão, que se deve ater ao significado que a palavra tomou recentemente. Refere-se, ainda, a um etimologismo seletivo, quando se recuaria para a origem da palavra até onde interessa (139). Cita o exemplo do ataque à palavra “seminário”, que seria falocêntrica, pela associação de sêmen ao masculino. Contudo, a origem do termo “sêmen” seria para referir-se a “semente” (138) e a associação ao esperma teria ocorrido a posteriori.

Um debate sobre a linguagem é justo e necessário, contudo, o que se vê na produção conservadora é uma afirmação de uma suposta neutralidade da língua (“as palavras são o que são”),

que progressistas buscariam quebrar, para controlar o idioma e promover engenharia social. Assim, conservadores buscam interditar a discussão sobre o tema.

Ressalte-se, por fim, que embora a disputa pela linguagem tenha sido aqui tratada referenciando constantemente o conflito de classes, tal se deu em função da terminologia bakhtiniana, calcada em uma lógica marxista. No entanto, como ressalta Possendi:

É fato que a luta se dá também, ou prioritariamente, contra termos que conotam negativamente em relação a grupos que, em sua maioria, não atendem aos critérios de classe segundo o marxismo clássico. Grupos que lutam por direitos de igualdade para quem pertence a determinado sexo ou raça, por exemplo, ao contrário de se constituírem em contra-exemplos aos princípios históricos acima expostos, são exemplos de novas formas de lutas (...). (132)

E, de fato, quando a tese do marxismo cultural é trazida, tal se dá para colocar estes grupos no alvo da guerra cultural conservadora. Como se sabe, em uma guerra cultural o senso comum está em disputa e a linguagem é ferramenta essencial.

Em conclusão, a obra em análise não adere expressamente à tese do marxismo cultural, contudo, seu discurso sobre a linguagem resvala nesta tese, uma vez que a busca de alteração da linguagem é resistida porque as mudanças seriam vistas como parte de um projeto de alteração lenta e quiçá sub-reptícia de valores sociais. A obra, entretanto, não chega a propor que ao fim e ao cabo se chegaria um Estado socialista sem que a população se desse conta, por conseguinte, não se pode afirmar que abrace a tese do marxismo cultural por completo.

4.2.3 Retórica do Inimigo

O anti-intelectualismo, tão comum nas obras conservadoras, também se apresenta no livro em análise. Como já se sabe, os intelectuais são considerados ponta de lança do marxismo cultural, daí serem tão atacados. Mas seria este o único motivo? É inegável que há uma prevalência da esquerda e do progressismo no meio das humanidades, o que naturalmente gera uma antipatia em

conservadores, que buscam deslegitimar aquele tipo de ator social como parte da disputa pela hegemonia. Portanto, embora se tenha, no capítulo 2, analisado o anti-intelectualismo na esfera do marxismo cultural, é inegável que igualmente compõe a retórica do inimigo. Em *O Vício do Amor*, os intelectuais são apresentados como aqueles que se consideram predestinados. Não diretamente, todavia. Essa acusação é dirigida a comunistas, entretanto, há uma pressuposição de que intelectuais são marxistas. Veja-se um trecho do capítulo 4. Um amigo do protagonista, por quem ele nutre grande admiração, entoia um monólogo para uma antropóloga, no qual trata do problema da predestinação que alguns grupos se autoatribuem. Sem que a interlocutora tenha se declarado marxista, ele diz:

essa fábula da predestinação caiu do céu e foi colocada sobre os ombros de uma classe social: o proletariado. A classe redentora que transformaria o mundo e... Bom, o blá-blá-blá marxista é mais do que conhecido entre os presentes. Mas, repare, não há diferença de base entre os vários discursos de predestinação (...). Cada grupo julga-se superior aos demais, porque portador de uma Verdade (Verdade com “v” maiúsculo, é claro) (...). A consequência óbvia é que, como tal, sente-se no direito de preponderar sobre as parcelas que representariam sua oposição. O curioso é que, dentre esses predestinados há sempre aqueles que são mais predestinados do que os outros, o que faz com que o totalitarismo inerente a esses sistemas se apoie numa casta dirigente autoritária. Não foram brancos como eu, portanto, que quase dizimaram a tribo que produziu esse colar de penas que enfeita seu pescoço. Mas brancos como a senhora, que também acreditavam na história com “h” maiúsculo. Ou seja, na sua própria superioridade. (...) Vocês usam colares ideológicos invisíveis, mas nem por isso menos palpáveis, primitivos e utilizáveis contra a “tribo inimiga”. (36-37)

De imediato, deve-se apontar uma certa incoerência do discurso. Primeiro, é dito que os proletários foram eleitos os predestinados, contudo, à medida que o discurso se desenvolve, nota-se que a crítica é aos intelectuais. Se a referida senhora, que representa os intelectuais, crê na própria superioridade, é porque se considera uma predestinada. A ligação entre predestinação e superioridade é feita pelo próprio personagem, no mesmo trecho, quando afirma que “não há diferença entre os vários discursos da predestinação, sejam eles o judaico, o islâmico, o cristão, o nazista, o fascista, o colonialista, o imperialista e o comunista. Cada grupo julga-se superior aos

demais porque portador de uma Verdade (...)” (36-37). Portanto, a despeito de os proletários terem sido eleitos como os predestinados pelos comunistas, de acordo com o personagem, os intelectuais também seriam autodeclarados predestinados, pois os comunistas em geral o seriam, como resta claro pela lista apresentada. E, segundo ele, o pretense predestinado “sente-se no direito de preponderar sobre as parcelas que representariam sua oposição” (37), já que julgariam portar a referida “Verdade”.

É curioso como alguns entendimentos de modelo social são associados à predestinação e ao autoritarismo. Haveria um “totalitarismo inerente a esses sistemas” (37) da lista acima citada, constante das páginas 36 e 37 do romance. Por que, por exemplo, aquele que crê na sociedade de mercado, ou em um conservadorismo clássico, ou mesmo na social-democracia, não é classificado como um predestinado que detém uma “Verdade”? É que, para conservadores, o conservadorismo não é uma ideologia. Ideologia é uma palavra reservada para o outro, o que permite classificá-lo como fanático. Repare-se que, na lista apresentada pelo personagem, o comunismo tem a companhia do nazismo, fascismo, imperialismo, e de religiões, o que o joga para o terreno do fanatismo. O comunista, ao contrário de um liberal, não pode ter sido alguém que ponderou e chegou à conclusão de que se trata do melhor sistema. O comunismo é referido no mesmo romance como um “sistema de crenças”, portanto, não é ciência política, não é conclusão refletida, é, assim como as religiões, fé. Sendo fé, sua verdade seria absoluta, por isso grafada com *vê* maiúsculo, devendo ser imposta.

Curiosa é a acusação, sobre o suposto predestinado, de que “sente-se no direito de preponderar sobre as parcelas que representariam sua oposição” (37). Ocorre que qualquer grupo político pretende preponderar sobre sua oposição, a forma pela qual se dá tal busca é que define se há autoritarismo. Chama a atenção a razão apontada pelo personagem para colocar os sistemas dos

“predestinados” como inerentemente totalitários: “dentre esses predestinados, há sempre aqueles que são mais predestinados do que os outros, o que faz com que o totalitarismo inerente a esses sistemas se apoie numa casta dirigente autoritária” (37). Os sistemas dos quais o narrador não gosta são, portanto, considerados autoritários não somente porque os que neles acreditam se julgam predestinados e, portanto, vão tentar impor suas “Verdades”, mas sobretudo porque seus seguidores vão buscar vantagens sobre os demais, inclusive sobre aqueles que concordam com eles, e vão implantar um regime totalitário para a manutenção desses status diferenciado. Isso ocorreria somente nestes sistemas, já que nos demais, como ninguém se consideraria predestinado e, muito menos, mais predestinado que os outros, não haveria uma busca por privilégios ilegítimos. Pode-se até buscar uma situação de privilégio, mas como o sujeito não acredita ser um predestinado, não o fará pisando em cima dos demais. Por conclusão, os apoiadores de certos modelos sociais teriam uma espécie de sociopatia, por se considerarem predestinados e superiores. Isso seria automático entre os que pregam tais modelos, pois o fazem baseados na fé de se considerarem portadores da verdade e, alguns dentre eles, se achariam ainda mais iluminados.

Isso se enquadra na clássica patologização do sujeito progressista ou de esquerda, tão comum na retórica do inimigo. O comunista não seria um mero adversário de ideias, mas alguém posto ao lado de fascistas e nazistas na lista apresentada pelo personagem, e que se crê superior e buscará impor seu modelo de sociedade e privilégios como quem impõe uma verdade absoluta, baseada em fé, portanto, com poucos limites. Seria um sujeito perigoso, que defende um regime inerentemente totalitário. Para o personagem, os opositores do comunismo seriam vistos pelos marxistas como “tribo inimiga” (37). Após, portanto, construir um discurso que coloca o comunista como um inimigo, por ser necessariamente perigoso e fanático, o personagem afirma o inverso, que o marxista é aquele que vê os demais como inimigos.

Ressalte-se que, nesse trecho, a retórica do inimigo busca atingir uma classe em específico: os intelectuais. A única informação que se tem sobre a interlocutora de Saulo é que se trata de uma antropóloga (35), que veste um colar de penas do Alto Solimões (35), bastante estereotipada, tanto pelo adereço quanto pelas poucas palavras que pronuncia, como quando diz: “É uma peça ritualística de uma tribo quase inteiramente dizimada por brancos como você” (35). Além de infantilizada, a antropóloga é agressiva e corrobora, em suas poucas palavras, o que é dito pelo seu interlocutor, de que trata os opositores de ideias como tribo inimiga. Se a antropóloga quase nada disse e o pouco afirmado foi infantil e agressivo, a resposta de Saulo é um pensamento rebuscado, com encadeamento de ideias, e se estende por duas páginas. E não poderia ser diferente. Se comunistas são fanáticos que querem impor uma verdade incontestável, têm poucos argumentos e lhes sobra agressividade. Contudo, o conservador ou liberal é alguém que teria chegado às suas conclusões de forma ponderada, portanto, sendo capaz de raciocínios sofisticados. E ressalte-se, basta ser antropóloga com colar de penas para ser automaticamente associada ao comunismo. Os próprios intelectuais seriam, portanto, ao menos em sua grande maioria, fanáticos patológicos que se consideram predestinados.

Está claro, portanto, que esta obra corrobora a retórica do inimigo, o que ajuda a deslegitimar a retórica progressista como um todo, colaborando com uma configuração hegemônica livre de valores progressistas, o que inclui a busca por diversidade e equidade. Por consequência, este romance colabora com a guerra cultural bolsolavista, ainda que seu autor se oponha a Bolsonaro.

4.2.3.1 O Arco de Renata

A obra foca em três relações amorosas. Uma delas, em verdade, tem o pós-termino mais abordado do que relacionamento em si. Posteriormente ao fim do relacionamento, Isabel adoeceu

e ficou paralisada na cama. O narrador de nome cambiante, seu ex, a visitava regularmente, buscando apaziguar alguma culpa, mas recebia olhares de ódio. Outra paixão foi Lorenza, que foi sua terapeuta. Acabaram se envolvendo, mas após Lorenza levar uma reprimenda de seu supervisor, fez-se inacessível ao narrador. Por fim, Renata, “a última e mais importante das mulheres desse livro” (8), como diz João Pereira Coutinho no prefácio. Renata, em alguns momentos, parece ser uma esquerdista bitolada e ingênua, mas logo em seguida quebra tal estereótipo com respostas sagazes. Veja-se o seguinte diálogo:

- Que bom... o Romantismo é fruto de uma ideologia classista e reacionária.
- Você é de esquerda.
- Você não precisa ser de esquerda para reconhecer certas verdades.
- Você não é de esquerda.
- De esquerda, de direita, de centro: depende da latitude, posso mudar de posição.
- Na Itália?
- De centro.
- Na China?
- De direita.
- No Oriente Médio?
- ...
- No Oriente Médio?
- De esquerda, eu acho. (80-81)

Próximo ao final do livro, o narrador volta antecipadamente de viagem e flagra Renata reunida com Giuseppe, que é personal trainer do protagonista, e cinco palestinos ativistas do Hamas. Tramavam o envio de armas para a Palestina. Quando confrontada com a afirmação “Ótimo, você trouxe terroristas para conhecer minha casa” (237), Renata se sai com “Você parece um israelense de direita” (237). Segue-se um discurso de Renata sobre confinamento de palestinos e crianças mortas por bombas de fósforo. Sua postura, portanto, é um tanto adolescente. Em vez de enfrentar o fato de ter colocado membros do Hamas de surpresa na casa do seu namorado enquanto ele viajava, tergiversa com um discurso pronto sobre a opressão sofrida por palestinos. Em resposta aos argumentos de Renata, o narrador pede para que ela não transforme a conversa “numa reunião do Conselho de Segurança da ONU” (238) e a traz ao ponto: “Você não tinha o

direito de usar minha casa como aparelho de militância política, sem a minha permissão” (238), ao que ela responde, abandonando a postura imatura: “Você tem razão. Peço desculpas” (238). Em seguida, explica seu plano de atravessar armamentos do Egito para Gaza por túneis subterrâneos. Ela, italiana e judia, serviria de escudo humano contra ataques israelenses. Informa, também, que o pai do narrador fora contrabandista de armas, e participara em força de extermínio de palestinos e outras barbaridades (242). Esclarece que a coleção de relógios caríssimos que o protagonista herdara e que havia desaparecido fora subtraída por Giuseppe, em conluio com ela, para financiar sua empreitada no Oriente Médio.

O seu idealismo, contudo, é contrariado por uma realidade crua: termina violentada e estrangulada em Gaza por salafistas, que lutam contra o Hamas por considerá-lo moderado (250). O idealismo tendente à esquerda de Renata a levou à morte, ela não conseguiu mudar o mundo. Contudo, o narrador nutre certo respeito por ela, que sempre o derrotava nos embates verbais. Quando é informado sobre o caráter de seu pai, diz à sua namorada: “Pegue as outras caixas de relógios. Venda-os todos” (244).

Depois de morta, Renata ainda prega uma última peça. Giuseppe entrega ao protagonista uma carta que Renata lhe escrevera para que lesse caso ela não sobrevivesse à empreitada palestina. Nela, afirma que são meios-irmãos, e que ela rejeitara a herança de pai em função da maneira como este enriquecera. O narrador, por seu turno, não recusara a herança (ainda que ele não soubesse das ações do pai, que saíra de casa quando ele ainda era criança), então ela decide vingar-se da herança maldita por intermédio do seu meio-irmão (255), usando sua casa como aparelho palestino e vendendo parte de sua coleção de relógios. Após tudo isso, o narrador ainda a enterra em seu quintal e as últimas palavras do livro são:

E então, volto para casa, acompanhado pela pergunta que move santos e demônios, que conforta e inquieta, que explica e enlouquece, eu nem santo nem demônio, agora em parte confortado, agora em parte explicado.

Por que não? (267)

A obra termina, portanto, com um convite ao viver, ao aventurar-se (“Por que não?”). No caso do protagonista, suas aventuras são românticas. Sua aversão à ética do trabalho nada mais é que um desdobramento da defesa do livre existir, sem submissão à tirania da produtividade. Já Renata negava o romantismo – dizia estar livre do vício do amor –, mas o exercia em causas geopolíticas, dando sua vida como se fosse capaz de efetivamente fazer a diferença. Viver com vontade de poder, em consonância com suas verdades íntimas, é bem-vindo, para o autor implícito. Contudo, a “Verdade” com *vê* maiúsculo a que Saulo se refere, é condenável, pois adviria de uma crença na sua superioridade e na adesão a uma espécie de seita que busca impor uma ordem social. Como visto, tal fanatismo atinge, dentre outros, comunistas, categoria à qual pertenceria a intelectualidade, tanto acadêmicos quanto muitos escritores e outros envolvidos no meio literário: “(...) os esquerdistas regionalistas usam os cafundós apenas como pretexto para seu proselitismo; e, claro, para ganhar prêmios literários conferidos *por gente igual a eles*” (47, destaque nosso). O narrador, portanto, vê tanto a ética capitalista, que nos exige nos adequar a alguma forma de trabalho e sermos produtivos, quanto o comunismo, como manifestações de tirania. Há uma defesa da liberdade do espírito. Contudo:

É fácil virar comunista quando se houve um grande empresário ou um banqueiro discorrendo sobre o único assunto que os interessa: produtividade e lucros. Mas resisti e continuei capitalista. A conta é simples: em que sistema o blow job era pior e matou mais gente? O socialismo ganha de longe, e entre os socialistas eu incluo Mussolini e Heer Hitler, visto que fascismo e nazismo nasceram como variantes da ideologia esquerdista. (71)

Em uma mentalidade dicotômica à qual a contemporaneidade acostumou-se, em que se é comunista ou capitalista, o narrador, embora crítico à ética protestante, se coloca como capitalista porque considera o comunismo o suprassumo do horror. E ainda adere à tese comum entre alguns

setores da novíssima direita (alguns mais radicalizados, outros nem tanto), que aproxima o nazismo ou o fascismo da esquerda (“Afinal, o Nazismo”; “Bolsonaro Diz”; “Esquerda e Direita” 38:27-38:32). Seu antiesquerdismo, portanto, é tal que sua defesa de que cada um viva intensamente sua verdade só vai até certo ponto, sendo brecada por qualquer coisa que levemente lembre comunismo, como o conceito de “esquerdismo”. Renata, morta em vão por sua ideologia (sequer os armamentos que pretendia levar ao Hamas chegaram aos destinatários, pois Giuseppe era um membro infiltrado da inteligência israelense que impedia que as entregas fossem efetivadas), é parcialmente legitimada pelo narrador e pelo autor implícito, mas seu esquerdismo dependia da “latitude” e, na Itália, onde se passa a história – portanto o lócus da normalidade, da universalidade –, diz ser de centro. No único local onde afirmou ser de esquerda, o Oriente Médio, foi morta sem conseguir concluir a missão que custou sua vida. Seu discurso tem alguns deslizes infantis justamente ao tratar dessa parte do globo.

A obra convida o leitor a exercer sua vontade de poder, contudo, caso tal seja um tanto à esquerda, haveria algo de errado, uma crença infantil em predestinação, quase uma psicopatologia, misturada com uma ingenuidade proveniente de imaturidade. Se todos, menos os esquerdistas (e outros que Saulo e o autor implícito entendem que se consideram predestinados), devem viver suas vontades de poder, tanto melhor para uma configuração hegemônica menos progressista, uma vez que os demais atores sociais, ao estarem vivendo suas vidas intensamente, como não há ato apolítico, forçarão o senso comum na direção da aceitação do seu estilo de vida não-progressista. Ressalte-se que aquele que se opõe ao progresso dos valores de acordo com novas tecnologias e filosofias pretende conservar, sendo, portanto, um conservador, ainda que moderado. Logo, o não-progressismo equivale ao conservadorismo.

Em suma, faz-se presente nesta obra um tangenciamento do marxismo cultural, uma crença na hegemonia progressista, ainda que abordada de passagem, e, de forma mais intensa, uma retórica do inimigo que garante o alinhamento da obra à guerra cultural conservadora.

4.2.4 Resposta a uma Provocação do Narrador e dos Autores Empírico e Implícito

Veja-se esta provocação feita pelos autores empírico, implícito, e pelo narrador-protagonista. O narrador é um escritor e, em certa altura, comenta: “– Se eu reproduzisse em conto ou romance a sua concepção de amor, os leitores acreditariam que eu penso da mesma forma que você. (...) É comum que leitores confundam autores com personagens” (228).

Ressalte-se que nesta tese é feita uma análise, sobretudo, do autor implícito. Como se sabe, o autor implícito corresponde, grosso modo, à ideia transmitida pelo livro. Tem-se que os trechos aqui transcritos são afirmações do protagonista ou do seu amigo Saulo, por quem aquele tinha profunda admiração e com quem só rompeu a amizade por Saulo ter decidido escrever um romance baseado na vida do narrador, contra a sua vontade. Os posicionamentos políticos de Saulo e do narrador são os mesmos, com destaque ao anticomunismo, não sendo jamais rebatidos, seja por outros personagens, seja pelo rumo da trama. Ao contrário, como visto, à infantilizada antropóloga interlocutora de Saulo praticamente não se dá voz. Some-se a isso, como reforço de argumento: o romance foi prefaciado por um reconhecido intelectual conservador, o português João Pereira Coutinho, coautor de *Por Que Virei à Direita* e autor de *Conservadorismo Explicado a Reacionários e Revolucionários*; os posicionamentos políticos do autor empírico, editor de um portal conservador. Tem-se, portanto, que a despeito da provocação e de ser analisado essencialmente o autor implícito, tanto o narrador, quanto seu amigo Saulo, o autor implícito e o autor empírico estão alinhados.

4.3 *Os Dias da Crise*

Esta obra e a próxima caracterizam-se, essencialmente, por fortalecerem a retórica do inimigo. Esta é a característica mais marcante da guerra cultural, pois é inerente a qualquer guerra cultural. A crença na hegemonia progressista e no marxismo cultural são específicas da guerra cultural brasileira do século XXI, entretanto, tratar o contendor como o inimigo, em uma disputa pela alma da nação, é essencial em qualquer guerra cultural. Este é o elemento que não pode faltar para que uma obra seja aderente à guerra cultural, pois em um cenário de guerra cultural, a afirmação de determinados valores sobre outros passa por uma invalidação daqueles que defendem valores antagônicos. Desse modo, o descrédito de quem propaga certo estilo de vida equivale ao descrédito do próprio estilo, portanto, forma de moldar o senso comum de certa maneira. Isso posto, tanto *Os Dias da Crise* quanto *A Tirania do Amor* serão analisadas essencialmente à luz da retórica do inimigo e serão apontados eventuais indícios de outros elementos da guerra cultural.

Os Dias da Crise é do escritor Jerônimo Teixeira, editor-chefe da revista *Veja*, e foi publicado em 2019. Os dias de crise a que o título se refere são, mais especificamente, as manifestações de 2013 e, lato sensu, os tempos de polarização que o Brasil atravessa desde o início da guerra cultural. A história é narrada em primeira pessoa pelo protagonista Alexandre, um executivo de uma companhia que está à beira da falência, mas que planeja lançar um Produto (grafado com pê maiúsculo) que revolucionará o mercado e tirará a companhia da difícil situação. Contudo, nem Alexandre, a despeito de seu alto posto, sabe do que se trata. O romance gira ao redor de sua relação com alguns companheiros de trabalho, a expectativa pelo lançamento do Produto, sua relação com uma mulher chamada Helena, com sua filha, com seu irmão e com um grupo de amigos que compõe o que chama de Círculo da Blasfêmia. Sem dúvida, as relações que

recebem mais destaque são, em ordem decrescente, com Helena e com sua filha. Tudo isso se passa em São Paulo em 2013.

Tanto a filha quanto a namorada cumprem o papel da esquerdista estereotipada, com algumas características encontradas em outras obra que adotam a retórica do inimigo. O mesmo ocorre em relação ao seu irmão Fábio. Em verdade, todos os personagens de esquerda ou progressistas possuem falhas de caráter, são ingênuos ou ambos.

A obra se opõe ao ambiente polarizado do Brasil da segunda década do século XXI. O Círculo da Blasfêmia era um grupo de amigos – incluído o irmão do protagonista — que se reunia para conversar sobre temas que fossem sacralizados. “O objetivo (...) era se colocar acima da moral, das crenças, dos preconceitos mais sagrados do nosso tempo e lugar” (14). Seguiam uma recomendação constante de um livro do economista Teufelsdröckh, “como um exercício nietzschiano para executivos” (14). “Bastava escolher qualquer ideia ou crença que fosse *sagrada* no meio social em que vivemos – de preferência, que fosse sagrada para os próprios membros do círculo” (39, destaque do original). “Círculo da Blasfêmia... A expressão soa pomposa, (...) mas não deve ser levada tão a sério” (14), pois tratava-se, em grande parte, de ironia de seu criador (14). Em uma explicação sobre o referido economista, o narrador fala do valor literário de sua obra cheia de ironias. Exemplifica com *Power of Power*, onde há uma foto de Teufelsdröckh com Steve Jobs, seguida da afirmação de que se trata de uma montagem, ao que, por sua vez, seguem-se considerações sobre as dicas que ele dera ao dono da Apple. O Círculo da Blasfêmia, portanto, era a proposição de um exercício leve, um espaço em que se poderiam fazer afirmações que quebrassem tabus sem que isso gerasse grande impacto ou que alguém necessitasse criar uma tese para desconstruir uma verdade arraigada. Apenas um espaço para ser um pouco herege, sem que os participantes se levassem muito a sério. O que fosse dito ficaria no ar, talvez causando

gargalhadas pela ousadia da heresia. As palavras que depois vagassem pelas mentes dos que estiveram presentes. Contudo, “Assim seguiu a brincadeira, até a intolerável seriedade dos nossos dias contaminar o grupo” (39). São narrados dois episódios. No primeiro, Alexandre percebe que “havia uma guerra em curso no país. Guerra figurativa, na qual as baixas se resumiam a orgulhos machucados e vaidades ultrajadas, mas guerra ainda assim” (23). Nesse momento não fica claro o tema do debate, mas entre quem ele ocorre: um liberal (Jorge) e um conservador (Juliano). No segundo momento, Juliano voltara para vingar-se. Dá-se uma grande discussão quando o objeto da blasfêmia é um episódio bíblico. Contesta-se Jesus ter matado a figueira que não dava frutos. Juliano alega que o tema do Círculo há de ser sacro para todos, portanto este não serviria, já que ele era o único cristão. Isso é dito com palavras fortes e indicador em riste. Outro conservador do grupo, Francisco, concorda, afirmando que “chegara a hora de abater outras vacas sagradas – feminismo, ideologia de gênero, cotas raciais, o ‘politicamente correto’” (40), ao que Fábio, irmão do narrador e professor progressista, secunda que sagrado é apenas o que está no terreno do religioso. Claramente, trata-se de mera estratégia para que os citados temas não fossem “profanados”, o que fica claro pela sua tergiversação ao tratar tais questões como “valores fundamentais para a esfera pública” (41). O que fica claro é que cada parte tem temas cujo ataque consideram inaceitável, pois seriam de valor fundamental autoevidente, o que é típico de um cenário de guerra cultural. O ataque ao cristianismo não é aceito, pois a sociedade homogênea desejada pelos conservadores seria calcada em valores cristãos. Por outro lado, feminismo e o pejorativamente chamado “politicamente correto” seriam derivações, respectivamente, da diversidade e da equidade como valores fundamentais, não devendo ser, portanto, discutidos, relativizados ou blasfemados. Cada um tem sua trincheira, a qual defenderá até o último homem. Como consequência, o Círculo da Blasfêmia não resiste à “insuportável seriedade de nosso

tempo”. “Fábio indis pôs-se com nossas piadas, Francisco foi para os Estados Unidos, Juliano nunca mais falou comigo depois que minha acompanhante no casamento de Jorge acertou-lhe o nariz [após um comentário machista]. O Círculo da Blasfêmia desmanchou-se” (106), não resistindo ao espírito do tempo, à guerra cultural. Chamam, contudo, a atenção, alguns detalhes nessa condenação da polarização.

O Círculo da Blasfêmia é composto por cinco homens: o narrador Alexandre, um liberal crítico à esquerda; seu irmão Fábio, professor de literatura e estereótipo do intelectual progressista de esquerda; Francisco, com traços conservadores; Juliano, radical conservador, de perfil olavista, que chega a falar em marxismo cultural; e Jorge, um clássico liberal. Alexandre é, acima de tudo, um observador, para quem o Círculo era “sobretudo um pretexto para uma roda de conversa, com comes e bebes – e, em certa ocasião (...) charutos” (39), ou seja, uma típica roda de homens. Jorge é apresentado como o sensato. Ele “cultivava a insensata crença de que a sensatez pode convencer os insensatos” (22). Contudo, apesar de sempre ter sido “por personalidade, um homem moderado” (23), ou talvez, por conta disso, acaba sendo o mais envolvido nos debates, pois “não há lugar para moderação nas trincheiras” (23). O primeiro embate narrado é com Juliano, que chama a FFLCH, a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, de Fefeleft e clama pelo seu fechamento. Por se opor a que tal ocorra, Jorge é chamado de petralha, termo pejorativo direcionado a petistas e esquerdistas em geral. Francisco, mais moderado do que Juliano, a princípio tenta pacificar, mas acaba por entrar na discussão, opondo-se a Jorge e batendo com o punho no braço da poltrona. Fábio estava “por sorte ausente daquela acerba discussão entre reações” (23). Neste trecho nota-se uma crítica do autor implícito à extrema direita e aos conservadores extremados. É, contudo, desferida uma pequena ironia contra progressistas de esquerda, quando é dito que Fábio estava ausente daquela discussão de “reações”. Claramente o

narrador não considera Jorge um reacionário, portanto, esta seria a visão de Fábio que, como estereótipo do intelectual, representa a esquerda progressista. Esta seria, portanto, também extremada e intolerante, uma vez que classificaria um liberal ponderado como “reaça”.

Já na segunda briga, logo após Juliano falar em abater outras vacas sagradas, como o politicamente correto, ele e Francisco passam a opor-se a Fábio. Jorge se junta ao ataque, contudo, em tom mais sério. O que fica claro é que a outra face da moeda do conservador radical seria o progressista de esquerda padrão, como o professor universitário. O livro, portanto, tem por pressuposto que a chave contra a polarização é a moderação e esta seria uma característica do clássico liberal. Tal oposição entre extrema direita nacionalista e esquerda moderada lembra a suposição reafirmada várias vezes durante o período eleitoral de 2018, de que o Partido dos Trabalhadores e Bolsonaro seriam dois extremos. Esse tipo de ideia, ainda que o livro se coloque contra a polarização, acaba por fortalecê-la. Tal se dá porque quando se coloca alguém como extremista, quem o faz certamente polarizará com o acusado, pois quem defende o extremismo alheio invariavelmente se coloca como não extremista. Ademais, o extremismo pressupõe um comportamento e valores de rompimento com o tecido social, sendo, não raro, visto como não-democrático. Quando, entretanto, só se reconhece um ponto do espectro político como não extremista, o espaço para o diálogo fica estreito. Por isso, Alexandre busca fugir da conversa com sua filha em fim de adolescência. Com a filha esquerdista “Fale do tempo, como fazem dois estranhos, fale do trânsito, como fazem dois paulistas” (30). Sem debate, resta apenas o ataque. Quem considera outrem extremista não buscará ouvi-lo, pois o extremista está fora do espectro normal do jogo político, em uma violação ou quase violação deste. A arena do jogo é a da razoabilidade, portanto o extremista seria irrazoável, quando não irascível. Ele será, portanto, frequentemente patologizado. A filha, pintada como de esquerda, logo extremista, comenta que os

alunos estão em greve na faculdade. O pai responde com ironia, o que é uma forma de não-escuta, isto é, não-diálogo, e pergunta: “*Estamos? Você e mais quem? O Guto [seu namorado]!*” (30, destaque do original). Laura responde com agressividade, mas o narrador logo define sua própria ironia – por meio da qual havia feito troça da greve estudantil à qual a sua filha aderira – como humor, mera “nota de ironia no ar” (30). Uma nota de ironia é algo de difícil percepção, ao contrário de uma ironia clara e afrontosa como a feita por Alexandre. Feito o humor ou posta a “nota de ironia no ar”, a filha esquerdista descerá às trincheiras, portanto o ideal é falar do trânsito ou do tempo. Perceba-se que a hipótese de efetivo diálogo não é contemplada. Ou se é irônico com a filha, ou fala-se com ela sobre futilidades, como se fosse uma estranha, em uma verdadeira não-conversa. A partir daí a filha torna-se um caudal de discursos prontos e chavões progressistas. Imediatamente acusa o pai de falocrata que “pensava que as convicções políticas dela vinham do namorado, que o ideário radical professado pela filha devia-se à influência paternalista de um *macho?*” (31, destaque do original).

São três os esquerdistas na vida do protagonista: a filha Laura, a namorada Helena e o irmão Fábio, aqui elencados em nível decrescente de agressividade. O irmão, ainda que seja também estereotipado, é um acadêmico que tergiversa em vez de agredir¹⁴. Todos os três, todavia, terão algumas das macrocaracterísticas atribuídas a esquerdistas pela retórica do inimigo.

Note-se, por exemplo, Fábio. Além de tergiversador, é retratado como interesseiro (macrocaracterística mau caratismo). Após a discussão que tem no Círculo da Blasfêmia, deixa de ir aos encontros deste grupo, “Mas pouco tempo depois compareceu, alegremente, ao casamento de Jorge. Não era uma festa que se pudesse perder” (42). Ele também é hipócrita. Neste casamento,

¹⁴ Pode-se, sem dúvida, pensar em elementos de machismo, pois a capacidade de ponderar é exclusiva de personagens masculinos, quais sejam: o narrador, por meio das próprias observações que faz durante o livro, Jorge, o sensato, e o tergiversador Fábio.

surge em companhia de uma mulher extremamente jovem. Tratava-se de uma aluna sua, “do segundo ano de letras” (59). Fábio era casado, mas trocara sua esposa de anos por “um rabo de saia pós-pubescente” (62). O autor tece várias críticas que seriam subscritas por muitos progressistas: o desempenho da aluna “seria avaliado pelo professor-amante que tinha idade para ser seu avô” (60); sua ex-esposa fora “relegada à mais aviltante das condições impostas pela sociedade patriarcal: a condição de Mulher Abandonada” (61). Mas Alexandre concede que quase não se reconhece no tom moralizante (60). Assume que soa “como uma madre superiora, uma senhora de alguma liga feminista pelos bons costumes, como uma militante *radfem*” (62). Destacando o moralismo praticado por alguns setores do progressismo, o autor dele se afasta, a despeito de sua crítica à ação do irmão. Para não deixar dúvidas de seu não-moralismo, diz: “Quem sou eu para censurar professores que levam alunas para a cama? Em minha vida profissional, passei por todas as estações da cafajestagem” (60). Por que, então, o tom crítico? É que “Fábio, meu irmão mais jovem, deveria ser outro homem. Não digo melhor, mas outro” (61). A acusação, portanto, é de hipocrisia. O discurso progressista é apresentado como mero adereço para encantar a plateia. Os progressistas, na verdade, seriam todos esquerda caviar (durante conversa que os irmãos têm em um restaurante, Fábio “escolhia o melhor vinho para acompanhar sua massa com ragu de cordeiro” (61)) e adotariam comportamentos dos demais homens, sobre os quais seriam hipocritamente críticos. Como diz o narrador, acerca de seu irmão: “Mal consegui diferenciá-lo dos falastrões do priapismo com quem convivi em todo escritório onde já trabalhei” (61). Está claro, portanto, que Fábio era como qualquer “machão”, apenas se escondia sob um verniz de intelectual progressista.

Helena também se mostra interesseira. Após Alexandre contar-lhe o primeiro entrevero ocorrido no Círculo da Blasfêmia, ela comenta que “Esse fascismo anda solto há muito tempo”

(24), classificando, portanto, os três debatedores como fascistas, “Até o sempre cordato Jorge” (25). Alexandre, então, pergunta-se: “Seria eu mesmo, aos olhos de Helena, um fascista?” (25). Responde em seguida: “Ah, não, de forma alguma, jamais! Eu a levava para jantar e pagava a conta, e deixava que ela escolhesse o filme que veríamos no cinema, e ouvia suas reclamações sobre docentes invejosos e discentes preguiçosos” (25). O protagonista não era, aos olhos de Helena, um fascista, portanto, não por conta de suas ideias, mas pelo que lhe oferecia. Em outras palavras, ele até poderia ser fascista de acordo com o conceito de Helena, mas ela preferia ignorar o fato em função dos benefícios que dele obtinha. Interesseira, portanto, o que se enquadra na macrocaracterística “mau caratismo”.

Helena, ademais, apresenta uma infantilidade comumente atribuída a progressistas e esquerdistas. Em uma crítica da obra a muitos daqueles que participaram das Jornadas de Junho, ela pretende ir às manifestações pela excitação de protestar, por isso diz: “— Vamos, Alexandre! Só pela farra: garanto que a gente vai se divertir no meio dessa garotada” (78). Afinal, Helena chega a “um entusiasmo incontornável, irrefreável, irresponsável. Queria se juntar logo ao *movimento*, queria *ocupar* as ruas” (78, destaques do original). O itálico ressalta a ironia do narrador quanto às palavras que seriam clichês esquerdistas. Como Alexandre queria convencê-la a ficarem em casa, vale-se de uma provocação, lembrando-a “que até pouco tempo atrás ela apoiava o governo contra o qual agora queria protestar” (78). A namorada apresenta uma resposta vazia e com um tom que denota incapacidade de argumentação e infantilidade, ao exclamar e atribuir características ao namorado, em vez de dar uma resposta sóbria e convincente, efetivamente abordando o tema: “— Mas não é nada disso, Alexandre! Não seja simplista, meu amor: os protestos não são contra o governo, são contra o poder” (78). Contudo, Helena não é verdadeiramente combativa e mostra-se covarde. Em dado momento, o casal depara-se com um

grupo de jovens tentando quebrar a vidraça de uma agência bancária. Até Alexandre deixa-se tomar pela energia do momento e pega uma pedra que batera contra o vidro temperado sem quebrá-lo. Ele afirma: “ouvi o convite da pedra, o chamado irresistível da força destruidora exaltada por Bakunin” (74). Contudo, antes que a arremessasse contra a agência bancária é puxado por Helena, aflita, que diz: “— A coisa está ficando feia (...). Vamos embora” (74).

Helena é uma personagem que não se confirma, que não vai até o fim, um castelo de areia. A despeito de seu feminismo, gosta de ser subjugada por Alexandre. Quando vão ter relações sexuais ela faz um jogo em que ele deve caçá-la e dominá-la, contudo, certa feita, após conseguir agarrá-la e derrubá-la espremeando no banheiro do chão, Alexandre, entusiasmado pela “vitória” “fez estalar um tapa talvez demasiado forte em suas nádegas” (81). Helena reagiu exaltada: “Para tudo, para tudo. Assim também não, Alexandre!” (81). No sexo, no protesto e sempre que suas propostas levavam a consequências mais intensas, “Helena recuava, com prudência conservadora” (81). Isso denuncia sua inconsistência, prima-irmã da hipocrisia. O inconsistente não sustenta o que defende, já o hipócrita age de maneira distinta à que prega. O inconsistente acaba sem ter uma linha de pensamento e ação sólida, é fluido não por flexibilidade, mas por ausência de fundamentos. O inconsistente não se conhece e sequer se constituiu inteiramente. Sem qualquer verdade sólida e incapaz de levar o que defende ao limite, muitas vezes sucumbe e acaba sendo contraditório. É uma espécie de ingênuo, ainda que se aproxime, em aparência, ao hipócrita. Nesse sentido, veja-se o que Alexandre diz sobre Helena:

Helena imaginava-se uma rocha de coerência acadêmica e política, mas na verdade era rasgada por ambivalências violentas: apreciava a segurança institucional recém-conquistada no concurso para o Departamento de Letras da maior universidade do país, mas ansiava pelas incertezas e indefinições do ativismo mais direto; tinha opiniões convencionalmente governistas, mas se expressava com a retórica beligerante de quem estava sempre e por princípio na oposição; gostava de jogos de submissão, mas para praticá-los tinha de anular a vontade do parceiro que às vezes se cansava de a derrubar e dominar (80).

Para não ficar dúvida de que Helena representa o sujeito de esquerda, o narrador afirma imediatamente em seguida: “Esse trânsito fluido entre opostos seria talvez aquilo que nos departamentos de Humanidades se chama de ‘dialética’, arcana disciplina capaz de converter todo e qualquer fato em seu exato contrário, conforme as contingências da história e os caprichos do historiador” (80). Duas características podem levar a esta ambivalência quanto aos fatos: inconsistência, hipocrisia ou ambas. E estas características são reafirmadas todo o tempo sobre os sujeitos de esquerda, normalmente relacionando-os ao conceito de esquerda caviar. Isso se manifesta mesmo em pequenos detalhes do texto, como quando a filha de Alexandre se fere durante as manifestações e o sujeito que vem ajudá-la é “Um rapaz loiro e sardento” (86), sendo o loiro um símbolo de privilégio social e a sarna de imaturidade. Privilegiado pelo sistema, seria hipocrisia protestar contra o próprio. Demasiado jovem, seria um sujeito sem maturidade e consistência para saber o que faz, portanto, ingênuo. Sua falta de bojo fica clara quando se ajoelha com a intenção de ajudar Laura, “solícito, mas apatetado, sem saber o que fazer” (86). A patetice do esquerdista é tema que se repete no romance. Isso torna o sujeito cômico, ridículo, denuncia despreparo e torna-o indigno de ser levado a sério. Veja-se o exemplo de Guto, ex-namorado de Laura. Ao tentar preparar um coquetel molotov, involuntariamente atea fogo a um galpão do sítio de seu pai e a si próprio. É salvo pelo caseiro. A narração é cheia de ironias e os personagens são estereotipados. Guto é estudante de filosofia e o amigo que tenta ajudá-lo, de sociologia. Alexandre afirma ter certeza de que “Antes de acender o primeiro e único molotov, acenderam vários baseados” (33). Na narrativa, ironias como: “Buscaram, segundo me disse Laura, um tutorial no YouTube, o faça-você-mesmo do guerrilheiro urbano” (33).

Guto estava maculado pela pecha do “bom nascimento”. Quando Laura informou a Alexandre que havia terminado o relacionamento porque ela não aprovava certas formas de

violência como instrumento político (32), Alexandre conservou a tranquilidade “porque conheço Guto, aliás, Augusto Souto, filho de um cardiologista que mantém um vistoso e concorrido consultório no Itaim. O rapaz não tem a fibra necessária para assaltar bancos ou para se embrenhar no Araguaia. No entanto, Guto resolvera fabricar coquetéis molotov” (32). As ações de esquerdistas, portanto, são brincadeiras de rapazes mimados revestidas de atos de resistência. Privilegiados, não têm elã nem interesse real em alterar o sistema (macrocaracterísticas hipocrisia e ingenuidade). Outros são meramente loucos (macrocaracterística psicopatologia), decadentes parados no tempo: “as poucas pessoas de nossa idade que vi eram homens de olhar alucinado e baba desgrenhada, camiseta vermelha de algum partido ou movimento que não existia mais e jeans puídos que já teriam participado de protestos contra a ditadura” (79). Os desprivilegiados, por seu turno, sequer surgem no romance, parecem estar satisfeitos com a configuração das coisas. O sujeito das classes sociais mais desfavorecidas, em obras de autores liberais e conservadores, costuma ser apresentado como prático, que “toca a vida”, em contraste com o intelectual que se ocupa de temas abstratos e utopias. Nesse sentido, lembre-se o cotejamento entre um intelectual e um jornaleiro ocorrido em *Wunderblos.com*. Não é diferente da obra ora em análise. Quando Guto atea fogo a si próprio, tentando fazer um coquetel molotov, seu amigo estudante de sociologia ri e o caseiro é quem o salva (33). Os trabalhadores, portanto, estão preocupados em ganhar a vida e assim fazem o mundo andar, não vão a manifestações que sequer têm temas bem definidos. Em dado momento, Alexandre refere-se a “dois militantes [que] tentaram desfraldar a bandeira de seu partido – uma dessas agremiações minoritárias que costumam ostentar no nome o ‘operário’ que raramente se encontra em suas fileiras estudantis” (81). Discursos e atos antistatus quo seriam, portanto, ações inconsistentes ou hipócritas de parcelas infantilizadas ou exibicionistas da

burguesia. As Jornadas de Junho seriam ações sintomáticas dessa burguesa, acrescidas por um desejo de andar sempre em frente, sem preocupação em saber aonde se chegaria (94).

Já quanto a Laura, se não tem o seu caráter interesseiro sublinhado, o romance pontua como obtivera suas coisas, sempre do melhor, a partir do dinheiro do protagonista, como se ter crescido em uma família financeiramente privilegiada lhe retirasse legitimidade para ser de esquerda ou de acusar seu progenitor de alguma modalidade de conservadorismo. Logo após o entrevero ocorrido em função do comentário irônico de Alexandre sobre a greve estudantil, Laura comenta que já não estava mais com seu namorado. Ao que se segue a seguinte reflexão do narrador: “Como? Dançou o namorado com quem ela fizera kitesurf em Jericoacoara ainda no início do ano? (Será mesquinho anotar que eu paguei pela viagem do jovem casal ao resort riponga-chique no Ceará? Sim, é mesquinho. Fica anotado mesmo assim.)” (31). Após seguir um pouco mais com o discurso indireto, o narrador transcreve sua resposta à filha, na qual demonstra espanto pelo casal ter se desfeito. É descrita a expressão de Laura após a pergunta: “agora todo o seu rosto parecia se alongar, se desfazer, derreter, os lábios entreabertos e pasmados deixavam fragilmente expostos os dentinhos alvos e alinhados (milhares de reais em ortodontia) que eram feitos para morder o melhor hambúrguer da cidade, não para estraçalhar patriarcas da elite paulista” (32).

A chamada esquerda caviar, como visto no Capítulo 2, na visão conservadora, manteria um padrão de vida burguês e seu discurso progressista e de esquerda seria meramente para agradar parcelas progressistas da sociedade, como ensina Renato Bittencourt. Em se tratando de uma universitária de dezoito anos, que ainda não possui independência financeira, basta ter sido criada em uma família burguesa para que seja considerada parte da esquerda caviar. E não há dúvida de que é disso que o protagonista acusa a filha, afinal “hippie-chique” não seria coisa diversa. Pode-se cogitar que o comentário sobre a dentição da filha, incluindo uma observação sobre para que os

dentes teriam sido feitos e como eles estavam efetivamente sendo usados, poderia ser manifestação meramente de uma frustração do narrador em relação às ideias da filha. Contudo, ela e Guto optaram por ir ao “resort riponga-chique”, ou seja, houve agência dos jovens em direção ao estilo “esquerda caviar”.

Como se percebe, todos os personagens progressistas são hipócritas e/ou interesseiros (esta última qualidade cabendo na macrocaracterística mau caráterismo). Muito presente nesta obra, portanto, a retórica do inimigo.

Por fim, aborde-se o tema que perpassa todo o livro: o misterioso novo Produto que seria lançado pela companhia onde Alexandre trabalha. O Produto era um mistério até dentro da empresa, só sendo de conhecimento do novo CEO, Eollo, e seu homem de confiança, Raimundo Niquil. “O novo Produto mudaria toda a paisagem não só da empresa mas, a acreditar em Eollo, do mercado” (16). Chegou-se a contratar uma linha de montagem na China para produção em larga escala do produto, a qual Alexandre chegou a visitar, contudo, ainda assim, não lhe foi informado do que se tratava. Quando da apresentação do misterioso Produto à empresa, foi feita uma cerimônia. O objeto ficou “coberto por uma dramática toalha vermelha” (98), a qual ninguém se atrevia a levantar para espiar para evitar demissão por justa causa (98). Com todos presentes no horário marcado, muitos bem arrumados para a vetusta ocasião, ergueu-se um pano, revelando uma máquina de escrever.

Seguiu-se uma celebração com prosecco, ainda que os funcionários estivessem estupefatos, mas ainda assim aderindo cinicamente ao entusiasmo. Até que Souza, o contador da empresa, pegou a máquina de escrever, arremessou-a contra a janela, rompendo-a, e se atirou ao vazio. Souza corresponde ao estereótipo do contador: um homem prático, que entende de burocracias, pouco afeito a abstrações ou alta cultura. A máquina de escrever como grande produto representa

a capilarização de um ideário hipster, logo, aponta na direção de uma hegemonia progressista. Como afirma o narrador, tratava-se de uma máquina de escrever fabricada na China para ser vendida no Brasil quase ao preço de um notebook, que seria um “milagroso produto que inovava por ser tão antiquado, um *conceito* que só seria entendido por uma dúzia de barbudinhos descolados, filhos da classe ociosa que comporiam seus poemas sofríveis catando milho no duro teclado mecânico” (102, destaque do original). Isso teria sido a humilhação final para o prático Souza – que enfrentava diversos problemas na vida pessoal –, alguém que pretende tocar e resolver a vida, ajudando, por consequência, o mundo em sua marcha prática. A máquina de escrever como o grande Produto era a vitória dos “barbudinhos descolados”, ou seja, da esquerda caviar e ociosa, da mentalidade antiprática, de estudantes de sociologia, maconheiros e poetas de porta de museu. A grande inovação mercadológica seria a que agradaria a esse público, que se tornara padrão, quicá hegemônico. O fato de contratarem uma linha de montagem na China para produzir em grande a máquina de escrever, afasta a possibilidade de tratar-se de um produto de nicho.

Há uma associação da estética hipster, *cool*, com o ideário progressista, que seria vazio, mero exibicionismo, o que se reflete na afirmação de que os poemas dos “barbudinhos descolados” seriam sofríveis. O progressista também teria uma incapacidade prática, alegorizada no final da frase citada, quando é dito que os tais barbudinhos catariam milho no duro teclado mecânico da máquina de escrever.

A palavra “conceito”, em destaque na citação em análise (102), remete ao abstrato. É palavra muito usada no contexto das artes plásticas contemporâneas, muito associadas (justa ou injustamente) a abstrações vazias que representariam os “conceitos”. No contexto da frase em análise e com o *itálico*, fica clara a ironia. Todo esse ideário progressista seria não intelectual, mas “intelectualóide”, uma bela moldura vazia, feita apenas para adornar cérebros sem conteúdo,

devotada ao exibicionismo e nada mais. Do mesmo modo, a “saga” do Produto emoldura o romance, com o mistério criado desde a primeira página, sendo revelado apenas no final. É o laço derradeiro na retórica do inimigo que a obra destila, concluindo que progressistas são vaidosos hipócritas e sem conteúdo. A invalidação até de sua estética é a sua negação última, retirando valor do que quer que deles venha. Tal invalidação dos setores progressistas, sem dúvida, fortalece a guerra cultural conservadora. Atribuir macrocaracterísticas típicas da guerra cultural conservadora é forma de ataque ad personam, que visa desqualificar o sujeito, fazendo com que seus argumentos e estilos de vida sejam condenáveis por si, apenas por dele virem. Isso favorece uma configuração da hegemonia stricto sensu avessa a valores progressistas.

4.4 A Tirania do Amor

À semelhança de *Os Dias de Crise*, é a retórica do inimigo que se destaca em *A Tirania do Amor*, de Cristóvão Tezza. Logo nas primeiras linhas desse romance, o protagonista Otávio Espinhosa toma uma decisão radical enquanto está em seu carro parado no sinal vermelho: abdicaria de sua vida sexual (5). Seu casamento estava falido e acabara de saber que fora traído, após ler no laptop da esposa suas trocas de mensagens com o sócio dela, com que tinha um caso. Estava esgotado (5) e a decisão, tomada no caminho para o trabalho, onde imaginava que seria demitido naquele mesmo dia, era como um peso que se tira das costas (7). Sem mulheres na vida, uma “variável a menos a ponderar, o que simplifica as coisas” (7).

4.4.1 Anti-intelectualismo

Ao contrário das duas obras já analisadas neste capítulo, *A Tirania do Amor* é narrada em terceira pessoa, mas com frequente uso do discurso indireto livre, gerando grande aproximação

entre o narrador e o protagonista. Não há nada na história que não referende a posição do protagonista, o que leva a crer que este é, em grande parte, a voz do autor implícito. Trata-se de um personagem de perfil liberal, que escreveu uma tese em economia intitulada “Os Funcionários da Coroa”, que seria “uma análise econômica das corporações do funcionalismo público brasileiro e de seu poder excludente e dominante” (64). Fica claro o tom antiestatal, aliando o personagem a um perfil liberal. Sua tese foi “recusada por uma banca de peso” (135), que o mandou fazer vários ajustes que o levaram a abandoná-la. Por consequência, desistiu da vida acadêmica e seguiu carreira na iniciativa privada, na companhia Price and Savings, onde, sem ter uma posição de destaque, presta consultoria econômica. A empresa tem negócios ilícitos com o governo, o que a coloca à beira da falência depois que vêm à tona. O gigantesco Estado brasileiro contaminaria todos os campos, inclusive a iniciativa privada. Espinhosa teria perfil acadêmico e lamenta várias vezes não ter publicado sua tese, inviabilizada por uma banca de perfil estatista, ou seja, o autor implícito afirma, de forma relativamente sutil, que não há espaço para produção acadêmica não alinhada à esquerda, sugerindo, portanto, uma dominância progressista no meio acadêmico. E vai além, ao alinhar-se com a declaração de Luiz Felipe Pondé, segundo a qual no mundo acadêmico das ciências humanas se pode “inventar como o mundo é, inventar como os seres humanos são, propor uma solução que você tem na cabeça, dizer como todo mundo devia agir” (“Congresso Brasil Paralelo Capítulo 3” 19:48 – 19:57). Em *A Tirania do Amor*, Espinhosa traz a seguinte reflexão, ao encontrar-se com seu antigo orientador por acaso em um café (o “por acaso” dá conta da rejeição aos esquerdistas, pois não combinariam de encontrarem-se): “A economia é realmente uma ciência? Existe ciência no mundo da cultura? Ou apenas *escolhas culturais que se cristalizam em teorias?*” (64, destaque nosso). “Escolhas culturais que se cristalizam em teorias” é forma elegante de dizer “inventar como o mundo é, inventar como os seres humanos são, propor uma

solução que você tem na cabeça, dizer como todo o mundo devia agir”. Pondé e o fictício Espinhosa (como voz do autor implícito e provavelmente do autor empírico) retiram das humanidades a possibilidade de séria produção de conhecimento, relegando-as à mera função de criadora de teorias criativas e arbitrárias. Curiosamente, o próprio Pondé é das humanidades e, como visto acima, se filiou à teoria do gramscismo, essa efetivamente não demonstrada (criativa e arbitrária).

A crítica à academia se agudiza em outra passagem, quando o narrador, sempre colado a Otávio Espinhosa, refere-se a “Josuel, o único negro com quem ele trabalhou no Brasil, *tataraneto de africanos escravizados de Benin*, dizia ele com um sorriso, um estudante brilhante que acabou por enveredar para as ciências humanas e dali para a atividade acadêmica, defensor das cotas raciais” (84, destaque do original). Tem-se a sensação de ler-se “um estudante brilhante que enveredou para as drogas”. O uso do verbo “enveredar” remete a essa formulação clássica para referir-se a alguém que se viciou em drogas. “Defensor de cotas” cumpre a função de ressaltar o quão fundo Josué teria se perdido neste caminho supostamente equivocado.

Em seguida, Josué trata da questão racial. Afirma: “Espinhosa, a verdade é que não sabemos o que fazer com a questão racial, a brutalidade das estatísticas e a nossa cordialidade perpétua” (84), o que Otávio, que é tataraneto de Baruch Espinosa, a refletir o que o filósofo diria daquele comentário, pensa: “A condição humana não tem cor mas passa pelo corredor polonês da história?” (84). Este questionamento é uma negação de relativismos. A condição humana, absoluta, residiria em um nível anterior a “superficialidades” relativas, como história e raça. Tal se confirma quando o narrador, em resposta ao questionamento, referencia o que pode haver de mais absoluto, que é a substância espinosiana: “Não, naquele tempo ainda não havia a percepção da história, o mundo ainda estava imóvel, pronto para ser simplesmente descoberto, mapeado e eternizado, o poder da

substância, que é incolor” (84). Tal resposta abre campo para duas interpretações possíveis. A primeira indica que Espinosa não teria considerado fatores históricos por um motivo igualmente histórico, ou seja, porque tais fatores não eram levados em consideração no seu tempo. A outra seria um lamento pela intromissão do relativismo no pensamento, já que perturbaria a busca por uma verdade última e absoluta, que seria mais primordial do que a cultura e a história. O autor implícito privilegia o segundo entendimento, como se nota pela análise do seguinte trecho, em que o narrador referencia Josuel:

Você acha que a economia é a mesma ciência para os pretos e para os brancos? Sempre que tem uma funcionária nova na portaria do prédio da Pride & Savings, brincava ele, minha catraca demora mais a liberar; é a lei da relatividade aplicada à cor das pessoas, e ele sorria diante do elevador, balançando a cabeça, que Otávio interpretava mais como um espanto diante das curiosidades do mundo do que um ressentimento pela injustiça perpétua. (84-85, itálicos do autor)

A interpretação consagrada por Otávio sobre o balanço de cabeça de Josuel demonstra que haveria uma desimportância da questão racial, relegada ao nível de “curiosidade do mundo”, incapaz de afetar a condição humana, algo anterior a tais “superficialidades”. A situação narrada é afastada de conceitos mais pesados e arraigados como “racismo”, e a palavra “perpétua” é citada apenas para ser afastada. As questões culturais são tratadas como meras idiossincrasias sociais, que se afastam de qualquer verdade última, uma vez que esta reside em um ponto pré-cultura, que diz respeito à essência humana, e que é atingível via lógica, por proposições, definições, escólios e corolários, como faz Espinosa em sua *Ética*. Esse pensamento é consagrado no romance pelo parentesco do protagonista que, não à toa, é um gênio da matemática, saber que é a quintessência da lógica. Seu sobrenome, contudo, no atravessar das gerações, sofreu uma corruptela, passando a Espinhosa, em uma clara referência ao incômodo causado por espinhos. Otávio Espinhosa seria o espinho da lógica, imune aos relativismos da contemporaneidade. Não à toa, chegou a escrever um

livro de autoajuda seguindo a forma de proposições, definições, escólios da *Ética* de Espinosa, em uma afirmação da lógica como guia, infensa a questões culturais.

Como ocorre em todos os livros analisados neste capítulo, todo progressista é um estereótipo do esquerdista, e o narrador faz questão de fechar o pequeno arco de Josué com uma fala deste personagem defendendo um Estado alargado e interventor. Entretanto, no afã de demonstrar o equívoco desta posição, o narrador o faz pronunciar palavras e expressões que não seriam usadas por quem defende um Estado mais ampliado, como “monstruosidade estatal brasileira” (85) e “capitanias corporativas do Estado” (85) que, segundo Josué, necessitam atuar para equacionar a questão do racismo. O que se conclui da leitura é que o autor implícito se opõe a que o Estado intervenha para promover equidade.

Por meio do anti-intelectualismo e o ataque a ideias comumente defendidas por acadêmicos nas humanidades, a obra ataca valores do progressismo e defende um liberalismo clássico, calcado na igualdade formal perante a lei e o Estado que, como visto, é um dos valores fundamentais da guerra cultural conservadora no Brasil contemporâneo.

4.4.2 Daniel Versus Lucila: o Esquerdista Cordial Versus a Liberal Racional

A retórica do inimigo se expressa pelo antiacademicismo já analisado, mas sobretudo pela forma como é retratado Daniel, filho do protagonista, em contraste com sua filha, Lucila. O filho subsume-se ao estereótipo do jovem de esquerda. Isso é dito literalmente por Otávio: “meu filho é um chavão” (29), conclui ao constatar que seu filho estava “na rua gritando furiosamente palavras de ordem e sacudindo uma bandeira vermelha” (29). O simples fato de o filho ser um clichê o desumaniza, como se ser de esquerda fosse a totalidade de sua personalidade, em acordo com o pensamento de Olavo de Carvalho de que o sujeito de esquerda não pensa em mais nada, não tem

vida pessoal, ou seja, seria um sujeito com sua complexidade subjetiva anulada por fanatismo ideológico (“Olavo de Carvalho Explica”). E como fanático, Daniel não aceita ideias ou comportamentos em desacordo com o que ele crê correto, portanto, é um rapaz irascível. O “furiosamente” acima denuncia isso. Mas não é o único momento. Em resposta a uma simples sugestão do pai, qual seja, “você precisa ter foco” (29), obteve como resposta “*Que porra de foco é esse? A vida não cabe em focos*” (29, itálico do original), ao que o narrado complementa, em discurso indireto livre, “um pirralho escrevendo poemas e batendo as portas” (29). Daniel vai em passeatas de esquerda vestindo vermelho e bradando *furiosamente* gritos de ordem, bate portas, é estudante de jornalismo e escreve poemas. É um chavão, como dito pelo próprio pai. A mãe, de quem Espinhosa está se separando, não dá atenção às reações do filho, colocando-as na conta da idade. Contudo, o narrador é claramente crítico a esta postura. Após mais uma das grosserias gratuitas de Daniel com seu pai, lê-se: “*Não fale assim com o seu pai*, disse-lhe Rachel, sem levantar os olhos do celular, grau de convicção próximo de zero” (27). O narrador, portanto, não absolve Daniel pela sua idade. Ao contrário, acredita que há algo de definitivo em sua postura, algo que criará esgarçamentos familiares permanentes e o levará a tornar-se certo tipo de pessoa que jamais poderá ser próxima de seu pai:

a relação entre eles se esgarçou para, para nunca mais. Não exatamente: uma vez que o universo é curvo como a pista de Indianápolis, daqui a trinta anos, se sobreviverem (...), pai e filho voltarão a se aproximar, mas serão pessoas muito diferentes, astronautas de naves que viajam em diferentes medidas de tempo e espaço, e, no entorno, nada mais será semelhante. De modo que sim, tal como foi, a separação é para nunca mais. (26-27)

Apesar da hesitação, afinal o narrador conclui que sim, que a relação se esgarçou definitivamente. Isso retira qualquer possibilidade de o comportamento do filho ser um mero momento juvenil, normal e comum à idade.

A comparação do comportamento de Daniel com o de sua irmã deixa claro como a infantilidade (que necessariamente é ingênua) é um atributo derivado de seu posicionamento político, não de sua idade. Mais jovem do que ele, Lucila demonstra ser mais madura e, portanto, ponderada e não agressiva, o que faz Espinhosa compará-los: “O bom humor da filha, o mau humor do filho” (73). Parte considerável da história dá-se enquanto Otávio desfruta de um almoço com a filha, entrecortado por divagações que o levam a outros momentos da sua vida. Este almoço é visto pelo protagonista como “um breve oásis” (38), pois “almoçar com a filha era suspender o tempo” (38). A filha, que não é de esquerda, representa a temperança. Ainda que mais jovem do que seu irmão, com dezesseis anos incompletos, é ponderada. A diferença entre ela e seu irmão é explicitada em uma pequena passagem: “Quem que disse que eu sou de direita? O Daniel que falou. ‘Você é igual ao pai. Uma reacionária de direita.’ Só porque eu comentei que o protesto com a ocupação das escolas” (38). O raciocínio não se completa porque estavam em uma ligação e Otávio não consegue mais escutá-la devido a uma sirene de polícia. O importante não eram os detalhes do pensamento de Lucila, mas a sua capacidade de refletir, em contraste com a agressividade de Daniel, calcada em ideias rígidas. O contraste vai além, quando “O telefonema da filha levou-o à discussão com o filho há um mês, como se ali houvesse fios a ser ligados” (48). O filho, de forma agressiva e ofensiva:

um pós-adolescente no limite da histeria, vomitou uma sequência de ofensas, *Você é um idiota imbecil, fica acreditando nessa justiça racista e seletiva de merda que só quer criminalizar a esquerda progressista, é preciso parar o país e tirar esse golpista do governo e estatizar todo o sistema bancário, democratizar o acesso universal à saúde e à educação, acabar com esses juroz ladrões bilhões do nosso dinheiro jorrando na mão dos banqueiros, enquadrar essa imprensa imperialista filha da puta e fazer uma revolução total fuzilando os corruptos* (48-49, itálico do original).

O filho, de dezessete anos, esquerdista, Bolsonaro às avessas, irascível, bravateiro. A filha, ponderada, é distanciada da esquerda, não vai a nenhuma passeata. Como se nota, a história passa-

se durante o governo Temer, tratado como golpista por um esquerdista caricatural, o que é forma de esvaziar a retórica pervasiva na esquerda, de que o impeachment da presidente Dilma Rousseff teria sido um golpe.

Em outro momento de contraste entre os irmãos, Daniel chama Lucila de burguesinha. À pergunta do pai se ficou brava, responde: “Não. Eu até achei engraçado aquele jeitão furioso dele” (58). Novamente, o contraste entre a irracionalidade que se manifesta em agressividade e o equilíbrio. Equilíbrio daqueles que se colocam entre a esquerda, pintada sempre como radical, e a ultradireita. O equilíbrio liberal, o liberalismo como locus da razão. Lucila complementa o comentário sobre o irmão: “Está deixando a barba crescer, mas não tem muita ainda. Eu acho legal. Parece o Bob Dylan quando era novinho, aqueles caras antigos” (58). A referência àqueles caras sugere um anacronismo da esquerda. A barba que está crescendo, mas “ainda não tem muita”, o que aponta imaturidade, revela uma busca por ser algo, mas não conseguir, pois o sujeito de esquerda não é genuíno, existe uma autoalienação causada pela “doutrinação” de esquerda, que gera a construção de um ego divorciado do verdadeiro self, característica da personalidade autoritária, como apontado por Adorno, daí frases ligadas a fuzilamento vindas de Daniel. Não é à toa que o ataque de fúria de Daniel acima transcrito é imediatamente seguido por uma referência a Spinoza. Após ouvir a explosão do filho, Otávio imediatamente lembra-se do racionalíssimo Spinoza, “*o meu refúgio*” (49, *italico do original*). A razão como proteção contra a esquerda e seus arroubos.

Tais arroubos se intensificam quando o resguardo financeiro familiar está garantido. A esposa de Espinhosa conta ao filho que os pais se separarão. Daniel liga, então, para o seu pai:

– Eu acho bom. Acabar com essa sua farsa de merda de vida em família!

A frase estava armazenada talvez há meses, esperando o instante ideal para seu pronunciamento. Ele podia sentir a respiração acelerada do filho, o esforço para agredir e manter o tom emocional à altura do momento. Daniel *achou uma brecha*,

ele contaria a Débora mais tarde, *para destilar aquilo; percebeu a fraqueza do pai, sentiu a minha queda, o velho momentaneamente indefeso, de pernas quebradas; e ele estava seguro, protegido pela distância e pelo telefone; já contava com o apoio sólido da mãe, que lhe dera um bom dinheiro. Agora sim, ele podia exercer a estupidez sem risco nenhum.* (138, itálicos do original)

Como Daniel é definido como um chavão, fica explícito como ele representa o sujeito de esquerda que, como se nota pela passagem, é interesseiro (macrocaracterística mau caráterismo). Ele participa, com um grupo de estudantes evidentemente de esquerda, de uma greve de alunos, para irem a uma ocupação de sem-tetos (67). Esta ação não é aprovada pelo autor implícito, como se percebe pelo seguinte trecho, em que o narrador informa que ao contar os planos a Otávio, este reconheceu “uma brevíssima sobra de consulta, quase um pedido de autorização, uma espécie de ‘o que você acha?’ disfarçada – provavelmente, imaginou, a última vez na vida que esse fiapo de ligação ainda os uniria” (67), contudo, o “o subtom remotamente submisso era uma estratégia” (67): Daniel queria dinheiro do pai (67). Ressalta do trecho, além do comentário sobre o caráter do filho, como o citado fiapo de ligação dá-se pelo campo do conselho paterno, em uma quase implícita valorização do *pater familias*. Há, talvez, um leve lamento por uma decadência do patriarcado, o que confirmaria um alinhamento da obra ao conservadorismo.

Não apenas ao conservadorismo, mas à racionalidade, pela valorização da ligação familiar com Espinosa, o estilo em que o protagonista escreveu seu livro de autoajuda, e sua maneira de ser, viciado em número e cálculos, que aparece em vários momentos, como no último parágrafo da obra, quando calcula a distância entre o lugar onde estava e sua casa, a partir do número de quarteirões e tamanho destes (173). No seu livro de autoajuda, ressalta a importância de separar planejamento de emoção (120). A racionalidade não apenas permite chegar a melhores conclusões, mas, pela comparação entre os filhos, vê-se que faz das pessoas sujeitos mais tranquilos, bem-humorados, que levam a vida com senso crítico e temperança. A falta de racionalidade levaria ao fanatismo, o que afasta do trabalho. Em uma pequena, mas significativa passagem, Daniel pede

dinheiro emprestado à sua irmã mais nova de apenas quinze anos (114). Ambos de uma família burguesa, não há elementos para que se imagine que Lucila trabalhava. É que o racional é capaz de acumular capital e ser autossustentável. Há uma valorização de uma racionalidade anglo-saxã, em contraponto a um suposto iberismo. Os Estados Unidos seriam o lócus por excelência da racionalidade *clean*, capaz de acumular capital e ter um Estado não-personalista. No Brasil do homem cordial vigoraria o patrimonialismo, o Estado de apadrinhamentos, que ajuda amigos e reserva a dureza da lei aos inimigos. Seria um Estado personalizado pelos afetos e interesses dos seus agentes, o que abriria caminho para a corrupção. Jessé Souza chama a atenção que, apesar de a cultura brasileira, no mínimo desde Sérgio Buarque de Holanda, ser identificada como patrimonialista e “cordial” no sentido buarqueano do termo, considera-se somente o Estado o lócus desse “iberismo”. O mercado seria onde o racionalismo impessoal reinaria. Afirma, o citado autor:

apesar de o homem cordial estar presente em todas as dimensões da vida, sua atenção se concentra apenas na ação do “homem cordial” no Estado. (...)

O mercado capitalista deixa de ser uma instituição ambivalente – fruto de longo aprendizado histórico, que permite tanto separar o interesse econômico de considerações éticas (e com isso produzir riquezas em quantidades inauditas) como também produzir e legitimar desigualdades injustas de todo tipo indefinidamente – para ser apenas o reino da “virtude” por excelência. O Estado, também ambivalente, podendo refletir interesses de todo tipo, sendo ele próprio um campo de lutas intestinas, é “congelado” ao lado de uma suposta “elite privilegiada”, a qual, como ninguém a define, se refere a todos e a ninguém e pode ser usada em qualquer contexto a bel prazer do falante (quase sempre, ele próprio de alguma “elite”). (28)

Na guerra cultural conservadora, a referida “elite privilegiada” é basicamente todo o establishment, posto como progressista, sobretudo por setores mais radicalizados, como o bolsolavismo. Os intelectuais, em particular, seriam os maiores parasitas do patrimônio público, que usam os seus vencimentos não para produzir, mas para “inventar como as pessoas devem ser”, como diz Pondé. O intelectual seria, na melhor das hipóteses, um inútil, na pior, alguém que busca ditar regras, com uma vida fácil, permitida por uma apropriação do dinheiro público. No caso da obra de Tezza, já foi demonstrado o seu anti-intelectualismo. Já seu conceito de elite privilegiada,

em consonância com o que aponta Jessé Souza, engloba “o estamento do funcionalismo público brasileiro, blindado por fortalezas corporativas que unem do gari municipal ao procurador federal, [que] representa a verdadeira classe dominante do país” (120). O patrimonialismo estatal é alçado a patamar tão elevado pelo autor implícito que um gari passa a constituir a classe dominante, ao contrário de todos que se encontram fora da máquina pública, inclusive os principais detentores de capital. Tal cenário denota um descolamento da realidade, pois tal só seria possível em um país completamente estatizado e sem uma burguesia, ou seja, em um regime socialista ou em um país sem mercado ou desenvolvimento econômico, definição não atribuível a nenhuma das nações de maior economia do planeta. Tem-se, portanto, uma visão do Brasil como um país essencialmente sem iniciativa privada e com um Estado gigantesco. Não importa se isso diverge da realidade. Tal retórica permite a defesa de um modelo de redução drástica do Estado, pois este estaria tão agigantado que até aquele que participa das margens do Estado, como o gari, estaria em situação privilegiada em relação ao homem de negócios, oprimido por um Estado demasiadamente grande e patrimonialista, um herói racional em sua campanha empreendedora na selva do patrimonialismo estatal.

Como o liberalismo econômico é favorável a uma redução do Estado, ser liberal significaria pôr-se fora da lógica patrimonialista e tornar-se, como indivíduo, um racionalista virtuoso. Assim, os liberais podem “‘universalizar’ seus interesses particulares ao demonizar a intervenção estatal como sempre ineficiente e corrupta” (Souza 28).

Se o mercado é o lócus da virtude e o Estado da corrupção e do patrimonialismo, e se os liberais podem sentir-se “virtuosos, puros e imaculados” (J. Souza 28) por defenderem uma economia de livre mercado e com redução do Estado, aqueles que defendem um Estado mais

interventor na atividade econômica, ou seja, a esquerda, estariam do lado da corrupção e do patrimonialismo.

Ressalte-se que o patrimonialismo viria sobretudo do fato de o brasileiro ser um sujeito cordial, ou seja, alguém guiado por seus sentimentos. O sujeito de esquerda, ao manter-se ligado ao Estado, isto é, ao patrimonialismo, ao contrário do liberal, não se curou, permanece no estado de cordialidade, como uma espécie de primitivo incapaz de controlar as paixões. Seria aquele ainda submetido aos desejos, ao corpo. Em certa medida, é animalizado, em oposição ao liberal racional, que tem o corpo domado pelo espírito. Como afirma Jessé Souza:

Como em todas as hierarquias morais do Ocidente que permitem separar entre o superior e o inferior ou entre o nobre e o vulgar, a oposição que serve de referência é, sempre e em todos os casos, aquela entre o espírito e o corpo. O “espírito” é o lugar das funções nobres e superiores do intelecto e da moralidade distanciada. O “corpo” é o lugar das paixões sem controle e das necessidades animais. Desse modo, o arsenal de noções ad hoc utilizadas para legitimar o predomínio de alguns países sobre outros é exatamente o mesmo para justificar a dominação interna das classes mais “cultas” sobre as populares. Do mesmo modo que o Brasil é tornado “corpo” e “animalizado” como terra do sexo, do afeto e da emoção – e por extensão da corrupção, do patrimonialismo e das relações pessoais, que é, supostamente, o que o domínio das emoções produz – e se contrapõe como “corpo” à cultura “espiritual” norte-americana, do cálculo, da racionalidade, da confiança e da moralidade distanciada das emoções (...) (93)

Esse universo espiritual estadunidense do cálculo e da racionalidade está acessível mesmo ao brasileiro, bastando alinhar-se ao liberalismo, opondo-se ao Estado. Negar o Estado é acessar uma espécie de mundo prometido da racionalidade anglo-saxã. Confirmá-lo é seguir na selva da cordialidade.

Não é à toa, portanto, que Otávio Espinhosa é viciado em cálculos e pensamento lógico. Lucila, por seu turno, é apresentada por falas, com vasto uso do discurso direto, sem que haja referência a movimentos físicos ou emoções. É a fala pura, neutra, portanto, racional. Já o corpo do passional Daniel faz-se presente frequentemente. Ele bate portas (29; 91), grita furiosamente (29), tem reação agressiva e ofensiva, no limite da histeria (48), sai furioso batendo portas

novamente (49), em um acesso de fúria puxa o pano de mesa, derrubando toda a louça que estava sobre ela (76). Ele não fala (ato do espírito), vocifera (ato do corpo e passional, 90), ele não tem um posicionamento político, é tomado por “testosterona ideológica” (137). Se Daniel é um chavão do esquerdista, o sujeito de esquerda é corpo, são pulsões fora de controle, é princípio do prazer, é sentimento e pessoalidade, é patrimonialismo, é corrupção e fanatismo. Aquele que não controla suas paixões sofre de uma psicopatologia. E, sem controle das emoções, ajudará aos amigos e prejudicará os inimigos, inclusive quando for agente público, portanto, será mau-caráter.

4.4.3 Últimos Comentários

A última personagem a merecer comentário, ainda que breve, é a esposa de Espinhosa, Rachel. Trata-se de uma personagem mais citada pela sua traição do que alguém que tenha voz no romance. O leitor não sabe muito sobre ela. Normalmente, surge para fazer algum comentário relativizando as ações de Daniel, como uma mãe displicente. Por vezes chega a recriar Otávio, como quando afirma: “Você só consegue ver o próprio filho como uma caricatura – e ele se ressentido disso, disse-lhe Rachel, didaticamente, como a um estudante teimoso. Faz parte da formação dele. Você nunca foi assim? Nunca bateu porta? Nunca se revoltou?” (91). Ou quando reclama: “Você diz pra ele, que é só um menino idealista, que um país real é feito de dinheiro, que só tribos primitivas conseguem viver de sonhos e mitos, e queria que ele reagisse como um filósofo britânico? Você é incapaz de ver as pessoas diante de você. Aliás, sempre foi” (49). Rachel, portanto, não apenas faz menos dos arroubos de Daniel, ela cerra fileiras com ele nos ataques ao protagonista, embora com linguagem e postura mais moderadas. Ressalte-se que tais ataques não têm qualquer função polissêmica. A crítica feita ao marido no trecho citado vem duas páginas após a transcrição de um trecho de um e-mail dela a seu amante, no qual acusa Otávio de ser “desprovido

de afeto” (48). Trata-se de alguém que busca legitimar a traição, citando defeitos do marido, jogando sobre ele a responsabilidade pela ação dela, como se fora uma mera reação a um homem frio. Em seguida ao comentário de Rachel, a voz volta a Otávio, que a responde. Dessa mulher displicente na criação do filho, só sabemos que trai o marido e que é eleitora do Lula (53). Ela é ligada, portanto, a alguns clichês referentes ao sujeito de esquerda, quais sejam, a licenciosidade e uma criação demasiado relaxada dos filhos, fruto de uma ojeriza patológica a qualquer espécie de autoridade.

A família apresenta-se, portanto, como um campo de batalha, no qual os esquerdistas Daniel e Rachel são inimigos de Otávio e a filha racional, portanto não esquerdista, é, se não uma aliada, uma pessoa neutra com a qual se pode dialogar de forma civilizada e até com certa profundidade, algo impensável com os passionais esquerdistas. Como diz Otávio, “em família estamos sempre na caverna, tacape, pelos eriçados, grunhidos e carne crua” (9).

A obra termina com Espinhosa abrindo mão da decisão de abandonar a vida sexual. Após dormir com Débora, uma colega de trabalho, deixa o edifício onde estivera com ela. Observa “os mendigos que dormiam envoltos em trapos e papelões sob a marquise imensa” (173). Sente o vento frio, mas agradável. Ainda desfrutando do pós-coito, logo após sentir o vento frio há “Uma sensação inesperadamente boa no corpo inteiro. *Uma exaustão feliz*” (173, *italico do original*). O contraste entre os sem-teto dormindo ao frio e a sensação agradável sentida pelo protagonista denota sua indiferença. Logo adiante passa-se da indiferença à negação da dedicação a causas sociais:

No outro lado da rua, um muro em ruínas deixava ver a pichação talvez recente, *A BURGUESIA FEDE*, letras negras escorridas como num cartaz de filme de terror, e fantasiou seu filho Daniel divertindo-se com o spray de tinta em sua primeira missão revolucionária.

– Idiotas. (173)

“Idiotas” é uma das últimas palavras do romance. A palavra definitiva sobre Daniel e aqueles que buscam o ativismo em vez de, sem abandonar a razão, entregarem-se com razoabilidade às delícias da vida. A burguesia não fede e tem o direito de desfrutar de sua vida, ainda que haja pessoas passando frio na rua, expressa o autor implícito. Certamente porque, no registro ético-político da obra, uma sociedade de uma razão anglo-saxã, com um Estado diminuto e um mercado virtuoso, possibilitaria àqueles que se esforçassem saírem das ruas e galgarem melhores posições.

Por fim, deve-se esclarecer eventual confusão. No primeiro capítulo desta tese, definiu-se conservadorismo como “crença irracionalista segundo a qual as sociedades se organizam de forma orgânica”. Já, ao tratar de *A Tirania do Amor*, foi afirmado que há uma valorização da racionalidade e que a obra se alinha ao conservadorismo, o que apontaria para uma contradição. Há que se compreender, contudo, o conceito de irracionalismo. Trata-se, em essência, da oposição a teorizações que busquem novas soluções sociais.

Para Lukács, o irracionalismo não apresenta um sistema a partir do qual se possa derivar ideias. Ao contrário, ele se moldará para apresentar respostas reacionárias à luta de classes (14) – ou seja, é uma ideologia da reação —, contudo, o próprio autor indica alguns traços recorrentes em diferentes autores irracionalistas: “a depreciação do entendimento e da razão, a glorificação da intuição, a gnosiologia aristocrática, a recusa do progresso sócio-histórico, a criação de mitos” (15). Nem todas estas características se aplicarão ao conservadorismo moderno, de matiz liberal. O conservadorismo surgiu como reação à Revolução Francesa, logo à burguesia. Contudo, quando esta passa a ser o status quo, se torna um valor de setores da burguesia contra os avanços do proletariado (J.M.A Souza 5). A burguesia, que à época da citada revolução se opunha aos conservadores, tem o racionalismo como uma de suas bases. Ao tornar-se status quo cria uma série de supostas verdades que seriam baseadas na razão, mas que em realidade são uma cadeia de

direitos, deveres, e uma organização social que atendem aos seus interesses. Este novo modelo de sociedade seria baseado em uma razão última e universal, que se torna um mito fundador. O modelo social burguês seria o único ao que a razão levaria, modelos diversos seriam condenáveis. Por interditar o debate, fundar-se em um absoluto anterior à discussão e se opor a ideias sobre novos modelos sociais, o conservadorismo liberal é uma modalidade de conservadorismo que, travestida de racionalista, segue alinhada ao irracionalismo.

4.5 Conclusão

O longo período do Partido dos Trabalhadores no poder e um avanço em pautas de minorias sociais levou a um adensamento do conservadorismo e da direita que, em um termo conglobante, foi chamada de nova direita por alguns, mas que chamamos de novíssima direita. Esta é composta por uma plêiade de direitistas e conservadores que apresentam poucas características em comum. O que mais ressalta do fenômeno é um adensamento da direita e do conservadorismo entre grupos largamente diversos, em uma onda antipetista e antiesquerdista.

Com a chegada de Jair Bolsonaro ao poder, a novíssima direita rompe-se. Não há mais a esquerda, inimigo comum, no poder. Ao contrário, para setores mais moderados, o principal adversário passa a ser a extrema direita nacionalista. Já para esta, a esquerda continua sendo a grande inimiga, agora tendo ao seu lado antigos aliados, como alguns liberais. No Capítulo 3, foram analisados quadrinhos alinhados ao bolsolavismo e produzidos após Jair Bolsonaro ascender à presidência. Neste Capítulo 4, trabalhou-se com obras e expressões intelectuais anteriores à vitória do citado ex-presidente. Os autores das obras analisadas neste capítulo, desde a ascensão do “Capitão”, passam a opor-se a ele. Alguns dos intelectuais aqui citados chegaram a aproximar-se da esquerda nos anos de Bolsonaro no poder, como Reinaldo Azevedo. Este capítulo cumpre a

função, portanto, de demonstrar como teses tão evidentemente descabidas, como o marxismo cultural, conseguiram ganhar tração. Se Olavo de Carvalho, até o fim da primeira década do século XXI, era visto como um extremista e tinha pouca penetração, alguns dos intelectuais citados neste capítulo trataram de normalizar seu discurso. Outros, ainda que não se alinhem a teses como o marxismo cultural, ao reforçarem a retórica do inimigo contra a esquerda, ajudaram na guerra cultural que tinha o bolsolavismo como ponta de lança, posto que, se naquele momento histórico conservadores e direita moderada estavam cerrando fileiras com a extrema direita conservadora, o inimigo era a esquerda, e deslegitimar esquerdistas e progressistas como seres humanos é uma forma de esvaziar seus discursos.

Durante o governo Bolsonaro, a guerra cultural deixa de ser conservadora para ser bolsolavista. Os conservadores moderados abandonam o front, contudo, graças à sua ação pretérita, o bolsolavismo deixa de ser um pensamento de nicho e caminha pelas próprias pernas, com a radicalização se espalhando e criando raízes, sem mais necessitar de “intelectuais legitimadores” e amplificadores. Eles próprios se amplificam e já se fazem ouvir como força política importante, sem necessidade de intermediários.

5. CODA

5.1 A Formação de um Cenário

Esta tese demonstrou que uma guerra cultural da novíssima direita veio se desenvolvendo no Brasil durante o século XXI. Esta direita não se caracteriza por uma série de características unificadoras, mas acima de tudo por um momentum, gerado por razões vistas no primeiro capítulo. A partir da eleição de Jair Bolsonaro à presidência, esse grupo heterogêneo se diluiu, com muitos liberais abandonando a guerra cultural ou aliando-se, nas pautas de costumes, ao lado oposto. A guerra passou a ser travada exclusivamente por bolsolavista que, com a ajuda de outros que até então formavam a novíssima direita, deixou de ser marginal e anedotário, ganhando visibilidade, aceitação, e passando a influenciar o senso comum.

Esta guerra cultural caracteriza-se pela busca por uma hegemonia *stricto sensu* infensa a adequações para inclusão de grupos minoritários. Como diz Gramsci, o grupo dominante faz concessões em temas não essenciais aos grupos subalternizados para que estes sejam incluídos e cumpram suas funções na engrenagem do sistema. Há duas maneiras de se compreender os avanços de pautas de grupos subalternizados no Brasil do século XXI: uma necessária concessão na configuração hegemônica, mas que tem como resultado apenas arrefecer ânimos, com o fim de manutenção do grupo dominante na sua posição; ou uma alteração de fato na configuração de forças, com maior distribuição de poder, inclusive em áreas essenciais.

Não houve uma alteração do modelo de Estado, a desigualdade social no Brasil permanece altíssima, a despeito de alguns avanços em um dado momento do século XXI. No que tange à relação entre classes sociais, o atual modelo econômico segue naturalizado, tendo ocorrido, inclusive, algumas flexibilizações dos direitos trabalhistas nos últimos anos. Desnaturalizaram-se, entretanto, ofensas relacionadas a gênero, raça e sexualidade, com implicações na linguagem. Ainda que sigam minoritários, quando há ausência de mulheres e negros em posições de poder, como ministérios, ocorrem fortes críticas. Em programas televisivos de grande audiência, como as novelas da Rede Globo ou o Big Brother Brasil, houve aumento da participação de pessoas negras, bem como naturalização da presença de pessoas e casais gays. Se se trata de um mero processo de acomodação, uma reforma para que não haja alterações estruturais, ou se, ao contrário, está-se diante de um momento de alteração gradual da estrutura hegemônica e dos grupos dominantes, apenas com a passagem do tempo se poderá saber. O jogo de forças é constante, cada grupo com sua intenção, e os processos históricos não são pré-determinados. Há que se reconhecer, contudo, que o acesso ao nível superior por camadas historicamente excluídas da alta educação tem um grande poder de causar alterações duradouras e em áreas essenciais. Há, portanto, sinais de que se caminha, em meio a avanços e retrocessos, a uma mudança estrutural que pode, entretanto, ser revertida caso o bolsolavismo não apenas retorne ao poder, mas vença a guerra cultural, o que lhe permitiria implementar medidas reacionárias de grande impacto. Deve-se ressaltar que a redução do poder do bolsolavismo no âmbito estatal em função da derrota no pleito presidencial de 2022, em nada mina sua guerra cultural. Ao contrário, estando na oposição, podem ser franco atiradores. A guerra cultural é pela hegemonia *stricto sensu*, que ocorre na sociedade, não pelo domínio, que se dá no campo estatal, embora a performance naquela seja de grande importância para a conquista deste.

Baseado em *Guerra Cultural e Retórica do ódio: Crônicas de um Brasil Pós-político*, de João Cezar de Castro Rocha, e sobretudo nas fontes primárias estudadas, conclui-se que a guerra cultural conservadora tem três elementos marcantes, que são a crença na hegemonia progressista, a tese do marxismo cultural, e a retórica do inimigo, sendo esta a mais presente e importante. Foi demonstrado como a guerra é exercida no meio literário por meio destes elementos, com exemplos de algumas obras.

Registre-se, entretanto, que esta guerra tem diversos fronts. No terreno da cultura, pode-se citar, a título de exemplo, o que João Cezar de Castro Rocha denomina de subgênero musical “Olavo Tem Razão”, “Ora, de marchinha de carnaval a puro *heavy metal*, e isso sem esquecer de um híbrido RAP-gospel” (20). No meio audiovisual, há a já citada produtora Brasil Paralelo, além do cineasta Josias Teófilo, produtor do filme *Jardim das Aflições*, uma ode a Olavo de Carvalho. Também na área do audiovisual, pense-se nas telenovelas de conteúdo conservador-religioso produzidos pelo canal televisivo Record. Há, enfim, a consolidação de um cenário cultural bolsolavista no Brasil, engajado na guerra cultural. A Editora Super Prumo, de quadrinhos, não é a única editora dedicada a isto.

Há editoras que se colocam de forma clara, às vezes já pelo nome. Um exemplo é a editora carioca Endireita, em cujo site logo se lê: “Editora Endireita – Uma Editora Conservadora!!!” (“Editora Endireita”). Em 6 de março de 2023, tinha apenas três obras publicadas. Trata-se de uma editora com ligações com as forças policiais do Rio de Janeiro. Um de seus livros é de Gunther Schmidt de Miranda, que já foi da Aeronáutica e atualmente é policial civil. Outro livro é uma coletânea de contos resultado de uma oficina literária da COLigação de POLiciais civis do estado do Rio de Janeiro (COLPOL/RJ), realizada em parceria com a Editora Endireita. A realização de tal oficina em concerto com a Endireita indica o caminho da literatura de policiais, e é uma amostra

da associação direta entre forças policiais e o conservadorismo. Some-se a isso, o fato de que desde 2017 é realizada a Feira Literária POLicial (FLIPOL), no Rio de Janeiro, com publicações de diversos tipos de livros de policiais, desde obras técnicas a ficção, tendo, a última edição, contado com a participação da Editora Endireita.

O conservadorismo já ganhou importante fatia do mercado editorial no ramo de não-ficção, sobretudo desde o período em que Carlos Andreazza assumiu o cargo de editor-executivo da Editora Record, quando publicou obras de Olavo de Carvalho (e vendeu, segundo informa, até 2019, quinhentos mil exemplares deste autor), ajudando-o a transformar-se em um fenômeno pop (Araújo). Andreazza também publicou outros autores conservadores, como Diogo Mainardi e Rodrigo Constantino (Araújo). Trata-se nesta tese, contudo, do estudo da literatura ficcional. Há um cenário em formação. Há alguns núcleos isolados, mas que aos poucos vão estabelecendo vasos comunicantes. Se a Editora Endireita traz obras que, sob a maioria dos critérios, seriam consideradas de baixa qualidade, não raro com frases de difícil compreensão, não por uma opção de estilo, mas por falta de traquejo do autor, a curitibana Editora Danúbio, de Diogo Fontana, busca um estilo engajado com a chamada alta literatura. Dentre os seus escritores, encontra-se Alexandre Soares Silva, de inegável domínio da linguagem, um dos publicados em *Wunderblogs.com*, também autor de obras individuais, além de colunista da *Revista Cruzeiro*, ligada ao portal *O Antagonista*, de Diogo Mainardi e Mario Sabino. Os títulos da Danúbio englobam desde ficção até reflexões calcadas no sistema de crenças olavista, como *A Guerra na Ucrânia e a Nova Ordem Mundial*, de Jonas Fragá e Cristian Derosa. Desde o título já se nota o alinhamento da obra. A expressão “nova ordem mundial” repete-se frequentemente nas bocas dos seguidores de Olavo de Carvalho, posto que tal nova ordem seria imposta pelo chamado globalismo. Vale a pena a leitura da curta descrição da obra no site da editora: “(...) Qual a relação entre esse embate da Rússia de

Putin contra a Ucrânia de Zelensky com o fenômeno chamado globalismo? Essa guerra tem uma importância histórica especial? De um lado, os metacapitalistas; do outro, os eurasianistas” (“A Guerra da Ucrânia”). Texto de inspiração claramente olavista.

Ao pesquisar-se o catálogo da editora, na seção de arte, há três obras. Cite-se o título de duas delas: *O Sentimento da Beleza* e *Ensaio Sobre a Música Universal*, nomes que transparecem a constante ideia conservadora de existência de um absoluto (no caso, de beleza) pré-cultura. Na seção de política, dentre outros títulos, destaque-se, *O Elogio do Conservadorismo* e *Da Direita Moderna à Direita Tradicional*. Na seção de educação, o único livro disponível é *Arte de Traduzir de Latim Para Português*. Há, inegavelmente, uma tendência conservadora, exemplificada por obras que valorizam tudo aquilo que é compreendido como de uma erudição tradicional, como o estudo do latim. Quanto a literatura, há uma obra de Camilo Castelo Branco, autor conservador português do século XIX, outra de Saki, autor britânico que serviu às forças armadas do Reino Unido e faleceu durante a Primeira Guerra Mundial. Os demais títulos são de autores brasileiros contemporâneos conservadores, alguns dos quais ex-alunos de Olavo de Carvalho. Todos são homens.

Navegar pelo canal da editora no YouTube clareia qualquer dúvida sobre a orientação editorial, seja pelo conteúdo dos vídeos, seja pelos meros títulos de alguns, como “‘Fui Comunista por um Mês’, Confessa o Escritor Fábio Gonçalves” (destaque nosso). Ademais, Diogo Fontana participou, com um dos autores da editora, do 3º Fórum Educação, Direito e Alta Cultura, realizado em Londrina em 2022, que pretende “um encontro para promover o resgate da justiça e da inteligência no Brasil” (Fórum Educação, Direito e Alta Cultura) e conta com palestrantes conservadores, dentre os quais se destaca a juíza Ludmila Lins Grilo, que oferece um curso online

sobre a guerra cultural na Justiça e se tornou uma expoente do bolsolavismo no Judiciário brasileiro. A clara orientação editorial é, contudo, negada por Diogo Fontana, como se verá adiante.

Outros sinais de que há a formação de um cenário de “alta literatura” bolsolavista são encontrados no canal da Editora Danúbio, no YouTube. Há, por exemplo, um diálogo de Diogo Fontana com João Filho, autor laureado, publicado por grandes editoras, atualmente na Morongo, e que, nos últimos anos, converteu-se ao conservadorismo católico. Ademais, Fontana planeja lançar um jornal literário, para o qual conta com a parceria do editor Renan Martins dos Santos, da Editora Concreta (“O Futuro da Literatura Brasileira #2” 18:18 – 18:28), casa editorial dedicada essencialmente a publicar pensadores católicos e clássicos da literatura e do pensamento literário. Nesse jornal, pretende realizar crítica literária que incluirá “a parte corrosiva e destrutiva à la *O Imbecil Coletivo*¹⁵ para estourar algumas bolhas de sabão (...) porque a gente precisa limpar o terreno. Por exemplo, o Itamar Vieira tá aí com o Torto Arado”. (“O Futuro da Literatura Brasileira #2” 18:43 – 19:00). Cite-se, também, a editora e distribuidora Cedet, que possui diversos selos editoriais, dentre os quais se destaca a Vide Editorial, que publica diversas obras conservadoras de não-ficção e literatura de autores falecidos. Traduz obras de autores internacionais, como *O Sexo Privilegiado*, um libelo antifeminista. Dentre os autores nacionais, destaque-se títulos de Olavo de Carvalho e, em literatura, há um grande volume de obras de Gustavo Corção, conservador brasileiro da primeira metade e meados do século XX. Como distribuidora, a Cedet presta serviços para a Super Prumo, a Danúbio, além de diversas editoras cristãs. Em entrevista que nos concedeu, Diogo Fontana afirmou ter conhecido os responsáveis pela Cedet em um curso de Olavo de Carvalho. Este meio cultural conservador que se forma é em parte significativa composto, portanto, por uma rede de contatos estabelecida entre e por ex-alunos de Olavo de Carvalho.

¹⁵ Obra de Olavo de Carvalho, de teor crítico à intelligentsia brasileira, sobretudo aos setores majoritariamente progressistas.

Há, ainda, a revista *Esmeril*, cuja edição mensal traz “uma variedade de temas, como análise política e social, história, biografia, literatura, entrevistas, religião, futebol e muito mais” (“A Revista”), além de promover um clube do livro para os assinantes do Plano Tradição (“Clube do Livro”) e fazer resenhas de livros, como algumas das publicações da Danúbio. Tal revista tem dez mil seguidores no Instagram, contra trinta mil do tradicional jornal literário *Rascunho*. Bruna Torlay, sua criadora, tem cento e vinte e um mil seguidores, contra cento e treze mil do influente cientista político de esquerda, Jessé Souza. Como se sabe, *think tanks* e influenciadores bolsolavistas vêm se multiplicando. Alguns deles passam, aos poucos, a oferecer formação literária. É o caso do instituto *Veraz*, onde o conservador Carlos de Freitas deu uma palestra sobre contos e montou um clube do livro (“O Futuro da Literatura Brasileira #2” 3:50 – 4:00), e do renomado crítico literário Rodrigo Gurgel, que já em 2015 dava oficinas literárias que buscavam romper com o cânone modernista (Gurgel), e faz indicações literárias para seus diversos seguidores. Gurgel, que foi pupilo de Olavo de Carvalho por diversos anos e escreveu uma homenagem a este pensador após sua morte, é um exemplo da já iniciada penetração institucional do olavismo, uma vez que ele já foi jurado do Prêmio Jabuti e em 2012 causou polêmica ao dar notas excessivamente baixas a livros que considerava progressistas, alterando o resultado da competição, além de ser colaborador do prestigiado *Rascunho*. Ele também é exemplo de mais uma ligação estabelecida por Fontana, que o entrevistou no canal de sua editora, no YouTube. Como se nota, vai-se formando um cenário de encontros, oficinas, clubes de livro, produção, publicação e crítica literária de essência olavista. Há, portanto, células culturais olavistas, algumas delas comunicantes.

Os autores e editoras citados nesta coda, sob o ponto de vista político, assemelham-se mais aos quadrinhos do Capítulo 3, do que às obras literárias dos demais capítulos, uma vez que são

parte de um recente projeto de criação de um cenário artístico olavista. As demais obras analisadas ao longo da tese eram manifestações de visões de mundo pontuais, que foram ficando cada vez mais frequentes devido à sutil e constante alteração do senso comum, até que houve volume para o surgimento de cenários e projetos.

Dentre as editoras com projetos bolsolavistas, a Super Prumo encontra-se mais avançada em termos de vendas, enquanto a Editora Danúbio vai buscando conectar-se ao sistema literário. A Editora Endireita segue por outro caminho, estabelecendo ligação com a Polícia Civil do Rio de Janeiro, levando os policiais a publicarem textos que retratam seu dia a dia, e aproximando a corporação do público e dos valores conservadores.

5.1.1 A Editora Danúbio

Pelos autores e títulos publicados pela Editora Danúbio, nota-se tratar-se de uma editora com um projeto de incluir a literatura bolsolavista no circuito literário brasileiro. Para tal, inscreve obras em prêmios literários prestigiados como o Jabuti, pretende criar um jornal literário, e preocupa-se em ter no catálogo, em palavras do próprio Diogo Fontana, em entrevista que nos concedeu, obras que tenham qualidade estética. Curioso notar, entretanto, que Fontana, ao mesmo tempo em que dá vários sinais de tocar um projeto conservador (essencialmente olavista), nega esta intenção. Justifica o fato de seus autores serem conservadores pela falta de espaço para este tipo de autor no que chama de *mainstream*, que define como academia, grandes editoras, mídia cultural e prêmios literários. Sua busca, segundo nos informou, seria pela diversidade e pela qualidade literária. Autores de esquerda não publicariam por sua editora por terem espaço em outras, ao contrário dos conservadores. O perfil de seus autores seria, portanto, mera consequência do cenário editorial que, acredita, apenas abriria espaço a uma literatura alinhada a pautas

identitárias. Por isso, julga publicar uma literatura dissidente. À pergunta sobre o motivo da inserção de uma homenagem a Olavo de Carvalho no prólogo do seu primeiro romance, *A Exemplar Família de Itamar Halbmman*, o autor responde que tal se deu porque o ex-astrólogo lhe teria aberto os olhos para a literatura, com diversas indicações de valor, não sendo qualquer referência à teoria política olavista. Difícil crer que, diante do que representa Carvalho no Brasil contemporâneo, o autor desejasse apenas fazer um inocente agradecimento por indicações literárias. Ademais, “teorias” do referido autor são referenciadas discretamente no decurso da obra. Some-se a isso, a afirmação feita por Fontana, em entrevista ao canal *Conservadorismo Floripa*, de que a leitura de *O Imbecil Coletivo*, de Olavo de Carvalho, foi um episódio *life change* (“Existe literatura conservadora?” 7:40 – 7:52). Tal obra não é cravejada de indicações literárias, mas de retórica do inimigo, apontada contra setores considerados progressistas. Ainda, é difícil crer que um editor e autor que não tenha um projeto conservador aceitaria dar uma entrevista a um canal chamado *Conservadorismo Floripa*, ainda que, durante a entrevista o autor negue que haja literatura conservadora, ao menos de qualidade, pois a boa literatura não teria alinhamento político, pois isto faria dela militante, logo, pobre esteticamente (“Existe literatura conservadora?” 36:10 – 38:30; Fontana “Entrevista”). Contudo, o questionamos se não concordaria que, ainda que de forma não explicitamente militante, uma obra não costuma fazer um comentário sobre a realidade, e este comentário muitas vezes estaria de acordo com o prisma que o autor enxerga o mundo, com o que concordou.

Já que afirma que sua literatura não é conservadora, indagamos Fontana acerca da forma desfavorável que o sujeito de esquerda é retratado no seu primeiro romance. Em sua resposta, afirmou tratar-se de uma lupa sobre um lugar, tempo e meio social muito específicos, sobre o burguês de esquerda curitibano em 2016. Em suas palavras, “a coisa é microscópica” (Fontana

“Entrevista”), “bem provinciana” (Fontana “Entrevista”). Perguntamos o que distingue este personagem do burguês de esquerda de outras capitais brasileiras em 2023, ao que o autor respondeu que não sabe, pois não conhece o contexto social de outras capitais. Questionamo-lo, em seguida, sobre o irmão do protagonista de *Se Houvesse um Homem Bom*, seu segundo romance, igualmente um esquerdista retratado desfavoravelmente, contudo, um venezuelano, em uma obra que se passa sobretudo na Venezuela. Seria novamente um microscópio sobre aquele tipo de sujeito naquela específica sociedade? Uma resposta afirmativa seria insustentável, uma vez que o autor afirmara que não saberia se seus personagens curitibanos poderiam ser extrapolados para outras capitais brasileiras, por não conhecer estes espaços. Isso se agravaria ao se tratar de outro país. Abaixo, sua resposta:

Entrevistador: No seu segundo livro, *Se Houvesse um Homem Bom*, o irmão do protagonista, ele... ele é representado também de uma forma... de uma forma bem desfavorável. (...) É também mais um estudo de caso microscópico?

Diogo: Sem dúvida, sem dúvida.

Entrevistador: Do sujeito de esquerda da Venezuela daquele ano específico?

Diogo: Os dois livros são diferentes, os dois livros são diferentes nesse sentido. Até porque eu não conheço a Venezuela, não sou venezuelano. É uma outra forma de literatura. O segundo livro não é isso. O segundo livro tem aspectos mais genéricos sim.

Entrevistador: (...) O irmão dele, ele teria um pouco mais de um caráter de uma certa universalidade do que os personagens de *A Exemplar Família de Itamar Halbmam*?

Diogo: Sim, teria.

Entrevistador: (...) a sua representação do sujeito típico de esquerda, no seu, digamos assim, na sua obra, o que mais representa... o que é mais representativo do sujeito, é o...

Diogo: Não, ele não é o típico de esquerda não, não é o típico de esquerda, ele só é representativo de um tipo de esquerda, de um tipo de progressismo.

Entrevistador: Qual é esse tipo?

Diogo: É... (...), ele é um personagem que mescla marxismo e positivismo. Materialismo... tá tudo lá, já conheci pessoas assim. Ele tem ideias marxistas, ele tem ideias positivistas, no cientificismo dele, ele tem ideias materialistas no pretenso ateísmo, e ele tem ideias é... é... espiritistas, digamos assim. (...) Então é mais um retrato de um tipo de pessoa que não precisa ser da esquerda não, tem da direita também, da sociedade contemporânea. Um tipo de pessoa é... com o interior confuso, não coeso, que acredita simultaneamente em muitas ideias contraditórias,

personalidades fragmentadas. Ele foi retratado na esquerda, na esquerda venezuelana, e a Venezuela é um país em colapso... é... mas eu pude... é... é porque eu escrevi dois livros só, eu preciso escrever mais coisa. Eu não quero que fique essa impressão que eu tô dando paulada na esquerda só. (Fontana “Entrevista”)

Em seguida, afirmou que no seu próximo romance retratará, de forma crítica, a família de um prefeito do extinto Partido da Frente Liberal (PFL), que era alinhado à direita.

O que se nota é que o autor pretende “dar paulada” na esquerda, sem assumir que se trata de um projeto. Ao apresentar todos os esquerdistas de *A Exemplar Família de Itamar Halbmman* com macrocaracterísticas da retórica do inimigo, e isso se repetir em seu segundo romance, majoritariamente ambientado na Venezuela, enxerga-se um esquerdistas universal irracional (macrocaracterística ingenuidade) e mau-caráter. Ao mesmo tempo em que diz que em seu primeiro romance apresenta algo microscópico e provinciano, afirma na sua já citada entrevista para *Conservadorismo Floripa* que a boa literatura tem caráter universal (“Existe literatura conservadora?” 36:10 – 38:30). Sem dúvida, não pretende que seus textos sejam má literatura. Ademais, após definir *A Exemplar Família de Itamar Halbmman* como obra provinciana e que trata de um tipo de sujeito muito específico de um tempo e lugar, nos diz: “agora, é lógico que o leitor ou crítico pode começar a especular (...) se perguntar se isso é mais abrangente ou não, aí é com vocês” (Fontana “Entrevista”). Transparece em Fontana o desejo de que seu texto seja entendido como dotado de certa universalidade, sem que o autor se comprometa com tal, o que exporia a prática da retórica do inimigo contra progressistas, revelando uma literatura alinhada ao bolsolavismo, o que o autor e editor deseja disfarçar. Sua contradição no trecho transcrito da entrevista é marcante, uma vez que afirma primeiramente que sem dúvida o personagem citado seria resultado de um estudo microscópico, mas logo em seguida dá-se conta de que essa afirmação era absurda, já que o autor não conhece o contexto venezuelano em detalhes, então rapidamente inverte, alegando que o personagem tem um caráter universal. Contudo, quando lhe perguntamos

se esse seria então o sujeito típico de esquerda, ele restringe esse universal de tal maneira (enfileirando crenças como materialismo, positivismo, “espiritismo”), que acaba transformando-o em algo próximo do específico. Ao final da frase, a esquiva máxima, ao afirmar que na verdade se trata de alguém de personalidade fragmentada que nem de esquerda precisa ser. Como se o livro se passar na Venezuela e o personagem referido ser chavista fosse filigrana.

O projeto do autor é claro: inserir no sistema literário brasileiro uma literatura discretamente olavista, mas que não seja taxada como tal, que seja vista meramente como boa literatura, com os valores da extrema direita nacionalista sendo transmitidos pelos autores implícitos das obras, de uma forma não militante. Seria uma infiltração discreta, insidiosa, nos principais meios culturais. Ocupar os espaços de prestígio com ideias bolsolavistas que não são declaradas como tais é uma eficiente maneira de alterar o senso comum nestes espaços. Dentro de uma lógica de que valores e ideias gestadas em círculos de maior influência intelectual acabam por afetar o senso comum de forma mais diluída, o projeto de Fontana tem sentido e pode ser eficaz. Ele conseguiu levar para sua editora Alexandre Soares Silva, autor com grande qualidade de texto, com potencial para premiações, e que estava na Editora Record. Os textos de Alexandre Soares, após *Wunderblogs.com*, são essencialmente humorísticos, sem diálogo evidente com valores bolsonaristas, ainda que o autor seja ligado ao conservadorismo. Trata-se de forma ideal para inserir a Editora Danúbio nos círculos literários de prestígio, uma vez que pelo texto de Soares não se percebe o projeto bolsolavista que arrasta consigo ao elevar o patamar da Danúbio e, por conseguinte, dos seus autores.

O projeto de Fontana merece destaque nesta Coda por buscar, de forma consistente e consciente, criar um senso comum mais bolsolavista no meio literário brasileiro, e o faz, inteligentemente, negando o próprio projeto, e afirmando-se meramente como uma editora que

prima pela qualidade estética. Por mais que ainda não seja influente, segundo o editor nos informou, seu primeiro romance, *A Exemplar Família de Itamar Halbmman*, vendeu cerca de mil e duzentos exemplares. De acordo um experiente editor com o qual conversamos, no Brasil tal vendagem é “excelente. Muito acima da média”. O livro encontra-se na posição 128 em literatura brasileira em Amazon.com.br, portanto quase entrando na lista dos top cem destacados por este portal. Sua versão digital, para o Kindle, está em uma categoria global que engloba todas as obras para o Kindle, na posição 49.204, ao passo que *A Tirania do Amor*, do consagrado Cristóvão Tezza, encontra-se na posição 130.141, embora, na versão impressa, a obra de Tezza encontre-se mais bem posicionada. Ressalte-se, ainda, que a obra de Diogo Fontana gera significativo engajamento, com 125 avaliações em Amazon.com.br, número relativamente alto. A título de comparação, o citado livro de Tezza tem 65, *Buffalo & Spallanzani*, de Rubem Fonseca, tem 109, *Dona Flor e Seus Dois Maridos*, clássico absoluto de Jorge Amado, tem 370. O projeto de Diogo Fontana, portanto, merece atenção, por ser possivelmente o primeiro deste tipo, por ter alcançado, já no primeiro romance, uma vendagem e engajamento de alguma significância, e por disfarçar-se de projeto de diversidade e qualidade literária, quando em verdade busca alterar a configuração da hegemonia stricto sensu e do senso comum a partir do meio literário. Um cavalo de troia. Ainda não tem relevância para tal, mas é um exemplo de busca de ocupação de espaços de prestígio e de articulação entre ex-alunos de Olavo de Carvalho. Segundo informado na entrevista que Fontana nos concedeu, muitos autores chegam à sua editora por terem sido ex-alunos do autoproclamado filósofo. Assim também se deu sua aproximação com o seu distribuidor de livros. O movimento é relativamente insipiente e ainda não conseguiu inserir-se completamente nos principais espaços. A visibilidade ainda relativamente baixa acaba por ser sua aliada, pois permite infiltrar-se pouco a pouco no meio literário sem que este processo seja notado. Daí entender-se ser digno de comentário

nesta Coda; para além do fato de caber ao pesquisador registrar novos movimentos sociais e literários.

A fim de evitar repetições e uma extensão demasiada, analise-se brevemente o primeiro romance de Diogo Fontana, como obra representativa do movimento de busca de ocupação de posições de prestígio no sistema literário brasileiro, em uma verdadeira guerra de posições no sentido gramsciano.

5.1.1.1. *A Exemplar Família de Itamar Halbmman*

O prólogo deste romance, publicado em 2018, informa muito do que o leitor encontrará. O chamado prólogo é, em verdade, uma nota do autor, na qual ele explica o objetivo do livro e faz agradecimentos. Afirma que o seu objetivo maior era:

fixar no papel um tipo humano com o qual me confrontei várias vezes durante o início da minha vida adulta, um espécimen fácil de encontrar no meio jurídico e universitário, o petista milionário, que vive do capital alheio, profere um discurso radical, mas não se furta de adotar os valores e o estilo de vida burguês. (12-13)

Desde logo, percebe-se a tônica do livro: retórica do inimigo, calcada no recorrente estereótipo da chamada esquerda caviar que, por defender valores de esquerda e levar um estilo de vida burguês, teria a macrocaracterística hipocrisia.

Já o último parágrafo do prólogo tem a seguinte frase: “Por fim, envio um agradecimento especial ao professor Olavo de Carvalho; esta novela não existiria sem os seus ensinamentos” (13). Este encerramento é mais um exemplo da influência do sistema de crenças olavista na cosmogonia da extrema direita nacionalista brasileira e desperta a desconfiança de que o autor acredita na tese do marxismo cultural e na hegemonia cultural progressista.

O citado “petista milionário” é representado pelo casal que protagoniza o romance. Itamar e Silvana Halbmman são, respectivamente, desembargador e professora universitária. Os proventos

percebidos a partir destas ocupações são o que lhes tornaria milionários, no entender do narrador.

O casal é descrito de maneira definitiva em algumas frases:

Marido e mulher revestem-se de um verniz de cultura e zombam da ignorância dos vizinhos. Vão ao teatro uma vez por ano, em março, durante o festival; visitam as exposições do MON, mas não tão frequentemente; apreciam filmes franceses no Espaço Itaú Cultural; dentro do carro ouvem MPB contemporânea, sintonizados na 97.1FM, a emissora do governo estadual. Sempre votaram no 13, mas de uns tempos para cá namoram o PSOL. Lêem [sic!] o Veríssimo e o Paulo Henrique Amorim. Odeiam a Veja, desprezam a Globo. Na sua casa só entram a Piauí e a Carta Capital. São daqueles concursados que acumulam benefícios e remunerações, obtendo proventos que em muito extrapolam o teto constitucional. (22)

Neste pequeno trecho já se nota que os protagonistas são guiados pela hipocrisia. Demonstram erudição quando, em verdade, têm pouco interesse em cultura, já que “vão ao teatro uma vez por ano, durante o festival; visitam as exposições do MON, mas não tão frequentemente”. E o clássico parasitismo atribuído ao intelectual se manifesta (a professora que consegue a façanha de, por meio de benefícios, extrapolar o teto constitucional de vencimentos para servidores públicos), desta vez acompanhado pelo desembargador, que também é um servidor público. No mesmo sentido de *A Tirania do Amor*, de Cristóvão Tezza, os servidores públicos comporiam a elite.

A criação que dão para as filhas é excessivamente liberal e, em mais uma crítica aos professores, uma de suas filhas namorou com “um ex-professor da escola, cocainômano, divorciado e com filhos, duas décadas mais velho” (25). Estes não são os únicos trechos em que professores são retratados como esquerda caviar ou predadores de alunas. Referenciando uma festa em que Itamar havia estado, é narrada uma interação com um professor:

– *Royal Salute*, 21 anos. Não tem melhor! (...)

Não sou muito de whisky, entendo pouco... – [Itamar] mentiu, desconcertado com a desenvoltura do tal professor servindo-se de uma bebida tão cara. (...)

A visão repugnou Itamar. Detestou aquele homem de 40 anos, com a barba por fazer. Julgou-o de aspecto sujo. Flocos de caspa empoavam os ombros da sua camiseta; seu cabelo era longo e ensebado, preso por um rabo de cavalo. Tinha pelos na orelha. O que mais lhe incomodava, porém, era a voz dele, (...) de quem

sussurra cafajestadas. Eram conhecidas as fofocas sobre aqueles professores de cursinho, sobre os casos que costumavam ter com as alunas adolescentes. (102)

Trata-se da terceira obra analisada que traz a figura do professor que se envolve com uma aluna mais jovem (as outras foram *O Império do Oprimido* e *Os Dias da Crise*). Curiosamente, a crítica ao envolvimento amoroso quando há relações de poder costuma vir de seguimentos progressistas. A presença deste elemento em obras conservadoras denotaria, portanto, uma hipocrisia, o que fica claro em *Os Dias da Crise*, como visto no capítulo anterior. Mas há, inegavelmente, a acusação de uma constante lascívia por parte do sujeito progressista ou de esquerda. Muito presente em *O Império do Oprimido* e que retorna em momentos em outras obras. Isso seria parte de uma característica atribuída ao sujeito de esquerda de buscar a realização dos seus desejos sem maiores considerações, ainda que seu discurso diga o contrário. O esquerdista é um indivíduo sujeito ao corpo, às pulsões, ao princípio do prazer, ao fanatismo, que é modalidade de paixão. Seria o oposto da razão, como visto no Capítulo 4, o que é forma de animalizá-lo. Essa animalização é reforçada pelo aspecto do professor acima descrito. O asseio no patamar padrão da contemporaneidade é um ato do intelecto, não do corpo. Animalizado, o esquerdista satisfará suas pulsões sem consideração a interesses alheios, o que o coloca na macrocaracterística mau caratismo e, potencialmente, psicopatologia.

Um elitismo dos personagens de esquerda também se apresenta, demonstrando hipocrisia, já que desprezam o povo pelo qual dizem lutar. Em dado momento, Itamar informa a Silvana que ouvira sua empregada doméstica e o jardineiro do vizinho conversando que vão a uma passeata pelo impeachment de Dilma Rousseff, ao que sua esposa responde: “Meu Deus do céu, só faltava essa agora! A empregada virou jurista. Que gente sem noção. Ela está pensando o quê? O negócio dela é limpar, não é opinar sobre o que não sabe, muito menos ficar de tititi na hora do trabalho! Vou é dar uma juntada nela amanhã” (68). Presente, portanto, a ideia de que o povo é conservador.

A onda conservadora seria um despertar. Se antes votavam na esquerda, era por conta do marxismo cultural. Já que houve o despertar, a forma encontrada pelo bolsolavismo para explicar a vitória eleitoral de Lula em 2022 é acusar uma suposta fraude eleitoral. Diogo Fontana não foge da regra bolsolavista e, em uma live feita no início de novembro de 2022 leu um trecho do seu segundo romance, passado na Venezuela, em que o protagonista insinua haver fraude nas urnas eletrônicas venezuelas após enormes mobilizações sociais e a certeza da vitória (4:20 – 4:38); logo adiante, afirma que seu livro “fala de uma realidade muito parecida com a nossa. Realidade eleitoral, inclusive” (6:32 – 6:38).

É apontada, pela obra estudada, uma predominância progressista na elite cultural, formada por artistas, jornalistas e professores universitários, em antítese às “opiniões da maioria do povo” (76). Como a história narrada se passa no período do impeachment de Dilma Rousseff, não há como se defender uma hegemonia *stricto sensu* progressista, posto que esta demandaria um senso comum progressista, o que se opõe à ideia de o povo pedir o impeachment da presidente entendida como de esquerda. Haveria, tão somente, uma predominância na elite cultural, que pensaria de forma oposta ao povo. Há um flerte com o populismo, já que este coloca diferentes grupos de elite (econômica, intelectual, etc) como defensores de um sistema que os beneficia, em detrimento dos interesses populares.

A adesão da esquerda ao marxismo cultural é insinuada algumas vezes. Ressalte-se que, ao contrário de obras como *O Império do Oprimido*, Diogo Fontana tenta imprimir uma sutileza¹⁶. A fim de que sua obra seja levada a sério, não pretende escrever de uma maneira militante, mas meramente retratar um tipo. No prólogo, afirma que escreveu em forma balzaquiana (11). Desejou,

¹⁶ Com sucesso apenas parcial. A forma estereotipada com que trata os sujeitos de esquerda na sua obra acaba por trazer o caráter militante que o próprio autor despreza. Nas palavras do crítico Paulo Cantarelli: “Fontana não escreve tipos reais, mas puramente imaginários e inverossímeis; descreve um petista da mesma maneira que um marxista descreveria um burguês, de modo meramente caricato, unidimensional (...)” (Cantarelli).

portanto, escrever uma obra realista, “refreando minha animosidade, a fim de cumprir a obrigação maior do poeta, nunca se afastar da verdade” (12). Quer escapar do rótulo, enquanto avança com um projeto de literatura bolsolavista. Pretende, o autor, que a retórica do inimigo presente na obra, seja apenas um retrato balzaquiano da realidade.

A tese do marxismo cultural (também conhecida no Brasil como gramscismo) é sugerida discretamente, ao retratar a esquerda institucionalizada brasileira, essencialmente petista e que flerta com o PSOL, como comunista. Isto ocorre, por exemplo, quando Itamar se manifesta por meio de discurso indireto livre, afirmando que “naqueles *nós* contra *eles*, naquela caminhada épica por um ideal maior, por um mundo mais justo, pelos pobres, pelo futuro das suas filhas, *hasta la victoria*, até o fim” (90). Não é à toa a frase de Che Guevara. Ou em outro trecho, em que se percebe a clara ironia do narrador à reação de Itamar ao ser chamado de comunista: “Absurdo. Logo ele, que era de esquerda, sim, como toda pessoa decente tinha de ser, mas que sinceramente repudiava todo tipo de autoritarismo? Comunista! Só faltava essa...” (119). O autor implícito, por meio da ironia, afirma sobre Itamar o exato oposto do que ele diz sobre si. Ao dialogar com um personagem um tanto mais explícito sobre suas intenções, como fuzilar todos os latifundiários (98), Itamar fica mais à vontade sobre suas reais intenções e deixa escapar a máxima: “esquerdismo, a doença infantil do comunismo” (99). O comunismo é estendido ao Partido dos Trabalhadores, pois a frase é atribuída a José Genuíno (99). E, em uma “prova” (lembre-se, o romance expressamente busca retratar a realidade) de que o sistema é gramscista, no exame em que Silvana foi aprovada como professora universitária, ela “citou Gramsci (...), falou em contra-hegemonia” (47). O fato de ela ter sido aprovada nesta prova denota que o “gramscismo” comporia o pensamento oficial da estrutura burocrática do Estado, sobretudo no meio acadêmico.

Em seu esforço para negar a filiação ideológica da obra, na entrevista que nos forneceu, o autor, sobre o acima transcrito trecho da página 119, resistiu a confirmar a ironia do narrador, mas ao fim assentiu que ela estaria presente, portanto, Itamar Halbmam seria comunista, ainda que não defenda a socialização dos meios de produção, pois, como se sabe, o bolsolavista dispensa que alguém defenda isso para que seja um marxista contemporâneo. Como nos disse Fontana:

Entrevistador: E essa coisa de marxismo cultural, ou seja, é...

Diogo: É marxismo.

Entrevistador: Sim, mas não é pela socialização dos meios de produção.

Diogo: Não é, exatamente, é uma outra coisa, mas tá dentro do mesmo movimento cultural-político-histórico de cento e cinquenta e poucos anos. Começou lá na metade do século XIX, então é lógico que se você usar um termo mais abrangente, qualquer pessoa que esteja, é... inserida dentro desse movimento que tem quase duzentos anos, é comunista. Mesmo que não seja é... é... um crente professo, digamos assim. É um companheiro de viagem. (...) Tá andando junto, tá caminhando de mãos dadas, *saiba ou não, queira ou não, goste ou não*. (Fontana “Entrevista”, destaque nosso)

O eco olavista não poderia ser mais claro, sobretudo no trecho destacado.

Poder-se-ia analisar *A Exemplar Família de Itamar Halbmam* mais detidamente, bem como outras obras de Diogo Fontana e outros autores da Editora Danúbio, como *Areia Movediça*, de Douglas Lobo, contudo, receia-se ser repetitivo. A intenção é demonstrar que os elementos da guerra cultural conservadora estão presentes em obras produzidas nos últimos anos que fazem parte de uma estrutura que pretende se institucionalizar como arma cultural.

5.2 Como Lidar com a Guerra Cultural Conservadora

Preliminarmente, faz-se necessário esclarecer eventual confusão. Foi afirmado, repetidas vezes, que a guerra cultural se dá pela disputa por valores inegociáveis e essenciais da nação. Também foi dito que livros de conteúdo conservador que não trazem nenhum elemento da guerra cultural brasileira não seriam compreendidos como atos de guerra cultural. Mas o que importa afinal é o objeto da disputa ou a forma pela qual ela se dá? É que, quando se trata de valores básicos

inegociáveis, ao menos a retórica do inimigo há de surgir. Se um determinado valor é considerado primordial, não há outro por trás dele que lhe sirva de fundamento de validade, ele deve ser um valor em si. Para que isso ocorra, é necessário incutir nos corações e mentes que sua negação constitui heresia. Na guerra cultural brasileira, os valores essenciais em disputa são diversidade e equidade, versus igualdade formal e homogeneidade calcada em alguns valores ocidentais erigidos à categoria semissacra de “tradição” por setores conservadores. O que se busca, nesta guerra, pelo lado conservador, é a reafirmação de selecionados valores ocidentais como os fundamentais do país e, daí, deriva a homogeneidade, que pressupõe a igualdade apenas formal, favorável à manutenção do status quo – embora reacionários não se satisfaçam com a manutenção do status quo, buscando retroceder.

Diante dos ataques conservadores, há três opções: juntar-se a eles na guerra cultural conservadora, para quem se identifica com a causa; desenvolver estratégias para o combate; tentar não se envolver.

Em uma guerra cultural há dois polos que disputam certos pontos nevrálgicos do senso comum. Para vencer, é necessário conquistar quem está entre os polos¹⁷ ou, se não conquistar, ao menos fazer com que aceite de tal modo uma determinada configuração da hegemonia stricto sensu, que acabe normalizando certa configuração do senso comum senão por simpatia, por simplesmente aceitar que “as coisas são assim”. “As coisas são assim” quando reproduzidas no meio social do sujeito ou em esferas públicas, como a mídia e as redes sociais. Com a fragmentação da sociedade em bolhas, sobretudo nas referidas redes, o desafio é fazer com que alguns valores sejam tomados como verdades por diferentes segmentos. Há, portanto, em essência, uma disputa

¹⁷ Em pesquisa do Poder Data, realizada em janeiro de 2023, perguntou-se com qual espectro político os entrevistados se identificavam. 28% afirmaram que com a direita, 21% com a esquerda, 20% com o centro e, significativamente, a maior porcentagem foi dos que não souberam responder, com 31% (Lins). Isso indica que os combatentes da guerra cultural constituem uma minoria.

por quem não se identifica como de nenhum dos polos, ou que, caso se identifique mais com um, não se agarra a ele como profissão de fé. Isso posto, pode-se refletir sobre como lidar com os três elementos da guerra cultural conservadora, para aqueles que pretendem fazer frente a ela.

5.2.1 Retórica do Inimigo

Atacar de volta, por meio de uma retórica ofensiva, pode ajudar a inflamar a militância de quem já está ao seu lado, sendo, portanto, eficaz caso fique restrita ao seu polo na guerra cultural. Para um público mais amplo é uma má estratégia. Para aquele que está entre os polos, os ataques soam apenas como demonstração de extremismo do atacante. Claro que a retórica do inimigo pode dar-se de forma mais convincente, quando aquele que dela se vale faz parecer que percebeu algo que o seu alvo esconde ou que não se notava tão claramente. No caso da literatura, o escritor estaria apenas jogando luz sobre algo que já está lá, como pretende fazer Diogo Fontana balzaquianamente. A eficácia é inegável. Melhor do que acusar alguém de fascista é demonstrar que é fascista sem que se tenha que usar o termo, de modo a que aquele a quem se quer convencer chegue a essa conclusão. Ademais, a demonstração tem muito mais força do que xingamentos, que dão um toque de irascibilidade àquele que os profere. Portanto, com a devida sutileza, o lado progressista da guerra cultural pode beneficiar-se do uso da retórica do inimigo.

Quanto à defesa sobre os ataques sofridos, se um lado acusa ou propõe que os progressistas são ingênuos, sofrem patologias, são maus-caracteres e hipócritas, a mera negação não surtirá efeito contra uma suposta demonstração. Há que, pelo dia a dia, demonstrar que a prática é distinta do que se descreve. A agressividade do sujeito de esquerda, que vomita e grita argumentos, é referida diversas vezes na literatura conservadora. Isso é aspecto da suposta ingenuidade, pois a agressividade seria a compensação da falta de argumentos e preparo. Desse modo, ações como

cancelamentos e posturas agressivas apenas reforçam o estereótipo que conservadores querem criar do sujeito progressista. A argumentação ponderada, que busca demonstrar uma tese, será muito mais respeitada do que cancelar alguém que tomou determinada ação, o que será apontado como mais um progressista esbravejando, demonstrando sua ira, que seria fruto de falta de preparo intelectual e fanatismo, logo, ingenuidade.

Há a percepção de um moralismo excessivo por parte dos sujeitos progressistas. Isso transmite a sensação de intromissão na esfera privada, fazendo o sujeito progressista ser visto como um autoritário que pretende ditar o que e como se deve falar, o que não se pode vestir, que fantasias se pode usar no carnaval. Quando a quantidade de supostas regras que se deve seguir se avoluma, o progressista passa a ser visto como hipócrita, pois se entende que não é possível que alguém as siga todas, seriam demasiadas amarras à expressão da subjetividade. Os grupos subalternizados são vários e as demandas comportamentais também. Caso estas não venham com conscientização, é fácil sentir-se uma sensação de sufocamento e patrulha. Novamente, em vez de buscar-se uma imposição com cancelamentos, há que se buscar o debate. Como visto no Capítulo 1, uma das coisas que levou à ascensão da novíssima direita foi o avanço das pautas progressistas. Isso não significa que não se deve expandi-las por conta de uma possível reação conservadora. Entretanto, inegavelmente seu desenvolvimento por meio do debate levará a menor resistência do que pelo ataque contundente, pois este não é inclusivo daqueles que não compartilham da causa, que podem temporariamente silenciar-se por medo, mas intimamente não terão alterado seu posicionamento quanto ao tema, e possivelmente verão a extrema direita como aquela que pode libertá-los das supostas amarras do “politicamente correto”, impostas pelo progressismo. Certamente é mais provável convencer moderados a se aliarem ao feminismo expondo-lhe as opressões a que uma mulher é submetida do

que se vestindo uma camiseta com a frase “*I hate boys*”, o que pode ajudar quem a veste a tornar-se mais popular em um pequeno círculo radicalizado, mas tem como efeito afastar aqueles que se encontram entre os polos e reforçar a imagem que conservadores atribuem a progressistas, como agressivos ingênuos guiados por ódios calcados em ideologias sem fundamento.

Esta tese apresentou as macrocaracterísticas apontadas na retórica do inimigo conservadora. É importante que a apresentação de pautas seja feita de forma a não reforçar estereótipos sobre o sujeito progressista. Por mais que cancelar uma aliada da causa indígena por fantasiar-se como tal (“Alessandra Negrini”) tenha mais visibilidade do que publicar um texto em que se apresentam argumentos por que “índio” não seria fantasia (Dorrico), e ainda que aquela ação talvez iniba mais pessoas a fantasiarem-se de indígena, tal se dará não por um convencimento, mas por medo de cancelamento ou algum tipo represália. Sentindo-se acuado, e vendo os progressistas como os opressores, o sujeito torna-se potencial aliado do bolsolavismo. Para Gramsci, a libertação demanda a compreensão do indivíduo de que participa de determinado grupo social que cumpre certo papel histórico. Ao dar-se conta de sua posição e de seu grupo, desnaturalizará as funções e espaços a eles atribuídos, que seriam frutos de um processo construído historicamente. Assim, questionará o senso comum, saindo de um estado de predominância de espontaneidade e alcançando a autonomia. A etapa seguinte será refletir sobre qual o novo senso comum que deseja e ocupar posições na sociedade civil para implementá-lo. Ao mesmo tempo, socializará suas ideias e buscará a formação de mais intelectuais orgânicos em seu grupo. Com diz o marxista italiano: “Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas ‘originais’; significa também, e sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, e ‘socializá-las’”. (*Volume 1* 95-96).

Necessário, portanto, que se compartilhe a nova concepção de mundo, que desnaturaliza o senso comum, que deverá ser criticado (Gramsci *Volume 1* 101). Normalmente, as críticas e conceitos para um novo senso comum surgirão entre os intelectuais orgânicos, devendo chegar aos que Gramsci define como “simples” (aspas usadas pelo próprio autor). E as necessidades para movimentos culturais que pretendem substituir o velho senso comum são, segundo Gramsci:

1) não se cansar jamais de repetir os próprios argumentos (variando literalmente sua forma): a repetição é o meio didático mais eficaz para agir sobre a mentalidade popular; 2) trabalhar de modo incessante para elevar intelectualmente camadas populares cada vez mais vastas, isto é, para dar personalidade ao amorfo elemento de massa, o que significa trabalhar na criação de elites intelectuais de novo tipo, que surjam diretamente da massa e que permaneçam em contato com ela para se tornarem seus “espartilhos”. (*Volume 1* 110)

Há, em suma, uma necessidade de que haja mais e mais intelectuais orgânicos nos grupos subalternizados, o que é feito pela apresentação de crítica ao senso comum. O cancelamento é efetivamente uma forma de desnaturalizar uma atitude. Pessoas que repercutem o senso comum, mas que têm visibilidade, se tornam bodes expiatórios para negar a possibilidade de que determinada atitude seja aceita pelo novo senso comum que se tenta construir. Soa eficaz, contudo, apresenta três problemas. Primeiro, o cancelamento geralmente é promovido por um grupo contra alguém que é entendido como de fora daquele grupo, mas que era um aliado ou simpatizante (Gomes). Tal pessoa dificilmente terá proferido termos de ataque direto ao grupo cancelador, mas terá repercutido preconceitos estruturais (em hipóteses em que tal efetivamente ocorreu, uma vez que se navega pelo aquoso terreno do senso comum e, muitas vezes, a própria existência do acontecimento é discutível), isto é, terá reproduzido o senso comum. Cancela-se alguém por uma atitude por seu caráter exemplar, para que outros não repitam tal ação. Ressalte-se, contudo, que o público fora dos polos da guerra cultural também vive submerso no senso comum que levou o cancelado a cometer o suposto erro. A maioria da população provavelmente estará ainda mais

envolvida pelo senso comum do que o cancelado. Portanto, grande contingente fora dos polos da guerra cultural se identificará com o cancelado, vendo-o como alguém que disse algo que ele próprio poderia ter dito “sem maldade”. Sentirá que o cancelado é injustiçado e terá medo. O caráter educativo existe no cancelamento, portanto, pela intimidação. As justificativas para o cancelamento, contudo, não poderiam fazer o que Gramsci define como “massa” romper com o senso comum? Após repetidas diversas vezes, sim, contudo, seria mais eficaz valer-se somente da justificativa, transformando o cancelamento em uma ponderação. O cancelamento, alega-se, traz visibilidade e inclui pautas na cultura pop (Ibrahim). Entretanto, o que define o cancelamento é “deixar de consumir seus produtos, corromper sua imagem, perturbar sua atividade até que se redima, até que peça perdão ou tente compensar sua ação” (“A Cultura do Cancelamento”). Os argumentos contra o corrente senso comum (motivo do cancelamento) e a favor da vitimização do cancelado competem. O cancelamento difere, portanto, do apontamento de uma ação (normalmente praticada por uma personalidade) que repercute um senso comum que se quer mudar. Nesta hipótese, o foco estará nos argumentos e o criticado poderá ou não retroceder na sua afirmação, mas não será vilanizado, logo, tampouco vitimizado por outros.

O segundo problema do cancelamento é que ele dá munição ao bolsolavismo, reforçando a retórica do inimigo, permitindo-lhes demonstrar “mais uma vez” como progressistas são irascíveis e censores. Por fim, há os danos de diferentes tipos causados aos indivíduos cancelados, ainda que apenas tenham replicaram o senso comum. Muitas das vezes, em hipóteses não tão claras.

Contudo, em caso de discursos reacionários, não se vislumbra o efeito colateral apontado no primeiro problema do cancelamento. O reacionário pretende um senso comum em que prevalecem traços que no passado foram nucleares, mas que no presente se apresentam como

resquícios. Como informa Gramsci, o senso comum é um amálgama de filosofias, hábitos, valores do passado e atuais. À medida que alguns hábitos e modelos mentais vão sendo superados, eles deixam de ser *mainstream*, embora continuem existindo em pontos da colcha de retalhos. Reacionários pretendem reavivar estes valores que se encontram em desprestígio. Vistos como do passado, a hegemonia *stricto sensu* o considera inaceitáveis. Desse modo, reafirmá-los como tais por ações como cancelamento tem o poder de criar medo em uma minoria que pretende reavivá-los. A maioria, que já não compartilha daquele discurso, não se identificará com o cancelado, reduzindo a possibilidade de empatia. E o cancelamento reforçará que tal valor é inadmissível na atualidade. Por certo, o reacionário não é alguém fácil de se cancelar, pois ao ser acusado de fazer algo que repercute o atual senso comum (indo de encontro ao senso comum buscado por progressistas), dará de ombros e usará a tentativa de cancelamento para reforçar seu capital político. Por isso, o cancelamento deve ser praticado quando ferido o senso comum como se encontra (não o que o progressista pretende estabelecer), pois neste caso o cancelamento terá apoio daqueles que não se encontram em nenhum lado da guerra cultural. Sendo atacado por progressistas, por ferir um valor que os que se encontram no centro compartilham, haverá um sentido de união e identificação entre o progressista e a “massa”. A demissão de um ministro, durante o governo Bolsonaro, por fazer um discurso recheado de símbolos nazistas, é um dos exemplos que desconstrói a máxima de que o cancelamento não pode atingir os adversários de progressistas. Pode, desde que o motivo seja algo claramente reacionário, que fere o atual senso comum. O reacionário cancelado por ferir o senso comum buscará desculpar-se, pois apenas a sua pequena bolha estará ao seu lado. Caso tente contra-atacar com retórica do inimigo, dificilmente será ouvido, pois ele terá ferido um vasto consenso social e dele se esperará nada menos do que um pedido de desculpas.

Ressalte-se, ainda, que no cenário de guerra cultural há grande polarização e a formação de trincheiras. Cada trincheira tem um sistema de crenças que não admite ser questionado. Como diz Santos, “Questionar esse sistema de crenças é ameaçá-lo, constituindo uma declaração de guerra, sejam lá quais forem os argumentos e o modo de apresentação dos mesmos” (202). Tratando-se de um sistema de crenças, morrerá o senso crítico de militantes de ambos os lados. Assim, ambos os extremos alienarão aqueles que discordarem de uma pequena fração dos seus sistemas de crenças. Cada vez que o fazem, fortalecem o campo oposto. Faz-se necessário, portanto, apenas polarizar com quem efetivamente tem posições inconciliáveis, que busca uma nação com valores fundamentais opostos. Aquele que discorda de pontos no sistema de crença não necessariamente está em polo oposto. É o que ocorre com a maioria dos cancelados e alguns pintados até como inimigos. Em pesquisa de campo, escutamos uma pessoa do campo progressista definir a política do Partido Socialista Brasileiro (PSB), Tábata Amaral, como reacionária. A declaração de guerra da maioria da esquerda contra esta deputada deu-se depois que ela votou favoravelmente à reforma da previdência. Os fatos de ela, por exemplo, promover um clube do livro que preza pela diversidade e defender pautas feministas é ignorado. Uma vez que um dos polos da guerra cultural se une em torno de um tema, divergir é tomado como um ato de traição, e o divergente é tratado como um inimigo, ainda que, em verdade, esteja de acordo nas questões mais essenciais. Tal dogmatismo fortalece a retórica do inimigo praticada pelo lado oposto. Aquele que compreende uma ponderação sobre algum dos seus dogmas como um ato de guerra reagirá como se sofresse uma ofensa pessoal, reafirmando o caráter irascível que ambos os lados alegam ser característica do outro. Há, portanto, que se romper com o sectarismo, que vê o seu secto como o bem, lutando contra os demais, o mal. É necessário definir e limitar o inimigo, desescalando com os demais. Há que se reconhecer que hoje há uma guerra cultural especificamente com o

bolsolavismo, que nega valores que para outros são considerados fundamentais, como a diversidade. Seria ingênuo propor diálogo com radicalizados como a senadora Damares Alves. Contudo, o adversário é mais restrito do que o sectarismo faz parecer ser. O sectário, considerando-se moralmente superior, declarará a maioria da sociedade como inimiga e, ao fazê-lo, talvez seja visto como inimigo pela maioria, o que o levará a sucumbir diante da opinião pública, se isolando cada vez mais em seu grupo, com cada vez menor relevância.

5.2.2 Marxismo Cultural e Crença em Hegemonia Progressista

O marxismo cultural é uma teoria sem fundamento, cabe, portanto, demonstrá-lo. Em se tratando de uma tese que afirma que progressistas pretendem lavar mentes, implantando seus valores sub-repticiamente, uma maneira eficaz de resposta é falar abertamente das ideias progressistas e colocá-las de forma franca no debate público. Seja por meio de produtos artísticos ou por discurso analítico.

Um exemplo de maneira eficaz de desconstrução foi feita pelo canal do YouTube Meteoro Brasil, ao lançar um livro cujo título parodia a obra mais vendida de Olavo de Carvalho: *Tudo o que Você Precizou Desaprender para Virar um Idiota*. Quarto livro mais vendido da loja kindle na categoria “Ciência da Informação Política e Ciências Sociais” e com 1.677 avaliações de clientes em Amazon.com.br, este livro se apresenta com o seguinte texto:

Sabia que enquanto você lê este texto comunistas eurasianos tentam dominar o mundo com a ajuda de organizações metacapitalistas secretas e sacerdotes da Religião Biônica Mundial, criada para exterminar a moral judaico-cristã da face da Terra, que é plana?

Não, essa não é a sinopse do próximo filme do James Bond. É uma doutrina tida como filosofia por personalidades importantes da política e da cultura brasileiras. Antes marginalizada, essa ideologia começou a pautar posicionamentos e ações do governo, além de dominar as conversas em jantares de família.

Neste livro, você desvendará as 24 principais teorias conspiratórias que estão tomando conta do debate público e de discussões privadas para ajudá-lo a entender a profundidade do buraco civilizatório em que o Brasil se enfiou.

Com a mesma clareza e didática dos seus mais de 300 vídeos, que conquistaram mais de 580 mil seguidores no YouTube, o Meteoro Brasil explica a ficção e a realidade por trás de kit gay, marxismo cultural, gramscismo, Lei Rouanet, mudança climática, Paulo Freire, globalismo, vacinas e muito mais! (Meteoro Brasil)

A obra é dividida em capítulos pequenos e o texto é acessível ao leitor leigo. Alguns capítulos são introdutórios, mas a maioria se destina a desconstruir teorias da conspiração da extrema direita nacionalista. Dentre os capítulos, destaque-se o quarto e o quinto, com os seguintes títulos: “O Medo do Marxismo Cultural é uma Invenção Nazista” e “Gramsci Nunca foi Maquiavélico”. Este título é de particular interesse, uma vez que ataca a ideia de que Gramsci queria lavar mentes com teorias progressistas. O que o italiano propõe não é nada mais do que um conhece-te a ti mesmo, que levará o subalternizado a questionar o senso comum e buscar o estabelecimento de uma nova cultura, que desnaturalizará sua situação de subserviência. Não se deseja manipular; ao contrário, quer-se um empoderamento do sujeito subalternizado. Como já citado, segundo Gramsci, deve-se “trabalhar de modo incessante para elevar intelectualmente camadas populares cada vez mais vastas, isto é, para dar personalidade ao amorfo elemento de massa” (*Volume 1* 110). Dar personalidade nada mais é do que dar as ferramentas ao sujeito para que saia do estado de espontaneidade, guiado pelo senso comum, que o faz acreditar que hábitos e valores favoráveis à dominação exercida por outra classe sobre ele são-lhe benéficos. Este novo senso comum pressupõe a conscientização de um número maior de sujeitos. Não há, portanto, uma manipulação.

Necessário destacar o papel do intelectual neste processo. Enquanto Olavo de Carvalho afirma que, se seguirem a doutrina de Gramsci, os intelectuais serão manipuladores que pretendem lavar as mentes, destruindo nosso estilo de vida milenarmente consagrado, Gramsci, em verdade,

diz algo distintos. Para o sardenho, os intelectuais seriam facilitadores para que os subalternizados desenvolvam pensamento crítico, podendo, assim, atingir autonomia, desnaturalizar sua condição de subalternização e alterar a cultura. Autores do Subaltern Studies Group questionarão a necessidade da presença do intelectual e o próprio estado de espontaneidade, contudo, o que se destaca no caso em tela é a necessidade de se diferenciar o que Carvalho e companhia afirmam sobre Gramsci do que diz o autor italiano.

A desconstrução do marxismo cultural pode dar-se por obras didáticas como a de Meteoro Brasil, bem como, por exemplo, por construções literárias em que o absurdo da tese do marxismo cultural seja evidenciado pela trama ou falas de personagens.

Em relação à crença na hegemonia progressista, trata-se do elemento menos problemático da guerra cultural. Conquanto que não se acredite que progressistas se valem de táticas maquiavélicas, como o suposto “gramscismo”, pouco importa se formariam o establishment ou não. Uma vez que suas táticas na disputa política não sejam vistas como ilegítimas, sua voz estará legitimada em um debate de ideias.

5.2.3 O Avanço de Pautas Progressistas

Defender-se dos ataques da guerra cultural conservadora não é a única maneira de lidar com o fenômeno. Aquele que está sempre na defensiva está perdendo a guerra. Faz-se necessário que se prossiga com a reivindicação de pautas progressistas. À exaustão. Como diz Gramsci, uma nova cultura só é possível com a incessante repetição, além da criação de cada vez mais intelectuais orgânicos. Deve-se buscar pautar a sociedade, abrir o debate cada vez mais. Apenas com a repetição há a normalização. Quando uma pauta que vai de encontro com o presente senso comum é apresentada pela primeira vez, costuma ser recebida como absurda, já que nova, já que ausente

do debate. À medida que é repetida, entretanto, tende a normalizar-se. Novas pautas, contudo, soarão como intimidadoras se tentarem impô-las, sem um debate progressivo. Se, por exemplo, subitamente a Rede Globo passasse a usar integralmente o gênero neutro, isso causaria enorme aversão, pois seria visto como uma agressão ao atual senso comum. Contudo, para que haja avanço, é necessário que se force a fronteira constantemente. Para ficar no exemplo citado, seria benéfico para a pauta do gênero neutro se um apresentador de um único programa de entretenimento da Rede Globo falasse “todes”. Incrementaria o debate e a normalização do termo, sem a repulsa quase geral que haveria na hipótese anterior. Ademais, as pautas devem ser várias – ainda que majoritariamente derivadas do princípio da diversidade, posto que este é o valor-essência da guerra cultural –, pois apenas assim se poderá alterar o senso comum de forma significativa.

Frize-se, ainda, que, como alerta Richard Johnson, o conceito gramsciano de hegemonia é umbilicalmente ligado a senso comum. Este autor distancia-se de conceitos apresentados por estudiosos como Benjamin Arditi, que associam a prática contra-hegemônica¹⁸ a centralidade e organização. Arditi, se guiando pelo conceito de hegemonia apresentado por Laclau e Mouffe, entende hegemonia como uma articulação de sujeitos de diferentes identidades que, levados por contingências, criam uma identidade superior como estratégia de enfrentamento. Por isso acredita em uma prática política pós-hegemônica, que se daria quando ocorrem ações de pequenas células ou multitudinárias, não articuladas. Lash vê a hegemonia como algo ligado ao discurso objetivo e a pós-hegemonia se constituiria por atos ligados ao *mythus*, como produções culturais de grupos subalternizados, e propõe a compreensão dos estudos culturais à luz da pós-hegemonia. Johnson

¹⁸ O conceito de contra-hegemonia, para alguns, seria a ação de grupos oprimidos da sociedade contra os grupos dominantes, como entende Kuenzder (citado por H. Souza 66). Para outros, como Herbert Souza, trata-se de conceito sem sentido, uma vez que a hegemonia acomoda ações contra o grupo dominante, como foi referido na introdução desta tese. Deste modo, não se deveria falar em contra-hegemonia, tudo se daria no terreno da própria hegemonia. O que se chama de contra-hegemonia seria, assim, uma busca em fazer com que uma mera acomodação dos subalternizados se transforme em uma reformulação na hegemonia.

discorda que tal campo estaria fora da definição gramsciana para hegemonia, conforme explicado na introdução desta tese.

Para os efeitos do presente estudo, importa reafirmar que o senso comum é uma colcha de retalhos que envolve valores simbólicos. Como já afirmado na introdução, não se vê razão para incluir atos desarticulados ou uma linguagem que toca o inconsciente como fora da disputa pela configuração hegemônica, logo, dos estudos de hegemonia. Ainda que Gramsci fale na importância da organização para a produção de uma nova cultura, ele ressalta o caráter fragmentário do senso comum. Como diz Johnson: “common sense or the profane everyday, however, was *always* inside the circuits of culture and power, understood in Gramscian way” (101, destaque do original). Bem entenda-se a produção cultural de grupos subalternizados como uma ação que disputa a configuração da hegemonia, bem se a compreenda como um fenômeno pós-hegemônico, importa ressaltar que o senso comum é exercido no dia a dia, de forma inconsciente e, portanto, não é alterado somente por discursos analíticos e articulados. A própria maneira de um sujeito estar no mundo interfere, ainda que microscopicamente, no senso comum. Quanto mais uma maneira de ser for praticada, mais normalizada estará, logo, aceita no senso comum. Outra tática bastante recorrente, sobretudo contemporaneamente e nos EUA, é a nomeação de estilos de vida. Os rótulos e definições podem ser limitantes, mas colocam o sujeito dentro de um grupo, conferindo visibilidade, sentido de identidade, e maior legitimidade tanto subjetivamente quanto para influir na esfera pública. A partir daí, pode-se entender o processo de acréscimos de letras que foi ocorrendo à sigla até que se chegasse à fórmula, provavelmente não definitiva, LGBTQIA+.

Pelo exposto, julga-se que o avanço de pautas progressistas e conquista de direitos de grupos minorizados não é exercido somente por meio de grandes ações em coordenação, mas

também pela prática de um modo de vida por indivíduos, o que inclui suas expressões artísticas. O existir e o manifestar de determinados valores e culturas é forma de aumentar seu peso no senso comum. Dromboski salienta:

For literary and cultural studies, hegemony can be seen as the outer limit defining every possible context. It constitutes the terrain on which all texts come into being and the ultimate point of reference of all meaning. Within its borders different ideologies are contained and merged into the whole process of living. (...) As an element of hegemony, the literary text portrays the relations of domination and subordination in a particular system of cultural exchange. It does so by means of writing the language, of an historical moment, which is the codified form of a particular hegemonic *processo*. Hegemony, in other words, requires that we focus on literature as praxis (...). For if literature is a product of a lived culture, it cannot escape the effect of domination and subordination at the very same time it inscribes itself within a tradition made actual (or as in the case of the avant garde, problematic) by the hegemonic process itself. (113, *itálico do original*)

Para o referido autor, todo texto literário teria um caráter hegemônico ou contra-hegemônico (113). Portanto, as expressões artísticas compõem a luta pela configuração hegemônica e o senso comum. Muitas vezes, uma obra de arte terá o poder de penetrar camadas sociais que o discurso intelectual, muitas vezes alienígena ou alienante (Dromboski 113), não consegue. Como diz Dromboski, o texto literário é “means of enacting the sought-after fusion of perspectives, that ‘sinking’ of intellectual reasoning into proletarian feeling” (114). Tal afirmação talvez soe *patronizing* caso esquecido o conceito de intelectual orgânico. O intelectual orgânico não é alguém de fora que vem trazer a luz para o subalternizado, mas um membro do grupo que exerce a função de dar homogeneidade e consciência ao grupo de sua função nos campos econômico, político e social (Gramsci *Volume 2* 15), logo, é um membro de uma classe com a possibilidade de instrumentalizar seus pares a saírem do estado de prevalência de espontaneidade para o de autonomia, potencialmente tornando-se, estes também, intelectuais orgânicos. O intelectual tradicional seria aquele que se considera independente. Contudo, poderá unir-se aos intelectuais orgânicos e, neste sentido, tampouco há que se ver como negativa uma ação sua no

sentido de instrumentalizar membros de grupos subalternizados no sentido de desnaturalização do senso comum. Logo, tanto ações organizadas, como manifestações que alguns preferem chamar de pós-hegemônicas, serão atos políticos fortalecendo ou minando o atual senso comum. Todas elas são, portanto, formas de atuação na guerra cultural, desde que, de forma direta ou indireta, digam respeito às questões objeto da guerra. É evidente que o senso comum é um compósito amplíssimo e que inclui questões fundamentais que são objetos da guerra cultural, e outras alheias a estas, que permanecem independente do resultado da guerra cultural. Seria um equívoco, um exagero, e uma dissolução da guerra cultural por excessiva ampliação, afirmar que todo ato, em um cenário de guerra cultural, é uma ação de guerra. Contudo, deve-se ter em vista que o leque da guerra cultural é amplo. Se está se discutindo se a alma da nação é de diversidade e equidade ou homogeneidade e igualdade formal, uma obra inocente, que não se pretende um ato de guerra cultural, mas que retrata um romance padrão entre um casal heterossexual branco, sem presença de personagens de diferentes identidades, estará fortalecendo, queira ou não, um senso comum que vê o branco e hétero como o padrão a ser seguido, logo, a guerra cultural conservadora. Pode não ser um ato de guerra, mas talvez uma consequência do que nesta ocorre. Se algum dia houver uma homogeneidade das figuras representadas não haverá dúvida de quem venceu a guerra. Não se pretende deslegitimar tal tipo de obra, ou afirmar que ela é conservadora ou um erro em si, contudo, é um fato que representações em obras de arte fortalecem padrões. Portanto, a busca por diversidade em representações artísticas e, em verdade, em tudo, é uma maneira de lidar com a guerra cultural conservadoras, para aqueles que a ela se opõem. Novamente, não se trata de cancelar ou acusar obras e autores por falta de diversidade, por seguirem o senso comum, pois tal tipo de ação pode dar munição à retórica do inimigo praticada pelo bolsolavismo. Em algumas obras, pode sequer haver espaço para a diversidade. Contudo, sem criar páreas por simplesmente

seguirem o senso comum, usar casos para chamar a atenção para a falta de diversidade do senso comum pode ajudar a que isso seja minimizado em obras futuras, alterando o senso comum. Nessa perspectiva, que segue Dubroski, Gramsci e Johnson, todo o estar no mundo estaria abarcado pela hegemonia e atuaria para fortalecer ou mudar sua atual configuração. Desse modo, não existe produto cultural apolítico. Quando se fala em “Quadrinhos Sem Política”, em verdade, o que se deseja são quadrinhos que reforcem o senso comum vigente, sendo, portanto, políticos, favoráveis ao status quo. Portanto, ainda que Gramsci trate da importância de uma ação organizada para o rompimento do senso comum e o surgimento de uma nova cultura, toda ação, em algum grau, é política e interfere na hegemonia. Caso lide com algum dos temas tratados na guerra cultural, estará fortalecendo um lado ou outro, mesmo que involuntariamente.

5.3 Palavra Final

Pelo exposto no decorrer desta tese e desta coda, resta demonstrado que há uma guerra cultural. Primeiramente, houve um avanço, desde a primeira década do século XXI, de pautas progressistas, direitos e participação política e social de grupos subalternizados. Quando se iniciou a reação conservadora, a alma da nação passou a estar em disputa. É fato que a literatura não tem a capilaridade imediata de youtubers, influenciadores de todo gênero e da literatura de não-ficção, que tem um potencial superior de vendas¹⁹. Contudo, tem o condão de uma alteração mais sutil da percepção da realidade, pois, sendo consumida por um público devotado à leitura, pode contribuir, no médio prazo, para a formação de intelectuais orgânicos e para a definição de rumos de intelectuais tradicionais e do próprio meio cultural, que em seguida influenciará a sociedade em maior escala. Além disso, tocam afetos e fornecem referências que dão estrutura para o

¹⁹ Evidentemente há obras literárias que se tornam best sellers, mas ficção como gênero não se aproxima da não-ficção em vendas.

fortalecimento e manutenção de certos valores no longo prazo. Fundamental, portanto, para aqueles que se opõem ao conservadorismo, que progressistas e membros de grupos subalternizados sigam expressando-se artística e literariamente. De maneira militante ou não. Expressar um modo de ser ajuda a legitimá-lo, por influenciar a configuração hegemônica e o senso comum. Escrever é um ato político.

BIBLIOGRAFIA

Aarão Reis, Daniel. “Notas Para a Compreensão do Bolsonarismo”. *Estudos Ibero-Americanos*, vol. 46, no. 1, 2020, pp. 1-11.

“A cultura do cancelamento, uma forma de mudança que gera a polarização”. *Estado de Minas*, 22 Jul. 2023, https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2020/07/22/interna_internacional,1169170/a-cultura-do-cancelamento-uma-forma-de-mudanca-que-gera-a-polarizacao.shtml.

“A Difusão Do Projeto ORVIL”. *Inconfidência*, Grupo Inconfidência, 3 Out. 2018, www.grupoinconfidencia.org.br/sistema/index.php?option=com_content&view=article&id=3709:a-difusao-do-projeto-orvil&catid=379:documentos-especiais&Itemid=526.

“A Guerra da Ucrânia e a Nova Ordem Mundial”. *Editora Danúbio*, <https://editoradanubio.com.br/catalogo/a-guerra-na-ucrania-e-a-nova-ordem-mundial/>. Acessado em 30 Mar. 2023.

Almeida, Ricardo. “Sobre Olavo de Carvalho”. Dugin, Alexandre, e Olavo de Carvalho. *Os EUA e a Nova Ordem Mundial: um Debate Entre Alexandre Dugin e Olavo de Carvalho*. Vide Editorial, 2012.

“A Revista”. *Revista Esmeril*, <https://revistaesmeril.com.br/sobre-nos/>. Acessado em 30 Mar. 2023.

“Afiml, o Nazismo é de Esquerda ou de Direita? Olavo Responde”. *YouTube*. Uploaded por Locus, 10 Abr. 2019, https://www.youtube.com/watch?v=qYqJC_Pw7nk.

“Alessandra Negrini Sobre Ser ‘Cancelada’ por Fantasia de Indígena: ‘Acho meio fascista’”. *IstoÉ*, <https://istoe.com.br/alessandra-negrini-sobre-ser-cancelada-por-fantasia-de-indigena-fascista/>. Acessado em 29 Mar. 2023.

“‘Alt-right’: Why The Guardian Decided Not to Ban Use of the Term”. *The Guardian*, <https://www.theguardian.com/world/mind-your-language/2016/nov/30/alt-right-why-the-guardian-decided-not-to-ban-use-of-the-term>. Acessado em 12 Abr. 2021.

Amado, Guilherme. “Bolsonaro Sugere Lugar de Execução da Ditadura para Servidores Públicos”. *O Globo – Época*, 1 Nov. 2019, <https://oglobo.globo.com/epoca/guilherme-amado/bolsonaro-sugere-lugar-de-execucao-da-ditadura-paraservidores-publicos-1-24056200>.

_____. “Olavo de Carvalho no Horário Nobre na Estatal TV Escola”. *Época*. Dec 9. 2019, Available at: <https://epoca.globo.com/guilherme-amado/olavo-de-carvalho-no-horario-nobre-na-estatal-tv-escola-24127613>.

Anselmo, Cabo. *Minha Verdade*. Matrix, 2015. Edição Digital.

“Apresentação”. *Escola Sem Partido*, <http://www.escolasempartido.org/quem-somos/>. Acessado em Mai. 5, 2021.

Araújo, Pedro Zambarda de. “Como Carlos Andreazza Transformou Olavo de Carvalho num ‘Fenômeno Pop’ e Hoje Tenta Limpar Sua Biografia”. *Diário do Centro do Mundo*, 15 Ago. 2002, <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/como-carlos-andreazza-transformou-olavo-de-carvalho-num-fenomeno-pop-e-hoje-tenta-limpar-sua-biografia/>.

_____. “EXCLUSIVO: Blogueiro que Rompeu com MBL e com o Bolsonarismo Conta em Livro como Funcionam as Fake News”. *Diário do Centro do Mundo*, 6 Abr. 2021,

<https://www.diariodocentrodomundo.com.br/exclusivo-blogueiro-que-rompeu-com-mbl-e-com-o-bolsonarismo-conta-em-livro-como-funcionam-as-fake-news/>.

____. “Me arrependo. Hoje Votaria em Ciro ou Haddad`, Diz ao DCM um dos Principais Ativistas Digitais que Abandonaram o Bolsonaroismo”. *Diário do Centro do Mundo*, 29 Out. 2019, <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/me-arrependo-hoje-votaria-em-ciro-ou-haddad-diz-ao-dcm-um-dos-principais-ativistas-digitais-que-abandonaram-o-bolsonarismo/>.

Arcanjo, Daniela, et al. “Perfis Mais à Direita Superam em Quatro Vezes Total de Contas Mais à Esquerda Suspensas em Rede Social”. *Folha de São Paulo*, 29 Jul. 2020, <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/07/perfis-mais-a-direita-superam-em-quatro-vezes-total-de-contas-mais-a-esquerda-suspensas-em-rede-social.shtml>.

Arditi, Benjamin. “Post-hegemony: Politics Outside the Usual Post-marxist Paradigm”. *Contemporary Politics*, vol.13, no. 3, 2007, pp. 205-226.

Atkinson, Gerald. *What is the Frankfurt School?*, <http://wethepeopleradiorecords.com/20170903/WhatistheFrankfurtSchoolDr.GeraldAtkinson1999.pdf>. Acessado em 16 Jul. 2021.

Avritzer, Leonardo. *Impasses da Democracia no Brasil*. Civilização Brasileira, 2016.

____. *O Pêndulo da Democracia*. Editora Todavia, 2019.

Azevedo, Luciene. “Blogs: A Escrita de Si na Rede dos Textos”. *Matraga*, vol. 14, no. 21, 2007, pp. 44-55.

Azevedo, Reinaldo. “31 de Março – 1: Viva a Democracia! Nada Devemos à Esquerda Armada Além de Violência, Mortes, Sequestros, Assaltos e Indenizações Milionárias. O Regime de Liberdades é Obra dos que Fizeram a Luta Pacífica.” *VEJA*, 31 Mar. 2014,

www.veja.abril.com.br/blog/reinaldo/31-de-marco-8211-1-viva-a-democracia-nada-devemos-a-esquerda-armada-alem-de-violencia-mortes-sequestros-assaltos-e-indenizacoes-milionarias-o-regime-de-liberdades-e-obra-dos-que-fizeram-a-luta-pacific/.

____. “De Homicidas a Ladrões Vulgares”. *VEJA*, 11 Fev. 2008, <https://veja.abril.com.br/coluna/reinaldo/de-homicidas-e-ladroses-vulgares/>.

____. “No Ano da Satanização dos Militares, o Poder Civil Foi Bater à Porta dos Quartéis.” *VEJA*, 3 Abr. 2014, <https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/no-ano-da-satanizacao-dos-militares-o-poder-civil-foi-bater-a-porta-dos-quarteis/>.

____. “Se Sou Maluco, é Problema Meu; o Foro de São Paulo é Problema Seu.” *VEJA*, 19 Ago. 2007, <https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/se-sou-maluco-e-problema-meu-o-foro-de-sao-paulo-e-problema-seu/>.

Bakhtin, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. HUCITEC, 2006.

Baptista, João Pedro Fernandes Alves Roma. *Quem Consome Fake News? Uma Análise Comparativa do Efeito da Ideologia Política Esquerda-Direita na Crença, Interpretação e Divulgação*. 2022. Universidade Beira Interior, tese de doutorado.

Barbosa, Carlos Soares. “A Farsa que Se Repete: Ataque ao ‘Marxismo Cultural’ e à Educação Crítica no Governo Bolsonaro”. *Confluenze*, vol. XIII, no. 1, 2021, pp. 226-253.

Barros, Bruno Luis. “JF: ‘Não Deixam o Presidente Governar O País’, Diz Organizador de Caravana”. *Estado de Minas*, 6 Set. 2021, https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/09/06/interna_politica,1302997/jf-nao-deixam-o-presidente-governar-o-pais-diz-organizador-de-caravana.shtml.

Barros, Ciro. “‘Quanto Maior o Colapso do Governo, Maior a Virulência da Guerra Cultural’, Diz Pesquisador da UERJ”. *Pública*, 28 Mai. 2017, <https://apublica.org/2020/05/quanto-maior-o-colapso-do-governo-maior-a-virulencia-da-guerra-cultural-diz-pesquisador-da-uerj/>.

“Bill Lind Discussing the Spread of Cultural Marxism During It's Infancy as the Norm in 1998 YouTu”. *YouTube*. Uploaded por Steps Towards Truth, 18 Jul. 2017, https://www.youtube.com/watch?v=Mrx6xU_bwxM&t=619s.

Bittencourt, Renato. “A Culinária da Política: Coxinha, Caviar e Mortadela”. *Espaço Acadêmico*, no. 182, 2016, pp. 45-55.

Boito Jr, Armando. “Por que Caracterizar o Bolsonarismo como Neofascismo”. *Revista de Crítica Marxista*, no. 50, 2020, pp. 111-119.

“Bolsonaro: ‘As Minorias Têm que se Curvar às Maiorias’”. *YouTube*. Uploaded por Amiel Internacional, 9 Nov. 2018, www.youtube.com/watch?v=6cIkWMKeDhs&ab_channel=AmielInternacional.

“Bolsonaro Diz Não Ter 'Dúvida' de que Nazismo era de Esquerda”. *G1*, 2 Abr. 2019, <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/04/02/bolsonaro-diz-nao-haver-duvida-de-que-nazismo-era-de-esquerda.ghtml>.

“Bolsonaro Diz que Minorias Devem Desaparecer”. *YouTube*. Uploaded por Lute Pela Revolução, www.youtube.com/watch?v=CAChA1Pev2g. Acessado em 21 Jul. 2021.

“Bolsonaro: 'Não é Luta da Esquerda Contra a Direita, é do Bem Contra o Mal' | AFP”. *YouTube*, uploaded por AFP Português, 27 Mar. 2022, https://www.youtube.com/watch?v=VPm7ZwHbKDU&ab_channel=AFPPortugu%C3%AAs.

- “Bolsonaro Reduz Imposto de Games pela 4ª Vez; Medida Vale a Partir de Julho”. *Uol*. 16 Jun. 2022, <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2022/06/16/bolsonaro-reduz-imposto-de-games-pela-4-vez.htm>.
- Boron, Atilio A. “Caracterizar o Governo de Jair Bolsonaro como ‘Fascista’ é um Erro Grave”. *Brasil de Fato*, 2 Jan. 2019, <https://www.brasildefato.com.br/2019/01/02/artigo-or-caracterizar-o-governo-de-jair-bolsonaro-como-fascista-e-um-erro-grave>. Accessed 3 Aug. 2021.
- Bowman, Paul, e Richard Stamp. *Reading Rancière: Critical Dissensus*. Continuum International Publishing Group, 2011.
- Brandão, Priscila Carlos, e Isabel Cristina Leite. “Nunca Foram Heróis! A Disputa pela Imposição de Significados em Torno do Emprego da Violência na Ditadura Brasileira, por Meio de uma Leitura do Projeto ORVIL”. *Anos 90*, Porto Alegre, vol. 19, no. 35, 2012, pp. 299-327.
- “Brasileiros Fazem Protestos Contra a Corrupção Pelo País”. *G1*, 21 Abr. 2012, <https://g1.globo.com/brasil/noticia/2012/04/brasileiros-fazem-protestos-contracorrupcao-pelo-pais-neste-sabado.html>.
- Bruno, Cassio, et al. “Protestos Anticorrupção Reúnem Poucas Pessoas em Todo o País”. *O Globo*, 15 Nov. 2011, <https://oglobo.globo.com/politica/protestos-anticorrupcao-reunem-poucas-pessoas-em-todo-pais-3245014>.
- Bucci, Eugênio. “Seriam as Fake News Mais Eficazes para Campanhas de Direita? – Uma Hipótese a Partir das Eleições de 2018 no Brasil”. *Novos Olhares*. vol. 8, no. 2, 2019, pp. 21-29.
- Buchanan, Patrick J. *The Death of the West: How Dying Populations and Immigrant Invasions Imperil Our Country and Civilization*. St. Martin`s Press, 2002.

- Bulla, Beatriz. “Estudo Associa Polarização a ‘Notícias Distorcidas’”. *O Estado de São Paulo*, 5 Out. 2018, <https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,estudo-associa-polarizacao-a-noticias-distorcidas,70002533349>.
- Burke, Edmund. *Reflections on the Revolution in France*. California: Stanford University, 2001.
- “Cabo Anselmo: Traidor? 1/9”. *YouTube*. Uploaded por O BERRO da Formiga, Set. 10, 2009, https://www.youtube.com/watch?v=7_2YqlEXuoE&t=456s.
- Calejon, Cesar. “O Bolsonarismo e a Censura Moderna”. *GGN*. 27 Nov. 2019, <https://jornalggn.com.br/artigos/o-bolsonarismo-e-a-censura-moderna-por-cesar-calejon/>.
- Campos, Francisco. “Diretrizes Constitucionais do Novo Estado Brasileiro”. *Revista Forense*, no. 73, 1939, pp. 5-22.
- _____. *O Estado Nacional: Sua Estrutura, Seu Conteúdo Ideológico*. Senado Federal, Conselho Editorial, 2001.
- Cantarelli, Paulo. “A Arte Imoral dos Conservadores”. *Entender Ficção*, 31 Ago. 2022, <https://entenderficcao.com.br/2022/08/31/a-arte-imoral-dos-conservadores/>.
- “Congresso Brasil Paralelo Capítulo 5: Propostas”. *YouTube*. Uploaded por Congresso Brasil Paralelo, 23 Dez. 2016, https://www.youtube.com/watch?v=blP5dwv_huk.
- Cappelli, Giorgio. *True Outstrips: Olavo de Carvalho em Tirinhas*. SuperPrumo, 2020.
- Carvalho, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a Elite Política Imperial. Teatro de Sombras: a Política Imperial*. Civilização Brasileira, 2008.
- Carvalho, Olavo de. “A Natureza do Debate e Minha Posição Pessoal”. Dugin, Alexandre, e Olavo de Carvalho. *Os EUA e a Nova Ordem Mundial: um Debate Entre Alexandre Dugin e Olavo de Carvalho*. Vide Editorial, 2012.
- _____. *A Nova Era e a Revolução Cultural – Fritjof Capra & Antonio Gramsci*. Vide Editorial, 2014.

- _____. *O Imbecil Coletivo II: a Longa Marcha da Vaca para o Brejo e os Filhos da PUC*. Topbooks, 1998.
- _____. *O Imbecil Coletivo: Atualidades Inculturais Brasileiras*. Faculdade da Cidade Editora, 1999.
- _____. *O Jardim das Aflições*. Vide Editorial, 2015.
- _____. *O Mínimo que Você Precisa Saber para Não Ser um Idiota*. Record, 2014.
- Casarões, Guilherme, e David Magalhães. “The Hydroxychloroquine Alliance: How Far-right Leaders and Alt-science Preachers Came Together to Promote a Miracle Drug.” *Brazilian Journal of Public Administration*, vol. 1, no. 55, 2021, pp. 197-214.
- Catalani, Felipe. “Aspectos Ideológicos do Bolsonarismo.” *Conferência da ANFOP*, Out. 2018, https://www.academia.edu/38270568/Aspectos_ideol%C3%B3gicos_do_bolsonarismo. Acessado em 4 Ago. 2021.
- Cepêda, Vera Alves. “A Nova Direita no Brasil: Contextos e Matrizes Conceituais”. *Mediações*, no. 2, 2018, pp. 75-122.
- Chalhoub, Jorge, e Fernando Perlatto. “A Nova Direita Brasileira: Ideias, Retórica e Prática Política.” *Revista Inteligência*, 16 Jan. 2016, www.inteligencia.insightnet.com.br/a-nova-direita-brasileira-ideias-retorica-e-pratica-politica/.
- _____. “Intelectuais da ‘Nova Direita’ Brasileira: Ideias, Retórica e Prática Política”. *39 Encontro Anual da ANPOCS: GT 19 - Intelectuais, Cultura e Democracia*, 2015.
- Chalhoub, Jorge. “O Liberalismo de Carlos Lacerda”. *Revista de Ciências Sociais*, no. 4, 2018, pp. 385-428.
- Chasin, José. *O Integralismo de Plínio Salgado: Forma de Regressividade no Capitalismo Hiper-tardio*. Livraria-Editora Ciências Humanas, 1978.

- Cherini, Aline Costa. *HQ o Doutrinador: Disputas na Formação da Consciência Histórica no Contexto das Jornadas de Junho de 2013*. 2017. Universidade Federal de Santa Catarina, monografia de graduação.
- Chittenden, Francis, et al. *Regulatory Burdens of Small Business: a Literature Review*.
- Chowdhury, Farhan Asif, et al. “Examining Factors Associated with Twitter Account Suspension Following the 2020 U.S. Presidential Election”, *IEEE/ACM International Conference on Advances in Social Networks Analysis and Mining*. University of New Mexico, 2021.
- Ciarelli, Marques, e Marco Aurelio Reis. “Extremistas de Direita e Esquerda São os Propagadores de Fake News”. *Trama: Indústria Criativa em Revista*, vol. 8, no. 1, s/d, pp. 152-159.
- “CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - Seminário - 22/05/2018 - 14:09”. *YouTube*. Uploaded por Câmara dos Deputados, 22 Mai. 2018, <https://www.youtube.com/watch?v=uuQQSwonA-Q&t=7500s>.
- Cintra, André. “Obras ‘Antimendigo’ se Tornam Marca da Gestão Serra-Kassab em SP”. *Vermelho*, 20 Mai. 2010, <https://vermelho.org.br/2010/05/20/obras-antimendigo-se-tornam-marca-da-gestao-serra-kassab-em-sp/>.
- “Clube do Livro”. *Revista Esmeril*, <https://revistaesmeril.com.br/sobre-nos/>. Acessado em 30 Mar. 2023.
- “Comissão de Anistia Nega Indenização a Cabo Anselmo”. *Associação Brasileira de Anistiados Políticos*, <https://anistiapolitica.org.br/abap3/2012/05/24/comissao-de-anistia-nega-indenizacao-a-cabo-anselmo/>. Acessado em 23 Jan. 2022.
- “Congresso Brasil Paralelo Capítulo 3: As Raízes do Problema - Como chegamos aqui?”. *YouTube*. Uploaded por Brasil Paralelo, 17 Jul. 2017, www.youtube.com/watch?v=_u2lGJhrU14.

Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). *Governo do Brasil*, 12 Jul. 2021, <https://www.gov.br/pt-br/orgaos/conselho-administrativo-de-defesa-economica>.

“Conservadorismo e CULTURA POP nas HQs com Luciano Cunha (DESTRO)”. *YouTube*,
uploaded por OliverTalk,
https://www.youtube.com/watch?v=8tz8HAU_YrY&list=PLGW6xy4x2cF9lKurnFz7jS3oFzF-VnRIY&index=15&t=2084s.

Constantino, Rodrigo. “Comemorar – ou Rememorar – o Golpe ou Contragolpe de 64.” *Jovem Pan*, 1 Abr. 2019, <https://jovempan.com.br/opiniaio-jovem-pan/comentaristas/rodrigo-constantino/rodrigo-constantino-comemorar-ou-rememorar-o-golpe-ou-contragolpe-de-64.html>.

_____. *Esquerda Caviar: a Hipocrisia dos Artistas e Intelectuais Progressistas no Brasil e no Mundo*. Record, 2013.

_____. “O Conservadorismo é a Nova Contracultura”. *Gazeta do Povo*, 2 Out. 2017, <https://www.gazetadopovo.com.br/rodrigo-constantino/artigos/o-conservadorismo-e-nova-contracultura/>.

_____. “O Equívoco de Olavo de Carvalho e Antonio Gramsci.” *Gazeta do Povo*, 13 Dez. 2018, www.gazetadopovo.com.br/rodrigo-constantino/artigos/o-equivoco-de-olavo-de-carvalho-e-antonio-gramsci/.

_____. *Panaceia: a Incrível Aventura de Atarax em Busca da Cura para o Vírus Cole*. Sem editora, 2015. Edição Digital.

“Conversas | O embate Entre o Judiciário e as Forças Armadas, com Christian Lynch”. *YouTube*.
Uploaded por Meio, 26 Abr. 2002,
<https://www.youtube.com/watch?v=WwUGFcoyHqQ&t=3158s>.

- Corção, Gustavo. *Lições de Abismo*. Agir, 1968.
- _____. *O Século do Nada*. Record, 1972.
- _____. *Patriotismo e Nacionalismo*. Editora Presença, s/d.
- Cospito, Giuseppe. “Dizionario gramsciano / Gramsci dictionary: Hegemony”. *International Gramsci Journal*, vol. 1, no. 3, 2018, pp. 18-25.
- Costa, Cristyan. “Bruno Graf Morreu Devido à Reação da Vacina da Astrazeneca, Informa Boletim”. 18 Nov. 2021, <https://revistaeste.com/brasil/bruno-graf-morreu-devido-a-reacao-da-vacina-da-astrazeneca-informa-boletim/>.
- “Cotardz Matthew - Jogar Camaradas”. *YouTube*. Uploaded por Cotardz Tv, 26 Jul. 2019, https://www.youtube.com/watch?v=YTtD8R_hmCQ.
- Coutinho, João Pereira. *As Ideias Conservadoras Explicadas a Revolucionários e a Reacionários*. Três Estrelas, 2014.
- Cribb, T. Kenneth, Jr. “Political Correctness in Higher Education”. Lind, William S. (organizador). *Political Correctness: A Short History of an Ideology*. Free Congress Foundation, 2004.
- Cunha, Luciano, e Bruno Lima. *Destro 2*. Opção C e Super Prumo, 2021.
- Cunha, Luciano, e Michel Gomes. *Destro – o Martelo da Direita: Volume único*. Rio de Janeiro: Inspiração HQ – selo Opção C, 2020.
- Cunha, Luciano, e Sérgio Martorelli. *Doutrinador o Vírus Vermelho*. Super Prumo, 2021.
- Cunha, Luciano, et al. *Garra Cinzenta*. Super Prumo, 2021.
- Cunha, Luciano. *O Doutrinador Definitivo*. Super Prumo, 2021.
- _____. *O Doutrinador*. Super Prumo, 2019. Edição Digital.
- _____. *O Doutrinador: Apocalipse BSB*. Super Prumo, s/d. Edição Digital.

- Dias, Carlos Henrique, e Isabela Godoi. “Cabo Anselmo, Ex-Agente Infiltrado da Ditadura Militar, é Enterrado com Nome Falso Criado em 1973”. *G1*, 17 Mar. 2022, <https://g1.globo.com/sp/sorocaba-jundiai/noticia/2022/03/17/cabo-anselmo-ex-agente-infiltrado-da-ditadura-militar-e-enterrado-com-nome-falso-criado-em-1973.ghtml>.
- “Discurso de Ódio: Diretrizes para Publishers e Criadores de Conteúdo”. *Meta*, <https://pt-br.facebook.com/business/help/170857687153963?id=208060977200861>. Acessado em 6 Jul. 2022.
- Dombroski, R. S.. “Ideology, Hegemony, and Literature: Some Reflections on Gramsci”. *Forum Italicum*, vol. 23, no. 1–2, 1989, pp. 105–117.
- Dorrico, Trudruá. “Neste Carnaval, Seja Criativo e Não Racista: Indígena Não é Fantasia!”. *UOL*, 12 Fev. 2023, <https://www.uol.com.br/ecoa/colunas/trudrua-dorrico/2023/02/17/neste-carnaval-seja-criativo-e-nao-racista-indigena-nao-e-fantasia.htm>.
- Drumont, Mary Pimentel. “Elementos para uma Análise do Machismo”. *Perspectivas*, no. 3, 1980, pp. 81-85.
- “Editora Endireita – Uma Editora Conservadora!!!”. *Editora Endireita*, <https://editoraendireita.com/>. Acessado em 23 Mar. 2023.
- Escola Superior de Guerra. *Complementos da Doutrina*. ESG, 1981.
- _____. *Fundamentos da Doutrina*. ESG, 1981.
- “Esquerda e Direita no Brasil | William Waack, Luiz Felipe Pondé, Reinaldo Azevedo e Lamounier.” *YouTube*. Uploaded por Yuri I, 19 Jan. 2021, https://www.youtube.com/watch?v=Z421RjUf_r8&ab_channel=YuriI.

- “Existe Literatura Conservadora? - Entrevista de Diogo Fontana ao Canal Conservadorismo Floripa”. *YouTube*. Uploaded por Editora Danúbio, 23 Jul. 2020, <https://www.youtube.com/watch?v=iuE3Euj2ZeE&t=2327s>.
- “Facebook Contrata Agências Esquerdistas para Fazer Fact Checking! - Por Kim Katagiri”. *YouTube*. Uploaded por MBL – Movimento Brasil Livre, 16 Mai. 2016, <https://www.youtube.com/watch?v=h-JWko8Q8Os>.
- Falcão, Thiado, et al. “Connservadorismo e Masculinidade Tóxica na Cultura Gamer: uma Aproximação a Magic: The Gathering. *Matrizes*, vol. 15, no. 2, 2021, pp. 251-277.
- Fantini, Marcos. “Com Polarização, Quadrinhos de Direita se Consolidam Como Nicho no Brasil”. *Uol*, 7 Mai. 2020, tab.uol.com.br/noticias/redacao/2020/05/07/com-polarizacao-quadrinhos-de-direita-se-consolidam-como-nicho-no-brasil.htm?cmpid=copiaecola.
- Fernandes, Ananda Simões. “A Reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a Geopolítica de Golbery do Couto e Silva”. *Antíteses*, vol. 2, no. 4, 2009, pp. 831-856.
- Festa, Marcos Vinícius Paludo. “O Projeto Orvil e a Introdução da Guerra Cultural no Contexto Brasileiro”. Gonçalves, Maria Célia da Silva, e Bruna Guzman de Jesus (Organizadoras). *Educação Contemporânea – Volume 17 – Reflexões*. Poisson, 2021.
- Fiske, Susan T., e Peter Glick. “Ambivalent Sexism”. *Advances in Experimental Social Psychology*, vol. 33, 2001, pp. 115-188.
- Fiuza, Guilherme. “Dia Do Orgulho Hétero: a Guerra Inútil do Sexo”. *Revista Época*. 3 Ago. 2011, <https://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI255193-15230,00.html>.
- _____. *O Império do Oprimido*. Planeta, 2016.

- Flauzina, Ana Luiza Pinheiro. “Democracia Genocida”. Freixo, Adriano de, e Rosana Pinheiro-Machado (organizadores). *Brasil em Transe: Bolsonaroismo, Nova Direita e Desdemocratização*. Oficina Raquel, 2019, pp. 63-82.
- Fonseca, Joel Pinheiro da. “Precisamos Falar Sobre Olavo de Carvalho”. *Novo Exílio*, 18 Set. 2017, novoexilio.blogspot.com/2017/09/precisamos-falar-sobre-olavo-de.html.
- Fontana, Diogo. *A Exemplar Família de Itamar Halbmman*. Livraria Danúbio Editora, 2018.
- _____. Entrevista. Conduzida por Renato Amado. 20 Mar. 2023.
- Fórum Educação, Direito e Alta Cultura. Intro. *Facebook*, <https://www.facebook.com/people/F%C3%B3rum-Educa%C3%A7%C3%A3o-Direito-e-Alta-Cultura/100057221268480/>. Acessado em 29 Mar. 2023.
- Freixo, Adriano de, e Rosana Pinheiro-Machado (organizadores). *Brasil em Transe: Bolsonaroismo, Nova Direita e Desdemocratização*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019.
- “Fui comunista por um mês”, confessa o escritor Fábio Gonçalves”. *YouTube*. Uploaded por Editora Danúbio, 20 Mai. 2020, <https://www.youtube.com/watch?v=YIeUQjxV-1s>.
- Gabriel R., Dante. “Saudade do Presidente Figueiredo”. *Wunderblogs.com*. Barracuda, 2004.
- Gallego, Esther Solano. “Quem é o Inimigo? Retóricas da Inimizade nas Redes Sociais no Período 2014-2017”. Freixo, Adriano de, e Rosana Pinheiro-Machado (organizadores). *Brasil em Transe: Bolsonaroismo, Nova Direita e Desdemocratização*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019, pp. 83-98.
- Garcia, Alexandre. “É Hora de Dar um Basta à Censura nas Redes Sociais”. *Gazeta do Povo*. 20 Set. 2021, <https://www.gazetadopovo.com.br/vozes/alexandre-garcia/hora-de-dar-um-basta-a-censura-nas-redes-sociais/>.

- Genari, Élton Rigotto. *Revisionismo, Memória e Ensino de História da Ditadura Civil-Militar — por Uma Prática Politizante*. 2018. Universidade Estadual de Campinas. Dissertação de mestrado.
- “Globalismo: Bastidores do Mundo | Debate entre Olavo de Carvalho e Paulo. R. de Almeida”. *YouTube*, uploaded por Brasil Paralelo, 13 Dez. 2017, <https://www.youtube.com/watch?v=CkgQhnApLow>. Accessed 23 Feb 2021.
- Goff, Phillip Atiba, et al. “Not Yet Human: Implicit Knowledge, Historical Dehumanization, and Contemporary Consequences”. *Journal of Personality and Social Psychology*, vol. 94, no. 2, 2008, pp. 292-306.
- Goiaba, Rui. “Puragoiaba”. *Wunderblogs.com*. Barracuda, 2004.
- Gomes, Wilson. “O Cancelamento da Antropóloga Branca e a Pauta Identitária”. *Folha de São Paulo*. 11 Ago. 2020, <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2020/08/o-cancelamento-da-antropologa-branca-e-a-pauta-identitaria.shtml>.
- Goss, Karine Pereira. “Retóricas em Disputa: o Debate Intelectual Sobre as Políticas de Ação Afirmativa para Estudantes Negros no Brasil”. *Ciências Sociais Unisinos*, vol. 45, no. 2, 2009, pp. 114-124.
- Goulart, Lucas, e Henrique Nardi. “Gamergate: Cultura dos Jogos Digitais e a Identidade Gamer Masculina”. *Mídia e Cotidiano*, vol. 11, no. 3, 2007, pp. 250-268.
- Gramsci, Antonio. *Cadernos do Cárcere, Volume 1: Introdução ao Estudo da Filosofia. A Filosofia de Benedetto Croce*. Civilização Brasileira, 1999.
- _____. *Cadernos do Cárcere, Volume 2: os Intelectuais. O princípio Educativo. Jornalismo*. Civilização Brasileira, 2001.

- _____. *Cadernos do Cárcere, Volume 3. Maquiavel. Notas Sobre o Estado e a Política*. Civilização Brasileira, 2007.
- _____. *Concepção Dialética da História*. Civilização Brasileira, 1978.
- _____. *Selections from the Prison Notebooks*. International Publisher, 1971.
- Griffiths, Simon. “What Was Progressive in ‘Progressive Conservatism’?”. *Political Studies Review*, vol. 12, no. 1, 2014, pp. 29–40.
- Gurgel, Rodrigo. “Ser Escritor — Ser Criativo”. *Rodrigo Gurgel*. 14 Set. 2015, <https://rodrigogurgel.com.br/ser-escriptor-ser-criativo/>.
- Hart, Jeffrey. *The Making of the American Conservative Mind: National Review and Its Times*. ISI Books, 2007.
- Hawley, George. *Makin Sense of the Alt-Right*. Columbia University Press, 2017.
- Hoffman, Frank G. *Conflict in the 21st Century*. Potomac Institute for Policy Studies, 2007.
- Horwitz, Robert B. *America's Right: Anti-establishment Conservatism from Goldwater to the Tea Party*. Polity, 2013.
- “How Gamers Are Facilitating the Rise of the Alt-Right/Think/NBC News”. *YouTube*, uploaded por NBC News, 30 Out 2018, <https://www.youtube.com/watch?v=uN1P6UA7pvM>.
- Hunter, Brittany. “Na Censura das Redes Sociais às Supostas Fake News a Maior Vítima é a Responsabilidade Individual”. *Mises Brasil*. 19 Mai. 2018, <https://mises.org.br/article/2934/na-censura-das-redes-sociais-as-supostas-fake-news-a-maior-vitima-e-a-responsabilidade-individual>.
- Hunter, James. *Culture Wars: The Struggle to Define America*. Basic Books, 1991.
- Ianoni, Marcus. “Direita, Esquerda e Gramsci na Cena Histórica”. *Brasil Debate*, 5 Dez. 2018, <https://brasildebate.com.br/direita-esquerda-e-gramsci-na-cena-historica/>.

- Ibrahim, Shamira. “In Defense of Cancel Culture”. *Vice*. 4 Abr. 2019, <https://www.vice.com/en/article/vbw9pa/what-is-cancel-culture-twitter-extremely-online>.
- Jamin, Jérôme. “Cultural Marxism and the Radical Right”. Jackson, Paul e Anton Shekhovtsov (organizadores). *The Pos-War Anglo-American Far Right*. Palgrave Macmillan, 2014.
- Johnson, Richard. “Post-hegemony? I Don’t Think So”. *Theory, Culture & Society*, vol. 24, no. 3, 2007, pp. 95-110.
- Júnior, João Feres, e Luna de Oliveira Sassara. “O cão que Nem Sempre Late: o Grupo Globo e a Cobertura das Eleições Presidenciais de 2014 e 1998”. *Compólitica*, vol. 6, no.1, 2016, pp. 30-64.
- Kitching, John. “A Burden on Business? Reviewing the Evidence Base on Regulation and Small-business Performance”. *Environment and Planning C: Government and Policy*, vol. 24, 2006, pp. 799-814.
- LaCapra, Dominick. *History, Politics, and Novel*. Cornell University Press, 1987.
- Laclau, Ernesto, e Chantal Mouffe. *Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics*. Verso, 2001.
- Lash, Scott. “Power After Hegemony”. *Theory, Culture & Society*, vol. 24, no. 3, 2007, pp. 55-78.
- Lees, Matt. “What Gamergate Should Have Taught Us About the ‘Alt-right’”. *The Guardian*, 1 Dez. 2016, <https://www.theguardian.com/technology/2016/dec/01/gamergate-alt-right-hate-trump>.
- Lemos, Juliana. “Miss Veen”. *Wunderblogs.com*. Barracuda, 2004, pp. 157-181.
- Lind, William S. *Political Correctness: A Short History of an Ideology*. Free Congress Foundation, 2004.

- _____. “What is ‘Political Correctness’?”. *Political Correctness: A Short History of an Ideology*. Free Congress Foundation, 2004.
- Lins, Carlos. “No Brasil, 28% São de Direita, 21% de Esquerda e 20% de Centro”. *Poder 360*. 4 Fev. 2023, <https://www.poder360.com.br/poderdata/no-brasil-28-sao-de-direita-21-de-esquerda-e-20-de-centro/>.
- Lopes, Fernando Luiz, e Nazareno Marcineiro. “A Segurança Pública e a Estratégia Garantista para a Revolução Cultural Gramsciana”. *Revista do Instituto Brasileiro de Segurança*, vol. 2, no. 5, 2019, pp. 82-104.
- Lopes, Monalisa Soares, et al. “‘2018, a Batalha Final’: Lava Jato e Bolsonaro em uma Campanha Anticorrupção e Antissistema”. *Civitas*, vol. 20, no. 3, 2020, p 377-389.
- Lucena, David. “Qualquer Confusão entre Acusação e Julgamento é Prejudicial à Imparcialidade, Diz ‘Pai’ do Garantismo Penal”. *Folha de São Paulo*, 24 Jul. 2020, <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/07/qualquer-confusao-entre-acusacao-e-julgamento-e-prejudicial-a-imparcialidade-diz-pai-do-garantismo-penal.shtml>.
- Macedo, Elizabeth. “As Demandas Conservadoras do Movimento Escola Sem Partido e a Base Nacional Curricular Comum”. *Educação & Sociedade*, vol. 38, no. 139, 2017, pp. 507-524.
- Machado, Cassiano Elek. “Alexandre Soares Silva Afirma que Seu Blog Nutre ‘Antibrasileirismo’”. *Folha de São Paulo*, 3 Jul. 2004, www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u45605.shtml.
- _____. “‘Somos uma Cambada de Direitistas e Conservadores’, Afirma Felipe Ortiz”. *Folha de São Paulo*, 3 Jul. 2004, www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u45592.shtml.
- _____. “‘Sou um Esteta que se Interessa por Política, diz Pellizzari’”. *Folha de São Paulo*, 7 Mar. 2004, www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u45601.shtml. Accessed 12 Sep. 2019.

- Machado, Rosana Pinheiro, e Adriano de Freixo (organizadores). *Brasil em Transe: Bolsonaroismo, Nova Direita e Desdemocratização*. Oficina Raquel, 2019.
- Maciel Corrêa, Andressa, e Diogo Gurgel. “Considerações Filosóficas Sobre as Entrevistas de Solicitação de Refúgio”. *Griot: Revista de Filosofia*, vol. 21, no. 1, 2021, pp 44-60.
- Maciel, David. “Sobre Lucão”. Gonçalves, Rodrigo Jurucê Mattos, et al. (organizadores). *Tempos Conservadores: Estudos Críticos Sobre as Direitas – Volume 2: Direitas no Cone Sul*. Gárgula, 2018, pp. 16-21.
- Maciel, Lício Augusto Ribeiro, e José Conegundes do Nascimento. *Orvil: Tentativas de Tomada do Poder*. São Paulo: Shoba Editora, 2012.
- MacKay, Joseph, e Christopher David Laroche. “Why Is There No Reactionary International Theory?”. *International Studies Quarterly*, vol.2, no.62., 2018, pp. 234-244.
- Maia, Dhiego. “Bolsonaro Propõe Reduzir Verba Para Cursos de Sociologia e Filosofia no País”. *Folha de São Paulo*, 26 Abr. 2019, <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/04/bolsonaro-propoe-reduzir-verba-para-cursos-de-sociologia-e-filosofia-no-pais.shtml>.
- Maia, Tatiana Vargas, e Fabricio Pontin. “Cidadania, Semi-cidadania e Democracia no Brasil Contemporâneo”. *Brasil em Transe: Bolsonaroismo, Nova Direita e Desdemocratização*. Oficina Raquel, 2019. pp. 144-160.
- Marques, Daniel et al. “Ideologia do Imposto: Racionalidade Neoliberal, Extremismo e Cultura Gamer Brasileira no YouTube”. *Anais da Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Virtual: 4 a 9 Out. 2021.
- Marques, Douglas. “O Sujeito em Lênin e Gramsci: O Lugar e o Método na

Formação Política”. *Revista Conhecimento Online*, vol. 2, no. 4, 2012, pp. 1-17.

Melo, Cristina Teixeira de, e Paulo Vaz. “Guerras Culturais: Conceito e Trajetória”. *Revista ECO-Pós*, vol. 24, no. 2, 2021, pp. 6-40.

Melo, Damian Bezerra de. “Revisão e Revisionismo Historiográfico: os Embates Sobre o Passado e as Disputas Políticas Contemporâneas”. *Marx e o Marxismo*, vol.1, no.1, 2013, pp. 49-74.

Merkley, Eric. “Anti-Intellectualism, Populism, and Motivated Resistance to Expert Consensus”. *Public Opinion Quarterly*, vol. 84, no. 1, 2020, pp. 24-48.

Messenberg, Debora. “A Cosmovisão da ‘Nova’ Direita Brasileira”. Freixo, Adriano de, e Rosana Pinheiro-Machado (organizadores). *Brasil em Transe: Bolsonarismo, Nova Direita e Desdemocratização*. Oficina Raquel, 2019, pp. 25-49.

_____. “A Direita que Saiu do Armário: a Cosmovisão dos Formadores de Opinião dos Manifestantes da Direita Brasileiros”. *Revista Sociedade e Estado*, vol. 32, no. 3, 2017, pp. 621-647.

Meteoro Brasil. “Tudo o que Você Precisou Desaprender para Virar um Idiota”. *Amazon*, https://www.amazon.com.br/Tudo-precisou-desaprender-virar-idiota-ebook/dp/B07YNYK8G2/ref=sr_1_1?__mk_pt_BR=%C3%85M%C3%85%C5%BD%C3%95%C3%91&crid=102VOK44XMV9K&keywords=meteoro+brasil&qid=1681152290&srefix=meteoro+brasil%2Caps%2C80&sr=8-1. Acessado em 29 Mar. 2023.

Miguel, Luis Felipe, e Flávia Biroli (organizadores). *Encruzilhadas da Democracia*. Zouk, 2017.

Miskolci, Richard, e Maximiliano Campana. “‘Ideologia de Gênero’: Notas para a Genealogia de um Pânico Moral Contemporâneo”. *Revista Sociedade e Estado*, vol. 32, no. 3, 2017, pp. 725-747.

- Monteiro, Solange Aparecida de Souza, e Paulo Rennes Marçal Ribeiro. “Sexualidade e Gênero na Atual BNCC: Possibilidades e Limites”. *Pesquisa e Ensino Barreiras*, vol.1, 2020, pp. 1-24.
- “Moraes Vai pra Cima dos Bolsonaroistas Extremistas Fiuza, Constantino e Figueiredo”. *Fórum*, <https://revistaforum.com.br/politica/2023/1/4/moraes-vai-pra-cima-dos-bolsonaristas-extremistas-fiuza-constantino-figueiredo-129670.html>. Acessado em 20 Feb. 2023.
- Morais, Esmael. “Exército Distribui Gibi Sobre ‘Perigo Vermelho’ que Foi Usado em 2013”. *O Essencial*. Diário do Centro do Mundo, Mar. 4 2018, <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/essencial/apos-intervencao-gibi-sobre-perigo-vermelho-e-cafe-requentado-do-exercito-de-2013/>.
- Mounk, Yascha. *The People vs. Democracy: Why Our Freedom is in Danger and How to Save It*. Harvard University Press, 2018.
- Mourão, Gerardo Mello. *O Bêbado de Deus: Vida e Milagres de São Gerardo Majella*. Green Forest Brasil, 2001.
- Murray, Douglas. *Neoconservatism: Why We Need It*. Encounter Books, 2006.
- Nagib, Miguel. “Quem Deve Aprovar a BNCC?”. *Gazeta do Povo*, 15 Jan. 2016, gazetadopovo.com.br/opinioao/artigos/quem-deve-aprovar-a-bncc-462lhgu7ev4ytnvq6r2vc0lio/.
- _____. “Sobre Nós”. *Escola Sem Partido*, <http://www.escolasempartido.org/quem-somos/>. Acessado em 5 Mai. 2021.
- “No Acre, Bolsonaro Fala Em ‘fuzilar a Petralhada’ e Enviá-los à Venezuela”. *YouTube*. Uploaded por Poder360, 3 Set. 2018, www.youtube.com/watch?v=p0eMLhCcbyQ.

- “Novo Ciclo Solar Prenuncia Início de uma Pequena Era do Gelo”. *Galileu*. 11 Mai. 2018, <https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/noticia/2018/05/novo-ciclo-solar-prenuncia-inicio-de-uma-pequena-era-do-gelo.html>.
- O Doutrinador*. Dirigido por Gustavo Bonafé e Fábio Mendonça. Telecine Productions, 2018.
- O Doutrinador: a Série*. Space Produções, 2019.
- “O Futuro da Literatura Brasileira #2 - Carlos de Freitas”. *YouTube*. Uploaded por Editora Danúbio, 16 Fev. 2022, https://www.youtube.com/watch?v=e_jHEkPWQ2w&t=1137s.
- “O Livro Secreto do Bolsonarismo”. *YouTube*. Uploaded por CartaCapital, 12 Ago. 2020, www.youtube.com/watch?v=NR67xTL548E.
- O’Sullivan, Noël. “Conservatism”. Freedon, Michael e Marc Stears (organizadores). *The Oxford Handbook of Political Ideologies*. Oxford University Press, 2013.
- “Oito Polêmicas das Políticas de Bolsonaro para a Educação, Alvo de Protestos Nesta Quarta.” *Época Negócios*, 14 Mai. 2019, <https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2019/05/oito-polemicas-das-politicas-de-bolsonaro-para-educacao-alvo-de-protestos-nesta-quarta.html>.
- “Olavo de Carvalho Explica Porque Esquerdista Não é Igual a Pessoa Normal”. *YouTube*. Uploaded por ed paivatube, 19 Set. 2010, www.youtube.com/watch?v=9bRXXUAG8N4.
- “Olavo de Carvalho Fala com o Imbecil Coletivo Pedro Bial, com Piada Pronta na Apresentação”. *YouTube*. Uploaded por Planalto Conservador, 12 Abr. 2019, <https://www.youtube.com/watch?v=FIHGYWESLFA>.
- “Opção C”. *Super Prumo*, www.superprumo.com.br. Acessado em 2 Abr. 2021.

- “#OpinioNoAr: Lacombe recebe Luciano Cunha, Criador das HQs ‘Destro’ e ‘O Doutrinador’ (19/10/21)”. *YouTube*. Uploaded por RedeTV. 19 Out. 2021, <https://www.youtube.com/watch?v=qRSmBFVQVRE&t=650s>.
- Ortellado, Pablo, e Esther Solano. “Nova Direita nas Ruas? Uma Análise do Descompasso Entre Manifestantes e os Convocantes dos Protestos Antigoverno de 2015”. *Perseu*, no. 11, 2016, pp. 169-180.
- Pena, Lara Pontes Juvencio. “‘Globalismo’: o Discurso em Política Internacional Sob a Ideologia da Nova Extrema Direita Brasileira”. *Fronteira*, vol. 18, no. 36, 2019, pp. 371-386.
- “PEPSI com fetos abortados”. *YouTube*. Uploaded por Secret Science, 3 Jul. 2016, www.youtube.com/watch?v=7l4WmFjzDls&ab_channel=SecretScience.
- Pereira, Matheus Henrique de Faria. “Nova Direita? Guerras de Memória em Tempos de Comissão da Verdade (2012-2014)”. *Varia História*, vol. 31, no. 57, 2015, pp. 863-902.
- Picoli, Bruno Antonio, et al. “Anti-intelectualismo, Neoconservadorismo e Reacionarismo no Brasil Contemporâneo: o Movimento Escola Sem Partido e a Perseguição aos Professores”. *FAEEBA*, vol. 29, no. 58, 2020, pp. 48-66.
- Pinto, Bilac. *Guerra Revolucionária*. Companhia Forense de Artes Gráficas, 1964.
- Pinto, Céli Regina Jardim. “A Trajetória Discursiva das Manifestações de Rua no Brasil (2013-2015)”. *Lua Nova*. São Paulo, no. 100, 2017, pp. 119-153.
- Piovezani, Carlos. “A Voz de Lula na Imprensa Brasileira: Discursos da Mídia Sobre a Fala Pública do Ex-presidente”. *Conexão Letras*, vol. 12, no. 18, 2017, pp. 11-26.
- Polli, Marcelo de. “Aqua Permanens”. *Wunderblogs.com*. Barracuda, 2004, pp. 61-76.

- Portal Da Câmara Dos Deputados. *Câmara dos Deputados*, www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?wicket:interface=:2:portletDeputados:deputado:2:linkDiscursosDeputado::ILinkListener. Acessado em 20 Jul. 2021.
- Possenti, Sírio. “A Linguagem Politicamente Correta e a Análise do Discurso”. *Revista de Estudos da Linguagem*, vol. 2, no. 4, 1995, pp. 125-142,
- Pratt, Marie Louise. “I, Rigoberta Menchú and the ‘Culture Wars’”. Arias, Arturo (organizador). *The Rigoberta Menchú Controversy*. University of Minnesota, 2001.
- “Programa Escolas Cívico-Militares Deverá Chegar a Mais de 200 Colégios até 2023”. *Governo do Brasil*, <https://www.gov.br/pt-br/noticias/educacao-e-pesquisa/2021/06/programa-escolas-civico-militares-devera-chegar-a-mais-de-200-colegios-ate-2023>. Acessado em 21 Jul. 2021.
- “Progressivism”. *Cambridge Dictionary*, Cambridge University Press, dictionary.cambridge.org/us/dictionary/english/progressivism. Acessado em 29 Jul. 2021.
- Przeworski, Adam. *Crises of Democracy*. Cambridge University Press, 2019.
- “Quem somos”. *Escola Sem Partido*, www.escolasempartido.org/quem-somos/. Acessado em 11 Mai. 2021.
- Raehn, Raymond V. “The Historical Roots of ‘Political Correctness’”. Lind, William S. (organizador). *Political Correctness: A Short History of an Ideology*. Free Congress Foundation, 2004.
- Ramos, Guillermo Federico Piacesi. “Posfácio”. Cunha, Luciano, e Michel Gomes. *Destro – o Martelo da Direita: volume único*. Rio de Janeiro: Inspiração HQ – selo Opção C, 2020.

- Rancière, Jacques. “Against an Ebbing Tide: an Interview with Jacques Rancière”. *Reading Rancière*. Bowman, Paul, e Richard Stamp (organizadores). Continuum Books, 2011, pp. 238-251.
- “REDES SOCIAIS X LIBERDADE DE EXPRESSÃO”. *YouTube*. Uploaded por Morning Show, 12 Jan. 2021, https://www.youtube.com/watch?v=ZTdvdhV3y0k&ab_channel=MorningShow.
- Reis, Toni, e Edla Egert. “Ideologia de Gênero: Uma Falácia Construída Sobre os Planos de Educação Brasileiros”. *Educação & Sociedade*, vol. 38, no. 138, 2017, pp. 9-26.
- Ricoeur, Paul. *A Memória, a História, o Esquecimento*. Editora Unicamp, 2007.
- Robin, Corey. *The Reactionary Mind*. Oxford University Press, 2018.
- Rocha, João Cezar de Castro. *Guerra Cultural Bolsonaroista – A Retórica do Ódio*. Editora Caminhos, 2021.
- Rodrigues, Hugo. “O Perfil dos Geeks Brasileiros”. *FENINJER*, 22 Jun. 2022, <https://feninjer.com.br/o-perfil-dos-geeks-brasileiros/>.
- Romancini, Richard. “Do ‘Kit Gay’ ao ‘Monitor da Doutrinação’: a Reação Conservadora no Brasil”. *Revista Contracampo*, vol. 37, no. 2, 2018, pp. 87-108.
- Rosa, Pablo Ornelas, et al. “As Consequências do Etnocentrismo de Carvalho na Produção Discursiva das Novíssimas Direitas Conservadoras Brasileiras”. *Núcleo de Estudos Paranaenses*, vol. 4, no. 2, 2018, pp. 164-203.
- Rossi, Clóvis. “Exércitos Fazem Pacto Secreto para Intervir no Poder.” *Folha de S.Paulo*, 25 set. 1988, p. A6, <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=10367&anchor=4161899&origem=busca&originURL=&pd=8a9dd169851ab3996a9ed59a79efbc1c>.

- _____. “Gramsci e o ‘Americomunismo’ São os Inimigos a Combater” *Folha de S.Paulo*, 25 set. 1988, p. A6, <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=10367&anchor=4161899&origem=busca&originURL=&pd=8a9dd169851ab3996a9ed59a79efbc1c>. Accessed 24 Jun. 2021.
- Rossi, Fabio Danesi. “FDR”. *Wunderblogs.com*. Barracuda, 2004, pp. 130-156.
- Sabino, Mario. *O Vício do Amor*. Record, 2012.
- Saldaña, Paulo. “Governo Bolsonaro Exclui Humanas de Edital de Bolsas de Iniciação Científica.” *Folha de São Paulo*, 30 Abr. 2020, <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/04/governo-bolsonaro-exclui-humanas-de-edital-de-bolsas-de-iniciacao-cientifica.shtml>.
- Sá Motta, Rodrigo Patto. “Anticomunismo e Antipetismo na Atual Onda Direitista”. Bohoslavsky, Ernesto, et al (organizadores). *Pensar as Direitas na América Latina*. Alameda Casa Editorial, 2019.
- _____. *Em Guarda Contra o ‘Perigo Vermelho’: o Anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. 2010. Universidade de São Paulo, tese de doutorado.
- Santos, Paula Silvana de Frias Lima. “O Adolescente e a Sociedade nas Obras Distópicas”. *Babel*, no.10, 2016, pp. 1-9.
- Santos, Frederico Rios Cury dos. *A Retórica Da Guerra Cultural e o Parlamento Brasileiro: a Argumentação no Impeachment de Dilma Rousseff*. 2019. Universidade Federal de Minas Geraes, tese de doutorado.
- Scala, Jorge. *La Ideologia de Género o el Género como Herramienta de Poder*. Titivillus, 2021. Edição Digital.
- Schwarcz, Lilia Moritz. *Sobre o Autoritarismo Brasileiro*. Companhia das Letras, 2020.

- Schwarz, Roberto. *O Pai de Família e Outros Estudos*. Paz e Terra, 1978.
- Scruton, Roger. *How to be a Conservative*. Bloomsbury, 2014.
- _____. *The Meaning of Conservatism*. St. Augustine's Press, 2002.
- Silva, Daisy Rafaela, e Elizabeth Novais Pereira. “A Discriminação Racial Partir [sic!] da Associação da Pessoa Humana ao Macaco”. *Revista de Gênero, Sexualidade e Direito*, vol.2, no.1, 2015, pp. 125-145.
- Silva, Soares Alexandre. “Alexandre Soares Silva”. *Wunderblogs.com*. Barracuda, 2004, pp. 9-32.
- Silveira, Sergio Amadeu da. “Interações Públicas, Censura Privada: o Caso do Facebook”. *História, Ciências, Saúde*, vol. 22, 2015, pp. 1637-1651.
- Smith, Aaron, et al. "Facebook Reaches One Billion Users". *CNN Business*. 4 Out. 2012, <https://money.cnn.com/2012/10/04/technology/facebook-billion-users/index.html>.
- “Sobre a Verificação de Fatos no Facebook”. *Meta*, <https://pt-br.facebook.com/business/help/2593586717571940>. Acessado em 1 Jul. 2022.
- Souza, Herbert Glauco de. *Contra-hegemonia: um Conceito de Gramsci?*. 2013. Universidade Federal de Minas Gerais, dissertação de mestrado.
- Souza, Jamerson Murillo Anunciação. “Edmund Burke e a Gênese do Conservadorismo”. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, no. 126, 2016, pp. 360-377.
- _____. “O Conservadorismo Moderno: Esboço para uma Aproximação”. *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, no. 122, 2015, pp. 199-223.
- Souza, Jessé. *A Tolice da Inteligência Brasileira: ou Como o País se Deixa Manipular pela Elite*. Leya, 2015.
- Souza, Leonardo Aquino Israel de. “Mercado Geek: Brasileiros Consomem 40% a Mais do que a Média Nacional com Produtos Nerds”. *Gazeta da Semana*. 11 Nov. 2022,

<https://gazetadasemana.com.br/noticia/93075/mercado-geek-brasileiros-consomem-40-a-mais-do-que-a-media-nacional-com-produtos-nerds>.

Sovik, Liv. “Brazil, Now”. *A Journal of Politics and Culture*, vol. 71, 2019, pp. 140-159.

Sponholz, Liriam. “O Papel dos Discursos de Ódio (online) na Ascensão da Extrema Direita: um Aporte Técnico”. *Confluências*, vol. 22, no. 33, 2020, pp. 220-243.

Stack, Liam. “Globalism: A Far-Right Conspiracy Theory Buoyed by Trump”. *New York Times*, 14 Nov. 2016, <https://www.nytimes.com/2016/11/15/us/politics/globalism-right-trump.html>.

Strickler, Ryan. “Deliberate with the Enemy? Polarization, Social Identity, and Attitudes Toward Disagreement”. *Political Research Quarterly*, vol. 71, no. 1, pp. 3-18.

Teixeira, Jerônimo. *Os Dias da Crise*. Companhia das Letras, 2019. Edição digital.

Teixeira, Mauro Eustáquio Costa. “Em Nome da Ordem: a Cultura Política Anticomunista nas Forças Armadas Brasileiras: 1935-1985”. *Mediações*, vol. 19, no. 1, 2014, pp. 151-169.

Tezza, Cristóvão. *A Tirania do Amor*. Todavia, 2018.

Torres, João Camillo de Oliveira. *Os Construtores do Império: Ideias e Lutas do Partido Conservador Brasileiro*. Companhia Editora Nacional, 1968.

Torres, Sérgio, e Mário Magalhães. “Internet Revela Livro Secreto do Exército”. *Folha de São Paulo*, 5 Nov. 2000, <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0511200017.htm>.

“True Outspcak - Olavo de Carvalho - 05 de Dezembro de 2012”. *YouTube*. Uploaded por Mídia Sem Máscara, 5 Dez. 2012, youtube.com/watch?v=hRYwli751_E. Accessed 22 July 2021.

Ustra, Carlos Alberto Brilhante. *A Verdade Sufocada: a História que a Esquerda não Quer que o Brasil Conheça*. Editora Ser, 2007.

- Vargas, Ian Martin. “Fakenews e Política: A Influência da Pós-verdade na Ascensão da Extrema-direita”. *Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales*, 2020, pp. 1-6.
- Vargas, João Costa. “Por uma Mudança de Paradigma: Antinegritude e Antagonismo Estrutural”. *Revista de Ciências Sociais*, vol. 48, no. 2, 2017, pp. 83-105.
- Vazquez, Cristina. *Ciborgues, Clones e Remotos Controles: Narrativas Curtas Tecnológicas*. 2004. Universidade Federal de Santa Catarina, dissertação de mestrado.
- “VEJA! MARCELO TAS Surpreende Adnet ao Vivo no RODA VIVA e Gera POLÊMICA”. *YouTube*. Uploaded por Canal do Val, 18 Ago. 2020, <https://www.youtube.com/watch?v=8uHWHQJPnPI>.
- Villa, Marco Antonio. “O PT e seu projeto de poder”. *O Globo*, 5 Mai. 2015, <https://oglobo.globo.com/opiniaao/o-pt-seu-projeto-de-poder-16057391>.
- Wallace, William, e Helen Wallace. “Strong State or Weak State in Foreign Policy? The Contradictions of Conservative Liberalism 1979-1987”. *Public Administration*, vol. 68, 1990, pp. 83-101.
- Wauters, Robin. “Zuckerberg Makes It Official: Facebook Hits 500 Million Members”. *TechCrunch*, 21 Jul 2010, <https://techcrunch.com/2010/07/21/facebook-500-million/>.
- “What is a Globalist”. *YouTube*. Uploaded por Rebel News, 16 Set. 2016, https://www.youtube.com/watch?v=XumrD3ET3Sg&ab_channel=RebelNews.
- Yaguello, Marina. “Introdução”. Bakhtin, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. HUCITEC, 2006.
- Yuka, Marcelo, e Luciano Cunha. *O Doutrinador: Dark Web*. Redbox, 2015.
- Zafirovski, Milan. *Democracy, Economy and Conservatism*. Lexington Books, 2009.
- _____. *Modern Free Society and its Nemesis*. Lexington Books, 2007.